



Vivian Mannheimer

**A democracia e seus significados no
jornalismo brasileiro e argentino: uma
perspectiva comparada**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho

Rio de Janeiro,
Março de 2023



Vivian Mannheimer

**A democracia e seus significados no
jornalismo brasileiro e argentino: uma
perspectiva comparada**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Comunicação do
Departamento de Comunicação Social da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo:

Prof. Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Luiz Francisco Ferreira Leo

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Camilo de Oliveira Aggio

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial do trabalho é proibida sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

Vivian Mannheimer

Doutora em Comunicação pelo programa de Pós-graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Faz parte do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política (COMP - PUC RJ). Mestre em Comunicação pela mesma universidade. Possui pós-graduação (Msc) em Política Internacional pela London School of Economics and Political Sciences, Londres. Graduou-se em Jornalismo com ênfase em Relações Internacionais pela PUC Rio, em 2003. Atualmente, o seu interesse de pesquisa é na área da Comunicação Política Comparada e Divulgação Científica.

Ficha Catalográfica

Mannheimer, Vivian

A democracia e seus significados no jornalismo brasileiro e argentino : uma perspectiva comparada / Vivian Mannheimer ; orientador: Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho. – 2023.

214 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2023.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Democracia. 3. Jornalismo. 4. Comunicação política comparada. 5. Representação. I. Ituassu Filho, Arthur César de Araujo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Agradecimentos

Ter escrito uma tese de doutorado é uma sensação incrível, como sempre ocorre quando as folhas em branco são, finalmente, preenchidas. Essa foi, provavelmente, a realização mais difícil da minha vida. E tê-la superado me enche de orgulho e alegria. E para piorar um processo que já não era fácil, uma pandemia nos atropelou, dificultando ainda mais o desenvolvimento do projeto. E no meio do caos, foram muitas as pessoas que me ajudaram nesse caminho e a elas agradeço com todo o meu amor.

Agradeço ao meu orientador, professor e amigo Arthur Ituassu, pela confiança, apoio, incentivo e amizade ao longo de todos os anos de parceria, desde a graduação. Devo, sem dúvida, uma parte significativa - se não toda - da minha formação acadêmica e profissional, a você. Muito obrigada!

Aproveito para agradecer aos amigos do Comp, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio pela ajuda na codificação dos dados, companheirismo e compartilhamento de alegrias e angústias, artigos e pesquisas, ao longo de todos esses anos. Agradeço especialmente à Caroline Pecoraro e Leticia Capone, minhas duas grandes parceiras, as outras duas mosqueteiras acadêmicas que me completam, pela ajuda na codificação dos dados. Do Comp, agradeço também a Yago Cury, Aline Lopes, Luiz Leo, Luodan, Inês e Leonardo pelas discussões e trocas de todas as segundas-feiras de manhã.

Agradeço aos professores que aceitaram compor a banca de defesa desta tese: Prof. Camilo Aggio, Prof. Leonel Azevedo de Aguiar, Prof. Luiz Francisco Ferreira Leo e Prof. Ricardo Fabrino Mendonça. Agradeço também aos professores Francisco Paulo Jamil Marques e Marcelo Alves. Agradeço à Capes pelos grandes recursos investidos em mim e nessa pesquisa, que me permitiram comprar livros, ir a eventos e passar uma temporada nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia.

Agradeço ao professor Daniel Hallin, do departamento de Comunicação da Universidade da Califórnia, em São Diego, a UCSD, que me recebeu com tanto carinho. Foi uma grande experiência ter passado esses meses na universidade e conhecido um departamento tão amplo, que trabalha a comunicação de uma forma que eu nunca tinha visto antes.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, minha segunda casa desde a graduação, a todos os professores e professoras, e à maravilhosa equipe administrativa do Departamento de Comunicação Social, por proporcionarem as melhores condições para a realização do meu doutorado. Agradeço, em especial, à Marise e Juliana, por toda a atenção e carinho.

Agradeço aos meus amados Duda e Martim, minha família, e meus maiores amores. Agradeço pelo apoio, pela compreensão devido às minhas ausências e pela logística maluca que tivemos que organizar para que eu conseguisse passar seis meses nos Estados Unidos. Agradeço a companhia de vocês todos os dias!

Agradeço à minha mãe, Miriam, ao meu irmão Rafael, e às minhas irmãs Simone e Marcela por todo o apoio e amor sempre. Agradeço ao meu pai, Mario (in memoriam), por me mostrar o valor do trabalho, do estudo, da seriedade, do empenho, do esforço e, sobretudo, o valor da justiça e da democracia. Sei que agora você está muito orgulhoso de mim, pai.

Agradeço aos meus sogros, José e Lúcia Helena Simões, e à minha cunhada, Luciana, por todos os finais de semana que ficaram com o meu filho, Martim, para que eu pudesse me dedicar a essa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Mannheimer, Vivian; Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. **A democracia e seus significados no jornalismo brasileiro e argentino: uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro, 2023. 214p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho do campo da Comunicação Política tem como objetivo analisar representações e significados compartilhados sobre democracia no jornalismo brasileiro e argentino. Considera-se que o jornalismo é capaz de criar significados e, desse modo, influenciar na constituição da realidade social e, inclusive, política. A escolha de Brasil e Argentina como objetos de estudo foi feita por se tratar de dois países latino-americanos que compartilham de semelhanças, como proximidade geográfica, histórico de crises políticas e econômicas recorrentes, um mesmo passado autoritário, e aberturas democráticas recentes e na mesma época. No entanto, de acordo com dados dos principais institutos de pesquisa sobre democracia, a Argentina apresenta índices maiores de apoio a essa forma de governo que o Brasil, que, por sua vez, parece apresentar maiores tensões em sua realidade democrática, tendo vivido um impeachment presidencial em 2016 e a eleição de um presidente de extrema-direita, que governou entre 2018 e 2022, com pouco apreço pelo jogo democrático. Realizou-se uma análise qualitativa e temática, a partir da teoria da democracia, para se avaliar o conteúdo dos principais jornais dos dois países. Espera-se, assim, contribuir para o campo dos estudos de comunicação da América Latina por meio de uma análise qualitativa, de conteúdo, regional e comparada, uma perspectiva ainda pouco explorada na área de comunicação, mas que vem crescendo nos últimos anos. Acredita-se que estudar os significados e representações de democracia no jornalismo desses dois países pode nos dar algumas pistas sobre a democracia na América Latina, de forma geral, e sobre a realidade democrática brasileira, de forma mais específica.

Palavras-chave:

Democracia; Jornalismo; Representação; Comunicação; Política Comparada; Brasil; Argentina

Abstract

Mannheimer, Vivian; Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. **Democracy and its meanings in Brazilian and Argentine journalism: a comparative perspective.** Rio de Janeiro, 2023. 214p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work in the field of Political Communication aims at analyzing shared representations and meanings about democracy in Brazilian and Argentine journalism. It is considered that journalism is capable of creating meanings, influencing the constitution of social and political reality. The choice of Brazil and Argentina as objects of study was made due to the following reasons: they are two Latin American countries sharing similarities, such as geographic proximity, a history of recurring political and economic crises, the same authoritarian past, and both went through a recent process of democratic transition around the same time. However, according to some of the main research institutes on democracy, Argentina shows higher rates of democracy support, at the same time that Brazil seems to show greater tensions in its democratic reality, having experienced a presidential impeachment in 2016 and the victory of a far-right president (2018-2022), with little respect for Democratic Rule. A qualitative and thematic analysis was carried out, based on the theory of democracy, to assess the content of the main news websites in both countries. We expect to contribute to the field of Political Communication studies in Latin America through a regional and comparative qualitative analysis, a perspective that is still little explored in the field of communication, but which has been growing in recent years.

Keywords:

Democracy; Comparative Political Communication; Journalism; Representation; Brazil; Argentina

Sumário

Introdução	15
Objetivos, questões, justificativas e considerações metodológicas	22
Organização da tese	27
1. Comunicação política comparada na América Latina	29
1.1. Comunicação política: por que comparar?	29
1.2. Jornalismo comparado na América Latina: mais atenção ao jornalista do que ao conteúdo	34
1.3. Jornalismo e representação na América Latina: temas e questões	40
2. Comunicação e Cultura: jornalismo e a construção da realidade	43
2.1. Representação e cultura	45
2.2. Comunicação e cultura na América Latina	48
3. Democracia: teoria e questões	51
3.1. Democracia na América Latina	53
3.2. Democracia no Brasil e na Argentina	59
3.3. Guillermo O'Donnell e a democracia na América Latina	64
3.4. Democracia e Poliarquia em Robert Dahl	69
3.5. Modelos de democracia	73
3.5.1. Democracia liberal representativa: a garantia das liberdades individuais	78
3.5.2. Democracia participativa: a cidadania em foco	81
3.5.3. Democracia deliberativa: a importância do debate na esfera pública	85
4. Discussão Metodológica	88

4.1. Uma breve contextualização histórica, política e midiática dos dois países	88
4.2. Metodologia	98
4.3. A escolha dos jornais	99
4.3.1 Folha de São Paulo	103
4.3.1.1 O Estado de São Paulo	104
4.3.1.2. O Globo/ G1	105
4.3.1.3. Clarín	106
4.3.1.4. La Nación	108
4.3.1.5. Página 12	109
4.3.2. Recorte temporal, coleta dos dados e construção do corpus	110
4.3.3. A realização da análise temática	112
4.3.4. Questões	113
4.4. Temas de análise	114
4.4.1. Eleições e competição eleitoral	116
4.4.2. Competição política e pluralismo	118
4.4.3. Direitos e liberdades	121
4.4.4. Igualdade e inclusão	123
4.4.5. Participação	126
4.4.6. Instituições	128
4.4.7. Ruptura democrática	133
4.4.8. Crise da democracia	136
4.5 Resultados e Discussão	144
4.5.1. Instituições: politização das polícias e espionagem	153
4.5.2. Direitos e liberdades: a liberdade como um valor em si mesmo	161
4.5.3. Participação: manifestações da sociedade civil	168
4.5.4. Crise da democracia: populismo e desinformação	173

4.5.5. Ruptura democrática: discurso antidemocrático e preservação da memória	181
5. Considerações Finais	189
6. Referências Bibliográficas:	197

Lista de Figuras

Figura 1: Modelos de democracia para David Held (2007)	76
Figura 2: Jair Bolsonaro discursando para apoiadores: "Contem com o seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para manter a democracia e garantir o que há de mais sagrado, a nossa liberdade." ..	162
Figura 3: Especial do Jornal Clarín sobre morte de Santiago Maldonado	168
Figura 4: Imagem que ilustra a entrevista do professor de Yale, Jason Stanley	177
Figura 5: Matéria do Página 12 sobre a memória da ditadura na Argentina	187

Lista de Tabelas

Tabela 1: Maior poio à democracia por país	57
Tabela 2: Quatro modelos de democracia para o jornalismo, segundo Stromback (2006)	74
Tabela 3: Temas e seus principais elementos de forma detalhada:	139
Tabela 4: Temas e seus elementos	144

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Apoio à democracia como forma preferível de governo na América Latina entre 1995 e 2020	56
Gráfico 2: Preferência pela democracia em Brasil e Argentina	63
Gráfico 3: Inflação das seis maiores economias da América Latina entre julho de 2021 e julho de 2022	89
Gráfico 4: Alguns indicadores de Brasil e Argentina:	90
Gráfico 5: Mídias preferidas dos brasileiros em 2020	101
Gráfico 6: Mídias preferidas dos argentinos em 2020	101
Gráfico 7: Quantidade de matérias com referência à democracia por sites analisado	146
Gráfico 8: Quantidade de matérias com referência à democracia por sites analisado:	147
Gráfico 9: Temas mais abordados em Estadão, Folha de São Paulo e O Globo/G1(N:224 matérias)	147
Gráfico 10: Temas mais abordados em Clarín, La Nación e Página 12 (N:191 matérias):.....	148
Gráfico 11: Distribuição por temas no site de O Estado de São Paulo ..	148
Gráfico 12: Distribuição por temas no site da Folha de São Paulo	149
Gráfico 13: Distribuição por temas no site de O Globo/G1.....	149
Gráfico 14: Distribuição por temas no Clarín.....	150
Gráfico 15: Distribuição por temas no La Nación	150
Gráfico 16: Distribuição por temas no Página 12	151
Gráfico 17: Soma por temas das notícias de Brasil e Argentina	151
Gráfico 18: Comparação entre os temas de Brasil (Estadão, Folha de São Paulo e O Globo/G1) e Argentina (Clarín, La Nación e Página 12), já na ordem proposta pelo Gráfico 17, acima.....	152
Gráfico 19: Principais subtemas para instituições em Estadão, Folha de São Paulo e O Globo/G1.....	154
Gráfico 20: Principais subtemas para instituições em Clarín, La Nación e Página 12	158

Gráfico 21: Direitos e liberdades em O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo/G1	161
Gráfico 22: Direitos e liberdades em Clarín, La Nación e Página 12:.....	165
Gráfico 23: Participação em O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo/G1	168
Gráfico 24: Participação em Clarín, La Nación e Página 12.....	169
Gráfico 25: Crise da democracia em O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo/G1	174
Gráfico 26: Crise da democracia em Clarín, La Nación e Página 12	174
Gráfico 27: Ruptura democrática em Folha de S.Paulo, Estadão e Página 12	182
Gráfico 28: Ruptura democrática em Clarín, La Nación e Página 12	182

Introdução

Hoje, domingo, 06 de novembro de 2022, faz exatamente uma semana que o presidente Jair Bolsonaro foi derrotado no segundo turno daquela que chegou a ser considerada a eleição mais importantes desde a redemocratização (LYNCH, 2022). A vitória apertada de Lula, eleito com uma diferença de menos de dois pontos para Bolsonaro, conferiu ainda à eleição o título de “a mais apertada em 2º turno desde a redemocratização” (CASTRO, 2022). Após a derrota, Bolsonaro também não agiu de acordo com o protocolo democrático ao não reconhecer a vitória do oponente, um dos princípios básicos da democracia (O’DONNEL, 2010). Derrotar Bolsonaro mostrava-se vital para a sobrevivência da democracia devido a sua conduta autoritária e de desrespeito aos princípios básicos da teoria democrática, com ameaças ao processo eleitoral, apologia à ditadura militar no Brasil, e ações e declarações que parecem destinadas a enfraquecer os direitos fundamentais, as instituições democráticas, o Estado de Direito no Brasil e o sistema democrático de freios e contrapesos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021).

As eleições de 2022 no Brasil também precisam ser entendidas dentro do contexto da América Latina, cujos pleitos recentes mostraram – assim como ocorreu por aqui – a consolidação de novos atores na arena política, substituindo aqueles de perfil mais tradicional, como ficou claro no Peru, Chile e Colômbia, e também no último relatório do Latinobarômetro (2021), que aponta para um enorme descontentamento com as elites políticas e partidos tradicionais, que desde a transição democrática, foram incapazes de lidar com os problemas crônicos da região como a desigualdade, corrupção e violência, ao mostrar uma clara queda no apoio aos regimes democráticos latino-americanos entre 2010 e 2020 (ITUASSU, 2022).

Com essas preocupações em mente, tanto em relação ao contexto brasileiro, quanto ao da América Latina, mais amplo, esta tese de doutorado tem como objetivo analisar os significados e representações da democracia em conteúdo jornalístico dos dois países, levando em conta uma perspectiva cultural da comunicação. Este

trabalho, portanto, dialoga com as noções de representação (HALL, 2016; FRANÇA; SIMÕES, 2016; FRANÇA, 2004), comunicação como cultura (CAREY, 1989), uma visão latino-americana dos estudos culturais (BARBERO, 1997) e democracia, sobretudo na América Latina, (O'DONNEL, 2010; LATINOBARÓMETRO, 2018 e 2021; IDEA, 2021; V-DEM, 2022; CHERESKI, 2016; AVRITZER, 2009; PRZEWORSKI, 2019, SANTOS, 2002).

A escolha pela comparação entre Brasil e Argentina, foi feita com base em algumas razões. Um dos motivadores foi a própria pesquisa comparada em si, uma vez que a comparação pode ser entendida como uma forma de validar resultados (ESSER; PFETSCH, 2004) e, desse modo, uma maneira de aprofundar análises sobre a democracia brasileira por meio da construção de significados do jornalismo. Toda comparação, no entanto, precisa de elementos comparáveis, e uma questão que a justifique. Neste caso, a escolha da Argentina como o país de comparação com o Brasil foi feita tendo como motivação principal a questão de que no Brasil parece haver maior tensionamento em relação à democracia (ALBUQUERQUE, 2022) do que na Argentina.

Os dois países apresentam semelhanças consideráveis. Além da proximidade geográfica, compartilham de características como passado autoritário, abertura democrática recente - e na mesma época -, e instabilidade econômica. O Brasil, por exemplo, passou por diversas crises econômicas severas, como a crise da dívida externa nos anos 80 e a crise de hiperinflação entre os três primeiros meses de 1990, quando as taxas mensais de inflação superaram os 80% (MUNHOZ, 1997). A Argentina, por sua vez, passou pela crise cambial do *corralito*, quando o então ministro da economia, Domingo Cavallo, em 1º de dezembro de 2001, anunciou um confisco bancário da população para evitar a fuga de recursos (COLOMBO, 2021). Os dois países também compartilham de semelhanças no campo político (PALERMO, 2009), como partidos tradicionais de esquerda (ALENCASTRO, 2019) e aproximações apontadas entre as políticas trabalhistas do governo de Perón e suas comparações com as de Getúlio Vargas, assim como

seus "desdobramentos com o 'kirchnerismo" na Argentina, e o Partido dos Trabalhadores no Brasil" (SANTOS, 2019).¹

Também aproximam os dois países questões da democracia relativa ao contexto latino-americano, como a relação com as forças de segurança e consolidação institucional, dialogando com o que O'Donnell (1991) chamou de democracia delegativa (GAGLIARDI, 2013).

No que tange à democracia, entretanto, o Brasil parece apresentar um tensionamento da democracia maior do que na Argentina. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 pode ser apontado como o início do aprofundamento da recente crise da democracia brasileira (BALDEZ, 2016; GUAZINA; OLIVEIRA, 2021; ALBUQUERQUE, 2022). Na época, Baldez (2016) escreveu que "após o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República, havia sinais de que o Brasil enfrentava o risco de ingressar em um período autoritário prolongado". Voltando um pouco no tempo, a Operação Lava-Jato, conjunto de ações anticorrupção postas em prática a partir de 2014, também teria tido um impacto profundo na democracia brasileira ao contribuir para o impeachment de Dilma Rousseff por meio de métodos questionáveis para a condenação de Luiz Inácio Lula da Silva, o que o deixou fora do pleito de 2018 (CARTA CAPITAL, 2021).

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, as tensões em relação à democracia se aprofundaram, o que pode ser visto, por exemplo, em casos como os atos pelo sete de setembro realizados, especialmente, em 2021 e 2022, os quais se tornaram atos políticos da extrema-direita, com manifestações antidemocráticas pedindo a volta da ditadura militar (CHADE, 2021). Ataques e desconfiâncias para com o sistema eleitoral ficaram em maior evidência, como ocorreu nas eleições de 2014, quando Aécio Neves, do PSDB, foi derrotado por Dilma Rousseff, não reconheceu o resultado e pediu recontagem dos votos e, mais recentemente, na atitude do Partido Liberal (PL), partido de Jair Bolsonaro, que após a derrota dele

¹ Entrevista a Fábio Luis Barbosa dos Santos, docente da Universidade Federal de São Paulo, ao programa Merienda, da Unicamp, em 25 de novembro de 2020.
<https://www.unicamp.br/unicamp/tv/merienda/2020/11/25/peron-e-o-peronismo-vargas-e-o-varguismo>

para Lula nas eleições de 2022, também tentou contestar o resultado (MILZ, 2022). Chama a atenção ainda os crescentes ataques a instituições brasileiras, à ciência, aos Poderes e aos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse cenário seria o que Albuquerque (2022) chamou de "virada iliberal" no Brasil.

Na Argentina, alguns autores também apontam para uma certa descrença em relação à democracia e aumento da polarização política, sobretudo nos últimos anos, o que Svampa (2019), por exemplo, chamou de "o fim dos progressismos na América Latina". A autora, entretanto, destaca que mesmo enfrentando grandes resistências internas, a Argentina conseguiu discutir e aprovar leis como a "Ley de Matrimonio Igualitario", em 2010, e a lei que legalizou o aborto, em 2018. Esta última veio acompanhada da intensa mobilização de uma "*mareja* feminista", que se constituiria no "movimento social mais potente e inovador da Argentina do século XXI (SVAMPA, 2019, p.132).

O maior tensionamento da democracia no Brasil pode ser observado nos dados de diversos institutos que realizam pesquisas sobre democracia (LATINOBARÓMETRO, 2018 e 2021; IDEA, 2021, V-DEM, 2022; AVRITZER, 2018). Um relatório recente do instituto sueco V-Dem Institute (2022), mostra maior estabilidade da democracia argentina em relação à brasileira. Em um ranking, a Argentina aparece na 38ª posição, entre as "Top 20–30%" democracias consideradas mais avançadas. Já o Brasil ocupa a 59ª posição, entre as "top 30–40%", além de constar em uma outra lista de 33 países que apresentaram deteriorações substantivas em suas democracias nos últimos 10 anos, ao lado de Estados Unidos, Polônia, Hungria e Índia (V-DEM, 2022, p.10). Comparando as percepções sobre democracia entre Brasil e Argentina a partir de dados do Latinobarómetro de 1995 a 2017, Avritzer (2019) argumenta que os dois países apresentam grandes variações no que tange à satisfação de seus cidadãos para com a democracia. O estudo mostra uma maior confiança na democracia na Argentina do que no Brasil no início dos anos 90. No caso da Argentina, a preferência pela democracia oscila em torno dos 60 pontos, enquanto que no caso brasileiro ela fica no patamar de 40 pontos. O estudo chama a atenção para o fato de que no Brasil há picos negativos mais acentuados e uma maior retração no apoio à democracia. Um

outro dado de Avritzer (2019) mostra que os argentinos têm mais confiança nos partidos políticos que os brasileiros. Desse modo, a democracia neste trabalho é entendida a partir da abordagem de autores que nos últimos anos se dedicam à crise da democracia liberal (BROWN, 2018; LEVITZKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2020; PRZEWORSKI, 2019).

A literatura de comunicação política comparada de América Latina, marcada por sua ênfase em sistemas de mídias (LUGO-OCANDO, 2008; GUERRERO, 2014) aponta para características próprias de tais sistemas na região. Guerrero (2014), por exemplo, utiliza o termo Modelo Liberal Capturado para se referir a relações entre meios de comunicação e política na América Latina. De acordo com o modelo, observam-se duas tendências, em princípio, contraditórias: por um lado, um alto grau de concentração midiática a partir de políticas de liberalização de mercado e, por outro lado, um forte intervencionismo estatal. Uma outra perspectiva bastante estudada é o papel do jornalismo para a democracia, levando-se em conta seu poder de pressão e cobrança (WAISBORD, 2000). Alguns estudos também se dedicam às condições de trabalho e grau de liberdade dos jornalistas em diferentes países da América Latina (MELLADO, 2012, 2015; WEAVER; WILLNAT, 2012). Esta tese, no entanto, propõe uma outra perspectiva, um estudo da relação entre mídia e democracia na América Latina por meio dos significados compartilhados pelo jornalismo, considerando a perspectiva cultural, ritualística da comunicação (BARBERO, 1987; CAREY, 1989; HALL, 2016).

O jornalismo, neste trabalho, é entendido a partir do pressuposto de que a atividade participa da construção da realidade, diante da impossibilidade de refleti-la (SCHUDSON, 1989; TRAQUINA, 2004; HANITZSCH; VOS, 2017). A perspectiva cultural de Carey (1989) pensa a comunicação como ritual, uma prática ligada a termos como “compartilhamento”, “comum”, “comunidade”, “comunhão”, “a noção de que as sociedades não são constituídas apenas em torno de relações de produção, de posse e poder, mas também de partilha, troca de símbolos, sentidos e formas culturais (SUBTIL, 2014 p. 21). Representante dos estudos críticos sul-americanos, Barbero (1997) propõe uma abordagem da comunicação a partir das mediações e da cultura, uma posição alternativa ao modelo que dominava os estudos de comunicação da década de 1970, guiado pela ideia transmissional que

deixava de fora da análise as condições sociais de produção do sentido (BARBERO, 1997 p. 280).

Esta é uma pesquisa colaborativa, qualitativa e interpretativa, que busca entender a comunicação política para além da ideia dos *media effects* e de visões mais centradas em relações causais entre variáveis (BANHURST, 2011). Ou seja, tenta-se aqui retirar do centro da análise as relações de causa e efeito, que se detêm em como os processos de comunicação têm efeitos na política e vice-versa. Nesse sentido, este trabalho sustenta a necessidade de uma maior diversidade epistemológica no campo, afastando-se da noção positivista de "efeitos da mídia", e de métodos quantitativos, e buscando se aproximar de uma perspectiva mais interpretativa da realidade relacionada às formas pelas quais as mídias afetam a cultura, as práticas e as instituições políticas (BARNHURST, 2011).

Com esse posicionamento, o estudo segue uma corrente de pesquisadores que optaram pelo mesmo caminho na Comunicação Política (BLUMLER ET AL, 1992; BARNHURST, 2011; BRANTS; VOLTMER, 2011; VOWE; HENN, 2016; BLUMLER; COLEMAN, 2015; BENNETT; PFETSCH, 2018) e na Comunicação Política Comparada (NORD et al., 2017; NIELSEN; FLETCHER, 2020; SALGADO; STANYER, 2019), e também tenta se aproximar de uma epistemologia da comunicação mais em linha com as pesquisas latino-americanas, que enaltecem a riqueza do hibridismo cultural fruto da mistura de povos, referências e tradições (GARCÍA CANCLINI, 1998; BARBERO, 1997).

O jornalismo, neste trabalho, também é entendido como um dos pilares da comunicação política. Em *The Crisis of Public Communication* (1995) Blumler e Gurevitch mostram-se preocupados com a forma como a política é comunicada ao público. Os autores argumentam que o estudo da comunicação política torna-se mais rico com uma abordagem sistêmica. Ou seja, a comunicação política, nessa visão, seria um sistema formado pelo jornalismo, os políticos e a audiência. Os autores oferecem algumas vantagens que a adoção de uma perspectiva sistêmica pode trazer. Primeiro, poderia conectar diversas evidências diferentes em uma perspectiva analítica mais ampla. Segundo, pode frear a tendência de se super ou sobrevalorizar um único elemento do sistema de comunicação política (ex., a audiência). Além disso, para os autores, pensar a comunicação política como

sistema facilitaria a pesquisa transnacional, já que seria mais fácil medir e comparar sistemas do que fazer o mesmo com seus elementos.

Apesar desta tese considerar basicamente grupos de mídia tradicionais, é importante localizá-los no ambiente das mudanças tecnológicas e estruturais que atingiram a comunicação, e incluíram novos atores nos sistemas de mídia. Vowe e Henn (2016) argumentam que nesse cenário mais diverso a pesquisa em comunicação política precisa ser repensada, não podendo se restringir apenas a análises de causa e efeito, uma vez que o ambiente se torna mais difuso, e as “mensagens” não advêm mais de um único emissor, o jornalismo clássico. É nesse ambiente que ganham espaço metodologias qualitativas e interpretativas, como análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas (SCWARTZ; YANOW, 2012).

Apesar de não se tratar de um estudo de mídias já surgidas na era digital, é importante notar que os jornais analisados fazem parte de um sistema híbrido de mídias (CHADWICK, 2017). Para Chadwick (2007), sistemas híbridos são aqueles em que lógicas de mídia novas e antigas convivem. Ou seja, as mídias não deixam simplesmente de existir, mas somam-se. Desse modo, as práticas da velha e da nova mídia combinam-se e produzem uma lógica híbrida. Em um vídeo no *Youtube*² o autor explica que as mídias novas e antigas são interdependentes. Para o autor, não seria uma questão de uma ou outra [*either or*], e sim de não apenas, mas também [*not only, but also*]. Dentro do panorama latino-americano, esta pesquisa tem como foco de análise os significados sobre democracia no Brasil e na Argentina. Em relação à escolha por se trabalhar com uma análise temática, focada no conteúdo em si, um estudo do campo da produção jornalística, este trabalho entende a comunicação política como espaço de construção dos significados e representações da política, sendo a cultura o elemento essencial na construção dessas realidades. Nesse espaço, jornalistas são atores fundamentais e profundamente envolvidos na construção e modificação de processos interpretativos (BLUMLER, GUREVITCH; 1995).

² Andrew Chadwick em *the Hybrid Media System* 8 de set. de 2017, aos 4'46''. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1amWvifU-a0>

Objetivos, questões, justificativas e considerações metodológicas

O objetivo principal desta pesquisa é apresentar um estudo comparado de representações e significados de democracia no material jornalístico. Acredita-se que entender como a mídia, sobretudo o jornalismo, auxilia na construção de significados de democracia contribui para a linha de estudos que defendem o compromisso normativo do jornalismo com a democracia (STROMBACK, 2006; SCHUDSON, 2014). Além disso, analisar representações é uma forma de olhar para a própria realidade democrática dos dois países a partir de uma perspectiva latino-americana (O'DONNELL, 2010, 2004, 2001, 1991). Dentro desse objetivo maior, pretende-se entender quais os temas que ganham mais visibilidade em cada um dos dois países e apontar para explicações quanto ao que pode ser percebido como características próprias da conjuntura atual de cada país e o que se pode ser entendido como características mais duradouras e arraigadas à cultura, específica, de Brasil e Argentina. Um outro objetivo é fazer uma avaliação inicial, que poderia ser tema de futuras pesquisas, sobre as diferenças na comunicação política, neste caso, representada pelo jornalismo, de duas democracias em transição que optaram por caminhos diferentes na forma como lidaram e lidam com seus passados autoritários. A resposta para essa questão possivelmente está na cultura política de ambos, o que poderia ser aprofundado futuramente.

Também é objetivo deste trabalho criar e testar uma metodologia de análise temática, qualitativa e interpretativa capaz de ser adaptada e aplicada a diversos tipos de conteúdo, não só de jornalismo, mas de mídias em geral, uma vez que o público cada vez mais ocupa um lugar antes destinado apenas ao jornalismo profissional. A partir dessa metodologia, pode ser possível, por exemplo, a identificação de discursos democráticos ou antidemocráticos em uma infinidade de espaços, seguindo uma linha semelhante a de autores como Daly (2019), cujos esforços voltam-se para a "deterioração democrática" [*democratic decay*] como um campo novo de estudos e a definição de elementos que a indicam.

Um outro objetivo deste trabalho é fazer uma revisão da literatura sobre a teoria democrática diretamente relacionada aos objetivos desta pesquisa, o de definir temas da democracia referidos no conteúdo jornalístico. Esta revisão

também poderá servir de base para uma série de outros estudos que tentam perceber a democracia em diversos âmbitos da comunicação política, seja no âmbito do jornalismo - ou das mídias em geral -, bem como na comunicação de políticos, de campanhas eleitorais ou de atores da sociedade civil, que por meio das mídias alcançam um protagonismo que antes era exclusivo dos dois grupos anteriores, políticos e jornalismo. Importante notar, que, dentro deste objetivo de se realizar uma revisão de literatura da teoria democrática, buscou-se dar um enfoque especial a autores e temas específicos voltados para a realidade da América Latina.

Também é objetivo desta pesquisa, e talvez a sua maior contribuição para o campo da comunicação política comparada na América Latina, é o esforço de se realizar uma análise comparada do conteúdo da comunicação política, uma vez que grande parte dos estudos comparados se realizam- na comparação sistêmica, na comparação de seus sistemas de mídia e pouca atenção tem sido dada à comunicação política per se. Sendo assim, esse objetivo busca ocupar uma lacuna existente no campo, uma vez que a área da comunicação política nos últimos anos tem privilegiado o estudo da relação entre sistemas de mídia e sistemas políticos mais amplos (LEO, 2020), ou então o jornalismo como profissão (MELLADO, 2012, 2015, WEAVER; WILLNAT, 2012), mas parece prestar pouca atenção a análises de conteúdo propriamente dito. Um outro objetivo do trabalho é contribuir para os esforços de desenvolver uma epistemologia própria para pesquisa comparada de comunicação na América Latina que leve em conta as especificidades locais. Entre os objetivos secundários, buscou-se elaborar uma breve pesquisa de contexto político, social, cultural e midiático de cada país e analisar a relação desse contexto com as representações da democracia percebidas nos sites de notícia pesquisados. É importante notar que em toda análise comparada essa contextualização é necessária, pois cada país possui suas especificidades. De modo mais detalhado, essa contextualização passou por temas como a história política recente dos dois países, o que inclui informações sobre a abertura democrática e sobre como lidaram com seus respectivos passados autoritários. A contextualização inclui ainda indicadores sociais, informações sobre o que acontecia no Brasil e na Argentina durante o recorte temporal deste

estudo, além de uma breve contextualização sobre as mídias analisadas. Desse modo, também é um dos objetivos desta pesquisa investigar de que maneira a realidade específica de cada país pode influenciar na construção da ideia de democracia nas mídias.

Esta tese tem como objeto de análise as notícias sobre democracia em uma amostra de publicações representativas do espectro de mídias de Brasil e Argentina. Por fim, optou-se por analisar o conteúdo digital de seis publicações. Do Brasil, optou-se por *Folha de São Paulo/UOL*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo/ G1*. Entre os jornais argentinos, a escolha foi por *Clarín*, *Página 12* e *La Nación*, e os motivos que nortearam a escolha das mídias, serão melhor detalhados na segunda parte deste trabalho, na qual serão discutidas com profundidade as escolhas metodológicas. Optou-se nesse primeiro momento por testar a metodologia com a análise de mídias tradicionais, que continuam exercendo influência na proposição de pautas importantes para discussão na sociedade e, como mostram relatórios recentes do *Reuters Media Report* (2020, 2021), tiveram seu papel reconhecido e alcançaram melhores índices de confiabilidade durante a pandemia de Covid-19.

Na mesma linha de Stromback (2006) e Schudson (2014) que atribuem um compromisso normativo do jornalismo com a democracia, e de Waisbord (2014), que busca uma epistemologia de análise própria para a América Latina, esta pesquisa trabalha com as seguintes questões: (Q1) Quais as principais representações e significados de democracia compartilhados no jornalismo brasileiro e argentino? Ou seja, de que forma a democracia é tratada e entendida nas notícias de diferentes editorias, de três jornais/sites de Brasil e Argentina, e quais os temas que ganham mais visibilidade em cada um dos dois países? Q2) Em relação às notícias de política dos dois países é possível perceber, por meio da comparação, que há uma maior tensão na democracia no Brasil? Q3) Considerando-se que os dois países enfrentaram ditaduras civil-militares e aberturas democráticas em períodos próximos, ao passo que a Argentina passou por um processo de justiça de transição e o Brasil não, é possível perceber de que modo, essa diferença entre os dois países se manifesta na comunicação política? Q4). Levando-se em conta as teorias de democracia centradas na América Latina,

como, por exemplo, a teoria de O'Donnell (1991), de que apenas a realização de eleições não é suficiente para uma democracia e que faltaria ao continente maturidade institucional, quais as relações que se pode fazer entre o material analisado e a teoria democrática voltada para a América Latina?

Como explicado na introdução deste trabalho, a escolha de se comparar Brasil e Argentina justifica-se pelo fato de serem países próximos que apresentam diversas semelhanças, ao mesmo tempo em que o Brasil parece apresentar maiores tensões em relação à democracia do que a Argentina. Na Argentina, de acordo com os mesmos índices há grandes preocupações com a questão da estabilidade econômica, com o fato de a democracia não ter sido capaz de melhorar as condições de vida da população, no entanto, isso não se traduz em uma queda tão grande no apoio à democracia, como no Brasil, nem um apoio significativo a outros regimes ou soluções autoritárias para a crise.

Esta pesquisa justifica-se ainda pela tentativa de desenvolver um modelo próprio e temático, adaptando também modelos já existentes, como o de Mendonça (2018), para a construção de uma metodologia e, em um sentido mais amplo, uma epistemologia que permita entender, com maior precisão e profundidade, as características da comunicação política na América Latina.

Ao mesmo tempo, este projeto mostra sua originalidade devido à baixa ocorrência de pesquisas qualitativas que analisam, de modo comparado, o conteúdo da comunicação política, já que uma característica comum nesse campo de estudo seriam as comparações entre sistemas de mídia, desenhos institucionais ou comparações entre outros aspectos do jornalismo, como profissionalização e condições de trabalho do jornalista (HALLIN; MANCINI, 2004; MELLADO, 2012, 2015; WEAVER; WILLNAT, 2012).

Vale ressaltar também a forma como se utilizou a comparação como metodologia. Como é desenvolvido no capítulo específico sobre pesquisa comparada, o método comparado aqui escolhido é a comparação de casos semelhantes. Buscou-se ao máximo a aproximação dos dois contextos, principalmente, no que tange a escolha de mídias comparáveis (ESSER; PFETSCH, 2014). Sendo assim, para discutir os significados de democracia em conteúdo jornalístico de Brasil e Argentina adotou-se o estudo comparado

considerando as semelhanças para se chegar às diferenças, por meio da aplicação de categorias analíticas (MARQUES, 2018).

De forma resumida, esta pesquisa justifica-se por: a) contribuir para o campo das pesquisas comparadas de comunicação política na América Latina; b) contribuir para os estudos empíricos qualitativos que analisam o conteúdo da comunicação política per se, que, no caso desta pesquisa, é o conteúdo das notícias; c) adicionar uma perspectiva comparada do jornalismo em sociedades ainda em processo de transição democrática; d) desenvolver uma metodologia de análise própria para pesquisas qualitativas de análise de representações, voltadas para o contexto latino-americano, e que possam ser aplicadas em uma infinidade de pesquisas.

A metodologia será melhor explicada na segunda parte deste trabalho, mas, de forma resumida, foi pensada da seguinte maneira. A escolha dos sites de notícias ocorreu a partir do *Reuters Media Report* de 2020, lançado em 2021, que apresenta as mídias mais consumidas em diversos países, entre eles Brasil e Argentina. A partir desse relatório e com a finalidade de se criar um espectro de mídias equilibrado, que pudesse ser comparável, optou-se por três jornais de cada país. Desse modo os sites/jornais escolhidos foram *O Globo/G1*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, do lado brasileiro, e *Clarín*, *La Nación* e *Página 12*, do lado argentino. Uma vez escolhidas as mídias, foi feita a busca por notícias que continham a palavra democracia e termos relacionados, como democrático, na plataforma do *Media Cloud*³.

O recorte de tempo escolhido para a coleta foi o primeiro semestre de 2020, de 01/01/2020 a 31/06/2020. Uma preocupação foi que o recorte temporal não deveria contemplar a realização de eleições presidenciais em nenhum dos dois países, uma vez que a cobertura de eleições poderia “distorcer” a comunicação sobre democracia, embora se esperasse que, mesmo assim, o tema teria destaque nas representações. É importante notar que outras questões impactaram a forma de falar sobre democracia, como a pandemia de Covid-19, deflagrada no início de 2020, que gerou discussões importantes no âmbito da sociedade e da política que,

³ *Media Cloud* é uma plataforma desenvolvida pelo Massachusetts MIT para coletar notícias de diferentes mídias e países. <https://mediacloud.org/>

de outro modo, talvez não tivessem sido levantadas, como a discussão sobre a possibilidade de se ter que adiar eleições, a discussão sobre os limites dos direitos e liberdades individuais frente aos coletivos, e a utilização de decretos especiais para conter o vírus.

Após a coleta, a amostra foi trabalhada. Foram excluídos, por exemplo, textos de opinião e matérias da seção internacional que eram traduções de jornais estrangeiros, como o *The New York Times*, *The Washington Post* e *La Vanguardia*. Também foram excluídos textos de seções como obituário, e-mails de assinantes e matérias de cultura, como aquelas sobre espetáculos e livros. Além disso, excluiu-se matérias cujos termos buscados eram relativos apenas a nomes de partidos, como o Partido da Social democracia (PSDB), ou a associações, como o coletivo Advogados pela Democracia.

Após a definição da amostra e uma primeira revisão do material foi elaborado um livro de códigos inicial. Outras duas pesquisadoras participaram da codificação e após cada rodada de conversa eram feitos ajustes. Um tema foi desmembrado e foram excluídas as matérias que no final do processo não obtiveram consenso. Por fim, obteve-se uma amostra final de 415 matérias, 224 de sites brasileiros e 191 de sites argentinos, e oito temas oriundos das teorias sobre democracia: 1) eleições e competição eleitoral; 2) competição política e pluralismo; 3) direitos e liberdades; 4) igualdade e inclusão; 5) participação; 6) instituições; 7) ruptura democrática; e, 8) crise da democracia.

Organização da tese

A tese está estruturada em quatro capítulos, além deste introdutório. Os três primeiros são de fundamentação teórica e o quarto capítulo se concentra na análise empírica e na discussão dos resultados. O primeiro capítulo dedica-se a uma revisão das principais questões sobre a pesquisa comparada em comunicação política e, mais especificamente, em jornalismo (BLUMLER et al., 1992; MELLADO, 2012, 2015, WEAVER; WILLNAT, 2012; LEO, 2020; SALGADO; STANYER, 2019). Olhar para esses estudos nos ajuda a entender quais são as contribuições do campo

para a pesquisa em comunicação. O segundo capítulo se volta mais diretamente para os trabalhos que consideram uma abordagem cultural da comunicação e do jornalismo (SOARES, 2009; SCHRAMM, 2008; CAREY, 1989; TRAQUINA, 2002; HALLIN; BRIGGS, 2016). Este capítulo também apresenta a discussão sobre representação (HALL, 2016; FRANÇA, 2004; SOARES, 2009) e sobre os estudos culturais latino-americanos (FRANÇA; SIMÕES, 2016; BARBERO, 1997).

O terceiro capítulo talvez seja o mais central para este trabalho. É apresentada uma literatura clássica dos principais modelos e discussões sobre democracia (O'DONNELL, 2010; HELD, 1989; LIJPHART, 2003; BOBBIO, 2004; DAHL, 2012; SARTORI, 1994; GOMES; MAIA, 2008; SANTOS, 2002; SANTOS; AVRITZER, 2002, AVRITZER, 2009; 2016), além de pesquisas recentes sobre democracia na América Latina (AVRITZER, 2018, 2019; INSTITUTO DA DEMOCRACIA, 2021, IDEA, 2021; Latinobarómetro, 2018; 2021). A revisão desta literatura tem como objetivo fundamentar os temas para a classificação das notícias.

Na segunda parte, o quarto capítulo concentra-se, exclusivamente, na metodologia e na pesquisa empírica. Foi necessário explicar os passos tomados para a construção do corpus de análise, as escolhas metodológicas da pesquisa, o escopo temático, a escolha das mídias e o recorte temporal. Neste capítulo também são apresentadas contextualizações dos dois países, como um breve contexto midiático, sócio-econômico, histórico e fático, antes e durante o recorte de tempo estudado, as questões de pesquisa e os temas escolhidos para a classificação do conteúdo, bem como uma breve fundamentação teórica destinada, especificamente, a esses temas. Na sequência apresentamos os resultados e uma discussão à luz da teoria. Com isso, passa-se às considerações finais, última etapa da tese, momento em que os principais pontos da pesquisa são retomados. Nessa última etapa há relativizações necessárias, bem como ideias para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

1. Comunicação política comparada na América Latina

A parte teórica deste trabalho consiste em uma revisão de literatura referente aos estudos de comunicação política comparada e jornalismo, com foco específico na América Latina. Há uma literatura considerável que tem explorado temas específicos no jornalismo latino-americano, como conglomerados de mídia (LARSEN, 2005), jornalismo digital (BARRIOS; ARROYAVE, 2008), sensacionalismo (HALLIN, 2000) e populismo (POLISZUK, 2016; WAISBORD, 2004). Este capítulo propõe revisar algumas questões relacionadas à comunicação política comparada, em geral, e, especificamente, sobre América Latina. Serão abordadas as possibilidades trazidas pela abordagem comparada (BLUMLER; GUREVITCH, 1995; ESSER; PFETCH, 2004, as temáticas que têm sido tratadas na pesquisa comparada de jornalismo na região (MELLADO, 2012; WEAVER; WILLNAT, 2012), e os temas presentes em pesquisas de representação na América Latina.

1.1. Comunicação política: por que comparar?

O campo de estudo da comunicação política comparada costuma ter seu desenvolvimento associado à intensificação do processo de globalização, especificamente, a globalização acadêmica das ciências sociais (BLUMLER et al, 1992; BLUMLER; GUREVITCH, 1995; ESSER; PFETSCH, 2004). Até o início dos anos 1990 faltava na pesquisa em comunicação uma abordagem internacional. Hoje, essa abordagem torna-se cada vez mais relevante devido à tecnologia e à globalização. Blumler e Gurevitch (1992; 1995), estão entre os primeiros autores de comunicação a trabalhar com política comparada, área que era mais desenvolvida pela ciência política. Para Blumler et al (1992), na medida em que a

interação entre acadêmicos se intensifica e se desdobra em associações, números especiais, revistas acadêmicas e conferências, essa interação também se reflete em uma maior valorização da pesquisa comparada. Nesta seção, serão abordadas algumas características, possibilidades e problemas envolvidos na pesquisa comparada transnacional, como a recomendação de se trabalhar a comunicação como sistema, a importância das contextualizações e a consideração da realidade cultural de cada país.

Esser e Pfetich (2004) acreditam na comparação internacional como estratégia de pesquisa e metodologia. Segundo os autores, a pesquisa por si só é guiada pela regra de que toda observação não tem significado se não for comparada com outras observações (ESSER; PFETCH, 2004, p.7). Ou seja, formamos nossas ideias por meio de comparações e só sabemos, por exemplo, que um objeto é de determinada forma porque já o comparamos com outros. De acordo com Blumler e colegas (1992) um trabalho comparado precisa fazer comparações entre dois ou mais sistemas, definidos de forma geográfica, histórica ou ainda em termos temporais. Além disso, a pesquisa comparada muitas vezes consegue validar resultados com mais embasamento (ESSER; PFETSCH, 2004). Para Albaek (2014), uma pesquisa comparada também pode “desnaturalizar” algum padrão relativo ao objeto de estudo, aquilo que nos é tão familiar que, de outro modo, talvez não tivéssemos percebido.

A ideia de se trabalhar com sistemas de comunicação é quase um consenso entre os autores que fazem pesquisa no campo da comunicação política comparada (BLUMLER; GUREVITCH, 1995; ESSER; PFETCH, 2004; HALLIN; MANCINI, 2004). Blumler e Gurevitch, (1995) acreditam que considerar a comunicação política a partir de um recorte sistêmico facilita a realização de estudos transnacionais e funciona como uma espécie de antídoto contra a tendência de subestimar ou superestimar qualquer elemento único do sistema de comunicação política (por exemplo, o público). Segundo essa visão, não é suficiente comparar fragmentos isolados de um fenômeno empírico situados em dois ou mais lugares. Em vez disso, é importante entender como o contexto sistêmico pode ter moldado tais fenômenos.

Blumler et al (1992) acreditam que a pesquisa comparada implica em uma relação íntima entre tempo e espaço. Apesar de muitos pesquisadores conferir maior ênfase ao fator espacial – geográfico –, os autores argumentam que para se entender qualquer um dos dois é necessário levar o outro em consideração, uma vez que o espaço condicionaria o tempo e vice versa. Sem os dois, argumentam, a pesquisa comparada permaneceria estática (BLUMLER et al, 1992, p.9). De acordo com os autores, as pesquisas comparadas não precisam apenas comparar nações. Organizações, movimentos sociais, e até famílias também oferecem possibilidades para comparação. A análise comparada, para eles, é considerada indispensável no sentido de que, sem ela, certas questões e fenômenos importantes da Comunicação política simplesmente não seriam abordados. Prosseguindo na análise da comparação, os autores afirmam que a pesquisa comparada pode ser altamente exigente e impor dificuldades imensas para a conceituação, implementação e práticas, e também para a organização e colaboração do trabalho empírico.

Blumler e colegas (1992) também apontam para potenciais problemas que podem surgir nesse tipo de estudo. Por exemplo, caso os objetos sejam muito diferentes, quaisquer comparações de características ou relações específicas podem ser confundidas com outras variáveis, e, desse modo, fazer inferências torna-se algo ainda mais difícil. Um outro problema em potencial para a pesquisa comparada é o pesquisador subestimar variações dentro de sistemas ou períodos, uma vez que países nunca são homogêneos, e costumam abranger diferentes línguas, grupos étnicos, regiões e classes sociais. Desse modo, os autores admitem que a pesquisa comparada de comunicação política necessita de certas relativizações e abstrações de idiossincrasias nacionais tanto na política quanto em termos de sistemas de mídia na busca por padrões de comunicação generalizáveis. No entanto, generalizações sempre correm o risco de não considerarem, de modo suficiente, as especificidades. Além disso, os autores destacam como um problema do campo a predominância de trabalhos vindos da Europa e Estados Unidos e um menor desenvolvimento da área em outras regiões – como, por exemplo, na América Latina – já que esse tipo de pesquisa, como explicam, requer financiamento e interação internacional (BLUMLER et al, 1992, p.13-14).

Hoje em dia, cada vez mais, a pesquisa comparada é realizada por pesquisadores – ou equipes de pesquisadores – baseadas em países diferentes, cada uma realizando pesquisa sobre o próprio país. Dutton e Vedel (1992) destacam as vantagens e desvantagens das duas abordagens para os estudos comparados: um único pesquisador (ou equipe de pesquisadores) conduzindo os estudos de caso de outros países ou a colaboração de diferentes equipes multinacionais. Segundo os autores, na primeira situação, de uma única equipe estudando casos estrangeiros, a abordagem metodológica e teórica é unificada, enquanto que na segunda abordagem, há uma maior pluralidade em termos de metodologia e teoria. Por outro lado, pode haver alguma vantagem no fato de um pesquisador estudar casos com os quais não está familiarizado, uma vez que teria um olhar “novo” e “fresco”, pois tudo seria novidade. Entretanto, ao mesmo tempo, nessa situação também poderia surgir a dificuldade de se alcançar um amplo entendimento de todos os aspectos e parâmetros da contextualização histórica e dos reais significados sociais de um evento ou instituição. Ainda de acordo com os autores, quando um pesquisador estuda países com os quais não está muito acostumado, há uma tendência em focar em fatores objetivos, como os institucionais ou legais. Por fim, os autores também destacam a tendência de os valores ou questões do país do próprio investigador se sobressaírem, produzindo um certo etnocentrismo na pesquisa. Por outro lado, uma abordagem colaborativa, com equipes ou investigadores de múltiplos países, também podem suscitar problemas devido a diferentes formações, agendas e interesses de pesquisa entre os participantes. Além disso, alguns fatores podem ser subestimados por parecerem naturais para os pesquisadores que estudam o próprio país. No entanto, em equipes multinacionais haveria uma maior capacidade de se realizar estudos de caso completos e detalhados, mas também há o risco de se realizar uma justaposição de estudos nacionais, sem um método comparado de fato (DUTTON; VEDEL, 1992, p. 90).

A forte influência norte-americana no campo da comunicação política comparada pode gerar alguns questionamentos sobre a sua aplicação na América Latina. Lugo-Ocando (2008) diz que a adoção desse modelo pode ser uma forma de entender a região a partir das tendências globais. No entanto, pode-se argumentar também que muitas vezes comparar países latino-americanos com outros muito

diferentes a partir de um mesmo modelo pode gerar uma visão etnocêntrica (ALBUQUERQUE, 2012). Por esse motivo, é importante se construir contextos sólidos que considerem as especificidades da região estudada.

Um dos textos clássicos, talvez o principal, que serve de base para a comunicação política comparada é o *Comparing Media Systems*, em que Hallin e Mancini (2004) apresentam uma abordagem de comparação de sistemas de mídia. No entanto, as possibilidades de análises comparadas podem ser muito mais amplas do que a comparação dos sistemas de mídia. Em *From Media Systems to Media Cultures: Understanding Socialist TV*, Mihelj e Huxtable (2018), por exemplo, comparam as TVs da era socialista propondo uma forma diferente de entendimento que vai além dos sistemas. A abordagem proposta considera as “culturas de mídia” e analisa, tanto do ponto de vista da produção de TV como da recepção, o mundo da televisão em países do leste europeu sob o regime comunista para entender as narrativas construídas a partir de temas como propaganda dos governos ou o papel da mulher em regimes comunistas.

Leo (2019) tem como eixo de desenvolvimento a abordagem comparada da comunicação política articulada com a linha de investigações sobre a relação entre mídia e democracia. Assim como pontua o autor, há diversas correntes de argumentação que destacam o valor da comparação como método. Para ele, comparar é prática inerente a toda atividade cognitiva. Para a ciência, o que importa é o conjunto de procedimentos que permitam estabelecer comparações conscientes e com propósitos previamente definidos. Neste sentido, os caminhos que se abrem são muitos. A comparação comporta múltiplas dimensões, finalidades e usos dos quais praticamente todas as vertentes do conhecimento humano se beneficiariam (LEO, 2019 p, 54).

Como pontua Leo (2019), Jay Blumler merece crédito por introduzir a abordagem comparada na disciplina de comunicação. Junto com Gurevitch, Blumler descreve a pesquisa em comunicação comparada como “uma fronteira estendida do campo que merece um cultivo ainda mais intensivo” (Blumler e Gurevitch, 1995, p. 73). Hardy avalia que a pesquisa em comunicação comparada avançou significativamente e está produzindo “um corpo comum de conhecimentos, teorias e conceitos” (HARDY, 2012, p. 202). Embora a pesquisa

comparada tenha feito mais progresso em algumas áreas temáticas do que em outras, é possível observar o surgimento gradual da comunicação comparada como uma subdisciplina reconhecida, comparável à política comparada na ciência política.

Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995, p. 82) acreditam que a análise comparada pode agora ser considerada indispensável, uma vez que sem a comparação questões e fenômenos muito importantes da política e da comunicação não teriam como ser abordados. Sendo assim, importante destacar o esforço desta tese em apresentar um trabalho de comunicação política comparada, o que não é uma tarefa fácil, pois trata-se de uma pesquisa altamente exigente, sobretudo, quando um único pesquisador precisa analisar objetos que não fazem parte de sua cultura.

Em relação especificamente à democracia, há diversos estudos comparando o desempenho de democracias (HUNGHTINGTON, 1991; LIJPHART, 2003; O'DONNELL, 2000, 2010). Para O'Donnell, se de um lado há mais países que se reivindicam democráticos, "essa expansão obrigou a teoria democrática a tornar-se mais amplamente comparativa do que era quando seu referente empírico estava limitado quase exclusivamente a países situados no quadrante Noroeste do mundo (O'DONNELL, 2000, p. 38). Para o autor, as especificidades da democracia, como na América Latina, por exemplo, ampliaram a pesquisa comparada nessa área.

1.2. Jornalismo comparado na América Latina: mais atenção ao jornalista do que ao conteúdo

A pesquisa em comunicação política comparada apresenta grande influência do jornalismo. Portanto, os estudos de jornalismo já possuem uma tradição mais antiga nessa área. E de forma geral, os estudos comparados de jornalismo já apresentam uma tradição mais forte de trabalhos qualitativos-interpretativos. A partir de uma comparação entre cobertura de campanhas políticas na Alemanha e Reino Unido, Holtz-Bacha e colegas (2014) analisam a personalização da política em campanhas eleitorais. Em um estudo recente, Hallin

e colegas (2020) examinam o conteúdo das notícias sobre saúde em jornais da Noruega, Espanha e Reino Unido com um foco no papel social e político dessas notícias, incluindo as relações institucionais entre a medicina, o mercado e o Estado. A hipótese era que o enquadramento das notícias iria variar de acordo com os sistemas de saúde nos respectivos países. Assim, as notícias foram analisadas a partir de certos enquadramentos, por exemplo, a saúde sendo tratada como uma questão de cidadania ou consumo, a saúde como uma questão de estilo de vida ou de medicina, além de uma análise dos atores principais que figuram nessas notícias, como médicos, autoridades sanitárias, setor privado, etc. Como a União Europeia é uma grande financiadora de pesquisas comparadas, a grande parte das pesquisas envolvem países do continente e ainda são poucas as que observam países latino-americanos. A seguir, serão revisadas os principais trabalhos e abordagens de jornalismo comparado em países latino-americanos (WAISBORD, 2000; MELLADO, 2015; SEVERINO, 2020).

Uma tendência que se observa é que a maior parte dos estudos, mesmo e quando analisam aspectos do jornalismo, não faz uma análise do conteúdo em si, mas trabalha com questões de ordem mais sistêmica, examinando a relação entre o jornalismo e o sistema de mídia de determinado país, ou, então, comparando questões como as condições de trabalho do jornalista, grau de autonomia, liberdade de imprensa e segurança no exercício da profissão. Desse modo, grande parte dos trabalhos concentra-se no jornalismo como profissão (MELLADO ET AL, 2012; WEAVER; WILLNAT, 2012) e não no conteúdo em si (LEO et al, 2019).

Em relação a pesquisas que priorizam o viés sistêmico, Fox e Waisbord (2002) propõem uma visão crítica de como a política local e a globalização da comunicação moldaram o desenvolvimento da mídia na região. Os autores compararam diversos países para analisar questões como privatização, adoção de um modelo liberal para empresas de mídia, crescimento e concentração de grandes conglomerados, o papel do Estado em relação à mídia, mediação da política, assim como a relação entre o Estado e as TVs públicas. Outra autora importante para o desenvolvimento do campo das pesquisas em política comparada na América Latina é Carolina Matos (2012), que compara o papel desempenhado

pelas TVs públicas no Reino Unido e Brasil partindo da hipótese de que forças internacionais exerceram um papel de destaque na forma como foram moldadas as televisões da América Latina.

Hallin e Papathanassopoulos (2002) apresentam uma análise comparada entre os sistemas de mídia de quatro países do Sul da Europa – Grécia, Itália, Espanha e Portugal – e de três países da América Latina - Brasil, Colômbia e México. A intenção foi aferir a questão do clientelismo político a partir de cinco variáveis de análise: (1) baixa tiragem e circulação de jornais; (2) a tradição de um jornalismo “militante”; (3) instrumentalização da mídia como empresa privada; (4) politização de radiodifusão pública e regulação das transmissões; e (5) o pouco desenvolvimento do jornalismo como profissão autônoma. Os autores concluem que os países latino americanos possuem “índices maiores” nos quesitos analisados, o que sugere um quadro de “defasagem” em relação ao outro bloco. Além disso, os pesquisadores arriscam-se a prever que o clientelismo continuaria a permear os sete países analisados. No mesmo sentido, em relação ao sistema de mídia, Taylor Boas (2013) explora a relação entre política e meios de comunicação de massa em oito países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Boas (2013) examina a forma como a mídia contribui para, ou atrapalha, o desenvolvimento da boa governança democrática na região. O trabalho propõe, assim, a análise de um conjunto de temas que sintetizam as relações entre mídia e democracia na região, como concentração dos meios, relações entre mídia, jornalismo e política, além da comunicação política em processos eleitorais. Ainda na linha dos trabalhos comparados de comunicação política na América Latina, com um viés sistêmico, Marques (2018) analisa os processos de tentativa de reforma nos modelos de regulação da mídia no Brasil e na Argentina.

Como dito anteriormente, as pesquisas comparadas que se concentram no exercício do jornalismo como profissão na América Latina contam com uma série de trabalhos já feitos, tendo MELLADO (2012, 2015, 2018) como uma das principais autoras da área. De modo geral, essas pesquisas costumam abordar temas como grau de profissionalização do jornalismo, autonomia e liberdade em relação à empresa que o jornalista trabalha, satisfação com a profissão e segurança.

Weaver e Willnat (2012) coordenam a ampliação de uma pesquisa feita em 1998 chamada de o *Jornalista Global*. A última versão, de 2012, entrevistou 29 mil jornalistas sobre a visão que eles têm da profissão e quanto ao grau de liberdade que acreditam ter. O estudo discute como jornalistas de vários continentes estão sendo afetados pelas mudanças estruturais que atingem o campo, como a queda de audiência nas TVs abertas, uma concorrência mais acirrada devido a maior presença dos meios digitais, além da existência de cada vez menos empregos formais e o aumento do número de jornalistas trabalhando como freelancers. As entrevistas foram agrupadas por continentes, para a comparação dentro de cada bloco. No bloco da América do Sul são feitas pesquisas em três países: Brasil (HERSCOVITZ, 2012) Colômbia (ARROYAVE; BARROS, 2012) e Chile (MELLADO, 2012). É importante notar que no caso dessa pesquisa comparada, não há um rigor metodológico de se aplicar exatamente as mesmas perguntas para os jornalistas de países diferentes, cada autor conduz a própria pesquisa como melhor lhe parece.

No caso do Brasil, Hercovitz (2012, p. 365-382) concluiu que os jornalistas estavam satisfeitos com o trabalho, apesar de terem as mesmas preocupações que jornalistas de outras partes do mundo, como um mercado de trabalho cada vez mais restrito, a eliminação da obrigatoriedade do diploma e salários menores. Os jornalistas também fizeram críticas duras às organizações nas quais trabalham, dizendo, por exemplo, que não eram independentes e que tampouco tais organizações seguiam uma conduta ética. A pesquisa também concluiu que, apesar das divergências entre empregadores e empregados, os jornalistas brasileiros tentam se manter fiéis aos seus próprios ideais, que a maioria acredita que os papéis mais importantes da imprensa são conduzir investigações e pressionar agentes públicos, e que a grande maioria parece se orgulhar de ser criativa em circunstâncias adversas. Sobre o jornalista chileno, MELLADO (2012, p. 382-399) concluiu que 61% dos jornalistas eram homens, e que nas redações praticamente não havia mulheres acima dos 50 anos. Do total de jornalistas entrevistados, 78% tinha menos de 40 anos e quase 57% se consideravam progressistas. A maior insatisfação dos jornalistas chilenos era em relação aos salários baixos. O estudo também perguntou sobre satisfação no trabalho e

autonomia. Mais de 65% diz ter autonomia para escolher a pauta e a ênfase que deseja para as matérias, mas só 42% diz que o seu trabalho não é editado por outro profissional (MELLADO, 2012, p.397).

Como seria de se esperar, os jornalistas que não estão em posições de chefia se percebem com menos autonomia. Para resumir, a autora define o típico jornalista chileno como um homem, com menos de 40 anos, que trabalha como repórter em tempo integral cobrindo vários assuntos – sem fazer parte de uma editoria específica – é mal pago, considera-se do espectro da política de esquerda e acredita fortemente no papel de *watchdog* e fiscalizador do jornalismo. Sobre o trabalho do jornalista na Colômbia, Arroyave e Barrios (2012, p. 400-412) afirmaram que a violência urbana, o tráfico de drogas, assim como a violência política era um tema dominante na história da Colômbia, e que afetava diretamente a vida profissional do jornalista. Assim, um dos principais problemas para o exercício da profissão, apontado pelos jornalistas, seria a sensação de insegurança. Ataques à bomba, ameaças, sequestro, suborno, exílio e assassinato, de acordo com as autoras, eram resposta comuns à cobertura da mídia sobre traficantes de drogas ou crime organizado. Um caso emblemático foi o assassinato de um diretor do jornal El Espectador, morto em 1986 quando saía do jornal após o expediente, supostamente, a mando de Pablo Escobar. Na pesquisa realizada em 2012, 86% dos jornalistas ouvidos responderam que já souberam de casos de violência contra algum colega da imprensa, e quase metade dos jornalistas já receberam alguma ameaça. Além disso, 11% disseram que já foram agredidos, 8% contaram que tiveram algum colega assassinado e 5%, disseram que já foram sequestrados. Além da questão da segurança uma outra grande insatisfação diz respeito ao salário, e a dificuldade de pagar as contas trabalhando em um lugar só. A pesquisa registrou que quase metade dos jornalistas (44%) disseram que tinham mais de um trabalho (ARROYAVE; BARRIOS, 2012, p. 411). Outras reclamações que apareceram nas entrevistas foram a falta de proteção social em seus empregos e falta de pagamento de horas extras.

Em uma outra pesquisa, Claudia Mellado et al (2012), compara a cultura jornalística de Chile, Brasil e México. Primeiro os autores ressaltam que há grandes diferenças entre os sistemas de mídia desses países. O Brasil e o México

seriam mais parecidos entre si, distanciando-se do Chile, por quatro características: os dois países possuem uma indústria de mídia muito grande e diversificada; os dois são líderes em produção audiovisual; os dois abrigam os maiores grupos de mídia da América Latina: a Globo no Brasil, e a Televisa no México; os dois têm populações bem maiores que o Chile, e os dois também contariam com um maior subsídio na mídia por parte do Estado (MELLADO et al, 2012, p. 73-74). Ao todo, foram entrevistados 300 jornalistas nos três países para que fossem analisadas semelhanças e diferenças a partir de três elementos: o grau de liberdade de imprensa em relação à política, nível de concentração da mídia e o paralelismo político da mídia, ou seja, quão representativos são os meios de comunicação dos grupos que compõem a sociedade (MELLADO, 2012, p.74). O estudo analisou em que medida as diferenças que existem em termos de cultura política, estrutura política e sistemas de mídia se refletem em suas culturas jornalísticas. A pesquisa concluiu que os jornalistas brasileiros são os que mais dão valor ao critério de imparcialidade. Os resultados também revelam que nos três países os jornalistas parecem não se importar muito em publicar informações que não podem ser verificadas. No que diz respeito a valores, os achados mostram que a maioria dos jornalistas dos três países apoiam a existência de princípios éticos que precisam ser seguidos independentemente da situação e do contexto.

Em um outro exemplo de pesquisas com jornalistas, Weiss (2014) examina como as novas mídias afetam o trabalho de jornalista na Argentina, Brasil, Colômbia, México e Peru. A pesquisa aponta para novas rotinas dos jornalistas a partir das mídias digitais, como seu uso intenso para definir pautas e matérias, para checar fatos e fontes online, divulgar as notícias que produzem, e para receber feedback do público. O estudo também mostrou que o Facebook e o Twitter eram as ferramentas mais populares usadas todos os dias pelos jornalistas ouvidos desses cinco países. Assim, a pesquisa conclui que as mídias digitais estão contribuindo para a transformação da forma como o trabalho é produzido, apresentado ao público e também pela forma como os jornalistas percebem o próprio trabalho (WEISS, 2014, p. 96).

Mellado et al (2016) estuda o que Brasil, Cuba, Chile, Equador e México enxergam como função do jornalismo. Os resultados mostram diferenças

significativas no desempenho das funções. Entre as conclusões consta que havia uma grande variação de cultura jornalística, sem um modelo claro e definido de jornalismo regional. A pesquisa conclui que o jornalismo latino-americano tende a ser mais passivo, menos opinativo e militante do que o de Portugal e Espanha, por exemplo (MELLADO et al, 2016, p. 16). Segundo o estudo, confirmou-se a hipótese de que em Cuba, por se tratar de um sistema de mídia controlado, havia um índice alto de notícias a favor da elite política. Embora a função de *watchdog* e "dever cívico" tenham tido uma presença geral baixa nesses países, Brasil e México foram os países em onde se encontrou a maior presença desse quesito. De acordo com o estudo, a função do jornalismo como serviço apresentou poucos pontos, mas está mais presente na imprensa equatoriana (MELLADO et al, 2016 p.1.102).

1.3. Jornalismo e representação na América Latina: temas e questões

Pretende-se, aqui, fazer uma revisão de trabalhos que discutem a representação de diversos temas, todos de algum modo, associados à cultura latino-americana, como imigração, populismo, tráfico de drogas, crime, violência urbana.

Hallin (2000) analisa a representação midiática de crime em um jornal sensacionalista mexicano, o *La nota roja*, um jornal que dedicava mais 20% de seu conteúdo a notícias sobre o crime organizado. Observando uma mistura entre notícia e entretenimento, dentre as abordagens identificadas, o estudo cita uma grande ênfase nas organizações criminosas da Baja Califórnia – região que faz fronteira com os Estados Unidos e que historicamente é uma das mais violentas do país –, e um enfoque polarizado nas matérias, com uma dicotomia de o “povo contra o poder público”, os políticos sendo retratados como inúteis, que não fazem nada a respeito, e a defesa de políticas “mano dura” contra o crime (HALLIN, 2000, p. 42). O tema da imigração na imprensa é abordado por

Severino (2020) com uma análise de conteúdo sobre representações de imigração de latinos dentro da América Latina. Analisando 1.690 notícia de veículos do Chile, Colômbia e México, com um olhar nos enquadramentos, escolha de palavras, fontes e outros elementos das notícias entre 2014 e 2018, o estudo também conduziu entrevistas para tentar estabelecer relações entre as coberturas e a posição do próprio jornalista. A pesquisa verifica ainda, por exemplo, quais os enquadramentos são utilizados, como a ênfase no imigrante como vítima, a imigração como um problema humanitário, como uma ameaça ao país que está recebendo os imigrantes, ou como algo positivo para as economias que os recebem. O estudo conclui que são muito poucas as matérias que abordam a imigração de forma positiva.

Browne et al (2010) estudam as representações da cultura peruana e boliviana na imprensa chilena. Foram identificadas todas as matérias que faziam algum tipo de referência a peruanos e bolivianos de dois jornais chilenos de grande tiragem, *La Cuarta* e *Últimas Noticias*, respectivamente, dos grupos *Copeasa* e *El Mercurio*. O estudo concluiu que praticamente todas as notícias referindo-se a esses dois países concentravam-se nas seções de notícias policiais ou de esporte. Os significados atribuídos com maior frequência para os peruanos foram “cholitos”, termo que pode ser considerado pejorativo, diminutivo de “mestiço”.⁴ Para os bolivianos, um dos termos mais usados foram “paitocos”, termo também pejorativo para referir-se a indígenas bolivianos, de acordo com o site hispanofilias.⁵ Quanto aos significados relacionados aos dois países, o texto cita termos como drogas, conflitos e disputas ligadas à fronteiras, imigração, futebol, pisco, ceviche, entre outros.

Uma abordagem metodológica comum para o estudo das representações no jornalismo é a Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1999), que é a utilizada no artigo de Molina et al (2014) para analisar as representações de crimes em três jornais argentinos. O artigo explora um caso específico que marcou Buenos Aires, o “Caso Piparo”, de uma mulher grávida que foi agredida ao reagir a um assalto e

⁴ CHOLITO. In Dicionário da Real Academia Espanhola, Asociación de academias de la lengua española. Disponível em: <https://dle.rae.es/cholo?m=form>

⁵ PAITOCO. In Hispanofilia. Disponível em <https://hispanofilias.com/>

acabou perdendo o bebê. O episódio, segundo as autoras, tornou-se um caso relevante de “insegurança”, temática que seria central na agenda jornalística na Argentina. O trabalho observa como os jornais de grande circulação estudados – *Clarín*, *La Nación* e *Página 12* – constroem um discurso sobre insegurança. A análise mostra como cada um desses jornais cria a ideia de vítima como figura central, apelando em várias ocasiões para a emoção e moralidade. Em oposição, os agressores são representados como selvagens e “não humanos”. Também são analisados os discursos de outros atores envolvidos, como as forças de segurança e agentes políticos. A partir desse caso, descrito basicamente como “brutal” e “comovente” nos jornais analisados, o estudo conclui que apesar dos três jornais darem uma ênfase maior na vítima do que em outros atores, os enquadramentos utilizados são diferentes. Segundo as autoras, *Clarín* e *La Nación*, mostram a vítima e sua família como cidadãos de classe média, como uma “família modelo” e valores sociais aceitáveis. Os agressores, por outro lado, nesses jornais seriam representados como vindos de uma família disfuncional, dedicada ao delito” (MOLINA et al, 2014p. 288).

Kitzberger (2018) propõe um estudo sobre como o jornalismo e a imprensa aparecem nos discursos de Hugo Chávez. Por meio de uma análise de conteúdo de discursos públicos do presidente venezuelano repercutidos pela imprensa da Venezuela entre 1999 y 2004, o artigo pretende identificar elementos populistas nos discursos de Chávez, no que diz respeito a referências à imprensa. De acordo com o artigo, referências ideológicas, ataques à imprensa, assim como críticas aos donos dos meios se caracterizariam como elementos próprios do populismo. Um outro trabalho que trata de representações em jornais latino-americanos aborda os significados atribuídos às Forças Revolucionárias Colombianas (Farc) na imprensa (CARREÑO, 2015). O estudo pretende apontar para a construção de ideias, tanto na imprensa nacional colombiana quanto na internacional, sobre as Farc nos anos 1980, em um contexto de fim da Guerra Fria. O trabalho mostra como ao longo do tempo a imagem atribuída ao grupo variou de uma guerrilha comunista para uma narco-guerrilha.

2. Comunicação e Cultura: jornalismo e a construção da realidade

Este capítulo aborda a teoria voltadas para a ideia construcionista do jornalismo (TRAQUINA, 2004; SCHRAMM, 2008; CAREY, 189, SUBTIL, 2014), e as duas seções que seguem exploram a teoria voltada para as representações (FRANÇA, 2004; SOARES, 2009), os estudos culturais latino-americanos (FRANÇA; SIMÕES, 2016; BARBERO, 1997), bem como algumas teorias que buscam uma agenda de pesquisa própria para a comunicação e o jornalismo para a América Latina (WAISBORD; MELLADO, 2014; WAISBORD, 2014).

Como parte de um esforço para definir os significados da comunicação, Waisbord (2019) enxerga a interação simbólica como uma das seis abordagens para a comunicação, além de conexão, diálogo, expressão, informação e persuasão. Ao referir-se à comunicação como interação simbólica, o autor parte da premissa de que não há vida social fora da comunicação. Para o autor, comunicação é tudo, e não apenas parte da experiência cotidiana. É o que nos torna humanos e a realidade social seria criada e vivida pela comunicação, cuja etimologia mostra o sentido de “tornar as coisas comuns” (WAISBORD, 2019, p.24).

Fundamentada no pragmatismo filosófico, esta concepção se interessa, particularmente, pela comunicação como construção de uma comunidade, a forma como os seres humanos obtêm um senso de si mesmos por meio do reconhecimento pelo outro. Como observa Dewey (1916), "a sociedade não continua a existir apenas pela transmissão, pela comunicação, mas pode-se dizer que existe na transmissão, na comunicação" (DEWEY, 1916, p.4). Nesse sentido, de acordo com Dewey (2016), haveria mais do que um laço verbal entre as palavras "comum", "comunidade" e "comunicação". Para Dewey, as pessoas

vivem em comunidade em virtude das coisas que têm em comum e a comunicação é a maneira pela qual alcançam o comum. Desse modo, o que precisam ter em comum para formar uma comunidade ou sociedade são objetivos, crenças, aspirações, conhecimentos, entendimentos.

O jornalismo como construção surge nos anos 70, claramente, rejeitando a teoria do espelho - de acordo com a qual o jornalismo seria um espelho fiel da realidade -, e considerando que as notícias ajudam a construir a própria realidade (Traquina, 2002, p. 169). A construção das representações pelo jornalismo, e pelas mídias em geral, tem um papel inegável na construção social dos significados compartilhados (SOARES, 2009, p.9; SCHRAMM, 2008). Com uma intenção semelhante à desta tese, de discutir os sentidos da democracia na comunicação e nas mídias em regimes democráticos, Schramm (2008) reafirma a ideia de que a partir da perspectiva dos estudos culturais, a comunicação é percebida não como transmissão de informações, mas como um processo cultural de produção de sentido sobre a realidade, em que tanto os discursos dos meios quanto as apropriações diferenciadas feitas por receptores situados em contextos sociais e culturais específicos são carregados de valores, ideologias, formações culturais compartilhadas e relações de poder que conformam as mensagens e expressam, ainda que de maneira sutil, os conflitos (Schramm, 2008, p. 17).

Essa abordagem entende a comunicação como central para a constituição da vida social, como bem ilustrada na famosa definição de Carey para quem a comunicação é um processo simbólico pelo qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada (CAREY, 1988, p. 23). Como argumenta Waisbord (2019, p. 27), esta perspectiva pode ser adotada em várias linhas de pesquisa em comunicação, de uma abordagem construtivista da comunicação organizacional a uma ampla gama de estudos culturais, passando por estudos de representação, de linguagem, e do âmbito comunicacional de ações coletivas e movimentos da sociedade civil. Nesse sentido, a comunicação pela ótica do interacionismo simbólico é a de que a realidade social é criada e vivida “na” comunicação, e é defendida por autores clássicos nos estudos de teoria da comunicação, como John Dewey (2012), James Carey (1988) e Stuart Hall (2016).

Esse tipo de posicionamento epistemológico seria uma tentativa de conter

quase que a exclusividade da visão transmissional da comunicação, na linha dos estudos dos efeitos de mídia (BASTOS, 2010). Um exemplo de pesquisa que considera o jornalismo de modo parecido, como um construtor de sentidos, é a realizada por Hallin e Briggs (2016). O estudo examina a relação entre o jornalismo e a medicina, considerando o papel da cobertura jornalística de saúde como central para a construção dos entendimentos tanto da saúde quanto da doença. Ou seja, os autores consideram que o conhecimento médico é uma construção de vários saberes, inclusive, da mídia. Nesse sentido, um estudo, como o proposto, sobre conteúdos produzidos e percepções a respeito de um determinado tema pode ser considerado um estudo sobre “crenças compartilhadas”.

2.1. Representação e cultura

Ligada originalmente ao campo da psicologia social, a teoria das representações sociais é bastante usada nas mídias e no jornalismo. O jornalismo, assim como a notícia, é um campo relevante na construção da realidade social. Parte-se da ideia de que a notícia é resultado da atividade diária dos jornalistas que, a partir de uma cultura profissional, e uma série de processos, produzem discursos, construindo representações da economia, política e cultura, que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade (PEREIRA JUNIOR, 2005).

Um dos principais expoente dos estudos culturais britânicos, Stuart Hall se perguntava como as imagens que nos rodeiam nos ajudam a entender como funciona o mundo em que vivemos, como essas imagens apresentam realidades, valores, identidades, e o que podem acarretar, ou seja, quem ganha ou perde com elas, quem ascende ou descende, quem é incluído ou excluído e, no caso de Hall, como fica a situação dos negros nesse processo. Desse modo, Hall destacou-se na tradição dos estudos que se dedicam aos questionamentos e disputas sobre o que a imagem representa (ITUASSU, 2016). Para Hall, a representação é uma das práticas fundamentais que produz a cultura. Como cultura diz respeito a

"significados compartilhados", a linguagem seria o meio pelo qual "damos sentido às coisas". Desse modo, significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem, que, portanto, torna-se fundamental para os significados culturais (HALL, 2016, p. 17). Para o autor, a linguagem é capaz de sustentar o diálogo entre participantes de modo a permitir que eles construam uma cultura de significados compartilhados por operar como um sistema representacional, uma vez que na linguagem fazemos uso de signos e símbolos para significar ou representar para os outros nossos conceitos ideias e sentimentos.

França (2004) pensa a comunicação como troca, interação, situação comunicacional que circunscreve a relação mediada discursivamente. Pensando a comunicação como instância de produção de sentido num contexto relacional, conceitos como representação social e o de mediações ganham importância. Desse modo, para a autora, comunicação seria uma inter-relação de mediações e representações, que, por sua vez, podem ser definidas como um conceito que vem sendo historicamente construído nas fronteiras da sociologia, psicologia e semiótica. Para ela, representações podem ser tomadas como sinônimo de signos, imagens, formas e ideias desenvolvidas por uma sociedade.

O conceito de mediações, em referência à obra de Barbero (1989), surgiu com força, sobretudo, no contexto latino-americano, deslocando o eixo de atenção dos produtos midiáticos em si, como informações, imagens e modelos oferecidos de forma já pronta pelos meios, para o campo da recepção, com referências culturais e situações concretas do dia a dia que filtram nossa leitura e interpretação dos produtos que recebemos das mídias. Desse modo, na visão da autora, mediações, de acordo com Barbero, seriam os lugares de onde provêm as construções que configuram a materialidade social e a expressividade cultural dos produtos midiáticos (FRANÇA, 2014, p. 21).

No campo da sociologia, a obra de Berguer e Lukman (1990) volta-se para a ideia da construção social da realidade, ou seja, para a objetivação das representações do mundo por meio da socialização (SOARES, 2009). Para Soares (2009), os estudos sobre representações têm como objeto, entre outros, telenovelas, séries de ficção e filmes, que atuam no âmbito da fabulação, produzindo um imaginário sem necessariamente um compromisso com a história, a partir de certas

estruturas estudadas desde a Antiguidade, com base na mitologia, com alguns elementos fixos, que vão se recombinao. De acordo com essa visão, essas produções constroem representações tácitas sobre a realidade social, naturalizando algumas estruturas sociais, e idealizando ou demonizando outras, recaindo, muitas vezes, na confirmação do status quo, com a idealização de famílias felizes, beleza ou juventude. No caso específico do jornalismo, o autor acredita que o estudo das representações é mais controvertido e menos preciso do que em outras produções como a ficção ou a publicidade, uma vez que seria mais difícil admitir que haja inclinações, devido à suposição de um compromisso ético do jornalismo em estabelecer uma relação fiel com a realidade. No entanto, acrescenta o autor, o jornalismo seria necessariamente um relato particular dos acontecimentos, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado (SOARES, 2009, p. 21).

Por mais que ideias de objetividade e imparcialidade acompanhem o jornalismo, também há espaço para as teorias que tentam entender o campo à luz de abordagens construcionistas. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo, Gadini (2007) diz que em vez de se falar em algo dado, esta perspectiva pensa a vida social como processos de produção de sentidos e valores que orientam as ações e percepções dos indivíduos, o que implica em compreender que a realidade é resultado de uma combinação de fatores sociais, históricos e culturais. Desse modo, prossegue o autor, a realidade social é também instituída por uma multiplicidade de discursos e interesses, por padrões de comportamentos socialmente definidos e aceitos, e por variadas formas de interação.

Fez-se uma busca por trabalhos que discutem a representação de democracia, e temas relacionados, no jornalismo em países da América Latina. Entre eles, Biroli (2009), por exemplo, discute as representações sobre os papéis assumidos pela imprensa no golpe de 1964 em textos publicados em jornais e revistas brasileiras entre 1984 e 2004. De acordo com a autora, a análise demonstrou como os significados atribuídos ao golpe e à ditadura militar nas mídias estudadas vinculam a prática jornalística à defesa da democracia com uma oposição simplista entre liberdade de imprensa e ditadura. Por meio de uma análise do discurso, Tonelli

(2022) estuda as representações de democracia em revistas católicas argentinas durante os períodos de campanha eleitoral para presidente entre 1989 e 2011 na Argentina. O trabalho conclui que nas revistas estudadas, as principais representações mostram a democracia como um corte abrupto em relação ao passado e o início de uma nova era, e também a democracia vinculada ao mal e ao pecado.

2.2. Comunicação e cultura na América Latina

Entre os principais expoentes dos estudos culturais europeus, James Carey (1989) integra um grupo de teóricos que, a partir da década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, buscava caminhos alternativos à tradição norte-americana dominante na comunicação centrada nos efeitos e funções das mídias de massa (SUBTIL, 2004), adotando uma visão cultural ou ritual da Comunicação. Para Carey (1989) a vida é conversação, é a capacidade do ser humano de pensar e fabricar símbolos e então construir uma ordem simbólica compartilhada:

Uma visão ritual da comunicação se concentrará em uma gama diferente de problemas ao examinar um jornal. Irá, por exemplo, entender a leitura de um jornal menos como receber informação e mais como assistir a uma missa, uma situação em que nada de novo é aprendido, mas em que uma visão particular do mundo é retratada e confirmada. (CAREY, 1989, p.16, tradução nossa).

Nos Estados Unidos, a chamada Escola de Chicago, fortemente influenciada pela sociologia, da qual participaram autores como John Dewey, George Herbert Mead, Herbert Blumer, Howard Becker e Erving Goffman, de diferentes gerações e com contribuições distintas ligadas à tradição etnográfica, seguia o mesmo caminho de pensar a comunicação como ritual.

Ao revisar as teorias da comunicação, França e Simões (2016) abordam o estudo da comunicação na América Latina, e sua virada crítica na tentativa de buscar conceitos próprios, com uma maior contextualização socioeconômica e cultural, incluindo o desenvolvimento de caminhos teóricos e metodológicos voltados para as necessidades dos países latino-americanos. Como pontuam as autoras, nos anos 1970, as vertentes que marcaram os estudos de comunicação na

região giravam em torno de uma reação a um "imperialismo cultural", com um referencial teórico de cunho marxista e influenciado pelos sociólogos da CEPAL⁶ e pela Teoria da Dependência, além de uma vertente em prol de uma comunicação democrática e horizontal, inspirada no educador brasileiro Paulo Freire.

Nos anos 1980, Os estudos de comunicação na América Latina foram marcados pela obra de Jesús Martín-Barbero, *De los medios a las medicaciones*, cuja perspectiva das mediações teria significado um "resgate das tradições culturais populares em nosso continente, no diálogo complexo que elas estabeleceram com a cultura midiática e as novas tecnologias" (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p.134). A perspectiva das mediações teria se traduzido empiricamente em um foco nos chamados estudos de recepção, difundidos na América Latina, como mostra trabalho de Orozco (2002). No cenário latino-americano também se destaca Néstor García Canclini (1998) e sua reflexão sobre a especificidade da cultura da América Latina, que seria uma cultura híbrida, e a ideia de que é na cultura que se constitui a identidade de uma nação. Sendo assim, Canclini coloca-se ao lado de Martín-Barbero no grupo de autores latino-americanos que defendem o estudo e o reconhecimento cultural das diversas modalidades de comunicação. Em grande medida graças a García Canclini e Martín-Barbero, os estudos culturais da América Latina se destacaram, embora estudos anteriores também se dedicassem à comunicação e cultura (WAISBORD, 2014).

Restrepo (2015) concentra-se na caracterização dos Estudos Culturais desenvolvidos na América Latina por latino-americanos, questionando se haveria de fato um campo homogêneo de estudos intitulado "Estudos Culturais latino-americanos". O autor argumenta que os países da América Latina se caracterizam por uma heterogeneidade radical em termos sociais, políticos, acadêmicos e intelectuais, e apresenta a crítica de que em muitos outros casos, a rubrica dos Estudos Culturais pode ser percebida como um modismo acadêmico

Na tentativa de propor alternativas aos estudos da comunicação e uma

⁶ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, pertencente à Organização das Nações Unidas, também criada em 1948, junto com a ONU, tornou-se uma escola de pensamento para contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região, e suas teorias e visões se espalharam por diversos países. Ver em <https://www.cepal.org/pt-br/sobre/historia-cepal>

proposta de se criar uma epistemologia do campo mais de acordo com o Sul Global, Waisbord e Mellado (2014) revisitam o debate sobre o que chamam de "desocidentalização dos estudos de comunicação", o que, segundo os autores, seria absolutamente necessário para enriquecer um campo que tem sido historicamente organizado ao redor de análises, epistemologia e evidências vindas da Europa e Estados Unidos, em especial, os estudos de *media effects*. Ou seja, implicaria em um reposicionamento das pesquisas acadêmicas, mudança no referencial teórico, maior consideração do conhecimento local, geralmente posto à margem, e na produção de conhecimento que leve em conta realidades locais e incorpore tradições culturais e intelectuais "nativas". A agenda de pesquisa também precisaria ser expandida abordando questões igualmente voltadas para as realidades locais, como, por exemplo: Qual o tipo de comunicação que prevalece em sociedades que há muito mais tempo são multiculturais?; Como a violência social e política afeta a comunicação política, o jornalismo e as mídias?; Como uma consciência crítica emerge e é desenvolvida em contextos de grande desigualdade social?; Ou, como o conhecimento local molda as formas de comunicação? Ou seja, para o autor, essa mudança precisa ser guiada por uma visão híbrida do conhecimento acadêmico (WAISBORD; MELLADO, 2014, p.361–372).

A "desocidentalização", como proposta acima, implica em buscar referenciais teóricos, objetos de estudo e questões próprias. Em um outro trabalho, abordando, especificamente, o estudo da comunicação na América Latina, Waisbord (2014), propõe quatro questões amplas de pesquisa que seriam interessantes para a região e poderiam guiar pesquisas de comunicação política: De que forma o ativismo cidadão contribui para mudar as relações de poder nos sistemas de mídia e contribuir para políticas de comunicação?; A mídia digital e as novas formas de produção e consumo de conteúdo contribuem para o empoderamento do cidadão?; Como os espaços comunicativos se conectam ao debate democrático?; Como as inúmeras possibilidades de comunicação e mídia se conectam a processos de mudança política?

3. Democracia: teoria e questões

Em sua concepção mais conhecida e difundida, a democracia seria o “governo pela maioria do povo”. “Democracia” teria vindo da palavra grega *demokratia*, cujas raízes são *demos* (povo) e *kratos* (governo) e, desse modo, significa uma forma de governo na qual, em contraposição a monarquias e aristocracias, o povo governa (HELD, 2007, p.1). No entanto, definir a democracia como “governo pelo povo e para o povo” levanta a questão de quem governará e a quais interesses deverá o governo atender quando o povo estiver em desacordo e as suas preferências divergirem. A resposta para esse dilema é a de que prevaleça a vontade da maioria do povo, ou, seja, o governo de acordo com a vontade popular (LIJPHART, 2003, p.19).

No dicionário Michaelis, a palavra democracia apresenta nove definições: 1) Forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo; 2) Sistema de governo em que cada cidadão tem sua participação; 3) Sistema político dedicado aos interesses do povo; 4) Forma de governo que tem o compromisso de promover a igualdade entre os cidadãos; 5) Sistema político influenciado pela vontade popular e que tem por obrigação distribuir o poder equitativamente entre os cidadãos, assim como controlar a autoridade de seus representantes; 6) Sistema de governo caracterizado pela liberdade do ato eleitoral; 7) Governo que respeita a decisão da maioria da população, assim como a livre expressão da minoria; 8) País cujo sistema de governo é democrático; 9) Ideal comprometido com os interesses democráticos.⁷

Entre as muitas possibilidades, teorias e correntes de estudo a respeito da democracia, há, a grosso modo, duas perspectivas consagradas: a primeira seria a concepção "minimalista", presente na teoria de Schumpeter (1975). De forma resumida, esta pode ser entendida como "o compromisso mútuo entre elites políticas sobre as regras e procedimentos que produzam escolhas pacíficas, por

⁷ DEMOCRACIA. In: Dicionário Michaelis

Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=democracia>

meio do voto e eleições competitivas, dentro da pluralidade de interesses existentes no interior das sociedades" (GAMA NETO, 2011, p.27). Já as concepções reconhecidas na literatura como "maximalistas" entendem que os regimes democráticos não podem ser resumidos a métodos de escolhas eleitorais.

Desde a sua concepção inicial a democracia já impõe certos dilemas e gera muitas críticas. Held (2007) aponta para problemas de definição que emergem da frase governo pelo povo, como quem deve ser considerado povo, se a frase "governado pelo" implica em uma obrigação de obediência, e qual o lugar, por exemplo, da contestação e da discordância. Schramm (2008), referindo-se à Williams, ressalta as diversas tentativas de se limitar o sentido de "o povo" a certos grupos qualificados: homens livres, proprietários, sábios, homens brancos, homens, e assim por diante. "Quando se define democracia como um processo de eleição, pode-se afirmar que essas constituições limitadas são plenamente democráticas: o modo de escolha dos representantes é considerado mais importante que a proporção do 'povo' que toma parte dele" (SCHRAMM, 2008 p.4). Assim, na definição de democracia como governo dos representantes eleitos, a ideia de poder popular assume um caráter retórico, visto que quem governa de fato não é o povo.

A democracia assume duas formas principais, a democracia direta e a representativa. Muitas das razões pelas quais a democracia enfrenta queda de apoio ou descrença pode estar relacionada a questões inerentes à democracia representativa. Ao discorrer sobre o futuro da democracia, Bobbio (1997), por exemplo, constata que cada vez mais há a exigência de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta. No campo dos déficits democráticos apresentados pela democracia liberal representativa, uma ideia difundida seria a da tirania da maioria (MILL, 1859), um risco que sempre há nas democracias representativas majoritárias, com decisões por maioria absoluta, sendo que os casos mais comuns podem ser discriminações contra grupos étnicos, raciais, religiosos, homossexuais, entre outros. Em seu trabalho sobre redemocratização, Huntington (1994) apresenta as características pelas quais "se faz uma democracia":

Foram feitas pelos métodos da democracia, não havia outro jeito. Foram feitas por meio de negociações, compromissos e

acordos. Foram feitas por meio de manifestações, campanhas e eleições, e por meio da resolução não violenta das diferenças (HUNTINGTON, 1991, p. 164-1651, tradução nossa).

Entre os principais objetivos desta tese consta uma ampla revisão de literatura sobre a teoria democrática, de modo que seja possível extrair e fundamentar temas para a classificação de notícias, para que sejam adaptáveis e possíveis de se aplicar também em outros projetos sobre as consequências que os sistemas de mídia híbridos (CHADWICK, 2017) podem ter para as democracias. Sendo assim, neste capítulo, pretende-se apresentar uma revisão de literatura que contemple pesquisas atuais sobre democracia na América Latina (LATINOBARÓMETRO 2018, 2021; INCT IDDC, 2022; IDEA, 2021; V-DEM, 2022), além de uma revisão das ideias dos principais autores das teorias da democracia (DAHL, 2012; HELD, 2007, SARTORI, 1994), sobretudo, aqueles que pensam a democracia na América Latina (O'DONELL, 1991, 2011; SANTOS; AVRITZER, 2012; 2009, 2016; GOMES; MAIA, 2008).

3.1. Democracia na América Latina

Depois do fim da Guerra Fria, a reflexão sobre democracia entra no centro dos debates na América Latina, movidas por questões específicas envolvendo os países da região (LANDER, 1996). Como discute o autor, na Colômbia o debate sobre a Constituição de 1991 cria expectativas em relação ao reordenamento do sistema político como saída institucional e democrática para a profunda crise gerada pela violência de movimentos guerrilheiros, organizações do narcotráfico e das Forças Armadas. Na Venezuela, diante da crise econômica, abre-se a expectativa de uma reforma democratizante e modernizadora do Estado. No México, o discurso e lutas políticas que acompanharam a crise do regime do Partido Revolucionário Institucional (PRI) estariam centradas em demandas democráticas (LANDER, 1996, p.6).

Dados dos últimos relatórios do Latinobarómetro (2018; 2021), talvez a

pesquisa em democracia mais completa realizada na América Latina, indicam que a democracia no Continente, como no resto do mundo, está desacreditada. A pesquisa, feita em 2018 em 18 países da região mostra que a proporção de indivíduos insatisfeitos com a democracia aumentou de 51% em 2009 para 71% em 2018. No Brasil, a pesquisa realizada em 2018 afirma que os satisfeitos e muito satisfeitos com a democracia no Brasil passaram de 44,4% em 2010 para 19,4% em 2018, e que 53,2% dos brasileiros acreditam que se justificaria uma ruptura democrática ou golpe militar em caso de aumento muito grande do crime ou da corrupção. De acordo com a pesquisa, 68,6% dos latino-americanos responderam acreditar que os funcionários estatais são corruptos, variando de 80,8 em Honduras a 45,6% no Uruguai. A pesquisa também revela índices econômicos, apontando para 40% de pobres e 15% de indigentes na região.

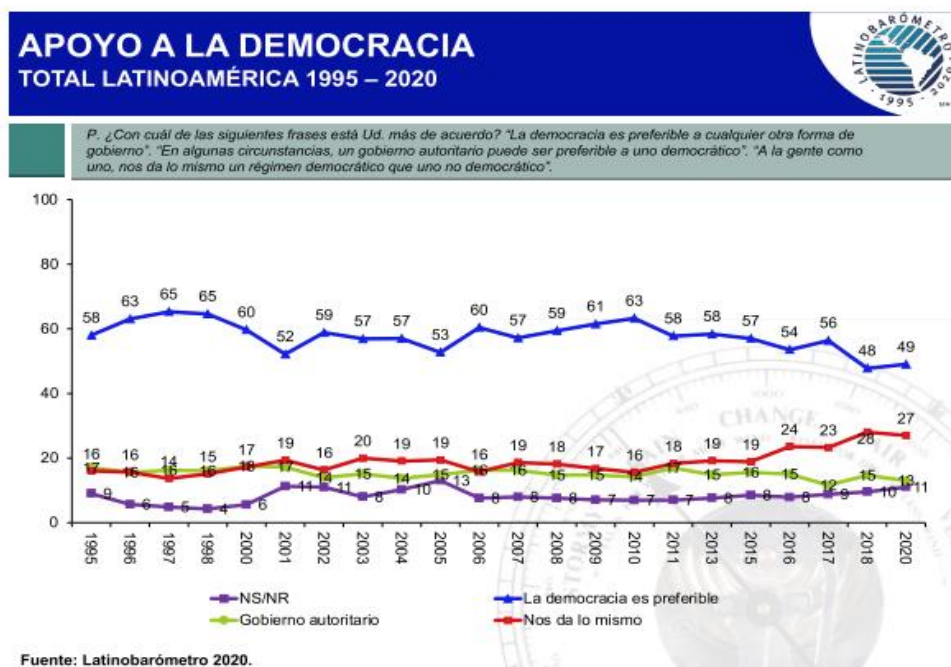
O texto de introdução do último relatório do Latinobarómetro (2021), com entrevistas feitas em 2020, após o início da pandemia, destaca que o ano, além de marcado pela pandemia de Covid-19, foi também marcado pelo descontentamento social, o que levou milhares de pessoas para as ruas em diversas cidades latino-americanas, como Bogotá (RAGAS, 2019), Santiago (RAGAS, 2020), Lima (PHOL, 2021), e Quito (BBC, 2020). A pandemia também expôs a ausência de serviços de saúde pública adequados em diversos países da região (RAMACIOTTI, 2020; AGOSTONI, 2021). Desse modo, essa edição da pesquisa reflete um descontentamento social, mostra que os latino-americanos estão irritados com a política, cansados da incapacidade de seus governantes em acabar com a desigualdade, e menciona uma deterioração democrática, especificamente, no Brasil de Bolsonaro (MALDONADO, 2020). Em referência a Macondo de Gabriel Garcia Marques (2000 [1982]), a introdução do relatório diz que os habitantes da cidade despertaram, cansados de ser tratados como cidadãos de segunda classe por suas elites. De acordo com a reportagem de Maldonado (2020), o relatório revela que a pandemia de Covid-19 teria mostrado a cada pessoa pobre do continente que há um outro mundo em que as pessoas são tratadas com maior dignidade, com acesso a uma saúde pública melhor e benefícios sociais. E mostra ainda que a Covid-19 reforçou a irritação dos latino-americanos com a política, aumentou o descontentamento social e colocou em xeque elites incapazes de

acabar com a desigualdade.

Entretanto, o relatório também aponta para alguns avanços nas democracias latino-americanas, como a liberdade de seus moradores, o fortalecimento da democracia e suas instituições e as alternâncias no poder em uma região que durante grande parte do século passado foi governada por ditaduras e autocracias. Agora, 16 países latino-americanos permanecem sendo uma democracia, em que as pessoas fazem uso ativo da liberdade de expressão e mostram seu descontentamento com os governantes, a ponto de conseguir uma mudança de rumo e sua renúncia. É o que aconteceu no Equador, Colômbia, Chile, Bolívia e Peru. Há dois países, entretanto, que retrocederam a ponto de se transformar em “ditaduras”, como o estudo as define. O relatório do Latinobarómetro de 2021 dedica especial atenção à Nicarágua, afirmando que o presidente Daniel Ortega estabeleceu um “sultanato” formado por seus familiares para controlar o poder. “A Nicarágua passa da ditadura de direita com Somoza a uma ditadura de esquerda, com um breve período democrático entre ambas” (MALDONADO, 2021). Na região, o outro país em crise perpétua é a Venezuela, que, segundo Maldonado (2021) conta com uma ditadura populista mais clássica do que a nicaraguense”. O relatório também mostra preocupação com o “populismo autoritário” de El Salvador, governado por Nayib Bukele, com o Brasil de Jair Bolsonaro, e com a Bolívia, uma vez que Evo Morales chegou a cogitar um quarto mandato e sofreu golpe por parte de Jeanine Añez (Latinobarómetro 2021, p. 9):

A pandemia não criou nenhuma ditadura na região: as que existem hoje estavam presentes antes de que o Corona vírus chegasse. Mas acelerou e visibilizou situações de desigualdade e pobreza antes muito mais ocultas. Desnudou as fraquezas dos Estados, com sistemas sanitários e de segurança social doentes, as fraquezas das elites e dos sistemas de partidos” (MALDONADO, 2021).

Gráfico 1: Apoio à democracia como forma preferível de governo na América Latina entre 1995 e 2020



Fonte: Latinobarómetro, 2021, p.19

No caso do Brasil, o relatório de 2021 do Latinobarómetro indica que o maior apoio à democracia ocorreu entre os anos de 2003 a 2010, quando o apoio à democracia chegou a 55%, contrastando com os 40% em 2020. O relatório indica ainda que, historicamente, o Brasil é o país que registra o apoio à democracia mais baixo da região, nunca passando dos 60%, mantendo-se em um estado de "baixa intensidade" democrática (LATINOBARÓMETRO, 2021, p.23), sendo que o momento de pior avaliação da importância da democracia aconteceu em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o apoio ao regime democrático atingiu os 30%. É importante notar, entretanto, que houve um aumento significativo, de seis pontos, no apoio à democracia no decorrer do governo Bolsonaro, passando de 34% em 2018, quando o ex-presidente foi eleito, a 40% em 2020 (LATINOBARÓMETRO 2021, p. 23-24).

Tabela 1: Maior apoio à democracia por país

DEMOCRACIAS	AÑO	APOYO A LA DEMOCRACIA
Uruguay	1997	86
Costa Rica	1997/2007	83
El Salvador	1998	79
Argentina	1995	76
República Dominicana	2008	73
Bolivia	2009	71
Ecuador	2015	71
Panamá	1996	75
Colômbia	1997	69
Chile	2015	65
Honduras	1999	64
México	2002	63
Perú	1996/1998	63
Paraguai	1996/2017	59
Brasil	2009	55
Guatemala	1998	54
DICTADURAS		
Venezuela	2013	87
Nicaragua	1998	72
Fuente: Latinobarómetro 1995-2020.		

Fonte: Latinobarómetro (2021, p. 24).

No entanto, ser considerado como um regime democrático não significa, necessariamente, que haja uma democracia plena ou de boa qualidade. Uma pesquisa sobre a qualidade da democracia na América Latina (IDEA 2021), realizada durante o mesmo período da pesquisa do Latinobarómetro, também analisa o estado da democracia na região durante o ano de 2020, início da pandemia de Covid-19. A pesquisa destaca que, no geral, a partir do período da terceira onda de democratização na região, grande parte dos países criaram instituições de controle, fortaleceram seus poderes judiciários, alcançaram avanços em relação a direitos humanos, sistemas eleitorais e aprovaram constituições reconhecendo a democracia como única forma de governo. Por outro lado, mostra um processo de deterioração democrática que continua avançando, marcado especialmente pelo enfraquecimento do Estado de Direito (IDEA, 2021, p. 5 e 6). Desse modo, apesar da maior parte dos estados da região continuarem

sendo democracias, o relatório conclui que certamente a qualidade da democracia está diminuindo na região, com altos níveis de corrupção e impunidade, e atentados contra a liberdade de expressão. Desse modo, o relatório propões como desafio para a região a construção de democracias mais inclusivas, especialmente, com a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos e discriminados. (IDEA, 2021, p.5 e 6).

De modo resumido, entre os principais achados da pesquisa (IDEA, 2020, p.1-2) sobre qualidade da democracia na região, destaca-se que: 1) Durante a pandemia a maioria das democracias da região mostraram grande resiliência, por exemplo, realizando eleições normalmente; 2) Apesar da resiliência, a qualidade da democracia continua se deteriorando na região, com destaque para o Brasil sob o governo Bolsonaro; 3) A maioria das democracias da região estariam estagnadas - Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru, República Dominicana, e Trinidad e Tobago -, apresentando um desempenho médio, e outras quatro (El Salvador, Guatemala, Jamaica e Paraguai) apresentam baixo desempenho. O Uruguai seria a única democracia da região com um desempenho alto; 4) as autocracias e os regimes híbridos da região também teriam se fortalecido, uma vez que desde 2007 a América Latina passou por quatro rupturas democráticas, dando lugar a regimes híbridos (Haiti e Honduras) e autocracias (Nicarágua e Venezuela); 5) Equador e República Dominicana se destacaram por avanços significativos na qualidade de suas democracias, registrando melhoras em diversos indicadores; 6) Ataques ao processo eleitoral se tornaram mais frequentes nos regimes democráticos da região. Esse tipo de ataque, advindos tanto de partidos políticos da oposição, ou da situação, e chefes de governo, foram registrados no Brasil, El Salvador, México e Peru. Trata-se de práticas que ameaçam a integridade dos processos eleitorais, enfraquecem o estado de direito e alimentam a crise de legitimidade das instituições democráticas (IDEA 2020).

3.2. Democracia no Brasil e na Argentina

Como argumentamos ao longo deste trabalho, Brasil e Argentina, apesar de terem passado por golpes militares e redemocratizações em períodos próximos, enfrentam situações recentes distintas em relação a suas democracias. Ao passo que no Brasil já é amplamente reconhecido que houve um retrocesso democrático após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (ALBUQUERQUE, 2021; LATINOBARÓMETRO 2021; IDEA, 2021; V-DEM, 2022), na Argentina, apesar de muitos estarem preocupados com um aumento significativo da polarização política e apontar para esse aspecto, bem como para as taxas de pobreza, como sinal de alerta e possível risco para a democracia no país, há algum consenso de que a Argentina possui certa estabilidade democrática e instituições fortes (LATINOBARÓMETRO 2021; IDEA, 2021; V-DEM, 2022; SVAMPA, 2019; RUIZ, 2023, 2022).

Albuquerque (2021) argumenta que no início dos anos 2010, a consolidação da democracia brasileira parecia um fato bem estabelecido, embora ela estivesse longe de perfeita, e aponta para uma "virada iliberal" nos últimos anos. Para o autor, o retrocesso democrático passa pelo autoritarismo do governo de Jair Bolsonaro, entre 2018 e 2022, um político nostálgico em relação à ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985, e que parece ter abraçado uma agenda anti-direitos humanos, minimizando a crise sanitária da Covid-19, das mudanças climáticas e do meio-ambiente, e espalhando desinformação. No entanto, para o autor, essa "virada iliberal" teria começado antes da eleição de Bolsonaro, e atribui uma grande parte da responsabilidade pela deterioração da democracia no país também à Operação Lava Jato e ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. De acordo com essa visão, o Poder Judiciário e a imprensa teriam atuado de modo a contribuir com a deterioração democrática no país e, de acordo com Albuquerque (2021), todos esses fatores - o impeachment, a crise institucional, o estilo autoritário e populista de Bolsonaro - fizeram com que a democracia brasileira adoecesse.

Há uma linha de estudiosos da democracia (ABRÃO; GENRO, 2012; FRIDERICH, 2017; AVRITZER, 2019) que destacam a importância da justiça de transição, especialmente de países da América do Sul, para o entendimento da

democracia nesses lugares. Ou seja, consideram que as ditaduras civis-militares na região a partir da década de 1960 marcaram os processos democráticos que vivemos hoje. De acordo com essa linha, a forma como as rupturas democráticas ocorreram em cada país, bem como sua condução e seu enfraquecimento, explicam muitos aspectos dos limites da democracia nesses lugares. Perceber as continuidades e as rupturas com as estruturas dos regimes autoritários é essencial para determinar o caráter das democracias do Cone Sul.

Brasil e Argentina passaram por trajetórias diferentes no período que se seguiu a seus regimes. Avritzer (2019) argumenta que essas diferenças estariam ligadas a dois modelos distintos. Enquanto que no caso do Brasil o modelo que se seguiu ao autoritarismo foi de um pacto político e social amplo, com consenso relativo sobre a ampliação das políticas sociais e uma grande aliança entre governos de centro e de esquerda. Já na Argentina teria havido uma configuração diferente entre direitos humanos e competitividade política, com um padrão muito superior ao Brasil em relação a punições e violações de direitos humanos. Desse modo, um fato problemático na tradição democrática brasileira seria a ausência de punições relativas a violações de direitos humanos durante o autoritarismo (Avritzer, 2019; FRIDERICHs, 2017; ABRÃO; GENRO, 2012).

As redemocratizações que se seguiram após o ciclo de autoritarismo que atingiu a América Latina, a África e o Sul da Europa são caracterizadas por Samuel Huntington (1991) como a "terceira onda de democratização", que se iniciou com a redemocratização de Portugal em 1974 e durante os quinze anos que se seguiram, espalhou-se pelo mundo. Na América Latina, tal onda redemocratizadora atingiu o Equador em 1980, a Bolívia, em 1982, a Argentina em 1983, o Uruguai em 1984, o Brasil em 1985 e o Chile em 1988.

Friderichs (2017, p. 442) argumenta que um conceito importante para entendermos a forma como ocorreram as redemocratizações nesses países é a diferenciação entre transições por consenso, também chamadas de pactuadas, ou por colapso, também denominadas de não pactuadas (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988). De acordo com a definição de O'Donnell e Schmitter (1988), as transições pactuadas representam uma continuidade das estruturas, das elites e das práticas políticas dos regimes autoritários, como teria ocorrido, a grosso modo, no Brasil,

Uruguai e Chile. Já a Argentina, de acordo com essa definição, teria passado por uma transição por colapso e teria contado com duas crises que levaram à desestruturação do regime autoritário: a derrota na Guerra das Malvinas e o colapso econômico. Essa transição durou 18 meses e se estende desde a rendição na Guerra das Malvinas até as eleições de 1983.

O caso argentino é singular, no contexto latino-americano, e o julgamento e condenação de responsáveis importantes por violações de direitos humanos definem essa singularidade (ACUÑA; SUMULOVITZ, 1995). A primeira eleição democrática no país ocorreu em 1983 e a Argentina teria passado por um processo muito mais rigoroso de punições a violações desses direitos, com condenações de dirigentes das juntas militares e adesão do país aos pactos internacionais de direitos humanos que foram integrados à sua constituição em 1994.

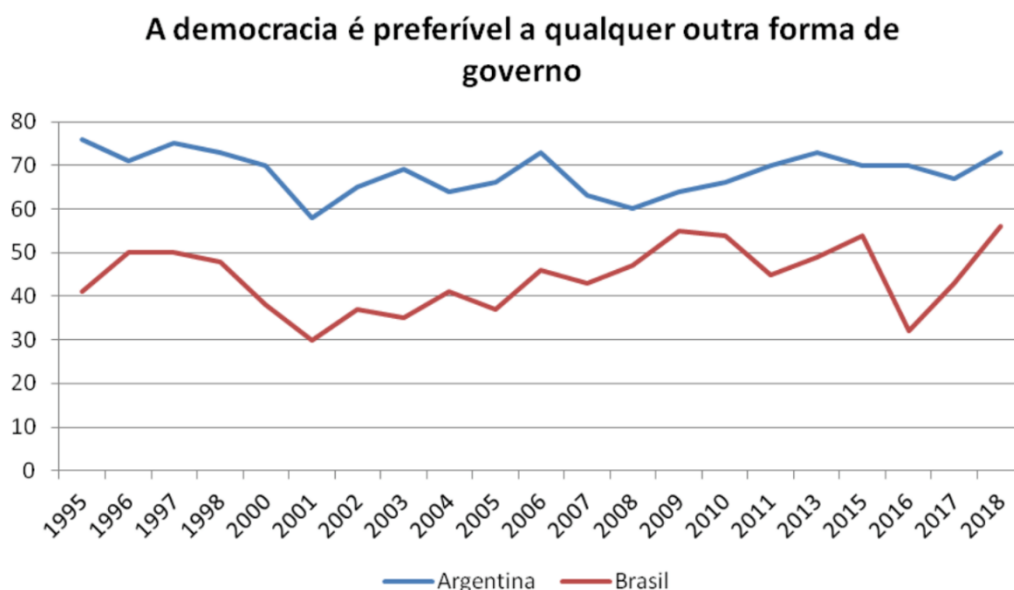
No que tange à relação com os militares após a redemocratização, também há diferenças significantes nos dois países. Comparando a situação dos militares após as ditaduras em Brasil e Argentina, bem como a relação entre civis e militares nos dois países, Zaverucha (1992) argumenta que o caso argentino foi um fato inédito na história do Cone Sul, uma vez que um tribunal civil condenou à prisão a mais alta cúpula militar argentina: "Os civis foram capazes de se organizar e de articular interesses contrários aos dos militares, como no caso do julgamento da junta militar responsável pelo desaparecimento de milhares de inocentes durante a guerra suja" (ZAVERUCHA, 1992, p.1). Por outro lado, no Brasil, o autor destaca que o presidente José Sarney, no primeiro governo civil após o fim da ditadura militar, e o Congresso quase nada fizeram para promover o controle civil sobre os militares. Em 1991, Fernando Collor de Mello aprovou a Lei Complementar nº 69, que, dentre outras coisas, concedeu às Forças Armadas a prerrogativa de serem guardiãs da lei e da ordem, como na Constituição autoritária de 1967-69. Analisando as prerrogativas militares nos dois países após a redemocratização, o autor destaca alguns pontos chave, que só continuaram ocorrendo no Brasil, ao passo que na Argentina não, como oficiais da ativa participando do gabinete governamental, a Polícia seguindo sob o controle das Forças Armadas, oficiais da ativa seguindo no comando das polícias locais, uma fraca influência do Parlamento na promoção dos militares, pequena possibilidade de os militares serem julgados

por um tribunal civil, e controle militar sobre áreas da atividade econômica civil, como indústria espacial, navegação ou aviação (ZAVERRUCHA, 1992).

No Brasil hoje há uma enorme discussão sobre a presença de militares na política, bem como a politização das forças de segurança, seja Exército ou Polícia, que tornou-se ainda mais evidente durante os quatro anos de governo de Bolsonaro (MORI, 2021). Em 08 de janeiro de 2023, golpistas contrários à eleição de Lula invadiram o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, destruindo o patrimônio público. Há indícios de que os atos golpistas tiveram a conivência das Forças de Segurança, que parecem não ter atuado para impedir as invasões (BARRUCHO, 2023; TEIXEIRA; RODRIGUES, 2023; DANTAS, 2023), o que gerou uma crise no governo Lula, acarretando no afastamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, na prisão do secretário de Segurança do DF e ex-ministro de Bolsonaro, Anderson Torres, bem como na troca do Comando do Exército. Em uma entrevista recente, o presidente argentino Alberto Fernández disse que algo assim dificilmente ocorreria na Argentina, porque "temos Forças Armadas alinhadas à institucionalidade" (COLOMBO, 2023).

Avritzer (2019) compara as percepções sobre democracia entre Brasil e Argentina a partir de dados do Latinobarómetro (1995-2017). Para o autor, os dois países apresentam grandes variações no que tange à satisfação de seus cidadãos para com a democracia. O estudo mostra uma maior confiança na democracia na Argentina do que no Brasil no início dos anos 90, como indica o Gráfico 2. No caso da Argentina, a preferência pela democracia oscila em torno dos 60 pontos, enquanto que no caso brasileiro fica no patamar de 40 pontos, como mostra o Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: Preferência pela democracia em Brasil e Argentina



Avritzer, L. A Cara da Democracia no Brasil e na Argentina. INCT IDDC, 2019.

O estudo⁸ chama a atenção para o fato de que no Brasil há picos negativos mais acentuados, e a retração no apoio à democracia seria mais forte que no caso argentino. A Argentina sugere ter valores democráticos mais estáveis e fortes que o Brasil no longo prazo. E mesmo durante a chamada "crise do corralito", entre 1998-2002, a queda na preferência pela democracia no país foi de aproximadamente 10 pontos, enquanto que no Brasil a retração ficou em 20 pontos.

O desenvolvimento institucional e, como destacado anteriormente, a atenção aos direitos humanos foram elementos que mais diferenciam os dois países. A trajetória de violação dos direitos humanos na Argentina levou a uma reorganização da sociedade, com forte presença do movimento de direitos humanos, entre as mais notáveis, as mães e avós da Praça de Maio, que se organizaram para cobrar do governo argentino notícias e reparações por seus filhos e netos desaparecidos durante a ditadura militar, que governou o país entre 1976 e 1983.

⁸ Em 2018 e 2019 o INCT Instituto da Democracia realizou dois *surveys*, um no Brasil e um na Argentina, sobre circunstâncias que justificariam uma ruptura com a democracia, como um golpe de estado.

Um outro dado de Avritzer (2019), sobre as diferenças entre os dois países no que tange à democracia é o nível de confiança nas instituições políticas, que, no caso da Argentina, é superior à do Brasil, mas ainda assim se situa em patamares baixos. A maior diferença entre os dois países diz respeito à confiança nos partidos políticos e na presidência. Os argentinos têm duas vezes mais confiança nos partidos políticos que os brasileiros e quase três vezes mais confiança no seu presidente que os brasileiros.

Em uma entrevista ao jornal argentino Clarín, Adam Przeworski, declarou que, diferentemente, do que ocorre em países como Brasil, Peru e Estados Unidos, ele não considera que a Argentina enfrente uma crise da democracia:

Cuando miro la situación en la Argentina, veo varias crisis, inflacionaria, incremento de la pobreza, quizás un poco de polarización, pero no creo que haya una crisis de democracia. La democracia en la Argentina anda como anda: hay cosas feas, conflictos, pero las instituciones son muy fuertes y el apoyo es fuertísimo (RUIZ, 2023).

3.3. Guillermo O'Donnell e a democracia na América Latina

Um dos autores latino-americanos mais conhecidos é Guillermo O'Donnell (1936-2011). Nascido em Buenos Aires, fez doutorado em Yale e passou “a ter obsessão” pelos regimes autoritários latino-americanos, como o próprio escreveu (O'DONNELL, 2010, p.5). Foi professor da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, onde dirigiu o Instituto Kellog de Estudos Internacionais, e foi presidente da Associação Internacional de Ciência Política de 1988 a 1991. No Brasil, foi pesquisador do IUPERJ e do CEBRAP, onde coordenou pesquisas de transição democrática na América Latina, e, nos seus últimos anos de vida, esteve vinculado à Universidade de Buenos Aires. Para além do mundo acadêmico, O'Donnell também atuou junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) durante a década de 2000.

A contribuição de O'Donnell para a teoria da democracia se concentra em alguns temas, sobretudo relacionados à democracia latino-americana, como seu

trabalho sobre o Estado burocrático-autoritário, as características dos processos de transição democrática, pesquisas comparadas no campo, a importância do Estado para as democracias, além de temas relacionados à consolidação institucional, por meio da criação de termos como "accountability horizontal" e "democracia delegativa".

Em sua última obra *Democracia, agência e estado*, O'Donnell (2010) aborda vários aspectos da democracia e do Estado. A democracia, para o autor, pressupõe a ideia de que se adquire ao longo do tempo e espaço, por processos históricos, o reconhecimento como portador de direitos à cidadania. O'Donnell, oferece algumas definições de democracia, entre as quais, os tipos de eleições que o regime permite, as liberdades previstas e os direitos políticos. O'Donnell faz referências em vários momentos à concepção de Schumpeter de que a democracia é um método político, o que inclui a realização de eleições (O'Donnell, 2010 p. 22). Assim, como Schumpeter, O'Donnell também acredita que para que a democracia exista de fato é preciso reunir algumas condições externas ao processo eleitoral, como e liberdades civis, de imprensa, reunião e associação.

O texto de O'Donnell (2010) trata da relação entre democracia a partir de três esferas: o regime, no nível médio, a concepção de agência, no nível micro, e o Estado, no nível macro. Ou, seja, agência pode ser entendida como direito a cidadania e a inclusão. A história da democracia, diz O'Donnell, é a história da aceitação reticente dos direitos civis do outro. Para o autor, agente é "alguém dotado de razão prática e discernimento moral para tomar decisões (O'DONNELL, 2010, p.11). Tornar-se agente faz com que o cidadão se sinta e seja considerado por outros um ser moral e responsável por suas decisões e as consequências que tais decisões podem ter. O Estado, para O'Donnell tem uma relação próxima com os rumos da democracia. É o estado que delimita os cidadãos e seus direitos. Assim como para Schumpeter, O'Donnell (2010, 1999) também enfatiza a realização de eleições como pressuposto de uma democracia, e, assim como Dahl (2008), também cita liberdade de expressão e de acesso à informação como essenciais para um regime democrático. As eleições precisam ser limpas, sem fraude, livres, competitivas e institucionalizadas. Além disso, todos os votos precisam valer o mesmo. Os candidatos que concorreram à eleição e não foram eleitos, argumenta

o autor, precisam aceitar a derrota e acatar o resultado. Os partidos concorrentes (que têm de ser, no mínimo, dois) devem ter oportunidades razoáveis de mostrar suas opiniões aos eleitores. Para que seja uma verdadeira escolha, a eleição deve ser livre, no sentido de que os cidadãos não podem ser coagidos. Para ser uma eleição igualitária, cada voto deve valer o mesmo que os demais e ser computado como tal, sem fraudes, independentemente da posição social, da filiação partidária ou de outros atributos de cada eleitor. Por fim, as eleições devem ser decisivas. Primeiro, os vencedores devem tomar posse dos cargos para os quais foram eleitos. Segundo, com base na autoridade conferida aos seus cargos governamentais, os funcionários eleitos devem poder tomar as decisões que o marco democrático legal e constitucional lhes autoriza. Terceiro, os funcionários eleitos devem concluir seus mandatos nos prazos e/ou nas condições estipulados por essa estrutura institucional (O'DONNELL, 1999, p.18).

No entanto, O'Donnell reconhece que todos esses requisitos foram feitos com base nas democracias, que ele chama de originárias, e nem sempre todos os sistemas democráticos conseguem atingir, mas nem por isso deixam de ser democráticos. Pode haver eleições, como em alguns países autoritários - por exemplo, Venezuela e Nicarágua-⁹, mas somente na poliarquia (DAHL, 2008) existe o tipo de eleição que satisfaz a todos os critérios acima. O autor destaca, por exemplo, que houve casos em que os candidatos, depois de ganharem eleições que satisfaziam os atributos mencionados, foram impedidos de tomar posse por um golpe militar. Por outro lado, governantes democraticamente eleitos, como Boris Yeltsin e Alberto Fujimori, dissolveram o Congresso e destituíram os ocupantes de altos postos no Poder Judiciário. Para o autor, em todos esses casos as eleições não foram decisivas, e nem geraram algumas das consequências básicas que supostamente deveriam (O'DONNELL, 1999, p. 19-20). Justamente pela dificuldade de encaixar algumas democracias no modelo de democracia liberal desenvolvido no Norte, O'Donnell pensa a teoria da democracia a partir da

⁹ Sobre eleições na Nicarágua, ver G1. Daniel Ortega conquista 4º mandato consecutivo na Nicarágua; país é um Estado policial, diz CIDH, 08 de novembro de 2021.

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/08/nicaragua-daniel-ortega-conquista-quarto-mandato-consecutivo-na-nicaragua-pais-e-um-estado-policial-sem-separacao-de-poderes-diz-cidh.ghtml>

perspectiva de suas inadequações para democracias recentes ou em transição, como as da América Latina, especialmente, as da América do Sul.

O'Donnell também considera o valor da comparação (2010, 1999), embora defenda que as definições das categorias de análise precisam ser pensadas a partir de contextos próprios. Na segunda parte de *Democracia, agência e estado* (2010), ele se concentra em pesquisas de opinião realizadas pelo Latinobarómetro sobre questões que ilustram o pensamento da sociedade dos países latino-americanos sobre seus Estados, e que, segundo ele, geram reflexos para a democracia na região. De acordo com O'Donnell (2011), os dados analisados mostram que a região costuma exibir resultados modestos em todos os quesitos, como direitos civis e sociais. Os dados apontam ainda para a percepção de pouca eficiência do Estado no sentido de garantir direitos e a de que o Estado é corrupto e atua apenas para os ricos.

Seus primeiros trabalhos publicados *Modernización y autoritarismo* (1972) e *El Estado burocrático autoritario* (1982) analisam o colapso das democracias na América do Sul na década de 1960. Argumentam que a forma de autoritarismo experimentada pela região era nova por ter como base tecnocratas, uma organização militar profissionalizada, gerando o termo "autoritarismo burocrático".

Seguindo na tentativa de pensar a democracia na região, O'Donnell é responsável por termos como *accountability horizontal* (1998) e *democracia delegativa* (1991). Diferentemente da dimensão vertical de *accountability* - a dimensão eleitoral, que consiste em eleger ou não um governante -, a dimensão horizontal implica na existência de instituições legalmente instituídas para o controle mútuo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (SANTOS, 2019). A falta desse tipo de *accountability* pode ter consequências para a democracia. Desse modo, segundo ele, muitas democracias latino-americanas possuem *accountability* vertical, com processos eleitorais justos, mas falham na *accountability* entre as instituições. Para o autor, o impacto das reivindicações sociais na mídia, quando denunciam alguma autoridade pública por supostos atos ilícitos, dependeria de ações de agências estatais para investigar e punir os delitos. Na falta de tais ações as reivindicações sociais e a cobertura da mídia tenderiam a

criar um clima de insatisfação com o governo - e às vezes com o próprio regime -, o que pode obstruir suas políticas e levar a sua derrota nas eleições seguintes. O exemplo citado pelo autor é a corrupção. Diante de denúncias de corrupção apenas pela mídia, algumas autoridades corruptas podem ser poupadas de punições, enquanto outras inocentes podem ser condenadas pela opinião pública sem direito a defesa e nem um processo justo (O'DONNELL, 1998, p.29).

Um conceito muito conhecido de O'Donnell (1991) é o de democracia delegativa. Para o autor, as teorias da democracia existentes se referem à democracia representativa tal como é praticada, com todas as suas variações e subtipos, pelos países capitalistas desenvolvidos. Algumas democracias recém-instaladas, como Argentina, Brasil, Peru, Equador, Bolívia, além de outras, como a Polônia, seriam democracias no sentido de que cumprem os critérios de Robert Dahl para a definição de poliarquia (2008), mas apresentam um conjunto de características que as tornaram democracias delegativas. Isto é, não seriam democracias consolidadas ou institucionalizadas, mas podem ser duradouras. Na maioria dos casos não se vislumbram ameaças iminentes de uma regressão autoritária aberta, mas tampouco se vislumbram avanços em direção a uma representatividade institucionalizada (O'DONNELL, 1991, p. 26).

Para O'Donnell (1991), a democracia delegativa não é alheia à tradição democrática. Na verdade, segundo ele, seria mais democrática, embora menos liberal, que a democracia representativa. A democracia delegativa seria fortemente majoritária, e autoriza, por meio de eleições limpas, alguém a se tornar, por um determinado número de anos, a encarnação dos interesses da nação. As eleições em democracias delegativas, de acordo com o autor, são um processo muito emocional (O'DONNELL, 1991, p.31). Como as políticas públicas normalmente precisam passar por uma série de poderes relativamente autônomos, a tomada de decisão numa democracia representativa é lenta, mas, por essa mesma razão, normalmente, consegue evitar erros grosseiros. Sendo assim, a democracia delegativa começa com um grau muito baixo de institucionalização e representa para o presidente a vantagem de não ter praticamente nenhuma obrigatoriedade de prestar contas horizontalmente. Desse modo, O'Donnell (1991, p.33) argumenta que mesmo que a democracia delegativa pertença ao gênero democrático, seria

difícil encontrar algo que seja mais estranho, quando não hostil, à construção e ao fortalecimento de instituições políticas democráticas.

O'Donnell também se dedicou à questão da transição do autoritarismo para a democracia na América do Sul. Sua obra *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões acerca de democracias incertas* (1988), em co-autoria com Philippe C. Schmitter (1988) foi uma das obras mais influentes em política comparada nas décadas de 1980 e 1990, convertendo-se em uma referência para a literatura sobre transições democráticas. Por fim, um outro tema tratado por O'Donnell (2004) é o da qualidade das democracias. Para o autor, O estado de direito [*The rule of law*] está entre os pilares essenciais sobre os quais repousa qualquer democracia de alta qualidade. Mas esse tipo de democracia requer não apenas um estado de direito no sentido mínimo, e sim um estado de direito verdadeiramente democrático que garanta direitos políticos, liberdades civis e mecanismos de *accountability* que restrinjam potenciais abusos do poder do Estado.

3.4. Democracia e Poliarquia em Robert Dahl

Robert Dahl (1915-2014) nasceu nos Estados Unidos e foi professor de Ciências Políticas na Universidade de Yale. Formulou o conceito de poliarquia (2008), ao investigar as condições necessárias para se referir ao grau máximo de democratização alcançado pelas nações desenvolvidas do Ocidente. Segundo o autor, há graus diferentes de democracias, sendo que algumas se aproximam mais da poliarquia que outras. Mais especificamente, ele desenvolveu uma teoria que procura compreender quais condições favorecem ou desfavorecem a transição de um regime não poliárquico para um regime poliárquico (PEREIRA, 2014).

Em *Poliarquia: Participação e Oposição* (1971) é central a ideia de que o desenvolvimento de um sistema político que permita oposição, rivalidade ou competição é um aspecto importante da democratização, bem como a responsividade do governo para com seus cidadãos, que devem ser considerados como iguais. Para que isso seja possível, os cidadãos precisam ter a oportunidade

de formular suas preferências, de mostrá-las aos outros e ao governo por meio de ações individuais e coletivas, além de ter suas preferências levadas em conta, em igual medida, na conduta do governo, isto é, sem discriminação por causa do conteúdo ou fonte da preferência.

Dahl (2008, p.3) enumera algumas condições necessárias à poliarquia: liberdade de criar e participar de organizações e associações; liberdade de expressão; direito ao voto; competição política; fontes alternativas de informação; direito a se candidatar a cargos públicos; eleições livres e justas; além de instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de votos e outras expressões de preferência. Desse modo, a classificação poliárquica tem como parâmetros a inclusão popular na escolha de seus representantes, e na disputa política para que essa escolha seja feita. Sendo assim, quanto maior for a inclusão popular nas eleições e a competição política por vagas nos três poderes, mais democrática é a sociedade. Ou seja, o processo de democratização está na expansão do direito à participação política e na competição, criando os pilares da poliarquia, que são os da inclusão e o da contestação. Nesse contexto, as liberdades liberais clássicas são necessárias, por fazerem parte da definição de contestação pública e participação. Por esse motivo, nas poliarquias deve haver oportunidade de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições disputadas por candidatos de diferentes partidos, os candidatos derrotados precisam entregar pacificamente os cargos ocupados aos vencedores e etc.

De acordo com Dahl (2008), portanto, a democracia é resultado de relações estratégicas, *checks and balances* desenvolvidos pelos participantes do processo, com importância para o voto e a ação dos atores envolvidos. Para o Dahl (2008), a competição pelo voto do eleitor deve proporcionar uma maior tolerância ao adversário, aos opositores e ampliar a ideia de que, na democracia e as eleições são protagonistas e que há métodos de controle. Além disso, Dahl (2008) sugere que a poliarquia é uma aplicação prática da democracia, sobrepondo-se às oligarquias e mostrando a ampliação das esferas de poder e de participação, consolidando a perspectiva pluralista. O pluralismo pode ser considerado um dos principais

aspectos do pensamento de Dahl. Ao inserir a ideia de pluralismo na esfera democrática, a teoria dahlsiana se diferencia cada vez mais das análises meramente elitistas da democracia (PEREIRA, 2014). Os pluralistas, como Dahl, colocaram bastante ênfase no processo resultante da combinação dos esforços de indivíduos que se unem em grupos e instituições para competir pelo poder. Para os pluralistas, "a existência de diversos interesses competitivos é a base do equilíbrio democrático e do desenvolvimento favorável da política pública" (HELD, 2007, p.170).

Para Dahl (2008), as garantias políticas básicas, como manifestação de opiniões, liberdade de expressão e diversidade de pontos de vista permitem, em uma relação de causalidade, a realização de eleições com todos os elementos de competitividade. As liberdades principais são a de expressão, a de associação e a de acesso à informação. E, para que estas liberdades sejam respeitadas, todos os atores políticos devem apresentar consenso em relação às normas, em especial os líderes políticos. Na concepção de Dahl (2008), a democracia precisa funcionar sob certos requisitos. O autor entende que a democracia tem em sua essência pressupostos, como o de que os cidadãos precisam ser livres para participar do debate público, da discussão política e que eles têm peso na tomada de decisões.

De acordo com Dahl (2008, p.48-53), a probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a redução da capacidade do governo de usar a violência ou sanções para suprimir uma oposição, sendo que os principais recursos que os governos usam para suprimir as oposições seriam meios violentos de coerção, normalmente exercidos por forças militares e policiais; e meios não violentos de coerção, como persuasão, ou, sanções, principalmente na forma de controle sobre recursos econômicos, meios de comunicação e processos de educação e socialização política. Referindo-se a países onde as forças militares são relativamente grandes, centralizadas hierárquicas, como em diversos países da América Latina, a poliarquia seria impossível, a menos que as forças armadas sejam suficientemente despolitizadas para permitir o governo civil.

Uma outra questão levantada pela teoria da poliarquia de Dahl (2008) é que um alto nível de desenvolvimento socioeconômico não apenas favorece a transformação de um regime hegemônico em uma poliarquia, mas também ajuda a manter uma poliarquia. Ou seja, ajuda a alimentar a competição política, uma vez

que haveria uma inquestionável associação entre nível socioeconômico e “desenvolvimento político”. Desse modo, para o autor, não há mais dúvidas de que política competitiva e nível socioeconômico tendem a andar juntos. Isto é, quanto maior o nível socioeconômico de um país, maior a probabilidade de ter um regime político competitivo, ao passo que quanto mais competitivo o regime político de um país, maior a probabilidade de o país estar em um nível relativamente alto de desenvolvimento socioeconômico (DAHL, 2008, p. 62). Na mesma linha, a desigualdade também pode afetar o desenvolvimento democrático (p.81-84), uma vez que sistemas não hegemônicos mais igualitários devem conter de forma preponderante um grupo médio de cidadãos mais ou menos iguais e, portanto, deve evitar diferenças extremas entre eles em termos de status, renda e riqueza. Além disso, igualdades e desigualdades em uma sociedade parecem também afetar as chances de competição política, já que desigualdades extremas na distribuição de renda, riqueza, status e conhecimento seriam equivalentes a desigualdades extremas na vida política e, conseqüentemente, no exercício do poder.

Marques (2018) analisa a poliarquia de Dahl à luz do papel da mídia como eixo de contestação pública. Como citado anteriormente, acesso a fontes alternativas de informação é um dos requisitos para que haja uma poliarquia, bem como o direito dos cidadãos à contestação. Robert Dahl reforça a inclusão política, expondo que grupos sem recursos materiais e sem acesso à informação ficam fora do processo político. A poliarquia seria um governo de maioria, mas com as muitas minorias representadas. No governo poliárquico, apresentado por Dahl (2008), existiriam centros de poder em que as minorias pressionariam líderes e as majorias. Dentro dessa visão, as minorias buscariam, dentro do espaço de debates na esfera decisória, influenciar a tomada de decisões e propor discussões, também, por meio da mídia. Além disso, a escolha dos cidadãos não deveria ser manipulada pelos controles das informações executadas por alguns grupos, o que seria, para Marques (2018), uma visão de Dahl em relação ao combate aos oligopólios da mídia. Desse modo, o pluralismo da mídia e uma maior divulgação das informações, de acordo com a perspectiva de Marques (2018, p. 49-51), seria uma importante condicionante para os pluralismos político e eleitoral nas diferentes sociedades.

3.5. Modelos de democracia

O objetivo desta seção é revisar uma literatura sobre modelos de democracia, principalmente, aqueles abordados por Stromback (2006), Held (2007), Gomes e Maia (2008), Bobbio (2000) e Sartori (1994). Além disso, buscou-se um maior aprofundamento em três modelos, que parecem mais pertinentes para a análise da democracia no jornalismo, a democracia liberal representativa, a democracia participativa e a deliberativa.

Stromback (2006) apresenta uma abordagem da democracia direcionada ao jornalismo. O objetivo seria estabelecer padrões pelos quais a qualidade do jornalismo deve ser avaliada. O autor destaca as implicações normativas que cada modelo de democracia pode ter para o jornalismo e a importância do jornalismo em endossá-las. O mais importante, dentro dessa perspectiva é que não haja danos aos princípios e procedimentos democráticos no discurso jornalístico. Para o autor, como ilustrado na Tabela, os quatro modelos citados seriam 1) democracia procedimental [*procedural democracy*]; 2) democracia competitiva; 3) democracia participativa e 4) democracia deliberativa, como mostra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Quatro modelos de democracia para o jornalismo, segundo Stromback (2006)

	Procedural democracy	Competitive democracy	Participatory democracy	Deliberative democracy
Central mechanism for securing the primacy of the common good	Free and fair elections	Competitive elections	Citizen participation in public life, both outside and within political parties	Deliberative discussions among all sections of the public and their representatives
Distinguishing and core normative expectations of citizens	Respect democratic procedures	Clear opinions of societal problems; knowledge of who has had power; knowledge about the record of the office holders; knowledge about party platforms and promises	Politically interested; engaged in associations and in public life; knowledge about how to influence public life; knowledge about relevant factual conditions; clear opinions of societal problems; trustful, cooperative	Politically interested; participate in discussions; trustful, cooperative, listening; knowledge about relevant factual conditions and moral values; readiness to change opinions; strive for consensus; committed to the values of impartiality and rationality; make sociotropic evaluations

Stromback (2006, p. 337).

A democracia procedimental seria uma visão normativa da democracia, ou seja, trata dos procedimentos e normas da democracia, o mínimo necessário para um país ser considerado democrático. O autor chama a atenção para o fato de que os requisitos mínimos para uma democracia, geralmente, são expostos como meramente descritivos, enquanto que deveriam ser normativos. A reivindicação básica da democracia procedimental em relação aos cidadãos e os políticos é que sempre sejam respeitadas e protegidas as regras e procedimentos da democracia. "A democracia nunca pode ser dada como certa. Ela deve ser defendida sempre, e a melhor maneira de fazê-lo é não esquecer sua história e seus valores básicos, e que os requisitos mínimos da democracia são tanto descritivos quanto normativos" (STROBACK, 2006, p. 334).

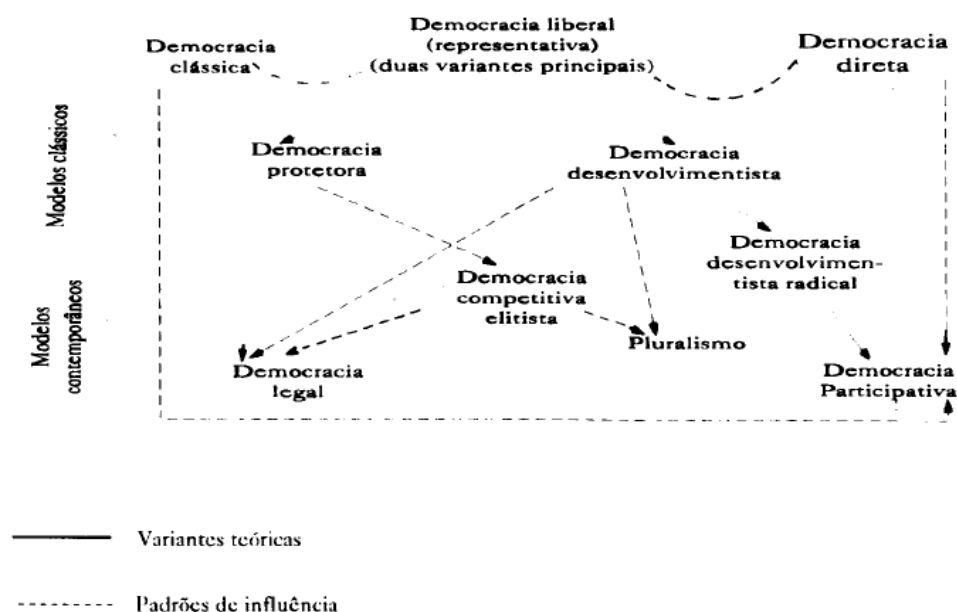
Os requisitos mínimos para a democracia, de acordo com o ponto de vista da democracia procedimental, são aqueles que já costumam ser entendidos como os pressupostos básicos para a democracia, muitos deles já apontados por Dahl (1971) como instituições da poliarquia, tais quais o direito ao voto, representantes políticos eleitos pelo povo em eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, de imprensa e de informação, o direito dos cidadãos de formar e participar de organizações de sua escolha, e uma sociedade regida por leis. Como afirma Stromback, a democracia procedimental "centra-se" nos processos

eleitorais. De acordo com Quiroga (2000), uma ênfase nos procedimentos gera um risco de deslegitimação, uma vez que, de acordo com o autor, o procedimento precisa ser um ponto de partida, nunca um ponto de chegada, e que, portanto, as aspirações de igualdade social ou práticas participativas não podem ser renunciadas.

Um outro modelo de democracia, para Stromback (2006), seria a democracia competitiva, que caracteriza-se pela competitividade, como nas disputas eleitorais. Esse seria o mecanismo pelo qual os governos são produzidos e a vontade do povo pode ser ouvida. Também possibilita que os eleitores se livrem daqueles que julgam não serem aptos, e permite ao cidadão escolher a alternativa política de sua preferência. Além disso, dentro dessa perspectiva, a natureza competitiva das eleições tornaria mais provável que os vencedores sejam mais qualificados do que seriam na ausência de eleições (STROMBACK, 2006, p. 334-335). No entanto, no modelo de democracia competitiva, o que ganha importância são as ações das elites. Desse modo, a qualidade da democracia estaria mais ligada às ações das elites políticas do que às da população. Sendo assim, outros dois modelos propostos pelo autor estariam mais em concordância com a participação popular, o modelo de democracia participativa e o de democracia deliberativa, que serão abordados com mais detalhes no final desta seção.

Held (2007) apresenta um estudo amplo de diversos modelos de democracia que se desenvolvem a partir de dois tipos mais gerais, a democracia direta e a democracia liberal, como mostra a Figura 1. O primeiro seria um sistema de tomada de decisões sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos, e o segundo indica um sistema de governo que envolve oficiais eleitos incumbidos da tarefa de representar os interesses e pontos de vista dos cidadãos (HELD, 2007, p.4-5). De forma geral, Held aponta para o caráter da igualdade como uma ideia que perpassa todos os modelos de democracia, ao sustentar que a democracia implica em um Estado no qual exista alguma forma de igualdade política entre o povo.

Figura 1: Modelos de democracia para David Held (2007)



HELD (2007, p.4)

O primeiro modelo apresentado por Held é o da democracia de Atenas, que remonta ao quinto século AC. Nessa época, Atenas emergiu como a mais importante cidade-estado, ou polis, entre muitos poderes rivais. O crescimento do comércio, estimulou o desenvolvimento de cidades costeiras. No entanto o aumento da riqueza não era distribuído para todos. Uma vez que o crescimento da riqueza de alguns não correspondia a uma melhora nas condições das classes mais pobres, uma parcela da população aumentou a pressão sobre os privilegiados e seguiu-se períodos de intensas lutas sociais. De acordo com Held, o desenvolvimento da democracia em Atenas formou uma fonte central de inspiração para o pensamento político moderno. Seus ideais políticos - igualdade entre os cidadãos, liberdade, respeito pela lei ou pela justiça - moldaram o pensamento político no Ocidente durante eras (HELD, 2007 p. 15). Além disso, relatos da democracia antiga na obra *Política*, de Aristóteles indicam alguns aspectos da democracia que levaram ao desenvolvimento das instituições democráticas, como eleições para cargos públicos por todos dentre todos, cargos públicos ocupados por diferentes pessoas de cada vez, mandatos de curta duração, a ideia de que a qualificação para um cargo público não poderia depender de posses, entre outros (FINLEY, 1998).

Os primeiros relatos de democracia direta são de Atenas, na Antiga Grécia, quando o sistema de governo consistia na participação popular para a tomada das principais decisões. De acordo com Bobbio (2004), os principais "institutos" da democracia seriam a assembleia dos cidadãos deliberantes sem intermediários e o *referendum*, e, segundo Bobbio nenhum sistema complexo como o de um Estado moderno pode funcionar apenas com um ou com outro, nem mesmo apenas com os dois conjuntamente. Quanto ao *referendum*, que seria, segundo Bobbio (2004), o único instituto da democracia direta de concreta aplicabilidade e de efetiva aplicação na maior parte dos Estados de democracia avançada, trata-se de um expediente extraordinário para circunstâncias extraordinárias. "Ninguém pode imaginar um Estado capaz de ser governado através do contínuo apelo ao povo" (BOBBIO, 2004, p.67). Sartori (1994, p.36) também salienta que a democracia direta, ou o mais perto dela, era a democracia da *polis*, praticada na Grécia Antiga. Desse modo, apesar da democracia na Antiguidade ser a maior aproximação possível de uma democracia literal, na qual governantes e governados estariam lado a lado, o autor argumenta que não devemos supor que o poder de dirigentes e dirigidos era idêntico. Como princípio, a democracia direta permitia a participação contínua do povo, no exercício direto do poder, experiência que, de acordo com Sartori (1994) seria impossível nos dias de hoje:

Nas democracias atuais existem os que governam e os que são governados; o Estado de um lado, e os cidadãos de outro; há os que lidam com a política profissionalmente e os que se esquecem dela exceto em raros intervalos. Nas democracias antigas, ao invés, essas diferenciações tinham muito pouco significado (SARTORI, 1994, p.37).

Dentre as múltiplas possibilidades oferecidas pelas teorias da democracia, optamos por abordar em mais detalhes três modelos de democracia: a democracia liberal representativa, a democracia participativa, também referida por Held (2007) como democracia direta, e a democracia deliberativa. Os dois primeiros modelos, ou seus elementos, talvez sejam os mais conhecidos e difundidos, e, talvez por isso, também seriam os que mais tem ressonância no conteúdo jornalístico. A opção pela abordagem também do modelo deliberativo deve-se menos pela sua presença no discurso jornalístico e mais pela sua relevância para a

comunicação, devido à centralidade da comunicação para essa abordagem da democracia. Vale registrar que os modelos de democracia a serem analisados abaixo só mantêm sua pureza para efeitos teóricos, já que na prática as soluções para o funcionamento das comunidades políticas, em geral, requerem ferramentas de modelos diversos (BAVARESCO, 2018).

Desse modo, os modelos de democracia não podem ser entendidos de forma estrita. A intenção não é fazer uma distinção completa entre, por exemplo, democracia liberal representativa e democracia participativa, como se fossem modelos opostos que não dialogam. Elementos de democracia participativa podem ser adaptados dentro do modelo de democracia liberal sem que haja a substituição de um modelo pelo outro, uma vez que muitos autores propõem iniciativas de participação, referendos e plebiscitos, como forma a de "democratizar" a democracia e corrigir assimetrias do modelo liberal representativo (SANTOS, AVRITZER, 2002; BOBBIO, 2004).

3.5.1. Democracia liberal representativa: a garantia das liberdades individuais

De modo geral, "democracia representativa" significa que as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira são tomadas não diretamente por aqueles que fazem parte dela, mas por pessoas eleitas para essa finalidade (BOBBIO, 2004, p.56).

A abordagem da tradição liberal, por exemplo, mantém como centro da preocupação a autonomia privada dos cidadãos de forma que a sua agenda inclui a defesa de uma arquitetura institucional destinada a assegurar as liberdades dos cidadãos privados, materializada na proteção dos direitos dos cidadãos, na igualdade de acesso à justiça, nos meios normativos que protegem os indivíduos do autoritarismo do Estado, etc (GOMES;MAIA, 2008, p.13).

A famosa obra de Stuart Mill *On Liberty* (1859) de grande influência no

liberalismo político defende a autonomia, a liberdade e a liberdade de expressão como formas de desenvolver uma sociedade. O autor busca definir um modelo para regular as ações entre os cidadãos, a sociedade e o Estado. Enfatiza que o Estado deve ser capaz de preservar a autonomia individual e, ao mesmo tempo, evitar a tirania da maioria. Ressalta também a importância da individualidade. O liberalismo político passa por autores como Locke, Montesquieu, Kant e Adam Smith. O liberalismo como teoria econômica é defensor da economia de mercado e de um Estado que governe o mínimo possível o chamado Estado mínimo, ou seja, reduzido ao mínimo necessário (BOBBIO, 2004, p.128). A relação entre as duas teorias – o liberalismo político e o econômico - são evidentes, pois como prossegue Bobbio, certamente, um dos modos de reduzir o Estado aos mínimos termos é o de tirar-lhe o domínio da esfera em que se desenrolam as relações econômicas, ou seja, fazer da intervenção do poder político nos negócios econômicos, não a regra, mas a exceção. Porém, como ressalta o autor, as duas teorias são independentes uma da outra, porque a ideia dos limites do poder do Estado não se refere apenas à intervenção na esfera econômica, mas também na esfera privada, como, por exemplo, na esfera espiritual. Ou seja, o Estado liberal também seria o Estado laico.

A concepção liberal do Estado torna-se constitucionalizada, ou seja, fixada em regras fundamentais a demarcação entre o Estado e o não Estado, como a sociedade religiosa e a vida intelectual e moral dos grupos. Como prossegue Bobbio (2004), o Estado liberal, é o Estado que permitiu a perda do monopólio do poder ideológico por meio da concessão dos direitos civis, como liberdade religiosa e de opinião política, e a perda do monopólio do poder econômico por meio da concessão da liberdade econômica. Terminou por conservar unicamente o monopólio da força legítima, cujo exercício está limitado pelo reconhecimento dos direitos do homem e pelos vários vínculos jurídicos que dão origem à figura histórica do Estado de Direito.

Para Sartori (1994), a relação básica entre liberalismo e democracia, no geral, poderia ser traduzida como uma relação entre liberdade e igualdade. Sartori diz que separando-se o liberalismo da democracia, a grosso modo, pode-se dizer que o liberalismo reivindica a liberdade e a democracia, a igualdade. Para uni-los, seria tarefa do sistema liberal-democrático, combinar liberdade e igualdade.

Portanto, para Sartori, liberdade e igualdade, de certo modo, podem fundir-se, como mostram os sistemas do tipo Ocidental, ao mesmo tempo, liberais e democráticos (SARTORI,1994, p.165-166). Para o autor, a igualdade liberal em si pretende promover, acima de tudo, por meio da liberdade, a aristocracia do mérito. Desse modo, nessa visão, o liberalismo como tal toma o cuidado de não conferir mais que a igualdade jurídico-política por desconfiar de toda igualdade concedida gratuitamente de cima. Sendo assim, de acordo com essa perspectiva, de modo resumido, o liberalismo é sobretudo a técnica de limitar o poder do Estado, enquanto a democracia é a inserção do poder popular no Estado.

Após apresentar seus modelos de democracia a partir das teorias democráticas clássicas e das ideias da democracia ateniense, Held (2007, p.241-269) pergunta-se o que democracia significa hoje em dia. Para o autor, a disputa sobre o significado contemporâneo de democracia teria gerado uma diversidade imensa de modelos democráticos, desde visões tecnocráticas de governo até concepções de uma vida social marcada por extensa participação política. Held destaca a ênfase na autonomia e na liberdade pelas correntes da nova direita de hoje. Ele argumenta que os pensadores da nova direita são, em geral, ligados a metas de liberdade e igualdade, além de doutrinas políticas econômicas e éticas individualistas. Para Held, essa ênfase nas liberdades indica que o indivíduo só é livre de fato caso possa concretizar seus interesses pessoais, sejam eles quais forem. Desse modo, o conceito de justiça pode ser sustentado, acima de tudo, pelo acesso dos indivíduos a certos direitos e liberdades (HELD, 2007, p. 242).

De acordo com o ponto de vista da democracia liberal, o Estado moderno deveria proporcionar as condições necessárias para os cidadãos se dedicarem a seus próprios interesses. O Estado deveria manter o governo da lei para proteger e nutrir a liberdade dos indivíduos, ninguém teria o direito de impor a quem quer que seja o que seria uma boa vida ou como se deveria viver. Esse sempre teria sido o princípio central do liberalismo, desde Locke. Ou seja, do ponto de vista do liberalismo, "o Estado existe para proteger os direitos e liberdades dos cidadãos que são, em última instância, os melhores juizes de seus próprios interesses; o Estado é o fardo que os indivíduos têm de carregar para assegurar seus próprios fins" (HELD, 2007, p.242). De acordo com essa visão, o Estado deve ser limitado a esse único

fim, o de garantir as liberdades dos cidadãos. Em contraste, aponta o autor, pensadores do que ele chama de a nova esquerda afirmam que metas sociais e coletivas são desejáveis. Levar a liberdade e a igualdade a sério, de acordo com essa visão, seria desafiar a noção de que esses princípios poderiam se concretizar sozinhos por indivíduos deixados por conta própria em uma economia de mercado. Desse modo, a liberdade e a igualdade não podem ser atingidas em um mundo dominado pela economia capitalista e muito menos sem um Estado para equilibrar esse quadro.

Em uma comparação entre a forma direta e a indireta de governar, Sartori (1994) diz que os sistemas indiretos de governo têm vantagens que costumam ser subestimadas:

Em primeiro lugar, um processo de tomada de decisões políticas constituído de múltiplos estágios e filtros contém, exatamente em virtude de ser indireto, precauções e restrições que a forma direta não tem. Em segundo lugar, a democracia direta implica política de soma zero, ao passo que a democracia indireta permite a política de soma positiva. Em terceiro lugar, na democracia antiga, a guerra entre ricos e pobres era inevitável, desenvolvendo-se, como de fato ocorreu, a partir de um desequilíbrio funcional do sistema, ao passo que a política como guerra de hoje não é inevitável, pois um desequilíbrio desses não pode se manter (SARTORI, 2004, p.39).

3.5.2. Democracia participativa: a cidadania em foco

Já o modelo da democracia participativa aposta na participação dos cidadãos como uma forma de corrigir as assimetrias do modelo liberal, que advoga por um modelo restritivo e minimalista de democracia. Essa abordagem problematiza a marginalização da participação cidadã e a recupera como valor central para a democracia (ALCÂNTARA, 2018; GOMES, 2005; MIGUEL, 2017; AVRITZER, 2002; 2007; SANTOS; AVRITZER, 2002; BARBER, 1984; BIROLI, 2013; CARLOS, 2011; PATEMAN, 1985). Isso inclui experiências como orçamentos participativos, consultas públicas, fiscalização em processos regulatórios ou o envolvimento da comunidade na administração de conselhos de saúde, como ocorreu em São Paulo (COELHO; NOBRE, 2004).

Essas inovações começaram a usar a tecnologia para permitir a participação, como o caso da lei colaborativa do Marco Civil da Internet, ou do orçamento participativo do município de La Plata, na Argentina, duas experiências totalmente digitais. Em *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Santos e Avritzer (2002) ressaltam que o debate sobre a democracia coloca em evidência dois momentos: o primeiro, discute a questão da desejabilidade da democracia e o segundo, a preferência de procedimentos eleitorais como característica legítima da democracia, em detrimento de outras das formas de participação social. Para os autores, a democracia é percebida como um conceito elitista, muito em função da inevitabilidade da representação (SANTOS; AVRITZER, 2002 p. 43).

Santos e Avritzer (2002 p.54) acreditam também que o aumento da participação ajuda a corrigir o problema da relação entre representação e diversidade cultural e social. À medida que aumenta o número dos atores envolvidos na política, há mais diversidade étnica e cultural do que costuma haver na política representativa (SANTOS; AVRITZER, 2002 p.54). Os grupos mais vulneráveis, de acordo com os autores, não conseguem ser representados no sistema político do mesmo modo que os grupos majoritários, portanto, a participação seria capaz de corrigir algumas dessas assimetrias. Não se trata, porém, de substituir um tipo de democracia pelo outro. Para os autores, é uma questão de complementariedade, coexistência, entre a democracia participativa e a representativa. As iniciativas participativas funcionam dentro do sistema representativo.

Os autores tratam a questão da participação no debate sobre democracia como a tentativa de se criar um movimento contra hegemônico, ou seja, um movimento que busca alternativas democráticas aos problemas enfrentados pela própria democracia. Dentro dessa perspectiva, a democracia participativa seria mais democrática do que a forma representativa. Não se trata, porém, de trocar um modelo de democracia pelo outro, mas sim de utilizar inovações institucionais e a tecnologia para a favorecer a participação (SANTOS; AVRITZER, 2002, p.51).

A reinvenção da democracia participativa no Sul está intimamente ligada aos processos de democratização pelos quais esses países passaram (SANTOS;

AVRITZER, 2002). Tanto o Brasil quanto a América Latina, em geral, vêm apresentando um crescimento nas iniciativas de participação desde os anos 1990. A chamada crise da democracia representativa, um descontentamento do cidadão com a política, também teria motivado uma maior ênfase em mais participação. Pogrebinschi (2017) acredita que o cenário hostil das democracias latino-americanas - baixo desempenho em pesquisas sobre a sua qualidade, muitos anos de autoritarismo, instabilidade política, inflação, corrupção, desigualdade social - teriam contribuído para o crescimento de iniciativas de participação na região, já que ganham relevância questionamentos sobre como tornar mais responsivos governos com uma longa história de instabilidade política, e como estabelecer formas de monitoramento em países onde a corrupção é um problema permanente (POGREBINSCHI, 2017). Ao relacionar a busca por mais participação ao processo de redemocratização na América Latina, Santos e Avritzer (2002) argumentam que fim de regimes autoritários estabeleceu novos parâmetros para a relação entre sociedade e Estado. Desse modo, o dilema desses países após a redemocratização passou a ser como estimular novas formas de comunicação para desbloquear as relações entre a esfera pública e a vida política (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 77).

Um primeiro levantamento de experiências implementadas na América Latina aponta para algumas iniciativas, entre elas o Laboratorio de Gobierno, um projeto para desenvolver inovações centradas no usuário em todas as instituições do Estado chileno; o programa E-Cidadania; o *Presupuesto Participativo* da cidade de La Plata; e o aplicativo *barrio sin dengue*, pelo qual a população de um município na Argentina pode avisar autoridades sobre focos do mosquito (LATINNO, 2015-220).

Para definir inovações democráticas, Smith (2009) destaca dois aspectos que considera fundamentais. O primeiro é que esses novos desenhos institucionais precisam considerar a participação direta do cidadão individualmente, e não apenas de grupos organizados da sociedade civil por meio de representantes. Além disso, as inovações precisam possibilitar formas de participação que interfiram na tomada de decisão e formulação de políticas públicas.

Examinando alguns conjuntos normativos de demandas com possibilidade

de reduzir o hiato entre representados e representantes nas democracias modernas, Arato (2022) cita a presença de uma sociedade civil, bem como o de uma esfera pública. Para o autor, uma dimensão de democracia deliberativa recupera parte do seu caráter participativo que havia se perdido. Dentro da visão do autor, esfera pública e sociedade civil existem conjuntamente:

O primeiro conceito aponta para os processos parcialmente institucionalizados de comunicação que são tão importantes na política democrática, ao passo que o segundo conceito trata do substrato organizacional dos grupos, associações e movimentos que são necessários tanto para a generalização da experiência de comunicação como para sua influência política (ARATO, 2002, p.96).

Nesse sentido, prossegue Arato (2002), enquanto o público atua no importante papel de monitorar as ações, as associações civis preparam os eleitores para participação coletiva.

Também há o entendimento da participação como mobilização de ações coletivas e protestos na esfera civil (Howard et al., 2011; Castells, 2013; Tarrow, 2013), que hoje também estariam amplamente ligados às mídias digitais. Norris (2001) lembra que movimentos globais de protesto existem muito antes da internet, como o movimento anti-nuclear na década de 1950 e os protestos contra a Guerra do Vietnã na década de 1960, ou até mesmo os movimentos anti-escravagistas e pró-sufrágio no século XIX. A relevância da discussão sobre internet e ativismo teria surgido antes das mídias sociais como o Facebook ou o Twitter, na década de 1990, o auge dos movimentos anti-globalização (PAPACHARISSI, 2009; BENNET 2005).

Papacharissi (2009, p. 241) destaca a capacidade das mídias digitais de conectar e sustentar movimentos subversivos. Essa aptidão das mídias sociais para manifestações, segundo a autora, se encaixa perfeitamente no modelo de contrapúblicos, em que os públicos menos favorecidos competem para articular uma voz dentro da esfera pública (CASTELLS, 2013; PAPACHARISSI, 2009; FRASER, 2007).

Castells (2013), estuda uma série de movimentos, entre eles os protestos no Egito em 2011, as manifestações na Islândia no auge da crise econômica de 2008,

os Indignados na Espanha e o movimento *Occupy Wall Street*. O autor conclui que apesar de terem motivações muito diferentes, esses movimentos apresentam algumas características comuns, como a rejeição a partidos políticos e à mídia tradicional, a falta de uma liderança única e bem definida, além de forte uso das mídias sociais (CASTELLS, 2013, Kindle location, 173).

3.5.3. Democracia deliberativa: a importância do debate na esfera pública

O modelo deliberativo de democracia pode ser entendido, de acordo com Stromback (2006), como uma extensão do modelo participativo. O modelo deliberativo confere uma ênfase nas discussões políticas e a na importância de serem deliberativas. Uma vez que seria por meio das mídias e do jornalismo que os cidadãos acessam as discussões políticas, de acordo com Stromback (2006, p.340), esse modelo depende da participação ativa de ambas.

Somente compartilhando ideias é que o público ganha força e torna-se visível. Dewey apresenta uma concepção normativa de democracia deliberativa que criaria melhores condições de realização tanto para o indivíduo quanto para a coletividade (POGREBINSCHI, 2004). Influenciado por Kant, Dewey (2012) ressalta o uso público da razão, que pode ser estimulado por meio do debate (WHIPPLE, 2005). A ideia original de Habermas (2001) formula a esfera pública como um espaço para deliberação sobre questões públicas, gerando uma opinião pública capaz de influenciar a tomada de decisões e promover um sistema inclusivo de participação.

A formação de um público é um processo que passa pela comunicação. É apenas por meio da comunicação que o público se torna um grupo coeso (DEWEY, 2012, p. 136). O autor enfatiza a importância do “falar” e “ser ouvido”. É apenas “falando” que o cidadão passa de espectador a participante. Dewey (2012) explica algumas características necessárias para que um público seja definido como tal, como se formar em momentos específicos em torno de questões pontuais, ser um produto da comunicação, dar voz ao cidadão e priorizar a “publicidade” do debate.

Uma vez que, para Dewey (2012) um público sempre se forma em torno de questões específicas, não se trata de uma associação que existe independentemente do espaço e do tempo, e sim uma união de indivíduos em questões pontuais sobre as quais querem ter voz. Outro ponto importante destacado pelo autor para caracterizar as condições básicas para a manifestação do público é a importância da "publicidade". Não há um público sem a completa publicidade de todas as consequências que possam estar relacionadas. De acordo com o autor, tudo o que obstrui a publicidade do debate, incluindo restrições à liberdade de expressão, distorce o pensamento e limita a participação popular (DEWEY, 2012 p. 132).

Na visão de Calhoun (1992, p. 6), a importância da esfera pública está no seu potencial como forma de integração da sociedade. O discurso público, ou o que, segundo o autor, Habermas chamaria mais tarde de ação comunicativa, é um modo de coordenação da vida humana, assim como o poder do Estado e as economias de mercado. Sendo assim, o debate racional parece ser um requisito básico para a formação da esfera pública, que, nesse contexto, pode ser definida como um domínio da vida social na qual a opinião pública é expressada. Dentro dessa perspectiva, o objetivo final da esfera pública é o acordo público e a tomada de decisões, apesar desses objetivos nem sempre serem alcançados (PAPACHARISSI, 2009, p. 232).

Gomes e Maia (2008) argumentam que do ponto de vista dos processos de produção da decisão política, além da existência de eleições e, eventualmente de referendos, outra instituição essencial para a democracia seria uma esfera de debate público (GOMES; MAIA, 2008, p. 126). De acordo com essa visão, a democracia precisa que as instâncias deliberativas funcionem como esfera pública para proteger o bem comum. Há esferas deliberativas no sistema político na forma de parlamentos, tribunais, conselhos e colegiados administrativos (GOMES; MAIA, 2008, p.127).

É Habermas quem dá forma à ideia em *Mudança estrutural da esfera pública* (1991). Na visão do autor, "a esfera pública burguesa se constitui em um mecanismo de defesa em relação ao governo aristocrático, além de um espaço de voz a cidadãos até então desprovidos de influência ou função política, mas detentores da força econômica, sendo um ambiente, para burgueses, sem coerções

ou interferências no que diz respeito à livre exposição de argumentos. Desse modo, o papel relegado ao cidadão na vida pública, bem como a confiança na capacidade cognitiva dos indivíduos para a tomada de decisão servem de sustentação para o desenvolvimento do conceito de esfera pública habermasiano e da teoria deliberativa. Assim, a noção de esfera pública foi e continua sendo importante para o campo da comunicação, uma vez que permitiu trazer os fenômenos da comunicação contemporânea para o centro do debate da teoria democrática (CAPONE et al, 2023).

PARTE 2: METODOLOGIA, DISCUSSÃO E RESULTADOS

4. Discussão Metodológica

Neste capítulo será apresentada uma breve contextualização social, econômica e histórica dos dois países, além dos procedimentos metodológicos de forma mais detalhada, e considerações para a escolha dos sites de notícias de onde foi retirado o material da análise. Em seguida serão apresentados os temas relacionados à democracia escolhidos para a análise do material coletado. E, por fim, apresentamos os resultados e uma discussão à luz da teoria da democracia.

4.1. Uma breve contextualização histórica, política e midiática dos dois países

Aqui pretende-se realizar uma breve contextualização de Argentina e Brasil, apresentando algumas informações de ordem social, econômica, política e midiática. Vale destacar que contextualizações dessa natureza são importantes para estudos comparados de comunicação política.

O Brasil é o maior país da América do Sul, com um território de 8.514.876 Km² e uma população de cerca de 214 milhões de habitantes. A Argentina vem logo atrás do Brasil, como o segundo maior país da região, em um território de 2.780.400 km², que corresponde a cerca de 33% do território brasileiro, e uma população de quase 45 milhões de habitantes. De acordo com dados do Banco Mundial¹⁰, em 2021, período próximo ao deste estudo, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ultrapassou US\$ 1,6 trilhões de dólares, e o da Argentina foi pouco mais de 487 bilhões de dólares. A Argentina enfrenta há décadas uma

¹⁰ WORLD BANK. The World Bank Data. Acessado em 29 de janeiro de 2023.
Dados disponíveis em
<https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

inflação crônica e perda de poder de compra. Dados dos Bancos Centrais dos dois países sobre o impacto do preço de itens básicos e serviços, como saúde, aluguel, educação, combustível e alimentação, no bolso da população indicou que a inflação em 12 meses (na comparação entre julho de 2021 e julho de 2022) atingiu 71% na Argentina e 10% no Brasil. Ou seja, a alta dos preços de alimentos na Argentina é bem maior que nos outros países da América Latina (BARRÍA, 2022), como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Inflação das seis maiores economias da América Latina entre julho de 2021 e julho de 2022



Fonte: BARRÍA, 2022.

No entanto, mesmo com um PIB bem menor que o brasileiro, moeda desvalorizada frente ao dólar e alto índice de inflação, a Argentina apresenta índices sociais melhores que os do Brasil em quase todos os indicadores sociais, como educação, saúde e desigualdade social (WORLD BANK DATA; IDOETA, 2019). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU a partir de um conjunto de indicadores socioeconômicos, também é maior no país vizinho, foi de 0,825 na Argentina em 2018, contra 0,759 no Brasil, sendo que quanto mais perto de 1 o IDH, melhor é o desenvolvimento do país (IDOETA, 2019).

Como mostra o Gráfico 4 abaixo, dados do Banco Mundial indicam que a Argentina apresenta uma renda per capita maior que a brasileira e menores taxas de desigualdade social e desemprego. Enquanto que em 2021, mais de 14% dos brasileiros estavam desempregados, na Argentina a taxa era de 10,9%. No mesmo ano, a desigualdade no Brasil apontava para 0,489, pelo índice de Gini, e na Argentina, para 0,423, sendo que quanto mais perto de 0, maior distribuição de renda. Um outro dado que chama a atenção é relativo à equidade de gênero. Enquanto que na Argentina 45% dos assentos no Parlamento são ocupados por mulheres, no Brasil, o índice cai pra 14%. Ao mesmo tempo, no Brasil também há mais gente abaixo da linha de pobreza, vivendo com até USD\$ 2,15 por dia. Cerca de 1,9% da população brasileira e 1,1% da argentina estão nessa situação. Um índice de violência mostra que em 2020 houve 22 homicídios intencionais para cada 100 mil habitantes, e na Argentina o número registrado para a mesma população foi de cinco homicídios. Sobre dados relativos à educação, 99% dos adultos na Argentina são alfabetizados, enquanto que no Brasil, a taxa cai para 94%. Em relação a dados de uso de internet, a Argentina apresenta índices melhores. No país, em 2020, 87% da população usava internet regularmente, ao passo que no Brasil, no mesmo período, o índice era 81%.

Gráfico 4: Alguns indicadores de Brasil e Argentina:

Território

■ território(km²)



[Obter dados](#) • Criado com [Datawrapper](#)

População

■ População



[Obter dados](#) • Criado com [Datawrapper](#)

Desemprego

% de desempregados, 2021



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Desigualdade

desigualdade (coeficiente de Gini), 2020



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Educação

% de adultos alfabetizados (+15 anos), 2021



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Equidade de gênero

% de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Expectativa de Vida

expectativa de vida, 2020



[Obter dados](#) • Criado com [Datawrapper](#)

Forças Armadas

Forças Armadas (% da força de trabalho total)



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Habitação

população vivendo em favelas (% da população urbana), 2016



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Internet

% da população que usa a internet, 2020



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

PIB

PIB (US\$ bilhões)



[Obter dados](#) • Criado com [Datawrapper](#)

PIB

PIB US\$ per capita, 2021



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

PIB

■ crescimento anual do PIB %, 2021



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Pobreza

■ % da população vivendo com até US\$2,15 por dia, 2020



[Obter dados](#) • Criado com [Datawrapper](#)

Violência

■ Homicídios intencionais (por 100 mil habitantes), 2020



[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial. WORLD BANK. The World Bank Data.
Acessado em 29 de janeiro de 2023.

Dados disponíveis em <https://data.worldbank.org/?locations=BR-AR>

Assim como todos os seus outros vizinhos sul-americanos, os dois países são presidencialistas. A Argentina é um país presidencialista, com uma tradição de poucos partidos chegarem à presidência (O'DONNELL, 1972). Desde a reintrodução da democracia, os dois partidos principais, a União Cívica Radical (UCR) e o partido Justicialista (PJ) praticamente se alternam no executivo. Esse círculo só foi quebrado em 2015, com a vitória de Mauricio Macri, do Partido Proposta Republicana (PRO). No entanto, é preciso ressaltar que uma força de peso no sistema político argentino é a oposição entre peronismo e anti-peronismo (O'DONNELL, 1972).

Há décadas, o país sofre com sistemáticas crises econômicas, o que González (2021) chama de “a crise perpétua da Argentina” (GONZÁLEZ, 2021). Seguindo a linha de que as instabilidades econômicas ajudaram a moldar o sistema político argentino, Liotti (2014) argumenta que crises e rupturas institucionais são

capazes de redefinir a lógica do exercício de poder, o papel do Estado, o sistema econômico e conseguem alterar, inclusive, alguns aspectos da identidade nacional.

O país passou por dois golpes militares diferentes. O último período de ditadura militar se dá entre os anos de 1976 e 1983, um período violento, marcado por censura, perseguição política, repressão, tortura e desaparecimentos. A restauração democrática veio em 1983, a partir do governo de Raul Alfonsín, mas, assim como também ocorreu no Brasil, foram as eleições de 1989 que marcaram o início de um processo mais amplo de consolidação democrática e também de implementação de uma agenda liberal, com grandes repercussões para a economia (ROCCA-RIVAROLA, 2021).

No campo dos direitos humanos, como já abordado no Capítulo 3, sobretudo, na seção que compara as duas democracias, a Argentina foi um dos países que olhou para o seu passado autoritário e foi enxergada como um exemplo para outros países que também enfrentavam uma transição democrática. O presidente Raúl Alfonsín criou a Comissão Nacional de Desaparecidos e autorizou que ex-comandantes fossem julgados por crimes contra a humanidade. O filme *Argentina, 1985*,¹¹ que em 2023 concorrerá ao Oscar de melhor produção estrangeira pela Argentina, foi feito com base em fatos reais e conta a história do caso que ficou conhecido como Julgamento das Juntas, o primeiro julgamento no mundo por um tribunal civil contra comandantes militares que tinham estado no poder. No final, 709 casos foram julgados e sentenciados, e ex-militares foram presos. Movimentos sociais por justiça e memória dos desaparecidos na ditadura, como as “Mães da Praça de Maio” continuam sendo, ainda hoje, referência de atuação da sociedade civil na busca pela verdade do que teria acontecido com os desaparecidos, e pela preservação da memória da ditadura. A Comissão da Verdade na Argentina também despertou a atenção internacional. O relatório, denominado *Nunca Más*,¹² documentou casos de cerca de 9 mil desaparecidos. (PINTO, 2010, p. 136).

A Argentina alcançou sua independência em relação à Espanha em 1810,

¹¹ *Argentina, 1985*; Diretor; Santiago Mitre, Buenos Aires, Prime Vídeo, 2018.

¹² SÁBATO et al. *Nunca mais: informe da Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina*, presidida por Ernesto Sábató. Porto Alegre: L&PM, 1985.
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/sabato.pdf>

liderada pelo General José de San Martín, assim como também ocorreu no Chile e no Peru. Olhando para a história mais recente, após o fim de seu mandato, Alfonsín entregou o cargo a Carlos Menem, do Partido Justicialista, no que foi a primeira sucessão constitucional no país desde 1928. Um ano antes de deixar o cargo, Alfonsín havia declarado o calote formal. Anos depois, Menem conseguiu estabilizar a economia, promoveu muitas privatizações e pôs em prática um governo neoliberal, seguindo o chamado Consenso de Washington. Menem abraçou o livre comércio, fortaleceu os laços com o Mercosul e, com o objetivo de controlar a inflação, dolarizou a economia, promovendo a paridade do peso diante do dólar. O desemprego aumentou, a desigualdade social bateu recordes, a dívida externa cresceu e a hiperinflação desencadeou ondas de saques (ESTADÃO/INFOGRÁFICOS)¹³. Fernando de la Rúa, da União Cívica Radical (UCR), foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular depois da reabertura democrática, mas a grave crise econômica e o aumento do desemprego e da pobreza fizeram com que De la Rúa renunciasse e assumisse Eduardo Duhalde, eleito pela Assembleia Legislativa.

Em 2003, tem início um novo período, o chamado kirchnerismo, com o mandato de Nestor Kirchner e, em seguida, Cristina Kirchner, a primeira mulher no Poder Executivo Federal na Argentina. Sua gestão foi marcada pelo conflito com determinados setores, entre eles, os principais grupos de comunicação (MARQUES, 2018, p.164). De 2015 a 2019, em uma eleição apertada, e que pela primeira vez chegou ao segundo turno, Cristina Kirchner foi derrotada pelo candidato da oposição, Maurício Macri (PRO/Coligação "Cambiemos"), ex-presidente do Clube Boca Juniors, e primeiro presidente da República sem ter alinhamento ideológico ao peronismo (BORÓN, 2015).

O peronista Alberto Fernández, do partido Justicialista (PJ) assumiu o cargo em dezembro de 2019 com a promessa de ressuscitar a economia argentina após um longo período de recessão econômica. Porém, os impactos negativos sociais e econômicos da pandemia e os retrocessos no processo de abertura resultaram em

¹³ O Kirchnerismo na Argentina. Estadão, Infográficos. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/internacional/kirchnerismo-na-argentina/> Acessado em 25 de janeiro de 2023

uma queda significativa em sua popularidade. Em 2021, a postura moderada do governo deu lugar à orientação linha-dura e intervencionista ligada à vice-presidente Cristina Kirchner (GUTIERREZ, 2019).

Sobre a mídia na Argentina e as mudanças tecnológicas, destaca-se um relatório da *Open Society Foundation* sobre mídia digital no país (2012),¹⁴ que faz parte de um estudo que abrange 60 países sobre como as mudanças tecnológicas afetam a comunicação em suas múltiplas esferas. De acordo com o relatório, a Argentina é um dos países de língua espanhola com maior desenvolvimento dos meios de comunicação. O estudo indica ainda que seus altos índices de escolaridade teriam, historicamente, favorecido o acesso da população aos bens e serviços culturais.

Em relação à comunicação, e também ao jornalismo, uma diferença fundamental em relação ao Brasil, é que a Argentina implementou uma política de regulação da mídia, em 2009, durante o governo de Cristina Kirchner. De acordo com o texto da Lei, seu objetivo é regular os serviços de comunicação em todo o território da Argentina, promovendo a desconcentração, a democratização e a universalização das novas tecnologias de informação (ARGENTINA, 2009). Uma das cláusulas, que restringe limites para o número de licenças de TV que cada grupo poderia ter, deu origem a uma batalha judicial com o Grupo Clarín, que durou por anos.

O Brasil pôs fim à ditadura militar a partir de uma ampla aliança pró-democracia e promulgou uma Constituição inclusiva, com a garantias de direitos, como o acesso universal e gratuito à saúde - a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) -, e a formulação de diretrizes para a comunicação social no Brasil (MARQUES, 2018). José Sarney (MDB) assumiu o governo como primeiro presidente civil depois do período militar, mas as primeiras eleições diretas só foram realizadas em 1989, com a vitória de Fernando Collor de Mello, do então Partido pela Reconstrução Nacional (PRN). Nos primeiros 15 dias de mandato, Collor lançou um pacote econômico que levou seu nome e realizou um confisco bancário da população. Dois anos depois, foi afastado por um processo de

¹⁴ Mapping Digital Media. Open Society Foundations. Country Report: Argentina, 2012. Disponível em <https://www.issuelab.org/resources/36376/36376.pdf>

impeachment por corrupção, sendo substituído por Itamar Franco (PMDB). Nesse período foi implementado o grande plano de estabilização da moeda brasileira, o Plano Real, que levou o seu idealizador, Fernando Henrique Cardoso, a ser eleito presidente do país, governando por dois mandatos. Em 2002, Luiz Inácio da Lula da Silva foi eleito e também permaneceu no cargo por dois mandatos, marcados por crescimento econômico e uma agenda de combate à fome e inclusão social, mas também por escândalos de corrupção. Lula foi sucedido por Dilma Rousseff (PT) em uma eleição apertada contra Aécio Neves (PSDB), mas a economia já não ia muito bem.

A partir de 2014, a investigação “Lava Jato” prendeu mais de 100 pessoa por corrupção, envolvendo atores importantes do governo, incluindo Luiz Inácio Lula da Silva. Entre 2015 e 2018, a presidente Dilma Rousseff sofreu um impeachment e foi afastada, ao passo que o vice-presidente Michel Temer assumiu a liderança do país. Grupos da sociedade desempenharam um papel fundamental na organização de protestos contra o governo de Rousseff e seu Partido dos Trabalhadores, e apoiaram o processo de impeachment, que contou também com o amplo uso das redes sociais, bem como o apoio da TV Globo (GUAZINA: OLIVEIRA, 2021). Nas eleições presidenciais de 2018, os eleitores elegeram o candidato da extrema-direita Jair Bolsonaro como presidente por quatro anos.

Sobre o crescimento da internet no Brasil, Gauzina e Oliveira (2021), afirmam que o aumento do acesso à Internet no país tem sido acompanhado pela popularidade do uso das redes sociais como fonte de informação. De acordo com o Reuters Institute Digital News Report (2018), o Brasil é um grande entusiasta das mídias sociais: dois terços (66%) dos entrevistados na época usavam as redes sociais como fonte de notícias, cerca de 50 milhões de brasileiros tinham uma conta no Instagram, 130 milhões usavam o Facebook e por volta de 120 milhões de brasileiros costumavam usar o WhatsApp (REUTERS INSTITUTE DIGITAL NEWS REPORT, 2018). Amplamente utilizado nas últimas campanhas eleitorais para a presidência, o WhatsApp abriu uma discussão importante sobre a divulgação de notícias falsas como um instrumento de propaganda eleitoral contra adversários políticos.

Em relação a direitos humanos, uma análise sobre os dez anos da Comissão da Verdade, que analisou os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura militar, Veiga (2022) argumenta que a Comissão gerou o melhor documento da história do Brasil recente, mas o país ainda não viu acusados serem punidos. Foram 2 anos e sete meses de trabalhos, resumidos em um relatório de cerca de 2 mil páginas, em que foram apontados 377 responsáveis por crimes durante a ditadura militar brasileira – que durou de 1964 a 1985. O documento também fixou em 434 o número de mortes e desaparecimentos de vítimas do regime (VEIGA, 2022).

4.2. Metodologia

Foi pensada uma metodologia de análise temática, em etapas, que incluiu a escolha das mídias, a construção do corpus, a extração dos dados, a elaboração de um livro de códigos, o treinamento de outras duas pesquisadoras, a decodificação e a construção coletiva da pesquisa.

O primeiro desafio foi a definição de critérios para a seleção dos sites a serem analisados. A intenção foi fazer um recorte relevante de jornais, e que fossem comparáveis, a fim de se testar a metodologia, e depois se expandir a pesquisa, incluindo um espectro mais amplo de mídias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interpretativa, cuja metodologia foi inspirada em Mendonça (2018) e Ituassu et al (2020). Também compartilhamos da ideia de Mendonça (2018) de que não há a intenção de que a amostra definida seja representativa do universo de jornais dos dois países. Ou seja, é apresentada uma análise em um recorte temporal específico, de notícias produzidas nos maiores grupos de jornalismo desses países, mas que podem nos trazer contribuições para a discussão de jornalismo e democracia na América Latina (WAISBORD, 2014; SCHUDSON, 2014; SALGADO; STANYER, 2019), bem como servir de partida para outros estudos.

Vale destacar que o caráter interpretativo se inspirou em Schwartz e Yanow (2012), uma abordagem mais preocupada com as maneiras pelas quais os significados são comunicados, do que em oferecer explicações, mais ligada aos processos comunicativos de construção de significado do que a regras ou princípios substantivos. Para a linha interpretativa é importante deixar os dados “falarem por

si mesmos”, resistindo ao ímpeto de apressar o julgamento prematuro e o fechamento analítico (SCHWARTZ, P.; YANOW, D. 2012, p.71).

4.3. A escolha dos jornais

A seleção dos jornais analisados foi feita com base no Reuters Digital Media Report de 2021¹⁵, a principal pesquisa sobre consumo de mídia, realizada com metodologia de *survey*, cujas respostas foram colhidas em 2020 já após a deflagração da crise da Covid-19. Esse relatório registrou algumas tendências no consumo de mídias em 2020, incluindo mudanças na forma como se acessa as notícias, e um certo voto de confiança no jornalismo tradicional, que vinha em declínio nos relatórios anteriores. Uma das explicações para o apoio seria a crescente preocupação com a desinformação durante a crise sanitária.

Como mostra o relatório, cujas entrevistas foram feitas parte antes da pandemia e parte depois, a crise da COVID-19 aumentou substancialmente a frequência e o volume das notícias produzidas e consumidas. O relatório destaca ainda que a seriedade da crise reforçou a necessidade de um jornalismo preciso e confiável, capaz de fazer frente a teorias conspiratórias e desinformação. Desse modo, fica muito claro no relatório que a mídia tradicional foi bastante procurada na pandemia devido a essa busca por mídias confiáveis (O GLOBO, 2021, EL PAÍS, 2021; SÁ, 2021): "Os acontecimentos deste ano pressionaram ainda mais os modelos de negócios das mídias tradicionais, mas também lembraram, pelo menos parte do público, da importância e valor de notícias confiáveis por parte de organizações de notícias independentes" (REUTERS DIGITAL MEDIA REPORT 2021 p. 8). O relatório concluiu ainda que em muitos países o público se voltou para o jornalismo de grandes empresas. A confiança nas empresas de jornalismo cresceu, em média, seis pontos percentuais com a crise sanitária, com 44% de toda a amostra dizendo que acreditam na maioria das notícias, na maior parte do tempo (REUTERS MEDIA REPORT 2021, 9-10). No Brasil, vale destacar o esforço da

imprensa em formar um consórcio dedicado aos dados e números da pandemia, pra fazer frente ao negacionismo do governo.

O relatório concluiu ainda que a pandemia parece ter acelerado a mudança para um futuro totalmente digital, com um aumento substancial do uso e consumo de mídia online na maioria dos países. O WhatsApp teve o maior crescimento em relação a uso de mídia, com aumentos de cerca de dez pontos percentuais em alguns países, e no Brasil, pela primeira vez desde que iniciaram este levantamento, as mídias sociais ultrapassaram a televisão em termos de consumo de notícias (REUTERS DIGITAL MEDIA REPORT 2021 p. 114-117).

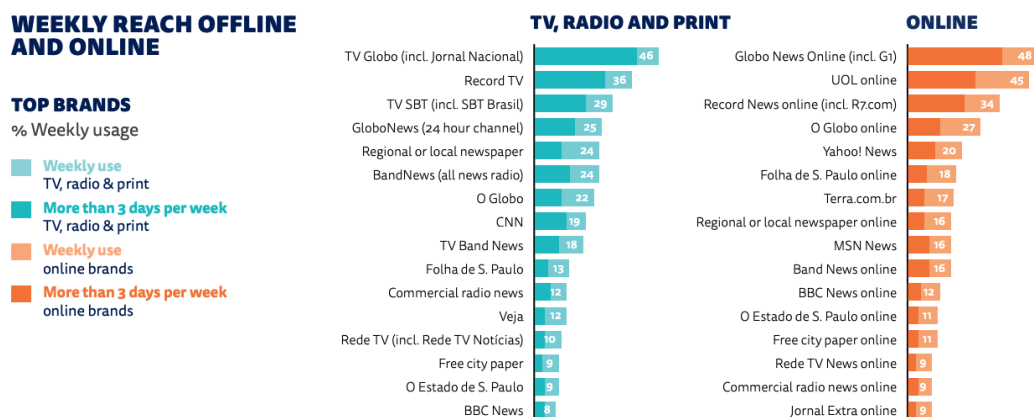
A pesquisa apresentada no relatório contempla mais de 40 países, sendo que quatro deles estão na América Latina: Brasil, Argentina, Chile e Mexico. Desse modo, como os dois países que fazem parte desta tese são contemplados no relatório, concluiu-se que se tratava de uma fonte interessante para a escolha das mídias das quais extrairíamos as notícias.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, o início da cobertura da pandemia foi marcado por uma capa em conjunto entre os principais jornais. Na Argentina, no primeiro dia de confinamento, na sexta-feira, 19 de março de 2020, os principais jornais do país, entre eles, *La Nación*, *Clarín* e *Página 12* publicaram a mesma capa: *Al vírus lo frenamos entre todos*. No Brasil, uma capa semelhante foi publicada em 23 de março de 2009, “Juntos vamos derrotar o vírus. Unidos pela informação e pela responsabilidade”. A ação uniu jornais como *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, *Zero Hora* entre outras publicações locais e foi articulada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) com a proposta de enfatizar a importância do trabalho da imprensa em momentos como esse.

Sobre características gerais da posição dos jornais argentinos durante a cobertura da pandemia, o relatório argumenta que *Clarín*, *La Nación*, e o portal *Infobae* adotaram um tom mais negativo e crítico, enquanto que o *Página 12* manteve-se alinhado ao governo. O Brasil é mencionado no relatório como um dos países mais afetados pela epidemia, na época, com o segundo maior número de mortos depois dos Estados Unidos, e uma mídia bastante crítica do presidente Jair Bolsonaro por sua atuação na crise sanitária e discurso contra a vacina. Os Gráficos

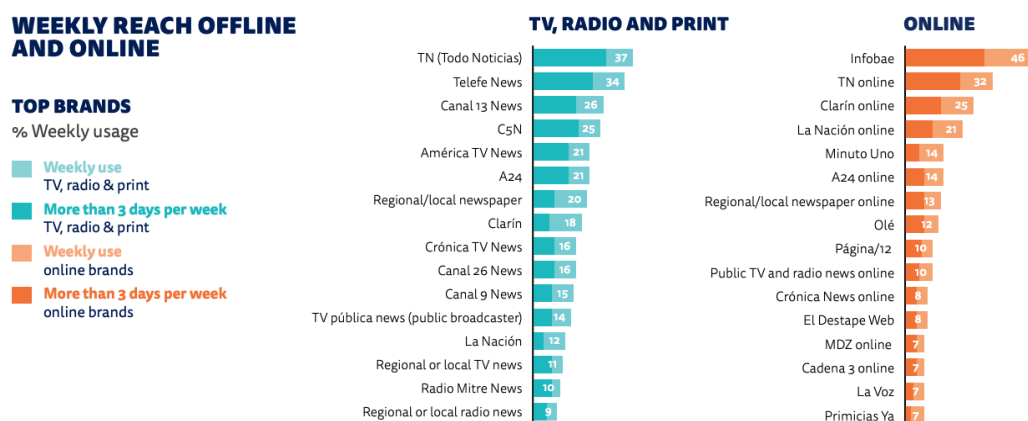
6 e 7 mostram as mídias mais consumidas em 2020 no Brasil e na Argentina, e que serviram de referência para a escolha dos jornais.

Gráfico 5: Mídias preferidas dos brasileiros em 2020



REUTERS DIGITAL MEDIA REPORT, 2021 p. 116

Gráfico 6: Mídias preferidas dos argentinos em 2020



REUTERS DIGITAL MEDIA REPORT 2021 p. 114

A partir da lista das mídias online mais consumidas no Brasil e na Argentina, foram selecionados três jornais de cada lugar, que estão entre os maiores de seu país e desempenham um papel importante em seus respectivos ecossistemas midiáticos. Uma dificuldade extra dos estudos empíricos comparados é o compromisso com uma mostra que seja relevante para os dois países, equilibrada e "comparável". Sendo assim, os jornais escolhidos foram *O Globo/G1*, *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *Clarín*, *La Nación* e *Página 12*.

Alguns foram os motivos para a escolha dos jornais. A primeira foi a intenção de se trabalhar com grupos de mídia tradicionais, sólidos no sistema midiático. A opção por esses jornais adota uma posição semelhante à de Mont'alverne (2020), que escolheu *Folha de São Paulo* e *Estadão* para o seu estudo sobre a participação da imprensa no debate da reforma política no Brasil, por se tratar de *quality papers* (ITUASSU, 2011; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013), jornais de credibilidade e larga tiragem, que se organizam como empresas (MONT'ALVERNE, 2020, p. 136). Azevedo (2018) refere-se aos três, *O Globo*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo* como os principais jornais de referência do Brasil. Em seu estudo sobre os editoriais desses jornais em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), o autor chama os três de grande imprensa. De acordo com Azevedo, estas mídias têm alto nível de profissionalização, independência comercial e adesão formal ao modelo de jornalismo centrado nas notícias (MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, 2016; AZEVEDO, 2018, p. 273).

Os três jornais argentinos, *Clarín*, *La Nación* e *Página 12* também têm alcance nacional e contam com o reconhecimento imediato por parte do público (ALEMAN, 2010, Del Manso, 2019; DIEGO, 2015; ZUNINO, 2016). No entanto, certamente, para um estudo mais completo de significados, como o de democracia, seria necessário adicionar outras mídias mais novas já surgidas na internet, como, por exemplo, canais de extrema-direita no Youtube que compartilham ideias deturpadas de democracia, o que ficaria como sugestão para novas pesquisas. Em seguida, traçamos um breve perfil dos jornais /sites de notícias escolhidos.

4.3.1 Folha de São Paulo

A *Folha de São Paulo*¹⁶ faz parte do grupo empresarial que também é dono de um dos principais portais do país, o UOL, que abriga a edição digital do jornal. Foi criado em 1960, a partir da junção de duas publicações, *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*. A primeira, um jornal vespertino, circulou a partir de 1921. Com uma linguagem jornalística mais popular, tinha como principal público-alvo os trabalhadores da cidade. Em 1925, foi lançada uma edição matutina, a *Folha da Manhã*, seguindo o mesmo perfil editorial e de audiência. As duas publicações, portanto, ocupavam um segmento do mercado de informação que não era contemplado pelo *Estado de São Paulo*, cujo público era basicamente a elite paulista (AZEVEDO, 2018, p. 277). Em 1960, as duas publicações se juntaram em uma só. Ao longo das duas décadas que se seguiram, o jornal passou por uma modernização, ampliou sua circulação e passou a disputar a liderança da grande imprensa diária com *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

Há vários trabalhos que se dedicam a estudar as posições e atuações política do jornal (MATOS, 2008; TASCHNER, 1992; ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008). Azevedo (2018) argumenta que na nova fase, o jornal teria atravessado dois períodos distintos do ponto de vista político. Entre os anos 1960 e meados de 1970, o jornal apoiou o golpe de 64 e o regime militar. E, o segundo período teria começado com as reformas gráficas e editoriais em 1976, na consolidação da luta pela abertura democrática, quando o jornal renovou sua equipe e passou a se concentrar nos setores mais progressistas e intelectualizados.

Em 1984, o jornal *Folha de São Paulo* lançou o seu manual de redação, como parte de uma reestruturação que ficou conhecida como “Projeto Folha”. Para Albuquerque e Holzbach (2008), o lançamento do Manual Geral da Redação da Folha de São Paulo, destinado tanto a jornalistas como ao público em geral, tinha como objetivo ensinar os procedimentos jornalísticos que o jornal considerava

¹⁶ Sobre o jornal e a sua atuação política ver Taschner (1992); Matos (2008); Dias (2019).

corretos, fazendo com que a publicação se constituísse em um manifesto político sobre o lugar que caberia ao jornalismo em geral, e à Folha em particular, ocupar na nova democracia brasileira (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 149).

4.3.1.1 O Estado de São Paulo

O Estadão é o mais antigo dos três jornais brasileiros analisados. Foi fundado em 1875 e originalmente se chamava *A Província de São Paulo*. O jornal teria surgido com posições políticas avançadas para a época, com um perfil antimonarquista e antiescravista, e entre seus colaboradores encontravam-se defensores da causa republicana e nomes conhecidos do círculo intelectual, como Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*. Depois da Proclamação da República, o jornal assumiu o seu nome atual, passou a ser controlado exclusivamente por Júlio Mesquita e se tornou o principal diário paulista (AZEVEDO, 2018). No entanto, depois da Revolução de 1930, trocou de lado e apoiou o movimento constitucionalista de 1932, liderado pelas elites paulistas contra Getúlio Vargas, defendendo a constitucionalização do país e a realização de eleições.

Ao fazer uma retrospectiva de sua trajetória editorial ao longo do tempo, Azevedo (2018) argumenta que o jornal nasceu abolicionista e republicano. Na primeira metade do século XX, apoiou a Revolução de 1930 e se contrapôs ao Estado Novo getulista, defendendo os princípios políticos liberais e democráticos. No entanto, mais tarde, apoiou o golpe militar de 1964, assim como a grande maioria dos principais jornais. Além disso, de acordo com Azevedo (2018, 274-275), após a redemocratização e o retorno das eleições diretas, o jornal teria apoiado todos os candidatos presidenciais de centro-direita que concorreram com os candidatos do Partido dos Trabalhadores, marcando clara posição em seus editoriais. Seguindo essa tendência, o jornal apoiou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (MARQUES et al, 2018). Nas últimas eleições, de 2018,

não apoiou nenhum dos dois candidatos, nem Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, nem Bolsonaro, do PL, com a posição de que os dois eram, igualmente, ruins¹⁷.

4.3.1.2. O Globo/ G1

O Grupo Globo é o maior conglomerado de mídia do Brasil e figura entre os maiores da América Latina. O jornal *O Globo* foi fundado no Rio de Janeiro em 1925 e circulou como vespertino até 1962, quando passou a ser matutino. Entre os anos 1930 e 1980, o jornal se tornou o diário de maior circulação no Brasil. Essa ascensão como um dos principais jornais do país se deu ao mesmo em que o tempo em que as Organizações Globo se formavam, agregando outras mídias, como rádios e revistas (AZEVEDO, 2018). Em 1965, é inaugurada a TV Globo, Canal 4, no Rio de Janeiro, o que vem a se tornar o embrião da futura Rede Globo de Televisão. Localizada em um prédio no bairro do Jardim Botânico, na Zona Sul, as instalações são projetadas para abrigar uma estação de televisão, e dá início a uma programação baseada em jornalismo e entretenimento, tendo a novela como carro-chefe (MEMÓRIA GLOBO).¹⁸ Em 1969, entra no ar o Jornal Nacional, o primeiro telejornal da televisão brasileira.

Para Azevedo (2018), o jornal *O Globo*, ao longo da sua existência, tem assumido posições que permitem classificá-lo como um jornal liberal em relação às questões econômicas e alinhado com as posições liberal-conservadoras, no âmbito político. Em 1964, apoiou o golpe militar e publicou um editorial sob o título de *Ressurge a Democracia*¹⁹, em que saudava a tomada do poder pelas Forças

¹⁷ Estadão. Uma escolha muito difícil. São Paulo, 08 de outubro de 2018.

Disponível em <https://www.estadao.com.br/opiniao/uma-escolha-muito-dificil/>

¹⁸ MEMÓRIA GLOBO. 1965, Inauguração da TV Globo. Disponível em <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1965-1984/noticia/1965-inauguracao-da-tv-globo.ghml>

¹⁹ O Globo. Ressurge democracia, Editorial, 02 de abril de 1964. Mais tarde, o jornal reconheceu que o apoio foi um erro.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>

Armadas. Com o retorno à democracia, em 1985, o jornal passou a apoiar uma agenda econômica liberal assumida (AZEVEDO, 2018 p, 274-275).

O grupo também é responsável pelo portal Globo.com, que agrega todo o conteúdo de jornalismo, além do Globoesporte.com, de esportes, o Globo Play, de streaming, e também o jornal Extra, de perfil popular, o Valor Econômico, especializado em economia, e a Revista Época. O G1 tem ligações de afiliação a importantes grupos regionais para a produção de conteúdo local em todos os estados, e, a partir de 2010, teria orientado os grupos locais de comunicação a montar estruturas próprias do G1 "local" (MEDIA OWNERSHIP MONITOR, 2017).²⁰

Em relação a política, há diversos estudos que apontam para o apoio da Globo, sobretudo pelo Jornal Nacional, à Operação Lava-Jato, na construção de uma percepção no Brasil de acordo com o modelo de combate à corrupção defendido pela Operação (MARTINS et al, 2021), e também ao impeachment de Dilma Rousseff (GUAZINA et al, 2017; VAN DJIK, 2017; ALBUQUERQUE, 2021).

4.3.1.3. Clarín

O *Clarín* é o grupo de mídia mais poderoso da Argentina, e um dos mais poderosos da América Latina, junto com O Grupo Globo, no Brasil, e a Televisa, no México. Para Diego (2015), antes do Clarín, nenhuma outra empresa argentina de comunicação concentrou tanto poder ou atingiu seu nível de diversificação e influência (DIEGO, 2015, p. 61-64). Assim como ocorreu com o Jornal O Globo, na Argentina, o Clarín²¹ também foi um periódico que deu origem a um grande conglomerado de mídia, o maior do país. Criado em 1945 por Roberto Noble, ex-ministro da província de Buenos Aires, tornou-se o jornal argentino mais vendidos em 1965 e o maior jornal de língua espanhola em 1985. Mas o início de suas

²⁰ MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. Entrevistas, 2017. Disponível em <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/detail/outlet/globocom/>

operações ocorreu em 1945, quando começou a circular na capital argentina e na maior parte do país. O grupo sempre teve relações positivas com os governos e aumentou o seu poder econômico em 1977 com a aquisição, como sócio majoritário junto com outros jornais, a *Papel Prensa*, empresa argentina dedicada à produção de papel, que era até então a única a produzir papel específico para jornais impressos (MARQUES, 2018, p. 167)

O conglomerado de Comunicação *Clarín*, da forma como é conhecido hoje, surge em 1999. No início dos anos 2000, o grupo adquiriu outros veículos de comunicação e se expandiu em outras áreas além do jornal impresso, como emissoras de TV por assinatura, portais na Internet, canais de TV aberta e emissora de rádio. Em 2017, o *Clarín* tinha grande vantagem de circulação e tiragem em relação ao segundo colocado – o *La Nación*.

Mudanças constantes de posição política foram a marca registrada do discurso de jornal. Para Belém (2019), diferentemente do *La Nación*, que tinha posições políticas mais contundentes, o *Clarín* refletiu sempre o pragmatismo de seu diretor e fundador. Em 1945 fez campanha contra Perón, mas a partir de 1946 aderiu ao peronismo, e entre 1946 e 1949, teria reforçado com seu discurso a legitimação do projeto político peronista.

Durante a ditadura argentina, o jornal também manteve a sua posição "pragmática". Adotou um discurso desenvolvimentista nos meses que antecederam o golpe, publicando em seus editoriais que a causa principal da crise na Argentina era o fracasso do modelo estatista e redistribucionista do peronismo. O jornal defendeu, por exemplo, que os elementos que teriam contribuído para colocar o país no abismo em que se encontrava – a subversão, a corrupção, a paralisia da economia –, seriam produto do subdesenvolvimento nacional, e que era preciso "refundar" o país (ITURRALDE, 2013, p. 207). Sendo, assim em um primeiro momento, o discurso do jornal se aproximava da ideia do golpe, mas depois, diante das violações de direitos humanos, mudou de posição. Anos mais tarde, nos governos Kirchner, o jornal também variou de posição política. Primeiro, a impressão era a de que o Grupo *Clarín* seria um pilar para o governo de Néstor, mas depois a avaliação predominante era a de que o jornal trabalhava para desestabilizar governo de Cristina (BELÉM, 2019).

4.3.1.4. La Nación

O jornal La Nación surgiu em 1870 pelas mãos de Bartolomé Mitre e, desde as suas origens, tornou-se um ator relevante nos debates sociais e políticos do país. Fiel às discussões da época, foi um jornal que promoveu o tema da organização nacional como eixo de sua formação. De perfil liberal, o La Nación tem algumas características, segundo Diego (2015), que se mantiveram estáveis no perfil político do discurso do jornal, em concordância com um cenário econômico pertencentes à tradição liberal-conservadora.

De acordo com Diego (2015), o La Nación foi um dos jornais que apoiou o governo militar da última ditadura argentina e aderiu à "luta contra a subversão", sustentando que a "guerra suja" não deveria ser revisada. Também enxergava as Forças Armadas e a Igreja como atores centrais da vida nacional, e equiparou as responsabilidades de militares e guerrilheiros. Após o período da ditadura, o jornal teria passado a atuar pelo fim das tensões civis-militares em consonância com o discurso de "reconciliação nacional" que viria a ser oficializado pelo presidente Carlos Menem (DIEGO, 2015, p.64-66).

Schuttenberg e Fontana (2015) consideram o jornal a expressão dos setores dominantes da Argentina, o que lhe confere uma linha editorial definida e sustentada ao longo do tempo. Com a recuperação da democracia, os autores indicam que o jornal adotou o discurso na direção de uma "união nacional", em torno de um conteúdo que garantisse a “normalização da vida republicana”. Na medida em que começaram a aparecer as punições aos responsáveis pelo regime, o La Nación teria adotado uma posição editorial, primeiro, destacando como necessária a política repressiva sobre a sociedade para conter "desvios" do republicanismo. E, num segundo momento, qualificando os abusos do Estado como excessos pessoais, que deveriam ser punidos como tais (SCHUTTENBERG; FONTANA, 2015, p.255).

4.3.1.5. Página 12

O jornal *Página 12* foi criado em 1987 como um jornal impresso diário que começou com uma tiragem inicial pequena e rapidamente foi crescendo. Fundado pelos jornalistas Jorge Lanata, Osvaldo Soriano e Horacio Verbitsky, a redação se localiza na cidade de Buenos Aires. Com uma posição abertamente progressista e de perfil analítico, inspirado no francês *Liberation*, contrastava com os jornais diários convencionais, pelas reportagens de maior aprofundamento (LA PRENS NEWS).²²

Foi durante o governo de Carlos Menem (1989–1999) que o jornal se consolidou como modelo de jornalismo investigativo, tornando-se o terceiro jornal de maior circulação na Argentina, depois de *Clarín* e *La Nación*. Durante a gestão de Néstor Kirchner e Cristina Fernández manteve-se alinhado ao governo e, durante esse período, foi um dos jornais que mais recebeu publicidade oficial. Depois, fez oposição a Mauricio Macri, e hoje é um grande apoiador do governo de Alberto Fernández (ARGENTINA MEDIA OWNERSHIP MONITOR, 2018). De acordo com Antunes de Moraes (2015), o jornal simboliza uma grande mudança de posicionamento editorial e político em comparação às outras publicações existentes no país.

Ao atravessar uma crise financeira, passou por algumas modificações na década de 1990, que culminaram na demissão de profissionais. Desde o ano de 2016 o diário faz parte do Grupo Octubre, uma empresa multimídia argentina presidida por Víctor Santa María. A versão digital do *Página 12* é o nono site de notícias mais acessado no país (ANTUNES DE MORAES, 2019; REUTERS INSTITUTE DIGITAL, 2021).

²² La Prensa News: Prensa, Medios y Diarios del Mundo. Disponível em <https://laprensa.news/diarios-de-argentina/>

4.3.2. Recorte temporal, coleta dos dados e construção do corpus

O recorte analisado foi o primeiro semestre de 2020, de 01/01/2020 a 30/06/2020. Optou-se por um período em que não houvesse eleições presidenciais em nenhum dos dois países, já que o período de campanha, assim como a discussão pública em torno de eleições,

poderiam gerar algum tipo de distorção quanto à abordagem da imprensa em relação à democracia. Optou-se ainda pelo período uma vez que o tema democracia ressurgiu com força durante todo o mandato de Bolsonaro, quando o apoio da população brasileira à democracia aumentou um pouco após anos de sucessivas quedas (Latinobarómetro 2021, p.87). Também optou-se pelo período devido ao aumento, durante a crise sanitária, na confiança no jornalismo feito pelas empresas de mídia tradicionais, devido à busca por notícias confiáveis (REUTERS DIGITAL MEDIA REPORT 2021). Além disso, ficou claro que independentemente do período que fosse escolhido para o estudo, algumas especificidades temporais, algum grau de *bias* ou deturpação seria inevitável, pois, obviamente, a produção de notícias acompanha o momento estudado.

Uma vez definidas as mídias e o recorte temporal, foi feita uma busca pelo termo "democracia" e variantes, como "democrático", dentro da funcionalidade *Explorer*, da Media Cloud, nos jornais mencionados acima, considerando o período citado. Desenvolvida pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Media Cloud é uma plataforma aberta em operação há mais de 10 anos, que continua sendo uma forma bastante prática e eficiente de se coletar dados para estudar o ecossistema de mídias e seu conteúdo na internet. Para Hal et al (2021), um dos criadores da plataforma, seu desenvolvimento contribui para os estudos que têm o objetivo de entender o impacto da produção e disseminação de notícias na democracia, nas crenças e comportamentos (Hal et al, 2021, p. 1034).

O Media Cloud é um projeto de acesso gratuito e colaborativo. Inclusive, foram trocados e-mails com um de seus diretores, Fernando Bermejo, para o esclarecimento de dúvidas e inclusão de novas mídias. Ao receberem um financiamento da Fundação Ford, em 2012, o projeto começou a tomar forma. Entre as funcionalidades, constam a possibilidade de extração de grande volume de

dados, bem como a de visualização da arquitetura dos ecossistemas de mídias. Também é possível rastrear notícias por temas e datas em uma enorme variedade de países. Contando com o apoio de Fundações como a Bill e Melinda Gates, e parcerias internacionais, o sistema permite rastrear milhões de histórias publicadas online, além de outras funcionalidades (Hal et.al, 2021).

Após selecionar os jornais, buscou-se a palavra "democracia", obteve-se com uma planilha bruta com 307 notícias de sites brasileiros e 250 de sites argentinos. Nesse momento começou o processo de construção do corpus. Os dados foram organizados em planilhas de codificação separadas em duas abas, uma para as notícias argentinas e outra para as brasileiras. As planilhas continham o link para a matéria, a editoria a que pertencia, e os trechos que continham a referência a democracia. Foram consideradas as editorias de Política, Internacional, Sociedade e matérias especiais de suplementos. Foram excluídas as matérias de cultura e espetáculos, bem com as da seção de e-mails, opinião, editorial, obituário, etc. Foram excluídas também as matérias assinadas por profissionais de fora dos jornais, como sociólogos, empresários entre outros. Também foram excluídas as matérias traduzidas na íntegra de agências de notícia ou jornais estrangeiros, como o *The New York Times*, *The Washington Post* ou *La Vanguardia*. Além disso, excluiu-se ainda matérias que não continham significados de democracia, pois em muitos casos a palavra democracia, ou democrata, referia-se a nome de partidos políticos ou organizações, e também se excluiu matérias que faziam referência a democracia apenas como recorte temporal, mas que não tinham significados atrelados. Por fim, foram analisadas 415 matérias ao todo, 224 dos jornais brasileiros e 191 dos jornais argentinos. Após a construção do corpus, e uma primeira revisão do material, foi definido um livro de códigos, que sofreu mudanças no decorrer do processo de análise coletiva.

4.3.3. A realização da análise temática

Após a definição da amostra, foi adotada uma dinâmica de trabalho semelhante à posta em prática por Ituassu e colegas (2022). A análise do material foi feita de forma coletiva, com a ajuda de outras duas pesquisadoras, que também fizeram a codificação às cegas com base no livro de códigos. Importante ressaltar que houve uma explicação inicial sobre o livro de códigos, que se modificou ao longo do processo, especialmente em relação ao agrupamento de temas. Também foi pedido às codificadoras que lessem a matéria completa antes do início da codificação. Ao longo de toda a análise, foram feitas rodadas de conversas sobre as interpretações produzidas. A primeira rodada de codificação às cegas resultou em uma concordância de 80% para as notícias argentinas e 70% para as brasileiras. Após essa primeira rodada, conversamos novamente sobre o livro de códigos e fizemos mais uma rodada de codificação, seguindo o material de Sampaio e Lycarião (2021), que prevê a realização de tantas rodadas de codificação e conversa quanto necessárias. Ao todo, foram realizadas três rodadas de codificação, e as notícias que não obtiveram consenso foram descartadas.

Os temas mais que mais despertaram discordância foram crise da democracia, talvez pela própria abrangência. Durante as rodadas de conversa da análise houve a discussão se as manifestações estimuladas pelo então presidente Jair Bolsonaro, a seu favor deveriam ser entendidas sob o tema de participação ou de crise da democracia. Por fim, e por consenso, decidiu-se pelo entendimento de que tal representação estava mais de acordo com a ideia, e a literatura, de crise da democracia e populismo, do que de participação.

Também geraram alguma confusão os temas que de certa forma se relacionam com a cidadania, como participação, igualdade e direitos. Outro ponto de discussão entre a equipe de codificadoras foi se a imprensa deveria pertencer ao tema das instituições ou das liberdades, e nossa opção foi pela primeira alternativa.

A opção pela análise temática se deu por alguns motivos, principalmente pelas vantagens apontadas por Nowell e colegas (2017) para esse tipo de análise. Para os autores, esta abordagem torna a pesquisa qualitativa mais rigorosa e metódica, mais propícia a produzir resultados significativos, úteis e confiáveis. De

acordo com os autores, para serem aceitos como confiáveis, os pesquisadores qualitativos devem demonstrar que a análise dos dados foi conduzida de maneira precisa, consistente e exaustiva por meio do registro e sistematização (CLARKE; BRAUN, 2006; NOWELL et al, 2017).

Uma parte importante para a realização da análise temática - e o seu primeiro passo - é a familiarização com os dados (CLARQUE, 2006; NOWELL et al, 2017). Assim, houve um longo período de análise dos dados e construção do corpus. Nesse processo, já foi possível se ter uma ideia de quais seriam os temas mais importantes e presentes nas notícias. Foi apenas após uma primeira revisão nos dados que se criou o livro de códigos.

Aronson (1994, p.36) argumenta que o método de análise temática pode ser proveitoso, pois os temas são identificados reunindo componentes ou fragmentos de ideias ou experiências, que muitas vezes não têm sentido quando vistos sozinhos (Aronson, 1994, p. 36). Minayo (2007, p. 24) destaca que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade. De modo resumido, adaptando a sugestão de Nowell e colegas (2017), a análise temática neste trabalho foi feita em três fases distintas. A primeira foi de familiarização com o material coletado, quando a planilha foi organizada, a segunda foi a produção de um livro de códigos a partir do que se observou no material, e com base também na teoria da democracia, e a terceira foi o processo de codificação coletiva.

4.3.4. Questões

Como explicado na seção introdutória, esta pesquisa concentra-se em quatro questões interligadas. Importante ressaltar que o estudo foi pensado a partir de pressupostos semelhantes aos de Stromback (2006) e Schudson (2014), que acreditam em um compromisso normativo do jornalismo com a democracia, e de

Waisbord (2014), que busca uma epistemologia de análise própria para a América Latina:

(Q1) Quais as principais representações e significados de democracia compartilhados no jornalismo brasileiro e argentino? Ou seja, de que forma a democracia é tratada e entendida nas notícias de diferentes editorias, de três jornais/sites de Brasil e Argentina, e quais os temas que ganham mais visibilidade em cada um dos dois países?

Q2) No que tange, especificamente, à editoria de política dos dois países e levando-se em conta as informações das principais pesquisas sobre apoio e satisfação com a democracia (LATINOBARÓMETRO, 2018, 2021; IDEA, 2021, V-DEM, 2022), de que forma é possível perceber, por meio da comparação de notícias entre os dois países, que há uma maior tensão na democracia no Brasil?

Q3) Considerando que os dois países enfrentaram ditaduras civil-militares e aberturas democráticas em períodos próximos, ao passo que a Argentina passou por um processo de justiça de transição e o Brasil não, é possível perceber de que modo, essa diferença entre os dois países se manifesta na comunicação política?

Q4) Levando-se em conta as teorias de democracia centradas na América Latina, como, por exemplo, a teoria de O'Donnell (1991), de que apenas a realização de eleições não é suficiente para uma democracia e que faltaria ao continente maturidade institucional, quais as relações que se pode fazer entre o material analisado e a teoria democrática voltada para a América Latina?

4.4. Temas de análise

A intenção aqui foi estabelecer alguns temas extraídos da teoria democrática. É importante chamar atenção para o esforço que a tarefa exige, uma vez que nota-se um uso indiscriminado do termo democracia, em sua maioria, nas declarações de políticos transcritas nas notícias, que em diversas ocasiões são

vazias de significado. De acordo com Brown (2012), o termo se popularizou nos últimos anos e nunca foi tão "conceitualmente solto ou substancialmente vazio [...] ao qual todo e qualquer um pode anexar seus sonhos e esperanças" (BROWN 2012, p. 44). Para a autora, todos se dizem democratas, Berlusconi, Bush, Trump, Bolsonaro ou o Hamas. Também ficou claro que os diferentes temas relativos a democracia se relacionam. Portanto, a ideia não é realizar uma classificação estrita a fim de identificar todos os significados que aparecem em cada notícia, e sim identificar na amostra coletada algumas representações e significados que o termo democracia e suas variações ganham no jornalismo. Os temas abordados pela teoria da democracia se relacionam, portanto foi realizada uma tentativa de aproximação, sem que esses temas se tornassem camisas de força. Escolhas precisaram ser feitas para que fosse possível conceituar um termo que abrange tantas práticas, dimensões e modelos diferentes, e que, nesse caso específico de análise de material jornalístico, inclui as mais distintas visões e declarações, em sua maioria, por parte de políticos, magistrados, representantes de instituições, porta-vozes de governos, ministros, professores, empresários e ativistas, costuradas pelo trabalho do jornalista.

Optou-se assim por oito temas relacionados à teoria da democracia, embora alguns deles talvez não sejam os mais clássicos, mas que aqui estão relacionados ao contexto latino-americano. Também é importante notar que em alguns casos, foram agrupados temas relacionados, que talvez em outros tipos de análise fossem considerados de forma separada. Tampouco espera-se cobrir todas as dimensões e possíveis significados da democracia, e sim fazer um estudo dos significados de democracia a partir dos temas mais frequentemente discutidos no jornalismo.

Importante notar que os temas e subtemas, ou seja, elementos constituidores dos temas, funcionam mais como guias do que categorias fechadas. Por fim, optou-se por se trabalhar com oito grupos de temas e apontar para as especificidades na discussão dos significados. Os temas escolhidos foram: 1) Eleições e competição eleitoral; 2) Competição política e pluralismo; 3) Direitos e liberdades; 4) Igualdade e inclusão; 5) Participação; 6) Instituições; 7) Ruptura democrática; 8) Crise da democracia.

4.4.1. Eleições e competição eleitoral

Talvez a ideia mais imediata de democracia seja a realização de eleições democráticas. Stromback (2006, p.333) define alguns requisitos - já entendidos como consenso - para que um país seja visto ou não como democrático, como eleições livres, justas e frequentes. Ou seja, eleições livres e justas seriam a essência da democracia, uma característica *sine qua non* e inegociável (HUNTINGTON, 1991; O'Donnell, 2010). A realização de eleições também pode ser entendida dentro do espectro maior da democracia procedimental. Ou seja, uma visão normativa que trata dos procedimentos e normas básicas que definem uma democracia.

Há uma corrente nas ciências políticas que chama de minimalista a democracia calcada em eleições (HUNTINGTON, 1991; PZERWORSKI, 2019). Em uma entrevista a um podcast,²³ Przeworski disse que a democracia é um sistema em que os partidos do governo perdem eleições, e que este mecanismo de alternância de poder permite processar conflitos políticos em paz e liberdade. Mendonça (2018) trata do tema da representação política construída por via eleitoral dentro de uma dimensão mais ampla, categorizada como a autorização popular para o exercício do poder político, dimensão que "está na base da construção da ideia de governo representativo, em autores como Bentham, James Mill e Madison, que a entendem como garantia importante para impedir maiorias tirânicas e Estados opressivos, assegurando certa pluralidade" (MENDONÇA, 2018, p.4).

No jornalismo político, um tipo de cobertura considerada em estudos de enquadramento sobre eleições é a chamada cobertura de "corrida de cavalos", ou *horse racing*. Com forte tradição nos Estados Unidos, o jornalismo de corrida de cavalos apresenta as eleições em termos de quem está crescendo ou caindo, enfatizando o desempenho dos candidatos nas pesquisas e suas estratégias para

²³ Entrevista de Adam PRZEWORSKI ao podcast Perspectiva <https://enperspectiva.uy/en-perspectiva-programa/entrevistas/politologo-adam-przeworski-la-democracia-no-es-algo-que-se-tenga-que-definir-en-terminos-estandares-para-todo-el-mundo/>, 27 de novembro de 2015.

manter a dianteira ou melhorar o desempenho nas intenções de voto dos eleitores (PORTO, 2002), e não a discussão das plataformas políticas dos candidatos ou temas de campanha. Um outro elemento importante para se discutir eleições como um dos cernes da democracia é o reconhecimento do resultado eleitoral, principalmente, por parte dos derrotados. Para O'Donnell (2010), os candidatos que concorreram à eleição e não foram eleitos precisam aceitar a derrota e acatar o resultado. O autor argumenta ainda que as eleições precisam ser institucionalizadas. Também são indicativos importantes para a realização de eleições livres e limpas que sejam competitivas, sem fraude, e com equidade em relação aos votos, ou seja, todos os votos devem valer o mesmo (O'Donnell, 2010, p.27-30).

Neste trabalho, o tema eleições e competição eleitoral constitui-se a partir de dois subtemas:

A) Voto e eleições

Este subtema engloba referências a elementos como voto popular em eleições, sejam elas majoritárias, proporcionais, eleições em sistemas presidencialistas e parlamentaristas. Também inclui referências a reconhecimento nacional, por políticos ou outros atores, ou reconhecimento internacional dos resultados eleitorais. Considera-se também o processo eleitoral, bem como suas regras. Um exemplo de notícias classificados nesse tema e com esse subtema é a notícia do *G1* sobre declaração do STF quanto à manutenção de uma regra eleitoral que busca reduzir efeito dos 'puxadores de votos' nas eleições para deputados e vereadores:

O ministro Luiz Fux, relator da ação, votou para manter a validade da regra, afirmando que o intuito da reforma eleitoral foi justamente o de acabar essas distorções. “Foi útil sob o ângulo da democracia e da soberania popular”, afirmou. “Não há que se falar em vulneração do sistema eleitoral.”²⁴

²⁴ D'Agostino, R. STF mantém regra que busca reduzir efeito dos 'puxadores de votos' nas eleições. *G1*, Brasília, 04 de abril de 2020.

Disponível em

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/03/04/stf-mantem-regra-que-busca-reduzir-efeito-dos-puxadores-de-votos-nas-eleicoes.ghtml>

B) Alianças eleitorais

Este subtema refere-se a elementos relacionados a alianças, acordos, negociações, formação de blocos e coalizações em contexto eleitoral. Um exemplo é a notícia publicada pelo Jornal argentino *Página 12*, anunciando a vitória dos socialistas na Espanha.

*El socialista debió esperar casi dos meses desde las últimas elecciones del 10 de noviembre para reunir los apoyos que lo confirmaran al frente de La Moncloa, y al frente de un Ejecutivo en plenitud de sus funciones. Primero, estableciendo un acuerdo de Gobierno de coalición con Unidas Podemos, la fuerza que lidera Pablo Iglesias. Más tarde, y en un proceso que se extendió por unas tres semanas, sellando un acuerdo con la fuerza soberanista Esquerra Republicana de Catalunya.*²⁵

4.4.2. Competição política e pluralismo

Para Mendonça (2018, p.5), a dimensão de competição política e pluralismo aparece, em grande medida, no tratamento dado à existência de uma multiplicidade de perspectivas e posições em disputa no cenário político. Peres e Bezerra (2020) chamam a atenção para a centralidade das oposições na democracia. Para os autores, a oposição parlamentar se erigiu como um dos mecanismos de controle do governo, com a finalidade de assegurar o respeito e a proteção às minorias. Desse modo, em uma democracia não importa apenas aquilo que os que detêm o poder tentam ou conseguem fazer, mas igualmente o que diz respeito àqueles que se opõem a tais objetivos (PERES; BEZERRA, 2020, p. 249-253). Em seu trabalho sobre a terceira onda de democratização, Huntington (1991) ressalta a importância da alternância de poder na democracia, e destaca o papel da oposição na construção

²⁵ Fontenia, A. Pedro Sánchez fue investido como presidente de España. *Página 12*, Buenos Aires, 08 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/266005-los-delitos-sexuales-fueron-parte-del-plan>

de um governo. Para ele, a redemocratização depende ainda de negociações, compromissos e acordos.

Ao conceituar a ideia de Poliarquia, Dahl (1997) aponta para a necessidade de uma oposição pública para as democracias. De acordo com o autor, o desenvolvimento de um sistema político que permita oposição e rivalidade seria um aspecto fundamental da democratização. Desse modo, a democracia dependeria da competição entre um governo e seus oponentes, inclusão política, diferentes visões de mundo e possibilidade de contestação. Rancière (1996), contrariando a ideia de que a boa democracia deve privilegiar o consenso, apresenta a democracia como a própria ideia do dissenso (MENDONÇA; JUNIOR, 2014).

Em qualquer democracia é importante que a disputa política ocorra em um ambiente de pluralidade e convivência de ideias e opiniões distintas na visão de autores que apresentam visões mais inclusivas a partir da esfera pública de Habermas (MOUFFE, 2003; FRASER, 2007). Para Mouffe (2003), uma sociedade democrática seria "uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar (MOUFFE, 2003, p.11). Aqui, o tema competição política e pluralismo constitui-se a partir de três elementos:

A) Disputas políticas

Refere-se às disputas políticas para além do processo eleitoral em si. Compreende disputas entre partidos, ou disputas internas, votações nas esferas de poder em que o enfoque é a disputa de ideias conflitantes, além de competição política entre setores distintos da sociedade.

Como exemplo desse tema e subtema, uma notícia tratando da votação no parlamento britânico da lei que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia em 31 de janeiro de 2020 destaca que alguns parlamentares pró-Europa declararam que mesmo eles sendo contrários à decisão, a democracia teria vencido:

Entre los Lores hay pro europeos conservadores como Lord John Major, ex primer ministro británico, y Michael Heseltine, vice premier Tory, que han votado contra la ley. Tras la elección general británica y la abrumadora mayoría

conservadora de 80 bancas, ellos han admitido que la democracia ha ganado y no la obstaculizarán."²⁶

B) Alianças

Do mesmo modo como aparece no tema anterior, aqui, este subtema também refere-se a acordos, negociações entre atores e setores distintos, e construção de frentes amplas. No entanto, considera-se também as alianças para além da competição eleitoral em si e para além de atores da política estritamente institucional. Uma matéria publicada na *Folha de São Paulo* aborda o histórico de conflitos entre presidentes e governadores no Brasil:

A democracia sempre se dá mal quando há conflito intenso entre presidente e governadores. Ao olhar nossa história, não se vê um único confronto desse tipo que tenha acabado bem", afirma a historiadora Heloísa Starling, professora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). "Numa democracia, o que se faz é negociar", complementa a co-autora de "Brasil: Uma Biografia" (2015).²⁷

C) Pluralismo de ideias e opiniões, diversidade e debates

Este subtema faz referência a representações de democracia que a enxergam como expressão da diversidade e do pluralismo de ideias, opiniões e visões, bem como a realização de debates de ideias conflitantes tanto na esfera pública quanto nas instituições políticas. Ao tratar de diversidade e pluralismo de visões, este subtema também inclui as discordâncias em relação a estas mesmas ideias, opiniões e visões.

Um exemplo de notícia com esse subtema seria a entrevista do *Estadão* a Leonardo Péricles Roque, presidente nacional da Unidade Popular (UP), sigla definida na notícia como "novo partido socialista", na qual ele faz críticas à

²⁶ Avignolo, Maria Laura. Brexit: el Parlamento británico aprobó la salida de la Unión Europea el 31 de enero. Clarín, Buenos Aires, seção Mundo, 09 de janeiro de 2020. Disponível em: http://www.clarin.com/mundo/brexit-parlamento-britanico-aprobo-salida-union-europea-31-enero_0_N9tTWRFK.html

²⁷ Haddad, Naief. Cenários de autoritarismo marcam histórico de conflitos entre presidente e governadores no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, editoria de Política, 29 de março de 2020, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/cenarios-de-autoritarismo-marcam-historico-de-conflitos-entre-presidente-e-governadores-no-brasil.shtml>

esquerda:

Nós achamos exatamente que esse é um dos grandes erros que a esquerda cometeu nos últimos anos, que é não fazer o chamado trabalho de base. E fizemos isso inclusive falando de coisas como socialismo, luta de classe, de movimento popular, da necessidade de fazer greve, de lutar, era esse o nosso discurso. Claro que tinha gente que discordava e isso faz parte da limitada democracia que a gente vive.²⁸

4.4.3. Direitos e liberdades

A liberdade também é apontada como requisito básicos da democracia, tanto em sua concepção inicial na Grécia antiga, quanto nas visões mais contemporâneas.

O desenvolvimento da democracia em Atenas formou uma fonte central de inspiração para o pensamento político moderno. Seus ideais políticos - igualdade entre os cidadãos, liberdade, respeito pela lei ou pela justiça - moldaram o pensamento político no Ocidente durante eras, embora existam algumas ideias centrais, como por exemplo, a noção liberal moderna de que os seres humanos são "indivíduos" com "direitos" que, notavelmente, não pode ser traçada diretamente de Atenas (HELD, 1987).

Ao escrever sobre a democracia ateniense, Held (1989, p.19), diz que um dos critérios de liberdade seria "viver como se escolher". Entre os requisitos apontados por Dahl (1997, p.3) para as democracias constam a liberdade de formar e participar de organizações, liberdade de expressão, direito de votar e o direito ao acesso a fontes alternativas de informação.

Sobre Liberdade, Sartori (1994, p. 50) aponta para a dificuldade de definição do termo, "pelo fato de o termo liberdade e de a frase 'sou livre aplicarem-se à variedade caleidoscópica da própria vida humana". Para restringir

²⁸ Passareli, Vinicius. 'Esquerda deixou de fazer trabalho de base', diz presidente da UP, novo partido socialista. Estadão, São paulo, editoria de política, 14 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/esquerda-deixou-de-fazer-trabalho-de-base-diz-presidente-de-partido-mais-recente/>

um pouco mais o termo, o autor estabelece uma distinção entre liberdade política e especulações gerais sobre a natureza da "verdadeira liberdade". No entanto, assim como argumenta o autor, a liberdade política não é o único tipo de liberdade, nem, tampouco, aquela que deve ter o valor supremo. No entanto, seria *a sine qua non* de todas as outras liberdades. De acordo com o autor, as democracias liberais modernas exaltam a ideia de uma liberdade do Homem, que inclui a liberdade de todos homens, mas se esquece que essa seria uma aquisição da democracia e não um produto seu. Portanto, de acordo com essa visão, "nossas liberdades são asseguradas por uma noção de legalidade que constitui um *limite* e uma *restrição* aos princípios democráticos puros." (SARTORI, 1994, p. 74).

A mesma noção de legalidade e proteção do Direito pode ser vista na garantia de direitos que toda democracia deveria promover. Para O'Donnell (2010) a democracia pressupõe a concepção do ser humano como um agente que adquiriu por meio de processos históricos "o título de ser reconhecido e legalmente amparado como um portador de direitos à cidadania não só política, mas também civil, social e cultural" (O'DONNELL, 2010, p. 7). Aqui, este tema é definido a partir de dois subtemas:

A) Liberdades

Nesse subtema são incluídas tanto as referências às notícias que associam democracia à liberdade em geral, no singular, sem especificações quanto ao tipo de liberdade, bem como às liberdades específicas. São consideradas, por exemplo, liberdade de expressão, liberdade sexual, liberdade religiosa e liberdade econômica. Considera-se ainda as notícias associando democracia à livre comércio. Uma matéria da editoria internacional publicada na *Folha de São Paulo* sobre a democracia em Angola destacou uma melhora no quesito liberdade de expressão:

No entanto, é inegável que o espaço para a liberdade de expressão se expandiu de forma considerável desde 2017, em contraste com os últimos anos do presidente Dos Santos. Isto é uma melhoria que tem de ser assinalada.²⁹

²⁹ Zanini, Fabio. Ofensiva contra corrupção em Angola é vista como acerto de contas, diz professor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, seção Mundo, 25 de janeiro de 2020, disponível em

B) Direitos

Exemplos desse subtema incluem a representação da democracia como direitos humanos, direito à informação, direitos dos povos originários, direitos dos negros, direitos das mulheres, direitos ambientais, direito de opinião, direito à greve, direito à educação, direito à saúde, direito à privacidade, à cultura, etc. Um especial do jornal *Clarín* sobre a morte de Santiago Maldonado, ativista pelos direitos dos indígenas traz o seguinte trecho:

Aunque los reclamos por los derechos ancestrales de los pueblos originarios se habían profundizado desde la llegada de la democracia, fue durante los gobiernos de Carlos Menem, Néstor Kirchner y Cristina Fernández que las comunidades recibieron grandes extensiones de tierras en 'devolución', según el concepto indigenista. Más de 250.000 hectáreas en la Patagonia³⁰

4.4.4. Igualdade e inclusão

Há um certo consenso na literatura sobre democracia, tanto nos textos sobre a Grécia antiga quanto nos textos que trazem uma visão mais contemporânea, de que a democracia exige algum tipo de igualdade, como igualdade política ou igualdade de condições para competir (HELD, 1987; O'DONNEL, 2011; SARTORI, 1994; FINLEY, 1998).

Em se tratando de América Latina a questão da igualdade, ou combate à desigualdade, ganha maior relevância. A desigualdade na região pode ser considerada um entrave ao desenvolvimento da democracia:

Um desafio para qualquer democracia é a desigualdade. Este é o desafio. E é um desafio de diversas formas. Quando um país é economicamente desigual, ele não pode ser politicamente igual. E quando não é politicamente igual, isso perpetua a economia, e

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/ofensiva-contracorrupcao-em-angola-e-vista-como-acerto-de-contas-diz-professor.shtml>

³⁰ Andrade, Cláudio. Cushamen, hoy: cómo está el lugar donde murió Santiago Maldonado. *Clarín*, Buenos Aires, Especial Clarín, 8 de janeiro de 2020. Disponível em https://www.clarin.com/sociedad/cushamen-hoy-lugar-murio-santiago-maldonado_0_i8Sn2qds.html

esse ciclo vicioso é extremamente difícil de quebrar (LATTMAN-WELTMAN, 2014, p.211).³¹

Em um ensaio, O'Donnell (2000) aponta para os limites que contextos de extrema pobreza e desigualdade social impõem ao exercício da democracia. Para o autor, se no país X existe uma condição de pobreza extrema, seus cidadãos são de fato privados da possibilidade de exercer sua autonomia.

De acordo com Sartori (1994), para termos desigualdade seria só deixar as coisas seguirem seu curso. Mas ao buscar a igualdade, nunca podemos nos dar ao luxo de relaxar. Para ele, a igualdade pode significar a ideia de ser idêntico, mas também a conotação de justiça. O autor afirma ainda que igualdade e democracia coincidem apenas no sentido de que o ideal igualitário é um símbolo da ideia democrática. Ou seja, a demanda por igualdade atingiria sua maior força e amplitude em um sistema democrático (SARTORI, p.1987, p. 113).

Assim como todos os outros temas, igualdade é uma ideia ampla e pode apresentar alguns significados, podendo ser considerada como igualdade perante a lei igualdade para concorrer a cargos públicos, igualdade de direitos. Para o autor, ao longo do tempo, a exigência democrática de igualdade passou a envolver outras reivindicações, como igualdade política, estendendo o direito de voto a todos, igualdade social e igualdade de oportunidade, como ponto de partida igual, ou seja, as mesmas condições materiais iniciais para acesso igual às oportunidades. Também completam a lista a uniformidade econômica, isto é, a mesma riqueza a todos (SARTORI, 1994, p. 117).

Há ainda uma discussão bem estabelecida no campo de que em uma democracia pode haver tensões entre igualdade e liberdade. O desafio poderia ser um equilíbrio entre ambas, uma vez que em uma democracia em que haja uma liberdade absoluta pode haver também uma desigualdade absoluta (PINTO, 2022). A mesma autora argumenta que há uma ligação entre descrédito em relação a democracia e aumento da desigualdade, apontando para a ideia de que uma democracia robusta precisa de alguma igualdade social. Para o tema da democracia

³¹ Entrevista de Adam Przeworski a Fernando Lattman-Weltman. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), 27 (53), Jun 2014. Disponível em [Entrevista com Adam Przeworski](#).

como igualdade - ou desigualdade - foram definidos dois subtemas:

A) justiça social e/ou inclusão de grupos excluídos

Aqui são consideradas as referências a democracia como busca de igualdade, justiça social ou inclusão de grupos tradicionalmente excluídos. Também são consideradas referências a combate às desigualdades, como desigualdade de gênero, combate ao desemprego, pobreza, desigualdade social, desigualdade no sistema internacional, ajuda humanitária internacional. Uma matéria do *G1* sobre uma cidade no Mato Grosso que tem mulheres na direção de órgãos públicos como a prefeitura e polícia, traz o seguinte trecho:

Homens e mulheres podem brilhar ao mesmo tempo. A história das mulheres é ligada a muitas lutas e por isso é preciso boas representações no poder, e com isso contribui no aumento da democracia e da cidadania, para caminharmos para a igualdade de gênero. A luta é por mais equidade de direitos e participação feminina no Brasil e no mundo”, declarou Ana Paula.³²

B) Igualdade de condições

Um outro subtema verificado, que certamente, dialoga, com o anterior, mas aqui aparecendo de forma mais direta é a premissa da igualdade para competições justas, por exemplo, para competição por empregos, concursos públicos ou por vagas nas universidades, além políticas afirmativas, como cotas raciais. Uma matéria do *G1* sobre o impacto da desigualdade social nas eleições traz o seguinte trecho:

Como disse Pedro Telles, o pesquisador que fez entrevistas qualitativas e deu o nome a seu estudo de “Democracia de quem?”, “acabar com a desigualdade” é uma frase hoje quase tão usada quanto “conseguir a paz mundial”. E, como comprovam aquelas pessoas com quem dividi uma parte da

³² OLIVEIRA, Yago. São Félix do Araguaia (MT) tem mulheres à frente da prefeitura, Câmara, Polícia Civil, Fórum e outros órgãos. *G1*, Mato Grosso 08 de março de 2020. <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/03/08/sao-felix-do-araguaia-mt-tem-mulheres-a-frente-da-prefeitura-camara-policia-civil-forum-e-outros-orgaos.ghml>

calçada para chegar ali – elas, deitadas sobre trapos, eu a caminhar – virou uma intenção enormemente distante de gestos afirmativos para acabar com o problema.³³

4.4.5. Participação

Este tema, com base na teoria da democracia participativa engloba mobilização ou outras iniciativas de participação popular na política. Uma corrente da teoria democrática enxerga a democracia participativa como uma forma de corrigir as assimetrias do modelo liberal de democracia, que se mostra pouco inclusivo e com poucos espaços para a participação popular. É nesse sentido que a discussão toma força, por problematizar a marginalização da participação cidadã e recuperar a cidadania como valor central para a democracia (ALCANTARA, 2018; GOMES, 2005; MIGUEL, 2017; AVRITZER, 2002; 2007; SANTOS, 2022; BARBER, 1984; BIROLI, 2013; CARLOS, 2011; PATEMAN, 1985). De modo geral, os autores que trabalham essa abordagem buscam articular as ideias de cidadania e soberania popular a fim de aumentar o alcance e a participação nas democracias.

O campo de estudos que entende a participação como mobilização de ações coletivas na esfera civil (HOWARD et al, 2011; CASTELLS, 2013; TARROW, 2013) considera protestos como forma de participação e testemunhou nas últimas décadas o fortalecimento de movimentos antiglobalização, o empoderamento de organizações civis e a ocorrência de grandes protestos coordenados em rede. E, desse modo, um impacto das mídias sociais na política seria também o uso do espaço online para o ativismo político, e a capacidade de potencializar revoltas e pressionar governos (FARRELL, 2012). Couldry (2010) alega que a política contemporânea precisa ser pensada em termos da voz que teremos no espaço público, e acrescenta que um dos problemas principais é a desigualdade das possibilidades de fala, de expressão daquilo que pensam, querem, precisam.

³³ GONZALEZ, Amelia. Pesquisa revela impacto da desigualdade também nas eleições. G1, Natureza, 12 de fevereiro de 2020.

<https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/noticia/2020/02/12/pesquisa-revela-impacto-da-desigualdade-tambem-nas-eleicoes.ghtml>

Segundo ele, o objetivo principal de se ter voz não seria o entendimento ou o consenso, mas o direito de se tornar alguém no mundo contemporâneo (COULDRY, 2010; MANNHEIMER et al, 2019).

Tanto no Brasil, quanto na América Latina em geral, as redemocratizações vieram acompanhadas de mecanismos de participação como forma de corrigir assimetrias democráticas na região (AVRITZER, 2002). Isso inclui plebiscitos, referendos, consultas públicas, a atuação da sociedade civil no controle de políticas pública, entre outras formas de participação. Avritzer e Santos (2002 p.54) acreditam que o aumento da participação ajuda a corrigir o problema da relação entre representação e diversidade cultural e social. À medida que aumenta o número dos atores envolvidos na política, há mais diversidade étnica e cultural do que costuma haver na política representativa (AVRITZER; SANTOS, 2002 p.54). Dentro do tema mais amplo da participação, optou-se pelos seguintes subtemas:

A) Manifestações

Este subtema engloba referências a democracia ligadas a manifestações e protestos, como protestos de ruas, nas redes, campanhas digitais, painéis.

Uma matéria Internacional sobre as manifestações democráticas em Hong Kong traz o seguinte trecho:

Más de un millón de manifestantes prodemocracia, según los organizadores, salieron este miércoles a las calles de Hong Kong para celebrar el cambio de año y dar un nuevo impulso al movimiento, en una protesta marcada por choques con la policía y cientos de detenidos

B) Participação popular

Aqui, considera-se formas de participação popular, como plebiscitos, consultas públicas, participação digital, conselhos de administração e assembleias, entre outras possibilidades. Uma aborda o plebiscito no Chile sobre a nova Constituição:

*Como en efecto dominó la población se movilizó a lo largo de todo el país haciendo oír sus reclamos. La fuerza del estallido social fue tal que hoy Chile se encuentra inmerso en un proceso de reforma constitucional. El 26 de abril los chilenos podrán participar de un plebiscito para decidir si quieren o no una nueva Carta Magna.*³⁴

B) Organizações da sociedade civil

Este subtema considera as referências a democracia relacionadas à organizações da sociedade civil em geral, como movimentos sociais ou organizações como Médicos sem Fronteiras ou Greenpeace. O Estadão publicou uma matéria sobre desfiliações do Partido Socialista Brasileiro:

Partiremos para o fortalecimento do Cidadania na Paraíba, inserindo novas lideranças, representantes dos movimentos sociais, pré-candidatos em 2020, prefeitos e vereadores, sempre com a concepção de agregar e qualificar, cada vez mais, o debate político e cidadão”, disse o governador.³⁵

4.4.6. Instituições

Instituições democráticas e separação de poderes são um tema importante da teoria sobre democracia, em especial, nos estudos que tratam de redemocratização (HUNTINGTON, 1991 O'DONNELL, 1991; AVRITZER, 2016 LIPJARHT, 2003). Para O'Donnell, por exemplo, o elemento decisivo para determinar o desenvolvimento da democracia após a transição de regime é "o sucesso ou fracasso na construção de um conjunto de instituições democráticas que se tornem importantes pontos decisórios no fluxo do poder político" (O'DONNELL, 1991, p.26). O autor define as instituições como padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente,

³⁴ Página 12, "El modelo es de abuso y de desigualdad". Buenos Aires, 11 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/241140-el-modelo-es-de-abuso-y-de-desigualdad>

³⁵ O Estado de São Paulo. Governador e 22 prefeitos se desfiliam do PSB na Paraíba <https://www.estadao.com.br/politica/governador-e-22-prefeitos-se-desfiliam-do-psb-na-paraiba/>

embora não necessariamente aprovados. Para Huntington (1991), instituições trazem estabilidade, por serem estruturas de ordem social que regulam o comportamento de um conjunto de indivíduos dentro de uma determinada comunidade. Na definição de Huntington, instituições trazem padrões de comportamento recorrentes, e estáveis.

Mendonça (2018) chama a atenção para a dimensão de monitoramento e vigilância sobre o poder político, que de acordo com ele, tem ganhado crescente atenção na literatura sobre democracia.

A ideia básica é a de que o poder político, em uma democracia, deve ser exercido em público, para que o público e instituições políticas possam fiscalizar aquilo que é feito em nome do povo e as noções de transparência e publicidade tornam-se centrais (MENDONÇA, 2018, p. 5).

Desse modo, instituições podem ser definidas como mecanismos de regulação do poder, formando o chamado sistema de freios e contrapesos por meio da separação de poder. Sobre a democracia na América Latina, em específico, Avritzer (2016) argumenta que na região há dilemas concentrados em torno do funcionamento do Executivo e do Judiciário e da estrutura de equilíbrios de poder, e que a centralização das estruturas de poder em torno do Executivo teria sido, assim como para Guillermo O'Donnell, parte do problema para a construção democrática na região.

Dahl (1997) diz que a democracia depende de um sistema político que seja completamente, ou quase que completamente, responsivo a todos os cidadãos, embora admita a dificuldade que seja alcançar a concepção de tal sistema. Dentro do tema das instituições, a imprensa ganha destaque, sobretudo nos dias de hoje, em que a autoridade do jornalismo é constantemente questionada, muito por conta da entrada de outros atores, que não os do jornalismo tradicional, na disputa da produção de notícias e narrativas. O papel central do jornalismo na teoria democrática, seria não o de apenas informar o público sem censura, mas também a sua atenção num quadro de *check and balances* e a responsabilidade de ser o guardião do governo - *watchdog* (Traquina, 2002).

Para esse tema, foi necessária a divisão em oito subtemas.

A) Separação de poderes

Foram consideradas as notícias que tratam especificamente da separação de poderes ou da relação entre os poderes, como a relação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a relação entre o Congresso, Senado e tribunais superiores. Uma matéria analítica sobre quais seriam os limites do Executivo sob Bolsonaro traz o depoimento de diversos especialistas:

A Constituição determina a separação de Poderes e um sistema de freios e contrapesos de modo que cada Poder possa atuar de forma autônoma, sendo, porém, controlado pelos demais. O fato de um presidente ter maioria no Congresso ou apoio no STF, por si só, não seria problema. Segundo os especialistas entrevistados, a democracia fica sob ameaça caso medidas autoritárias do Executivo não sejam freadas pelos demais.³⁶

B) Instituições governamentais

Nesse subtema, são incluídas as notícias que tratam das instituições ou seu papel de forma geral, a partir de termos, por exemplo, como solidez institucional ou instituições fortes. Esse subtema também inclui os trechos das notícias que fazem referência às principais instituições governamentais ou a seus poderes de forma individual, como o Executivo, o Legislativo, o judiciário, Tribunais Superiores, Congresso, Senado, Câmara de deputados, assembleia legislativa, ou ministérios, como a chancelaria. Também são considerados os significados de democracia mais diretos em referência ao Estado constitucionalista. Considera-se termos e ideias ligadas a Estado de Direito, Estado Federal, Constituição, Soberania ou à ideia do Estado como garantidor de direitos provedor de gastos. Uma entrevista publicada em um dos suplementos do jornal El Clarín traz uma entrevista com o jurista Andrés Rosler sobre o papel dos juízes em uma democracia:

³⁶ GALF, Renata; FERREIRA, Flavia; ARCANJO, Daniela. Entenda os limites da caneta de Bolsonaro e possíveis ameaças à democracia. Folha de São Paulo, São Paulo, Editoria de Política, 28 de abril de 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/entenda-os-limites-da-caneta-de-bolsonaro-e-possiveis-ameacas-a-democracia.shtml>

*La democracia no funcionó como parecía que iba a funcionar en su momento, y como no da los frutos que esperamos, les encargamos a los jueces que gobiernen, lo que es una idea antidemocrática.*³⁷

C) Outras instituições

Este subtema engloba outras instituições governamentais, como as Forças Armadas, as polícias, entre elas a Polícia Militar e a Polícia Federal, as agências federais de inteligência, além de partidos políticos. Aqui também foram incluídas as referências a outras instituições, como a Igreja. Uma matéria do G1 abordou a expulsão de um vereador de seu partido por coordenar o motim de policias no Ceará:

O Solidariedade expulsou do partido o vereador Sargento Ailton, de Sobral (CE). A decisão da direção nacional e do diretório regional da sigla foi comunicada nesta sexta-feira (21) e, segundo a legenda, tem caráter irrevogável. Em nota (leia a íntegra mais abaixo), o partido afirma o parlamentar, que é policial militar, "foi flagrado como um dos líderes do motim de policiais que causaram o confronto e baleou o senador Cid Gomes".³⁸

D) Imprensa

Este subtema trata da imprensa como uma das instituições de monitoramento do poder, e talvez por ser um tema caro aos jornais, ganha proeminência na mostra coletada. Este subtema trata de notícias que abordam o papel da imprensa e da liberdade de imprensa em uma democracia, bem como os ataques sofridas pela imprensa como instituição. O Estadão reportou a violência sofrida por seus jornalistas por apoiadores do presidente Bolsonaro durante uma

³⁷ CÁNEPA, Alejandro. Andrés Rosler: "Los jueces están para aplicar el derecho". El Clarín, Buenos Aires, seção Revista Ñ, 08 de janeiro de 2020.

https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/andres-rosler-jueces-aplicar-derecho-_0_SDEljdoH.html

³⁸ Krüger, Ana. Solidariedade expulsa vereador que 'coordenou motim' da PM no Ceará. G1 Brasília, Política, 21 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/21/solidariedade-expulsa-vereador-que-coordenou-motim-da-pm-no-ceara.ghtml>

cobertura:

Trata-se de uma agressão covarde contra o jornal, a imprensa e a democracia. A violência, mesmo vinda da copa e dos porões do poder, nunca nos intimidou. Apenas nos incentiva a prosseguir com as denúncias dos atos de um governo que, eleito em processo democrático, menos de um ano e meio depois dá todos os sinais de que se desvia para o arbítrio e a violência.³⁹

E) Organizações multilaterais

Foram consideradas as notícias que tratam de democracia em referência a organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia, entre outras. Também são consideradas aquelas notícias que abordam o multilateralismo de forma geral.

A *Folha de São Paulo* publicou uma matéria sobre possíveis interferências da Rússia nas eleições norte-americanas:

O projeto era pulverizar o odiado centro, o establishment político representativo da democracia liberal, que apoiava a expansão da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a democratização em países como a Ucrânia.⁴⁰

G) Publicidade e transparência

São consideradas as referências a democracia como ideia de transparência. O texto de uma coluna publicado em *La Nación* aponta para importância da divulgação de dados sobre a pandemia de Covid-19 na Argentina:

A Argentina solo tiene que hacer lo que otros países hicieron, algunos tarde y mal. Y tiene la obligación de no ocultar información. La transparencia de los datos es esencial para

³⁹ O Estado de São Paulo. 'Estado' condena ataque a profissionais do grupo: 'Agressão contra a democracia', São Paulo, editoria Política, 03 de maio de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/estado-condena-ataque-a-profissionais-do-grupo-agressao-contra-a-democracia/>

⁴⁰ GUIMARÃES, Luciana. Desconfiança de nova interferência russa paira sobre eleição americana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Editoria Mundo, 16 de fevereiro de 2020 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/desconfianca-de-nova-interferencia-russa-paira-sobre-eleicao-americana.shtml>

*preservar la democracia y la sociedad de los peores virus.*⁴¹

H) Instrumentos das instâncias de poder

Inclui-se aqui as associações entre democracia - ou entraves a ela - e as ordens emitidas pelos poderes, como decretos, leis, medidas provisórias, Estado de Sítio ou de Emergência. Uma notícia do Clarín trata do Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU), norma jurídica utilizada pelo Executivo, com medidas para conter a propagação do coronavírus:

*Pero la emergencia por el coronavirus cambio todo: en estos primeros meses del año lleva firmados, contando el de este sábado de la extensión de la cuarentena, 27 DNU. Si se los suma a los cinco de diciembre, en sus primeros cuatro meses de gestión -se cumplieron este viernes-, Fernández ya dictó 32 decretos de necesidad y urgencia. Es un número muy elevado en comparación con el arranque de las otras administraciones desde el regreso de la democracia, solo comparable a otra emergencia: la de la crisis de 2001/2002.*⁴²

4.4.7. Ruptura democrática

Este tema foi pensado tendo em mente a especificidade da realidade latino-americana, apesar de se aplicar também a outros países. Este tema trata da democracia como regime político em detrimento à outras opções ou possibilidades de regimes, bem como algumas representações de democracia em referência à ruptura democrática, incluindo ditaduras nos dois países, além de em outros lugares.

Questões relativas a ruptura democrática, bem como a redemocratização

⁴¹ SOLÁ, Joaquín. Coronavirus: La llegada de una guerra que comenzó a librarse en otros países. La Nación, Buenos Aires, Editoria de Política, 18 de março de 2020. <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-llegada-de-una-guerra-que-comenzo-a-librarse-en-otros-paises-nid2344563/>

⁴² GALVÁN, Carlos. Coronavirus en Argentina: Alberto Fernández ya lleva firmados 32 DNU y se acerca al récord de Eduardo Duhalde en 2002. Clarín, editoria de Política, 11 de abril de 2020 https://www.clarin.com/politica/coronavirus-argentina-emergencia-alberto-fernandez-lleva-firmados-31-dnu-acerca-record-2002_0_x2pZ8_3iE.html

são bastante discutidas na teoria da democracia latino-americana, bem como nos debates sobre transição democrática (AVRITZER, 2019; O'DONNELL; SCHMITTER, 1988; HUNTINGTON, 1991). Huntington (1991) diz que a redemocratização implica em políticas para lidar com o passado autoritário. Para o autor, ao deixarem para trás regimes autoritários, os países confrontam-se com três tipos de problemas para desenvolver e consolidar seus sistemas políticos democráticos, classificados por ele como problemas de transição. Entre eles estariam o estabelecimento de um sistema eleitoral e constitucional, a substituição de funcionários pró-autoritarismo por outros democráticos, a revogação ou modificação de leis inadequadas para a democracia, a extinção ou redesenho agências de cunho autoritário, como a polícia secreta. Também como parte dos problemas da transição, o autor cita o tratamento dado àqueles que perpetraram violações aos direitos humanos, a redução da participação dos militares na política e o estabelecimento de padrões para as relações civis-militares (HUNTINGTON, 1991, p. 209).

Em uma tentativa de examinar as perspectivas latino-americanas das teorias da transição e da consolidação democrática, Vitullo (2006) enfatiza o conceito de transição como um período de duração entre a queda de um regime político e o pleno controle das rédeas do poder por parte do novo regime. Ou seja, a transição consistiria no intervalo entre um regime político e outro, intervalo delimitado pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e um novo regime político (VITULLO, 2006; O'DONNELL; SCHMITTER, 1998). No caso concreto da transição democrática, segundo os autores, a transição se inicia com aparição dos primeiros sintomas do processo que pode levar à extinção do regime autoritário e terminaria quando o regime democrático alcança uma constituição respeitada pela maioria da população, e alcança instituições estáveis.

Aqui, ganha importância o tema da justiça de transição, sobretudo na América Latina (O'DONNELL, 1992; BRYSK, 1994; SARLO, 2007). De acordo com o site memória da ditadura⁴³, um acervo online sobre a história da ditadura no Brasil, os direitos da Justiça de Transição incluem direito à Memória e à

⁴³ Memória da ditadura. Disponível em <https://memoriasdaditadura.org.br/>

Verdade, à Justiça, à Reparação e à Reforma Institucional.

Neste trabalho, o tema é composto por dois subtemas.

A) Ruptura

Este subtema abarca referências a rupturas democráticas, em geral, observadas, por exemplo, a partir de termos, como ruptura constitucional, mudanças de regime, ditaduras, golpe, dissolução do Congresso, transição, mudança de regime, AI5, ditadores, entre outros. Uma matéria da *Folha de São Paulo* sobre algumas declarações polêmicas do então ministro da economia Paulo Guedes, destaca o seguinte trecho:

Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente? Levando o povo para a rua para quebrar tudo. Isso é estúpido, é burro, não está à altura da nossa tradição democrática.⁴⁴

B) Justiça de transição

Considera-se sob este subtema elementos relacionados à justiça de transição, sobretudo, das ditaduras de Brasil e Argentina, como a preservação da memória da ditadura, assuntos relativos a reparações às vítimas, presos políticos, desaparecidos e responsabilização dos militares.

Em uma matéria publicada no Jornal *La Nación*, o presidente argentino Alberto Fernández pediu desculpas após ter declarado que era preciso "virar a página" em relação aos militares:

*He visto que mis palabras han herido la sensibilidad de las víctimas. Nunca quise causar en ellas el más mínimo dolor. Saben que en mi solo cuentan con alguien que siempre las va a acompañar en la búsqueda de la verdad y en la imposición de justicia sobre los culpables", señaló el primer mandatario.*⁴⁵

⁴⁴ LEMOS, Amanda. 'Ela é feia mesmo': relembre discursos de Guedes que geraram reação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, editoria de Economia, 13 de fevereiro de 2020. https://redir.folha.com.br/redir/online/emcimahora/rss091/*https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/da-domestica-na-disney-ao-ai-5-relembre-discursos-de-guedes-que-geraram-reacao.shtml

⁴⁵ *La Nación*. Dictadura: Alberto Fernández pidió disculpas por haber hablado de "dar vuelta la página". *Editoria de Política*, 24 de fevereiro de 2020.

4.4.8. Crise da democracia

Há uma vasta literatura recente sobre crise da democracia, considerada, de maneira geral, como crise da democracia liberal (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; PRZERWORSKI, 2019; MOUNK, 2018; CASTELLS, 2018; DALY, 2019). Um argumento comum nessa literatura é que o processo tem se intensificado e torna-se evidente com a eleição de líderes autoritários como Trump em 2016, Bolsonaro, em 2018, além de acontecimentos como a deterioração democrática em países como Hungria e Polônia, o aumento de partidos abertamente antidemocráticos e políticos "iliberais" na Europa, Turquia, Índia, Turquia, Japão, Brasil e Venezuela (DALY, 2019; ALBUQUERQUE).

Na busca pelos sinais de uma crise da democracia, PRZERWORSKI (2019) aponta para a existência de sentimentos anti-sistema”, “anti-elite” e “populistas”. O autor também aponta para uma diminuição na participação eleitoral em muitos países, assim como queda na confiança nos políticos. Outros sinais, segundo o autor, seriam a rápida erosão dos partidos tradicionais, o aumento dos partidos e atitudes xenófobas, racistas e nacionalistas, além de queda no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública PRZERWORSKI, 2019, p. 83).

Daly (2019) identifica como sintomas para uma crise da democracia fatores como altos níveis de descontentamento dos cidadãos com a política, baixos níveis de satisfação e confiança em governos e políticos, declínio na filiação a partidos políticos, crescente poder dos atores sem responsabilidade eleitoral, como instituições transnacionais, bancos centrais, ou órgãos reguladores, a proliferação de arranjos de governança complexos que evitam a responsabilidade e transparência. Ou seja, segundo o autor, há uma crise da cidadania, que se relaciona com a degradação da “substância” do governo democrático em termos de fé pública e responsabilidade institucional (DALY, 2019). Chama atenção ainda o descrédito da política na contemporaneidade, uma vez que a política hoje em dia é frequentemente associada a comportamentos egoístas, hipócritas, e a atividades de relações públicas, um "toma lá dá cá" (HELD, 2007).

Castells (2018) trata a crise da democracia liberal como uma ruptura entre cidadãos e governos. Ele constata que há uma crise global, acima das

características próprias de cada sociedade que indicaria o colapso gradual de um modelo de representação. Para o autor, tal colapso da democracia liberal enquanto modelo político de representação e governança abre espaço ao pós-liberalismo, sob uma aparente expressão de ordem revestida pelo caos, que figura com partidos nacionalistas, xenofóbicos e críticos à política tradicional. Chamando atenção para o caráter global da crise, Castells (2018) acredita que a globalização da economia desestruturou economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, como crises financeiras, violações de direitos, mudanças terrorismo, etc. (CASTELLS, 2018, p.18). Um outro foco de destruição da legitimidade institucional pelo processo político acontece pela via midiática, devido à autonomia comunicativa conferida aos cidadãos que, frequentemente, centram-se em estratégias de destruição da esperança, o que também facilita a adesão à políticas ultraliberais e conservadoras da extrema-direita.

Alguns elementos costumam ser comumente entendidos como ameaças mais contemporâneas à democracia. Para Brown (2018), o neoliberalismo como racionalidade política faz um ataque frontal aos fundamentos da democracia liberal, deslocando sua base de princípios do constitucionalismo, como igualdade jurídica, liberdade política e civil, entre outros, por critérios de mercado, o que pode limitar direitos, como como o acesso à informação (BROWN, 2012, p. 47).

Uma abordagem associa diretamente a crise da democracia à ascensão de líderes populistas e autoritários. Para Mounk (2018), o populismo é a reivindicação destes líderes como representantes exclusivos do povo, intolerância à oposição e desrespeito à necessidade de instituições independentes (MOUNK, 2018, p. 10). Para Werner-Muller (2017), os populistas dizem que eles, e somente eles, representam o “verdadeiro povo”. Para eles, no entanto, o “povo” não é formado por todos. Minorias consideradas indesejadas ou pessoas com ideias opostas às suas são excluídas. O modelo político dos populistas é dividir as pessoas e marcar uma fronteira entre quem realmente pertence ao “povo” e aquele que não pertencem (EVELIN, 2020).

Entre outras possíveis ameaças ou tensões para com a democracia, a literatura, bem como as notícias aqui analisadas também apontam para

desinformação e notícias falsas (DOURADO, 2018), e mídias sociais, que a partir de uma comunicação muitos-para-muitos fazem com que atores da comunicação perdessem grande parte de sua capacidade de controlar a disseminação de ideias ou mensagens que repercutem na população (MOUNK, 2018, p. 173). Ao mesmo tempo a corrupção, uma questão presente na literatura sobre a realidade latino-americana, também ganha atenção dentro deste tema. Aqui, contamos com dois subtemas:

A) Apoio à democracia

Este subtema inclui as referências ao aspecto da crise da democracia que diz respeito ao apoio - ou satisfação, ou ainda à falta dos dois, para com a democracia, como mostra a matéria abaixo, do G1:

O apoio à democracia como melhor forma de governo no Brasil caiu sete pontos percentuais durante primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro: de 69%, em 2018, para 62% em 2019, segundo pesquisa do Datafolha divulgada nesta quarta-feira (01/01).⁴⁶

B) Ameaças à democracia

Considera-se aqui as referências a democracia a partir de possíveis ameaças a ela, como populismo, polarização, notícias falsas e desinformação, extrema-direita, comunismo, entre outros. Uma matéria da editoria Internacional do *La Nación* faz uma análise do filme *Democracia em Vertigem*, de Petra Costa:

*En una época en que la extrema derecha se está extendiendo como una epidemia, esperamos que este filme pueda ayudar a entender lo crucial que es proteger a nuestras democracias". Así celebró en enero Petra Costa la nominación al Óscar de su película documental Al filo de la democracia.*⁴⁷

⁴⁶ O Globo. Cai apoio à democracia no Brasil durante governo Bolsonaro; Apoio à ditadura militar permanece estável. G1, Editoria de Política. 01 de janeiro de 2020, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/01/cai-apoio-a-democracia-no-brasil-durante-governo-bolsonaro-apoio-a-ditadura-militar-permanece-estavel.ghml>

⁴⁷ Bolsonaro le declara la guerra al documental brasileño nominado al Oscar. La Nación, Internacional, 04 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/bolsonaro-le-declara-guerra-al-documental-brasileno-nid2330433/>

Tabela 3: Temas e seus principais elementos de forma detalhada:

Temas	Elementos
1- Eleições e disputa eleitoral	A) voto e eleições Ex.: eleições em geral, majoritárias ou proporcionais; eleições em sistemas presidencialistas e parlamentaristas; processo eleitoral e elementos associados, como urnas ou abstenções, reconhecimento (ou não) de resultados eleitorais por parte de atores internos ou externos B) alianças eleitorais Ex.: alianças, acordos, negociações, blocos, coalizões, frentes amplas
2 - Competição política e pluralismo de ideias	A) disputas políticas Ex.: disputas entre partidos, disputas internas de partidos, disputas entre oposição e governo, entre atores distintos, votações internas B) alianças Ex.: acordos, negociações entre atores e setores distintos, frentes amplas C) pluralismo Ex.: pluralismo de ideias e opiniões, diversidade, discordâncias D) debate e diálogo

3- Direitos e liberdades	A) liberdades Ex.: liberdade em geral, liberdades individuais, liberdade de expressão, sexual, religiosa, econômica B) direitos Ex.: direitos individuais, direitos humanos, direito à informação, direitos ambientais, direito de opinião, direito à greve, à educação, à saúde, à privacidade, à cultura; direitos dos povos originários, dos negros, da mulher
4 - Igualdade e inclusão	A) justiça social e/ou inclusão de grupos tradicionalmente excluídos Ex.: justiça social, luta por igualdade, combate à desigualdade, à pobreza e ao desemprego, inclusão de setores tradicionalmente excluídos da sociedade, desigualdade no sistema internacional, ajuda humanitária, políticas afirmativas, cotas. B) igualdade de condições na política ou igualdade de condições para competir
5 - Participação	A) manifestação Ex.: manifestações de rua, manifestação nas redes, campanhas digitais B) participação popular Ex.: participação popular em geral; plebiscitos, consultas públicas, participação digital, conselhos de administração, assembleias

	C) organizações da sociedade civil Ex.: movimentos sociais, organizações da sociedade civil, como Médicos sem Fronteiras, Green Peace, associações religiosas, sindicatos
6 - Instituições	A) separação de poderes Ex.: separação de poderes ou relação entre os poderes B) instituições governamentais Ex.: instituições em geral, Executivo, Legislativo, Judiciário, ministérios, Congresso, Senado, Câmara de deputados, Assembleia legislativa, Tribunais Superiores, ministérios, chancelaria; termos como Estado de Direito, Estado Federal, Constituição, soberania nacional; ideias relacionadas ao Estado como garantidor de direitos C) outras instituições Ex.: Forças Armadas, polícias, serviços de inteligência, bancos de desenvolvimento, agências governamentais, empresas públicas, Igreja, partidos políticos D) imprensa Ex.: papel da imprensa, ataques à imprensa, liberdade de imprensa

	E) organizações multilaterais Ex.: OEA, OMS, ONU, União Europeia F) publicidade e transparência Ex.: transparência de dados e processos, transparência no governo, nas instituições e partidos G) instrumentos das instâncias de poder Ex.: decretos, leis, medidas provisórias, "Estado de Guerra", "Estado de Sítio", "Estado de Emergência"
7 - Ruptura democrática	A) ruptura Ex.: referências à ruptura inconstitucional, mudanças de regime, ditaduras, dissolução do Congresso, transição, redemocratização, constitucionalidade; referências a presos políticos, desaparecidos políticos B) justiça de transição Ex.: memória, reparações às vítimas, busca a desaparecidos políticos, responsabilização dos militares

8 - Crise da democracia	A) Apoio à democracia ou satisfação com a democracia Ex.: apoio, rechaço, satisfação ou insatisfação com a democracia, apoio ou rechaço a outras formas de governo, defesa da democracia. B) Ameaças à democracia Ex.: militarização, populismo, sentimentos anti-elite, sentimento anti-sistema, corrupção, imperialismo, colonialismos, mídias digitais, mercado financeiro global, extrema-direita, comunismo, extrema-esquerda, polarização política, comunismo, nacionalismo, notícias falsas e desinformação, religião, tecnologia, mídias sociais, fundos de investimento.
-------------------------	---

Elaboração própria

Tabela 4: Temas e seus elementos

Temas	Elementos
Eleições e disputa eleitoral	A) voto e eleições B) alianças eleitorais
Competição política e pluralismo de ideia	A) disputas políticas B) alianças C) pluralismo
Direitos e liberdade	A) liberdade e liberdades B) direitos
Igualdade e inclusão	A) justiça social e inclusão de grupos tradicionalmente excluídos B) Igualdade de condições na política e igualdade de condições para competir
Participação	A) manifestação e protestos B) outras formas de participação popular C) organizações da sociedade civil
Instituições	A) separação de poderes B) instituições governamentais C) outras instituições D) imprensa E) organizações multilaterais F) publicidade e transparência G) instrumentos das instâncias de poder
Ruptura democrática	A) elementos de ruptura B) justiça de transição
Crise da democracia	A) apoio ou satisfação em relação à democracia B) ameaças à democracia

Elaboração própria

4.5 Resultados e Discussão

Esta pesquisa mostra que, no geral, o tema da democracia aparece bem representado na amostra coletada, cobrindo um espectro variado de significados. No entanto, a análise também mostrou que o termo é citado demais, nas mais variadas situações e, frequentemente, de forma rasa, quando não, vazia de conteúdo. A palavra é muitas vezes usada por políticos no poder, que se utilizam do termo

também para reafirmarem e justificarem suas posições ideológicas. Nota-se ainda que a "elasticidade" do termo no jornalismo, como aqui estudado, não é uma construção apenas do jornalista, mas sobretudo de políticos e das "outras vozes" que compõem as matérias, como especialistas e outros representantes da sociedade. Por se tratar de dois países presidencialistas latino-americanos, cujas democracias ainda estão em processo de consolidação, uma das suposições iniciais era que se sobressairiam a ideia minimalista da democracia, com o foco em eleições (SCHUMPETER, 1975; PRZERWORSKI, 2019). No entanto, não foi o que se verificou. Nota-se também uma variedade de significados presentes apontando para os aspectos entendidos como chave para um aprofundamento do desenvolvimento democrático, como direitos, instituições e participação.

Importante notar que no recorte de tempo específico deste trabalho, alguns temas se sobressaíram também pelo momento em que ambas as sociedades estão passando, mas, evidentemente, tais temas não podem ser deslocados da cultura de seus países. Nota-se também o alinhamento entre as representações e a conduta de seus governos. A pandemia de Covid-19, também propôs questões específicas. De acordo com dados da Organização Panamericana da Saúde, a América Latina foi uma das regiões mais afetadas pela pandemia, atrás apenas da Europa em número de casos. De acordo com dados da Cepal, a pobreza na região durante a pandemia também aumentou. Em seu relatório anual, a CEPAL (2022) estimou que entre 2020 e 2021 as pessoas em situação de extrema pobreza aumentaram em quase cinco milhões. A América Latina acumulou 20% das infecções por covid-19 no mundo e 30% dos mortos. Brasil e Argentina, respectivamente, foram os mais afetados da América do Sul e tiveram conduções diferentes da pandemia por parte de seus governos, o que também teve impacto nas representações de democracia. Questões como os decretos especiais para lidar com a pandemia, que ampliaram o poder de ambos os estados, refletiram-se em referências à democracia, bem como discussões sobre confinamento que também geraram discussões sobre os limites entre as liberdades individuais e a condução de seus governantes na direção de um bem comum. Ou seja, ganharam relevância temas como as fronteiras entre direitos individuais e coletivos.

Na Argentina, no período do estudo, discutia-se a lei do aborto, o que foi

acompanhado de um participativo movimento de mulheres e a ideia de que a legalização do aborto não apenas era uma questão de direitos e liberdades individuais, mas também uma “dívida da democracia”. Nas representações de democracia nos jornais argentinos também se nota por parte da sociedade civil uma preocupação com a manutenção da memória da ditadura, além de muito pouca tolerância com aqueles que questionam as bases do Estado democrático.

Nas notícias de Brasil por outro lado, percebe-se uma tensão em relação à democracia, com as representações de democracia, ou de riscos a ela, voltadas para temas como tensões entre as instituições, sobretudo aos princípios de separação de poderes, agressões físicas a jornalistas e questionamentos do papel da instituição. Também notou-se ampla cobertura de atos antidemocráticos, bem como a de certa normalização com discursos pedindo a volta da ditadura. Percebe-se ainda representações de democracia com forte apelo ao povo, à vontade da maioria, e à soberania popular.

Em relação a notícias internacionais torna-se evidente uma maior presença de notícias sobre Venezuela, que naquele momento passava pela tentativa de retirar Maduro do poder a partir da autoproclamação de Juan Guaidó como presidente, e turbulências na Bolívia, diante da tentativa de Evo Morales se manter no poder já em um quarto mandato, bem como a tentativa de golpe de Jeanine Añez.

Foram analisadas um total de 415 matérias, 224 de jornais brasileiros e 191 de jornais argentinos. Nos Gráficos 7 e 8 abaixo, destaca-se a presença de termos relacionados a democracia nas notícias analisadas nos sites brasileiros e argentinos. Em relação aos sites brasileiros, na amostra final, foram identificadas 84 matérias com o tema da democracia na Folha de São Paulo, 77 no O Globo/G1 e 63 no Estadão.

Gráfico 7: Quantidade de matérias com referência à democracia por sites analisado



Já nos jornais argentinos, identificou-se 92 matérias no Página 12, 59 matérias no Clarín e 40 no La Nación.

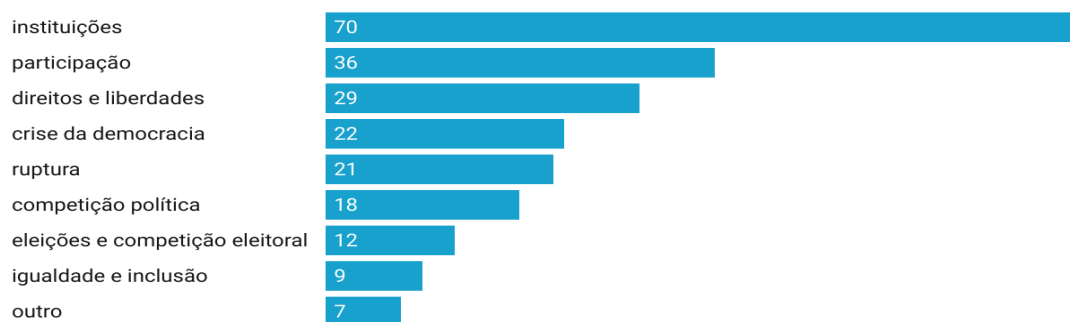
Gráfico 8: Quantidade de matérias com referência à democracia por sites analisado:



Em termos de presença de temas, nos dois países o que mais se sobressaiu foi o relativo a instituições. No caso dos sites brasileiros, os outros temas mais abordados na imprensa, de acordo com o material estudado, foram participação, direitos e liberdades, crise da democracia e ruptura democrática, como se observa no Gráficos 9 abaixo.

Gráfico 9: Temas mais abordados em Estadão, Folha de São Paulo e O Globo/G1(N:224 matérias)

Sites brasileiros

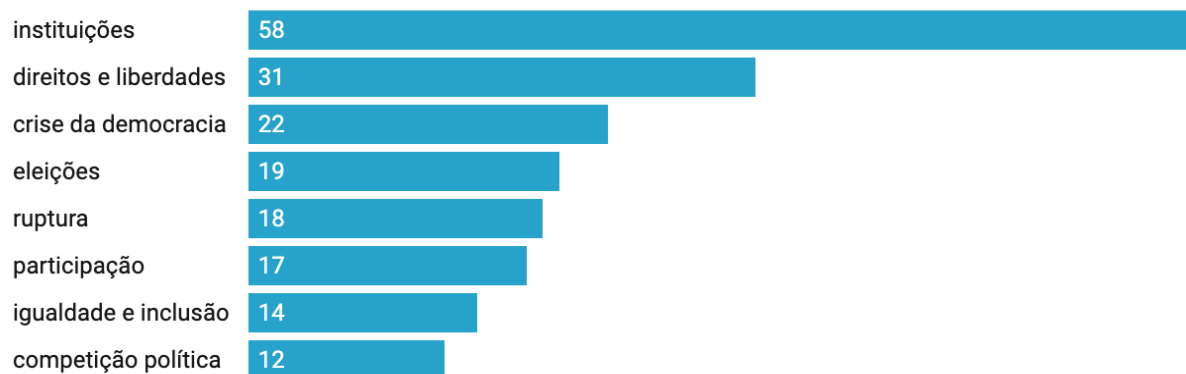


Created with Datawrapper

Em relação a presença de temas nos sites argentinos, seguindo-se ao tema das instituições, os outros mais abordados foram direitos e liberdades, crise da democracia, eleições, ruptura democrática e participação.

Gráfico 10: Temas mais abordados em Clarín, La Nación e Página 12 (N:191 matérias):

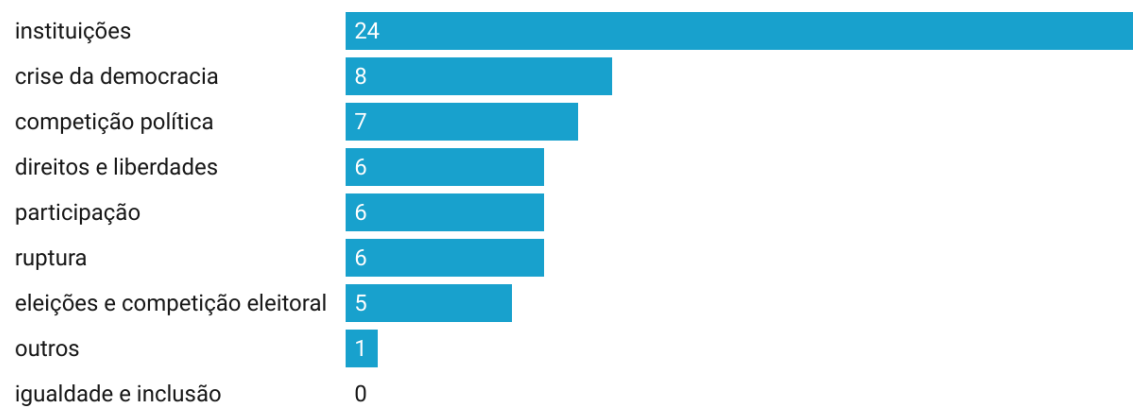
Sites argentinos



Os gráficos que se seguem mostram a distribuição por tema em cada um dos jornais analisados:

Gráfico 11: Distribuição por temas no site de O Estado de São Paulo

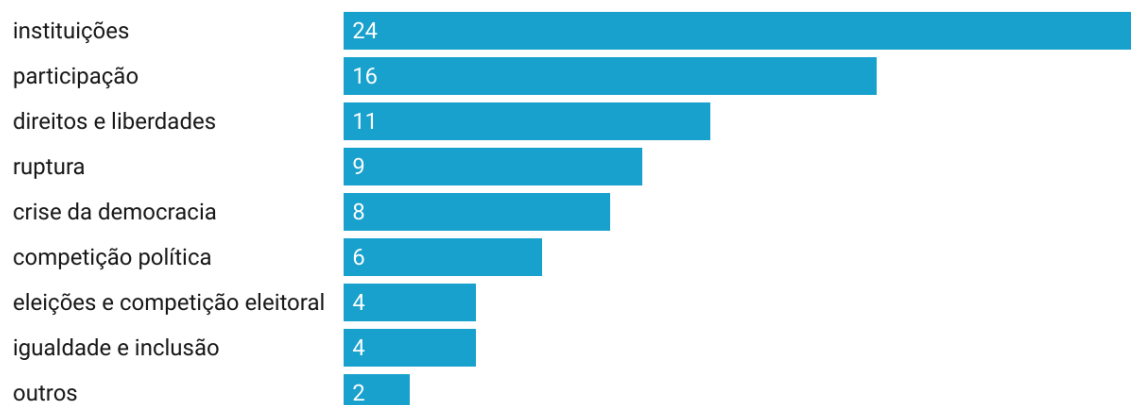
Estadão



Created with Datawrapper

Gráfico 12: Distribuição por temas no site da Folha de São Paulo

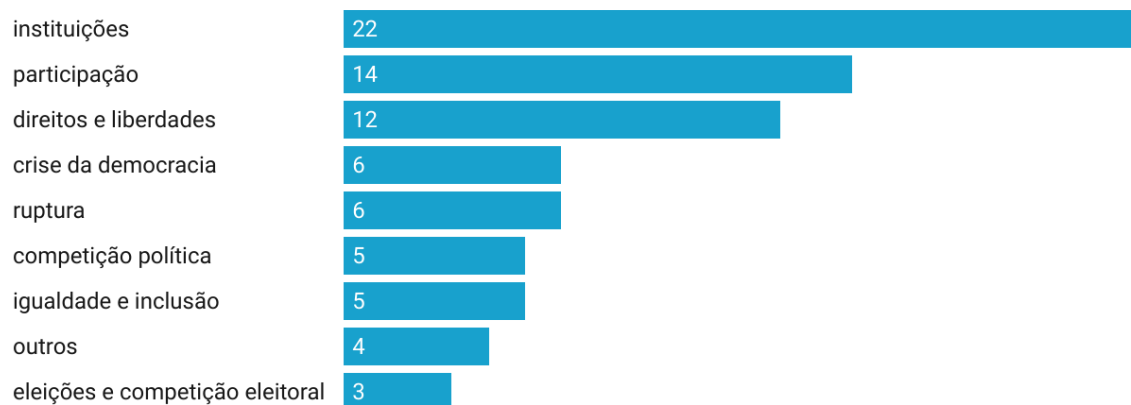
Folha de São Paulo



Created with Datawrapper

Gráfico 13: Distribuição por temas no site de O Globo/G1

O Globo/ G1



Created with Datawrapper

Gráfico 14: Distribuição por temas no Clarín

Clarín

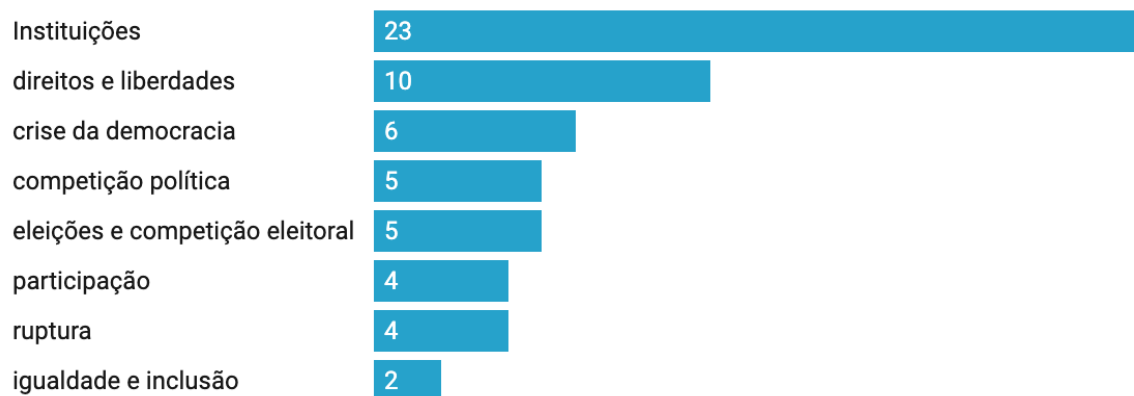


Gráfico 15: Distribuição por temas no La Nación

La Nación

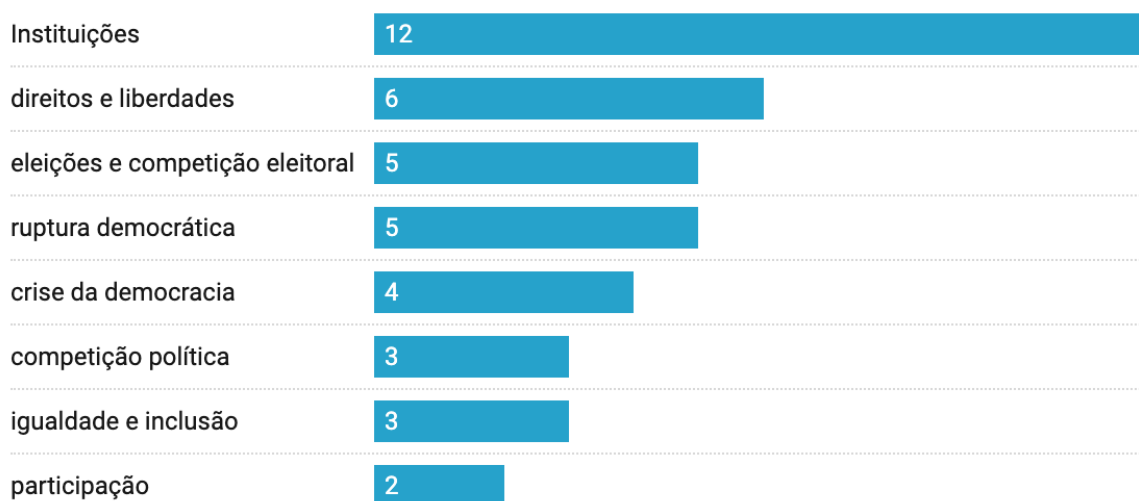
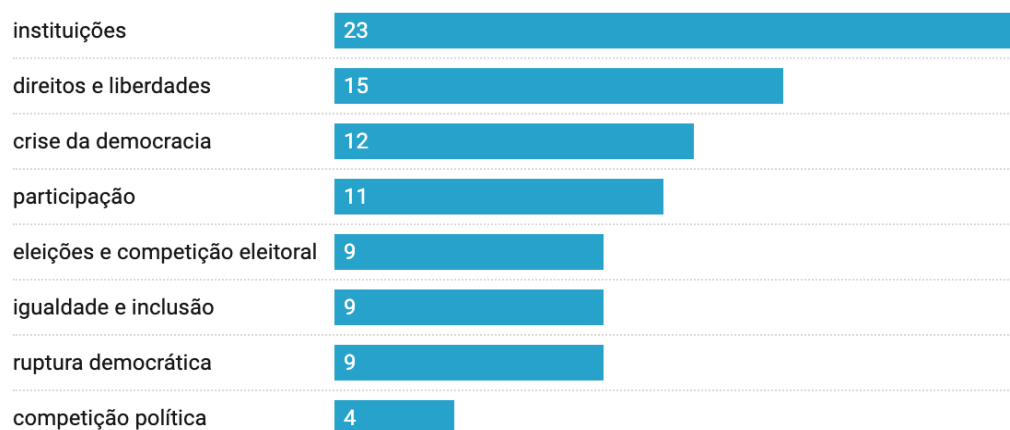


Gráfico 16: Distribuição por temas no Página 12

Página 12



O Gráfico 17 a seguir mostra a soma total, dos sites brasileiros e argentinos para cada tema. Na soma total, os temas de maior destaque, além de instituições, são direitos e liberdades, participação, crise da democracia e ruptura. Portanto, esses foram os temas escolhidos para uma análise mais ampla dos jornais dos países, a seguir.

Gráfico 17: Soma por temas das notícias de Brasil e Argentina

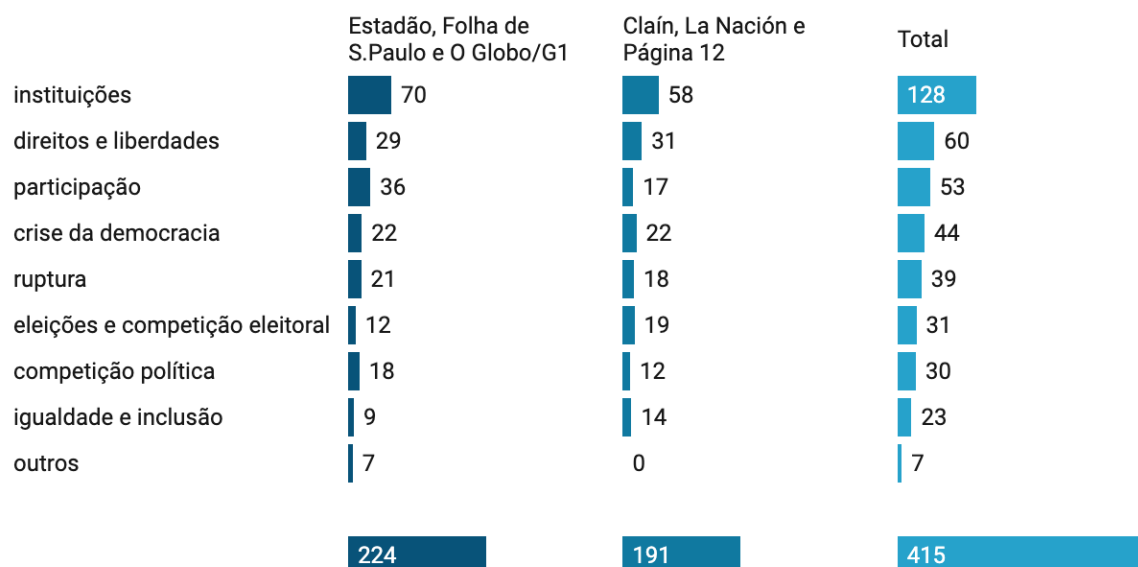


Gráfico 18: Comparação entre os temas de Brasil (Estadão, Folha de São Paulo e O Globo/G1) e Argentina (Clarín, La Nación e Página 12), já na ordem proposta pelo Gráfico 17, acima.

Instituições



Direitos e liberdades



Created with Datawrapper

Participação



Crise da democracia



Ruptura democrática



Eleições



Competição política e pluralismo



Igualdade



Outros



Elaboração própria

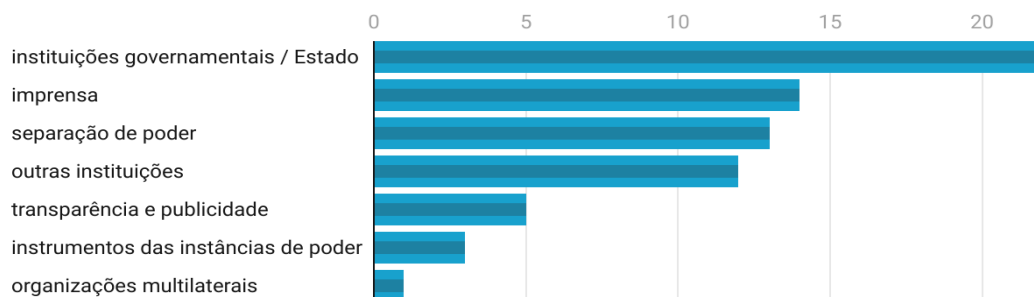
A seguir, discutiremos os resultados a partir dos seguintes temas: 1- Instituições; 2 – Direitos e liberdades; 3- Participação; 4- Crise da democracia; 5- Ruptura democrática;

4.5.1. Instituições: politização das polícias e espionagem

Apesar de instituições ter sido o tema mais presente tanto em relação a sites brasileiros quanto a argentinos, na comparação entre os dois há variações nos subtemas, como mostra os Gráficos 19 e 20. Na análise considerando os sites brasileiros, as instituições governamentais, como o Congresso, o Executivo ou o Supremo Tribunal eleitoral, foi o subtema de maior destaque, seguido da imprensa.

Gráfico 19: Principais subtemas para instituições em Estadão, Folha de São Paulo e O Globo/G1

Instituições



Created with Datawrapper

Hostilidade em relação a instituições é o que mais se destaca nos jornais brasileiros estudados do período. Em muitas das notícias ataques a instituições são entendidos como ataques à democracia, como nessa matéria em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso declara que ataques a instituições são preocupantes, porque nem sempre as instituições vão funcionar:

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) disse que o Brasil vive um momento preocupante com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que não se pode dar como certo que, na democracia, as instituições vão sempre funcionar. "Risco depende das circunstâncias de quem fale em nome da democracia e de quem a defende", afirmou em entrevista no Brazil Forum UK 2020, evento da comunidade de estudantes brasileiros no Reino Unido.⁴⁸

Em uma linha parecida, durante entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, acusou os apoiadores de Bolsonaro de atacarem sistematicamente o Supremo Tribunal Federal, o que, de acordo com a fala do ministro, seria antidemocrático: "[...] tem uma base, que votou nele, tem uma base de extremistas, que defendem fechar o Supremo, o que é antidemocrático. Toda sociedade democrática tem uma Suprema

⁴⁸ LARA, M. Não se deve pressupor que as instituições vão sempre funcionar, diz FHC: 'Momento preocupante'. Estadão, São Paulo, 15 de junho de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/fhc-fala-sobre-governanca-publica-e-desafios-para-o-pais-no-brazil-forum-uk-acompanhe/>

Corte.”⁴⁹ Elementos pertencentes ao Estado, como a Constituição, também aparecem em referência a democracia, como em entrevista do general da reserva Eduardo Villas Bôas, que chamou o então presidente Jair Bolsonaro de democrata, uma vez que em “nenhum momento ele feriu a Constituição.”⁵⁰

Observa-se matérias que atribuem ao Estado o papel de garantidor de direitos e liberdades, os quais “indivíduos deixados, na prática, por conta própria em uma economia de “mercado livre” e um Estado mínimo não conseguiriam alcançar (HELD, 2007, p.242): “Precisamos recuperar a democracia na América Latina, porque um estado eleito forte cuida do seu povo. O mercado não resolve nada, o mercado só cuida do seu umbigo. Quem cuida do povo é o estado,”⁵¹ disse o presidente da Argentina, Alberto Fernández em um debate online com Luiz Inácio Lula da Silva, destacado em matéria do Estadão.

A atuação da imprensa - e a importância da liberdade de imprensa -, já amplamente abordada na teoria democrática, sendo por exemplo, um dos institutos necessários para a poliarquia de Dahl (1971), foi um subtema muito recorrente no material estudado, sobretudo nas notícias dos sites brasileiros. Uma parte do material analisado refere-se à importância do jornalismo em uma democracia devido ao seu papel vigilante (WAISBORD, 2000), fiscalizando agentes públicos na proteção do interesse público. No entanto, nota-se também uma ênfase em ataques e agressões à jornalistas como restrições da liberdade de imprensa. Em reprensão a declarações ofensivas, e insinuações de cunho sexual, do ex-presidente Jair Bolsonaro à jornalista Patrícia Campos Mello, o *G1* publicou matéria do Jornal Nacional contendo uma nota de repúdio da Associação Nacional de Jornais e da Associação Nacional de Editores de Revistas. As entidades afirmaram que “o presidente se aproveita da presença de uma claqué para atacar jornalistas, cujo

⁴⁹ Toffoli diz que Bolsonaro dialoga com extremos e critica 'notinhas públicas'. Folha de São Paulo, Política, 12 de maio de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/toffoli-diz-que-bolsonaro-dialoga-com-extremos-e-critica-notinhas-publicas.shtml>

⁵⁰ Estadão. Villas Bôas: ‘Ninguém tutela o Bolsonaro’, Política, 03 de abril de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/villas-boas-ninguem-tutela-o-bolsonaro/ril>

⁵¹ Em live com Lula, Fernández defende estado forte. Estadão, Internacional, 26 de junho de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/internacional/em-live-com-lula-fernandez-defende-estado-forte-e-integracao-regional/>

trabalho é essencial para a sociedade e a preservação da democracia”.⁵² Em uma matéria de *O Globo*, governadores e ministros repudiaram a agressão sofrida por uma equipe do jornal *Estadão* durante cobertura de ato pró-Bolsonaro, e o jornal destacou uma postagem do ministro Alexandre de Moraes: “As agressões contra jornalistas devem ser repudiadas pela covardia do ato e pelo ferimento à Democracia e ao Estado de Direito, não podendo ser toleradas pelas Instituições e pela Sociedade”. A falta de reconhecimento do papel do jornalista na sociedade foi tema de uma matéria da *Folha de São Paulo* sobre pesquisa do Instituto Pew Research Center a respeito de instituições democráticas em diversos países. Dados sobre o Brasil informam que houve uma queda de 11% no apoio à liberdade de imprensa.⁵³

A teoria da separação dos poderes, atribuída a Montesquieu, adota a noção de que não haveria liberdade onde o mesmo homem, ou mesmo grupo, exercesse os três poderes, o poder de promulgar as leis, o poder de executar as resoluções públicas e o poder de julgar as causas dos indivíduos (HELD, 2007, p. 52). Uma matéria da *Folha de São Paulo* sobre os “limites da caneta de Bolsonaro durante a pandemia traz perguntas e respostas sobre o assunto. Ao responder sobre quais seriam as ameaças à democracia caso um presidente tenha maioria no Congresso e amparo legal de ministros do STF, a matéria diz que “A constituição determina a separação de Poderes e um sistema de freios e contrapesos de modo que cada Poder possa atuar de forma autônoma, sendo porém controlado pelos demais.”⁵⁴ Em um outro texto sobre a importância da separação de poderes para uma democracia, o então presidente do Senado, Davi Alcolumbre, respondeu a declarações ofensivas de um ministro contra membros do Parlamento com uma nota na qual diz que o

⁵² Jornal Nacional. Bolsonaro repete ofensas de depoente a repórter e entidades de imprensa repudiam, 18 de fevereiro de 2020.

Disponível em

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/18/bolsonaro-repete-ofensas-de-depoente-a-reporter-e-entidades-de-imprensa-repudiam.ghtml>

⁵³ BALAGO, R. Satisfação com democracia aumenta no Brasil e apoio à liberdade de imprensa cai, diz estudo. *Folha de São Paulo*, 27 de fevereiro de 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/satisfacao-com-democracia-aumenta-no-brasil-e-apoio-a-liberdade-de-imprensa-cai-diz-estudo.shtml>

⁵⁴ GALF, R; FERREIRA, F; ARCANJO, D. Entenda os limites da caneta de Bolsonaro e possíveis ameaças à democracia, *Folha de São Paulo*, Política, 28 de abril de 2020.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/entenda-os-limites-da-caneta-de-bolsonaro-e-possiveis-ameacas-a-democracia.shtml>

momento "mais do que nunca, é de defesa da democracia, independência e harmonia dos poderes para trabalhar pelo país".⁵⁵

No subtema “outras instituições”, foram identificadas referências, sobretudo às Forças Armadas e à Polícia. Nota-se, em geral, grande preocupação com a politização das polícias, o que pode ser observado, por exemplo, na coluna de Marcelo Godoy sobre articulação de PMs para concorrer a eleições: “Esse movimento, entretanto, começa a sofrer críticas de militares da reserva que veem aí um aumento dos riscos à democracia, em razão da partidarização de instituições que devem servir ao Estado e não a governos.”⁵⁶ Também foram identificadas matérias sobre motins de policiais, como o que ocorreu no Ceará em fevereiro de 2020. Ainda sobre a polícia, outra questão entendida como um ataque à democracia é a interferência do Executivo na Polícia Federal, como nota-se na fala do ex-ministro da justiça, da gestão de Michel Temer, Torquato Jardim, que diz que a autonomia da Polícia Federal é garantida na Constituição e "se algum ministro ou presidente acha que vai interferir na condução do processo, isso não existe na atual Constituição, na atual democracia."⁵⁷ Sobre as Forças Armadas, um texto publicado na Folha de São Paulo argumenta que sua presença na política é resultado da fragilidade das instituições e da baixa convicção democrática por parte das elites civis.⁵⁸

Bentham (1839) adota a publicidade como forma de evitar o abuso do poder político por parte das autoridades. “Em última instância, como forma de

⁵⁵ CAMAROTTI, G. Alcolumbre diz a ministros que Congresso 'não vai tolerar' ataques de membros do governo. Política, Blog do Camarotti, 19 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/02/19/alcolumbre-diz-a-ministros-que-congresso-nao-vai-tolerar-ataques-de-membros-do-governo.ghtml>

⁵⁶ Sobre a politização das polícias, ver GODOY, M. Militares começam a articular candidaturas para eleições municipais. Estadão, Coluna, 27 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/militares-comecam-a-articular-candidaturas-para-eleicoes-municipais/>; CARNEIRO, M. Governadores temem 'poder paralelo' da PM. Estadão, Coluna, 03 de junho de 2020.

Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/governadores-temem-poder-paralelo-da-pm/>

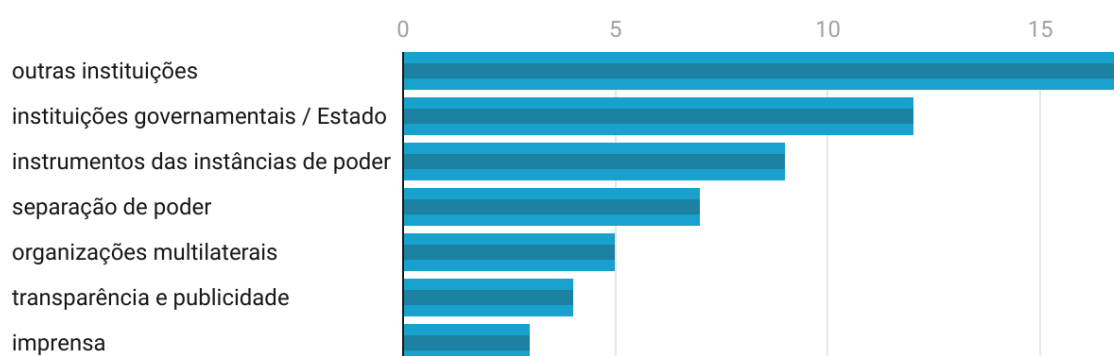
⁵⁷ LINHARES, C. Dilma nunca me pressionou como Bolsonaro pressionou Moro, diz ex-ministro da petista. Folha de São paulo, Política, 24 de abril de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/dilma-nunca-me-pressionou-como-bolsonaro-pressionou-moro-diz-ex-ministro-da-petista.shtml>

⁵⁸ Folha de São Paulo, Forte presença militar no Estado reflete fragilidade da democracia no Brasil. Ilustríssima, 23 de maio de 2020 <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/forte-presenca-militar-no-estado-reflete-fragilidade-da-democracia-no-brasil.shtml>

garantir que o poder político no Estado não seja desviado para beneficiar os agentes públicos em prejuízo do interesse geral” (GOMES et al, 2018). Seguindo essa mesma linha, a importância da transparência e publicidade para a democracia é observada em uma matéria sobre medida aprovada pelo STF que impede a restrição de informações públicas durante a pandemia.⁵⁹

Gráfico 20: Principais subtemas para instituições em Clarín, La Nación e Página 12

Instituições



Created with Datawrapper

Quanto aos jornais argentinos, como observa-se no Gráfico 20, acima, o subtema que mais aparece é o que se refere a outras instituições. Diferentemente dos sites brasileiros em que se percebe um predomínio de notícias sobre as Forças Armadas e a Polícia, nos sites argentinos, a preponderância é de referências à Agência Federal de Inteligência e à espionagem, sobretudo por parte de agentes de diferentes Forças de Segurança do Estado. O governo atual acusa a gestão anterior, de Mauricio Macri, de ter aparelhado as forças do Estado para a prática de espionagem contra opositores. A espionagem no país também é vista como um resquício não resolvido da época da ditadura, com agentes do Estado atuando fora do sistema legal (CARMO, 2015). Uma matéria do Clarín sobre a atuação de

⁵⁹ TEXEIRA, M. STF impõe nova derrota a Bolsonaro e derruba restrição a informações públicas. Folha de São Paulo, 30 de abril de 2020.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/stf-forma-maioria-para-derrubar-restricao-as-informacoes-publicas-proposta-por-bolsonaro.shtml>

oficiais das Forças de Segurança como infiltrados em um protesto de mineiros na região da Patagônia traz uma declaração do presidente argentino Alberto Fernández, em que ele se refere à espionagem praticada contra os mineiros como “*sótanos de la democracia*”.⁶⁰ Sobre o mesmo tema, em uma entrevista ao *Clarín*, o prefeito de Rosário, Pablo Javkin⁶¹, diz que há uma necessidade urgente de se desvincular os organismos de inteligência das investigações do Poder Judiciário Federal. Para o prefeito, essa é uma das grandes dívidas da democracia, um debate nunca realizado.

Também percebe-se na amostra a questão de abusos por parte da Polícia. Ao se pronunciar sobre casos de violência e abusos policiais durante a pandemia, como assassinatos dentro de cadeias e agressões a jovens em uma comunidade da região do Chaco, o presidente Alberto Fernández também referiu-se aos abusos como casos de violência institucional e uma problemática que seria uma dívida da democracia.⁶²

Quanto a referências às Forças Armadas, percebe-se, nas notícias analisadas, um sentimento positivo de que as Forças Armadas hoje em dia “já teriam da democracia”,⁶³ o que também pode-se observar na fala do ministro da defesa argentino Augustín Rossi, ao explicar o papel que as Forças Armadas teriam durante a “quarentena total” anunciada pelo governo argentino para controlar a disseminação do vírus no país. Rossi explicou que as Forças Armadas atuariam apenas em tarefas de colaboração se solicitadas pelo governo, e não em tarefas de

⁶⁰ WIÑAZKI, N. Un informe secreto de Gendarmería revela cómo infiltraron ilegalmente una protesta minera en Neuquén. *Clarín*, Política, 23 de maio de 2020. Disponível em https://www.clarin.com/politica/piden-interpelar-ministra-seguridad-espionaje-ilegal-gendarmeria-protesta-minera_0_0V7zCGaJJ.html

⁶¹ Pablo Javkin, intendente de Rosario: "Si podemos tener estos niveles de apertura, fue porque tuvimos medidas sanitarias duras". *Clarín*. Disponível em https://www.clarin.com/politica/pablo-javkin-intendente-rosario-podemos-tener-niveles-apertura-medidas-sanitarias-duras_0_uWkS4GMf1.html

⁶² Página 12. El PRO y la violencia policial: ¿Autocrítica o tomadura de pelo? *El País*, 3 de junho de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/270079-el-pro-y-la-violencia-policial-autocritica-o-tomadura-de-pelo>

⁶³ DAPELO, S. Alberto Fernández: "Hoy ya todos nuestros oficiales han salido de la democracia". *La Nación*, Política, 21 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/politica/alberto-fernandez-hoy-todos-nuestros-oficiales-han-nid2336042>

segurança, uma vez que isso seria proibido por lei.⁶⁴

Em referências a instituições governamentais, percebe-se uma variedade de questões ligadas às instituições e à democracia. Uma das representações observadas foi a da democracia associada a baixa produtividade do Congresso, em uma matéria dizendo que o ranking de produtividade do governo segue batendo recordes negativos, e que 2019 foi o ano com menos leis promulgadas desde o retorno à democracia, em 1983, e que tal queda de produtividade vem ocorrendo de forma sustentada desde 2014⁶⁵. Além disso, uma outra matéria do *Clarín* traz uma entrevista com o pesquisador e professor de Direito Andrés Rosler sobre os riscos do interpretativismo das normas pelos juízes e como essa tendência os coloca no lugar de co-autores das leis. Para o pesquisador, o predomínio da corrente interpretativa no Direito ocorre também pela própria crise de representação, já que como a democracia não rendeu os frutos esperados, isso conferiu aos juízes o poder de governar, o que é uma ideia antidemocrática.⁶⁶

A discussão sobre os instrumentos das instâncias de poder, ou seja, as ordens especiais previstas, destacam-se no conteúdo das notícias dos jornais argentinos em relação à pandemia. Uma matéria mostra que com a pandemia a quantidade de Decretos de Necesidad y Urgencia (DNUs) emitidos pelo governo é muito alto em relação aos demais governos desde a volta da democracia⁶⁷, e uma outra matéria diz que mesmo para conter uma pandemia declarações de estado de guerra, por exemplo, indicam violações ao sistema democrático e seria um

⁶⁴ CIBEIRA, F. Coronavirus: Alberto Fernández anunció la cuarentena total hasta el 31 de marzo. Página 12, 20 de março de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/254047-coronavirus-alberto-fernandez-anuncio-la-cuarentena-total-ha>

⁶⁵ BULLORINI, J. Mala nota para el Congreso: el 2019 fue el año en que menos leyes se sancionaron desde 1983. CLARIN, 01 de janeiro de 2020 https://www.clarin.com/politica/mala-nota-congreso-2019-ano-leyes-sancionaron-1983_0_zh-nbmUp.html

⁶⁶ CÁNEPA, A. Andrés Rosler: "Los jueces están para aplicar el derecho". Clarín, Revista Ñ, 08 de janeiro de 2020. Disponível em https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/andres-rosler-jueces-aplicar-derecho-_0_SDEljdoH.html

⁶⁷ GALVÁN, C. Coronavirus en Argentina: Alberto Fernández ya lleva firmados 32 DNU y se acerca al récord de Eduardo Duhalde en 2002. Clarín, Política, 11 de abril de 2020. Disponível em http://www.clarin.com/politica/coronavirus-argentina-emergencia-alberto-fernandez-lleva-firmados-31-dnu-acerca-record-2002_0_x2pZ8_3iE.html

indicativo de fraqueza institucional.⁶⁸

4.5.2. Direitos e liberdades: a liberdade como um valor em si mesmo

Como explicado na seção sobre temas, aqui foram consideradas as matérias em que a democracia está representada como direitos e liberdades, ou a busca por eles. Importante ressaltar que percebe-se uma diferença nas matérias entre referências às liberdades e à liberdade. Assim como direitos, liberdades geralmente são associadas a liberdades individuais específicas, como, por exemplo, liberdades de expressão, de imprensa ou sexuais. Já as associações de democracia à liberdade, de forma genérica, são percebidas quase como um valor por si só, talvez esvaziadas de significado, sem especificações nem maiores explicações.

Gráfico 21: Direitos e liberdades em O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo/G1

Direitos e liberdades



Created with Datawrapper

Como mostra o Gráfico 21 acima, nas notícias analisadas no *Estado*, *Folha de São Paulo* e *O Globo / G1*, encontrou-se mais referências à liberdade que direitos. A defesa da liberdade como valor fundamental da democracia fica evidente nas matérias que cobrem os discursos do então mandatário Jair Bolsonaro. Nos dois trechos abaixo se observa a ideia de liberdade como um fim a ser atingido, muitas

⁶⁸ ESPINOZA, A. Las guardianas del cuerpo social. Página 12, Las 12, 17 de abril de 2020 <https://www.pagina12.com.ar/259919-las-guardianas-del-cuerpo-social>

vezes, não importando os meios. Ao participar de um ato de seu partido, o Partido Liberal (PL), Bolsonaro declarou:

Para defender a liberdade e a nossa democracia, eu tomarei a decisão contra quem quer que seja. E a certeza do sucesso é que eu tenho um exército ao meu lado, e esse exército é composto de cada um de vocês”, destacou Bolsonaro. “Por vezes, me embrulha o estômago ter que jogar nas quatro linhas (da Constituição), mas eu jurei e não foi da boca para fora”, completou ele.⁶⁹

Em outra situação, durante ato pró-intervenção militar diante do QG do Exército, em Brasília, em cima da caçamba de uma caminhonete, o ex-presidente Jair Bolsonaro declarou que o que há de mais sagrado é a nossa liberdade:

O que tinha de velho ficou para trás. Nós temos um novo Brasil pela frente. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro”, disse. “Contem com o seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para manter a democracia e garantir o que há de mais sagrado, a nossa liberdade”, completou o presidente.⁷⁰

Figura 2: Jair Bolsonaro discursando para apoiadores: “Contem com o seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para manter a democracia e garantir o que há de mais sagrado, a nossa liberdade.”



"Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em ato pró-intervenção militar diante do Q G do Exército." Folha de São Paulo, Política, 28 de março de 2020.

⁶⁹ GAYER, E; PORCELLA, I. Bolsonaro diz ter 'exército' de apoiadores e que às vezes 'embrulha estômago' cumprir Constituição. Estadão, Política, 28 de março de 2023

⁷⁰ COLLETA, R; ONOFRE, R. Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em ato pró-intervenção militar diante do QG do Exército. Folha de São Paulo, Política, 28 de março de 2020

Liberdade de expressão é outro tema bastante discutido na teoria. A base do liberalismo político, por exemplo, como o pensamento de Mill (1859), defende a autonomia, a liberdade e a liberdade de expressão como formas de desenvolver uma sociedade. No que diz respeito a liberdades específicas, percebe-se grande ênfase, nas matérias analisadas, na liberdade de expressão como um valor essencial da democracia. Muitas delas apresentam a ideia de que a liberdade de expressão não pode ser cerceada em uma democracia e que cabe aos que se sentem ofendidos buscar reparação na justiça. A matéria "Aras diz ao Supremo que 'tiro na cabecinha de bandido com fuzil é 'manifestação de pensamento' de Witzel que não pode ser 'cerceada'", publicada no blog do Estadão, destaca a seguinte declaração do Procurador Geral da República Augusto Aras:

As declarações de Wilson Witzel como candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro podem ter gerado divergências e críticas sociais, que são inerentes à Democracia. De todo modo, em contrapartida ao direito fundamental à livre manifestação do pensamento e à liberdade de expressão (CF/1988, art. 5º, IV e IX), é possível a busca por reparação.⁷¹

Também foi possível identificar a ideia de liberdade de expressão, como um ônus da democracia, ou seja, algo que pode gerar problemas, mas que devemos tolerar para não correr o risco de censura⁷². Por outro lado, outros defendem a liberdade de expressão é fundamental, mas não é um direito absoluto e que a lei impõe limites que impedem usar a liberdade de expressão para ameaçar, caluniar, difamar alguém e insuflar o ódio contra autoridades e instituições públicas.⁷³

Quanto a outros tipos de liberdade importantes para a democracia presentes

⁷¹ ORTEGA, P. Aras diz ao Supremo que 'tiro na cabecinha de bandido com fuzil' é 'manifestação de pensamento' de Witzel que não pode ser 'cerceada'. Estadão, Blog do Fausto Macedo, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/aras-diz-ao-supremo-que-tiro-na-cabecinha-de-bandido-com-fuzil-e-manifestacao-de-pensamento-de-witzel-que-nao-pode-ser-cerceada/>

⁷² ARCANJO, D; TAVARES, J. Ofensa a japoneses amplia rol de declarações preconceituosas de Bolsonaro. Folha de São Paulo, Poder, 26 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/ofensa-a-japoneses-amplia-rol-de-declaracoes-preconceituosas-de-bolsonaro.shtml>

⁷³ Jornal Nacional/G1. Weintraub entrega à PF depoimento no inquérito que apura crime de racismo, 04 de junho de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/04/weintraub-entrega-a-pf-depoimento-no-inquerito-que-apura-crime-de-racismo.ghtml>

nas matérias analisadas, também se observa-se a liberdade religiosa⁷⁴, liberdade econômica⁷⁵ e liberdade de manifestação, mesmo que o conteúdo de tal manifestação seja antidemocrático.⁷⁶

As pautas por direitos, como expressadas nos jornais, são de temas variados, e vão de direitos-humanos a direitos das mulheres, passando por defesa do direito à opinião e à privacidade.

Em evento pelos 40 anos do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad ressaltou a importância de uma democracia defender todos os direitos individuais:

Eu fico preocupado quando as pessoas me perguntam qual é o discurso do PT. Será que nós vamos continuar falando de negros, mulheres, LGBT, ou temos que focar nosso discurso na agenda econômica?", perguntou o candidato derrotado em 2018. "Esse partido nunca deixou nenhuma pauta importante para trás, pois sabe que democracia é tudo isso junto e acumulado. Quero ter todas essas discussões", concluiu.⁷⁷

As matérias do recorte temporal analisado mostram preocupação com a proteção dos direitos no país, como a que traz depoimentos de parlamentares do Partido Democrata norte-americano expressando apreensão com os discursos do

⁷⁴ BERALDO, P. Ernesto vai aos EUA em lançamento da Aliança de Promoção da Liberdade Religiosa. Estadão, 05 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/internacional/ernesto-vai-aos-eua-em-lancamento-da-alianca-de-promocao-da-liberdade-religiosa/>

⁷⁵ DIAS, M. Atropelado por Trump, Brasil desiste de candidatura ao BID e diz que vê nome dos EUA 'positivamente'. Folha de São Paulo. Economia, 17 de junho de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/atropelado-por-trump-brasil-desiste-de-candidatura-ao-bid-e-diz-que-ve-nome-dos-eua-positivamente.shtml>

⁷⁶ LINHARES, C. Há uma escalada autoritária por parte do Supremo, diz deputado bolsonarista Filipe Barros. Folha de São Paulo, Poder, 14 de maio de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ha-escalada-autoritaria-por-parte-do-supremo-afirma-deputado-bolsonarista.shtml>

⁷⁷ GARCIA, D. Haddad ataca Bolsonaro e convoca petistas a 'botar fascistas para correr'. Folha de São Paulo Política, 8 de fevereiro de 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/haddad-ataca-bolsonaro-e-convoca-petistas-a-botar-fascistas-para-correr.shtml>

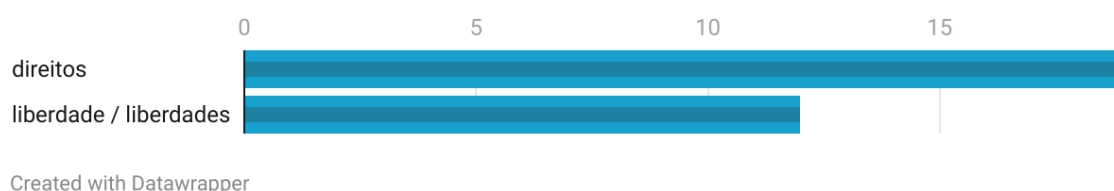
então presidente brasileiro que seriam “preocupantes para a democracia e direitos humanos” no país.⁷⁸

Há ainda a preocupação com o direito das mulheres, como apontado em declaração do ministro Luís Roberto Barroso sobre a defesa da descriminalização do aborto, já que em nenhuma democracia desenvolvida se combate aborto com direito penal,⁷⁹ e em pesquisa que mostra que 73% das mulheres têm medo de sair sozinhas: "Como que a gente permite que se fale de cidadania, de democracia, mas não pensa que as mulheres estão sendo restringidas dessa liberdade que é fundamental?"⁸⁰. Por fim, nota-se também uma discussão sobre a questão dos direitos diante da tecnologia, como a privacidade de dados em políticas de rastreamento na pandemia, ou em sistemas de reconhecimento facial.

Diferentemente das notícias dos jornais brasileiros, nas quais há maior ênfase em liberdade que direitos, nos sites argentinos, a amostra apontou para uma maior ênfase em direitos, sobretudo direitos humanos, sexuais, ou das mulheres, como o aborto.

Gráfico 22: Direitos e liberdades em Clarín, La Nación e Página 12:

Direitos e liberdades



⁷⁸ BULLA, B. Amazônia e direitos humanos no Brasil entram na mira de parlamentares dos EUA, Estadão, Política, 05 de janeiro de 2020.

Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/democratas-americanos-resistem-a-bolsonaro/>

⁷⁹ VIVAS, F; FALCÃO, M. STF rejeita ação que pedia liberação de aborto em caso de infecção pelo vírus da zika, G1, primeiro de maio de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/01/stf-rejeita-acao-que-pedia-liberacao-de-aborto-em-caso-de-infeccao-pelo-virus-da-zika.ghtml>

⁸⁰ G1. Pesquisa mostra que 73% das mulheres que moram em Curitiba sentem medo ao saírem sozinhas pelas ruas à noite, 06 de junho de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/03/06/pesquisa-mostra-que-73percent-das-mulheres-que-moram-em-curitiba-sentem-medo-ao-sairem-sozinhas-pelas-ruas-a-noite.ghtml>

O recorte temporal desse estudo capta o momento em que se discutia a lei do aborto na Argentina, uma lei acompanhada de forte mobilização de mulheres no país, que ficou conhecido como a "maré verde". A lei que legaliza e descriminaliza o aborto até a 14ª semana de gestação foi aprovada pelo Congresso em 30 de dezembro de 2020. Nota-se, portanto diversas matérias sobre direitos da mulher como uma questão da democracia, uma "dívida da democracia", termo, inclusive, identificado em uma série de outras matérias dos mais variados temas.

El aborto legal es una deuda de la democracia y una emergencia social. Así lo afirmó la Organización Mundial de la Salud (OMS) que durante la pandemia de COVID-19 declaró al aborto dentro de los servicios de salud esenciales.⁸¹

El aborto legal es una deuda de la democracia. Un reclamo de la lucha feminista que ha marcado el devenir de millones de jóvenes en la región, que reclaman más derechos, libertad y autonomía.⁸²

El comienzo del debate por la legalización del aborto en 2018 fue muy significativo para el desarrollo de nuestra democracia. Tuvo que ver con pensar los derechos humanos desde más categorías, como son los derechos sexuales y reproductivos. Se consolidó el valor de reconocer los derechos de mujeres y diversidades por los organismos internacionales que consagra nuestra Constitución.⁸³

"¿Saben por qué estamos desde el 10 de diciembre hablando de la mujer y sus derechos? Más allá del género que uno tiene. ¿Saben por qué el domingo hablé de ampliar los derechos de la mujer? ¿Saben por qué hoy abrimos esta semana de la mujer? Porque la sociedad cambió, porque esto no se soporta más. No se soporta más seguir viviendo en un sistema donde hay algunos que son más iguales que otros. Solamente por eso"⁸⁴

⁸¹ CARBAJAL, M. La Campaña por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito cumple 15 años. Página 12, Sociedad, 28 de maio de 2020. Disponível em

<https://www.pagina12.com.ar/268565-un-reclamo-que-cumple-quince-anos>

⁸² Página 12, Día de Acción Verde. 19 de fevereiro de 2020. Disponível em

<https://www.pagina12.com.ar/248292-dia-de-accion-verde>

⁸³ IGLESIAS, M. Aborto: militantes feministas aseguran que cuando pase el coronavirus se tratará el proyecto y será ley. Clarín, Sociedad, 09 de abril de 2020.

http://www.clarin.com/sociedad/aborto-militantes-feministas-aseguran-pase-coronavirus-tratara-proyecto-ley_0_vfRIM-mxG.html

⁸⁴ La Nación. Alberto Fernández: "Las mujeres mueven el mundo, pero algunos hombres las ayudamos a hacerlo", 04 de março de 2020.

Disponível em

<https://www.lanacion.com.ar/politica/alberto-fernandez-las-mujeres-mueven-mundo-pero-nid2339917/>

Os direitos humanos, que perpassam toda a discussão sobre democratização na Argentina, sobretudo em políticas de reparação e justiça de transição, como discutido em capítulos anteriores, podem ser observados em matérias sobre violações de direitos humanos, como abusos e assassinatos por parte de policiais, como o assassinato do trabalhador rural Luis Espinoza pela polícia. Em entrevista ao *Página 12*, um dos investigadores do caso disse que o desaparecimento forçado é um resquício da ditadura e que Espinoza foi vítima de terrorismo de estado.⁸⁵

Identificou-se ainda, nas matérias analisadas, referências a direitos dos povos originários. Um especial do *Clarín* sobre o aniversário do assassinato de Santiago Maldonado, ativista pelos direitos dos indígenas, diz que embora as reivindicações pelos direitos ancestrais dos povos originários tenham se aprofundado desde a chegada da democracia na Argentina, foi durante os governos de Carlos Menem, Néstor Kirchner e Cristina Fernández que as comunidades receberam grandes extensões de terra “de volta”, segundo o conceito indigenista.⁸⁶ Já uma outra matéria do *Clarín* sobre a situação dos povos originários do Norte da Argentina durante a pandemia destaca uma declaração de um dos líderes indígenas dizendo que para o seu povo, seja na democracia ou na ditadura, nada muda e eles continuam sendo privados de direitos básicos.⁸⁷

⁸⁵ MEYER, A. La desaparición forzada de Luis Espinoza en Tucumán: "Tiene todos los condimentos del terrorismo de Estado" 26 de maio. Disponível em

<https://www.pagina12.com.ar/268071-la-desaparicion-forzada-de-luis-espinoza-en-tucuman-tiene-to>

⁸⁶ Andrade, Cláudio. Cushamen, hoy: cómo está el lugar donde murió Santiago Maldonado. *Clarín*, Buenos Aires, Especial Clarín, 8 de janeiro de 2020. Disponível em https://www.clarin.com/sociedad/cushamen-hoy-lugar-murio-santiago-maldonado_0_i8Sn2qds.html

⁸⁷ BAZÁN, J. La cuarentena imposible de los pueblos originarios: no le temen al coronavirus y denuncian que el aislamiento los matará de sed. *Clarín*, Sociedad, 29 de março de 2020.

Disponível em

http://www.clarin.com/sociedad/cuarentena-imposible-pueblos-originarios-temen-coronavirus-denuncian-aislamiento-matara_0_S_adWV-2_.html

Figura 3: Especial do Jornal Clarín sobre morte de Santiago Maldonado



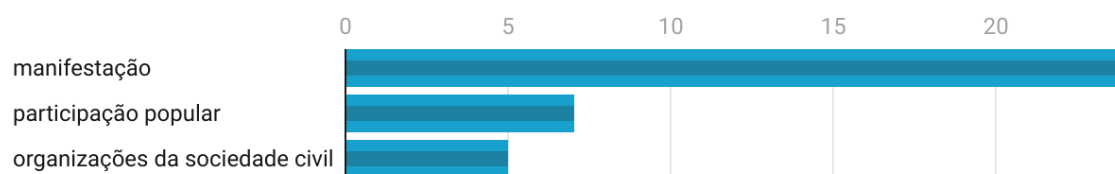
Andrade, Cláudio. Cushamen, hoy: cómo está el lugar donde murió Santiago Maldonado. Clarín, Buenos Aires, Especial Clarín, 8 de janeiro de 2020.

4.5.3. Participação: manifestações da sociedade civil

Em toda a amostra, tanto nos sites argentinos como nos brasileiros, protestos e manifestações aparecem nas notícias analisadas como a principal forma de participação da sociedade civil, seja em manifestações de rua, panelaços, como ocorreu com frequência durante a pandemia, ou articulações digitais, como mostram os Gráficos 23 e 24.

Gráfico 23: Participação em O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo/G1

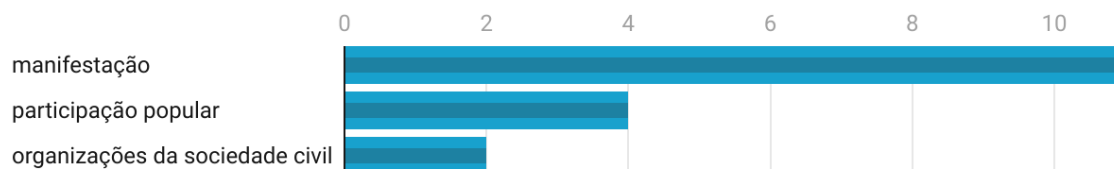
Participação



Created with Datawrapper

Gráfico 24: Participação em Clarín, La Nación e Página 12

Participação



Created with Datawrapper

Como apontado na explicação sobre o tema, há uma série de autores que apostam na realização de protestos como forma de participação popular e meio de ação coletiva (HOWARD et al, 2011; CASTELLS, 2013; TARROW, 2013), inclusive, trazendo a discussão da democracia para o centro de suas explicações sobre tais protestos (DELLA PORTA 2014; MENDONÇA, 2018).

Na amostra coletada de *Folha de São Paulo*, Estadão e O Globo/G1 observou-se diversos protestos de rua a favor e contra o governo. Como o período estudado abrange o momento dos confinamentos por conta da pandemia, foram encontradas diversas notícias sobre panelaços, em sua maioria contra o governo, mas também algumas a favor.

Ele disse ainda que a bateção de panelas contra ele, já ocorrida na noite de terça (17), parece espontânea, faz parte da democracia e aproveitou para tentar arregimentar apoiadores para outro panelaço na noite desta quarta, às 21h, mas desta vez a favor de seu governo.⁸⁸

Observou-se ainda uma série de notícias internacionais sobre manifestações, incluindo protestos antiquarentena, ações organizadas pela causa ambiental, protestos em Hong Kong pró-democracia e contra o governo chinês, além de protestos na América Latina, em países como Chile e Peru. Identificou-se

⁸⁸ Bolsonaro é alvo de panelaço pelo segundo dia seguido em todas as regiões do país. Folha de São Paulo, 18 de março de 2020. Disponível em: https://redir.folha.com.br/redir/online/emcimadahora/rss091/*https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-e-alvo-de-panelaco-em-cidades-brasileiras-pelo-segundo-dia-seguido.shtml

também o sentido de manifestação como ocupação do espaço público e da expressão de opiniões diversas, como o então prefeito de São Paulo, Bruno Covas, referiu-se à Avenida Paulista:

São Paulo é a cidade símbolo da luta pela democracia, da luta pelo impeachment. A Av. Paulista abriga qualquer tipo de manifestação —seja a do Lula Livre, seja a do passe livre, seja a do impeachment, seja a favor da volta da ditadura. Aqui é um espaço democrático. E a cultura é um pouco isso. Não dá para censurar.⁸⁹

Observou-se também a presença de matérias que reforçam a manifestação como um direito assegurado pela democracia, como afirma nota da prefeitura de São Paulo sobre repressão policial a um protesto contra o aumento das passagens.⁹⁰ Um outro tema presente foi o entendimento dos movimentos sociais como representantes de pautas da sociedade. Em declaração ao Estadão, o governador da Paraíba explicitou a importância de tornar os partidos políticos mais representativos, com a inclusão dos movimentos sociais.

Partiremos para o fortalecimento da Cidadania na Paraíba, inserindo novas lideranças, representantes dos movimentos sociais, pré-candidatos em 2020, prefeitos e vereadores, sempre com a concepção de agregar e qualificar, cada vez mais, o debate político e cidadão”, disse o governador.

Um outro exemplo identificado foi um evento nacional criado por uma organização de mulheres negras para realizar rodas de conversas sobre democracia, participação política e organização popular.⁹¹

Outras formas de participação popular na política, como, por exemplo,

⁸⁹ BERGAMO, M. 'São Paulo é a cidade símbolo da luta pela democracia', diz Bruno Covas. Folha de São Paulo, Coluna, 01 de janeiro de 2020.. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/sao-paulo-e-a-cidade-simbolo-da-luta-pela-democracia-diz-bruno-covas.shtml>

⁹⁰ G1. Segundo ato contra o aumento da tarifa do transporte tem confronto e PM lança bombas no Centro de SP, 09 de janeiro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/09/manifestantes-fazem-segundo-ato-contr-o-aumento-da-tarifa-do-transporte-publico-em-sp.ghtml>

⁹¹ G1. Ativistas de MT, GO, SP e MS participam de roda de conversa promovida pelo Instituto de Mulheres Negras em Cuiabá. 30 de janeiro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/30/ativistas-de-mt-go-sp-e-ms-participam-de-roda-de-conversa-promovida-pelo-instituto-de-mulheres-negras-em-cuiaba.ghtml>

plebiscitos, consultas públicas, participação digital, conselhos de administração e assembleias, entre outras possibilidades de reduzir o hiato entre representados e representantes nas democracias (SANTOS; AVRITZER, 2002; ARATO, 2002), também foram observadas, no entanto, indicando baixa participação. Uma pesquisa sobre participação de moradores na política em São Paulo concluiu que 91% dos cidadãos ouvidos não participam da vida pública da cidade.

A pesquisa considera como participação na vida política do município ações como: assinar petições ou abaixo-assinados; compartilhar notícias sobre o município pelas redes sociais ou aplicativos de mensagem; participar de manifestações, protestos ou passeatas de rua; se envolver em trabalhos voluntários direcionados para pessoas carentes; colaborar com uma associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro; estar presente em audiências públicas presenciais; fazer parte de algum grupo artístico ou cultural, entre outros.⁹²

Destaca-se ainda uma iniciativa do ministério da Educação de realizar uma consulta pública com os inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sobre se a prova deveria ser adiada devido à pandemia ou não. Uma matéria do *Estadão* destacou um tweet do então ministro da educação Abraham Weintraub: "Vamos manter a data? Adiar por 30 dias? Suspender até o fim da pandemia? O governo Jair Bolsonaro quer saber a opinião dos brasileiros! Democracia é isso!", escreveu.⁹³

No material analisado dos jornais argentinos também se identificou uma série de manifestações como uma expressão da democracia. Dois temas foram predominantes, a luta pela legalização do aborto, e pela preservação da memória da ditadura. A luta por pelo direito ao aborto não teria sido alcançada sem uma organização articulada de mulheres que mobilizaram a sociedade civil, organizaram protestos e vigílias, e fizeram pressão pela aprovação da lei: "*Vivas, libres y desendeudadas nos queremos*" [vivas, livres e sem dívidas, nos amamos], diz o

⁹² BORGES, B. Mais da metade dos moradores de São Paulo não participa da vida política da cidade, diz pesquisa. G1, São Paulo, 22 de janeiro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/22/mais-da-metade-dos-moradores-de-sao-paulo-nao-participa-da-vida-politica-da-cidade-diz-pesquisa.ghtml>

⁹³ TURTELLI, C. Senado aprova projeto que adia realização do Enem. *Estadão*, 19 de maio de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/educacao/senado-aprova-projeto-que-adia-realizacao-do-enem/>

slogan que convoca as mulheres a paralisar o trabalho e se mobilizar pelas ruas de Buenos Aires e de todas as cidades do país no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher.⁹⁴

Figura 4: Imagem XX: Mulheres se manifestam nas ruas de Buenos Aires pela legalização do aborto



VIRZI, S. Aborto legal: el 35% de los argentinos lo apoya en cualquier caso. Clarín, 28 de setembro de 2020.

Nos sites argentinos também foram observadas matérias sobre manifestações e campanhas digitais pela memória da ditadura, como uma mobilização pelas redes sociais organizada pelo Museu da Memória pedindo que sejam compartilhados textos e fotos com a hashtag #ConLaMemoriaDespierta para celebrar o Día Nacional da Memória, e estimular a participação da sociedade civil na manutenção da memória da ditadura argentina.⁹⁵ Em uma entrevista ao *Página 12*, Estela de Carlotto, presidente das Avós da Praça de Maio pede que todos se manifestem pela memória da ditadura colocando um pano branco na janela, devido à impossibilidade de se reunir pessoalmente na praça devido à pandemia, "para

⁹⁴ IGLESIAS, M. "La deuda es con nosotras": miles de mujeres reclamaron por el aborto legal y el fin de la violencia machista. Clarín Sociedad, 09 de março de 2020. Disponível em https://www.clarin.com/sociedad/paro-movilizacion-pedir-aborto-legal-igualdad-laboral-fin-violencia-machista_0_ZGSFh9B3.html

⁹⁵ Página 12. Una marcha virtual | Convoca el Museo de la Memoria, 20 de março de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/254039-una-marcha-virtual>

recordar, para não esquecer, para reforçar nossa democracia"⁹⁶

Além disso, observou-se uma série de outras iniciativas de participação nas matérias dos sites analisados, como uma matéria Internacional assinada sobre a criação de diversas assembleias de vizinhos realizadas em bairros do Chile para discutir política e possibilidades de ação contra o governo de Sebastián Piñera.⁹⁷

Além de iniciativas para uma maior participação organizadas pela sociedade civil, também percebe-se tentativas do próprio governo argentino para promover a participação da população na política institucional, como o “Programa de Innovadores de Gobierno”, consistindo na formação de profissionais capacitados para desempenhar funções de planejamento, condução, organização, assessoramento e coordenação em toda a Administración Pública Nacional.⁹⁸

4.5.4. Crise da democracia: populismo e desinformação

Nos últimos anos, proliferam-se trabalhos que tratam especificamente da crise das democracias contemporâneas, apesar do tema não ser novo e tangenciar grande parte da literatura sobre democracia. Embora o campo seja vasto, essa visão mais recente costuma referir-se a este tema a partir de elementos como a eleição de líderes autoritários, deterioração democrática em diversos países, aumento de partidos abertamente antidemocráticos e de políticos "iliberais", insatisfação com a democracia e sentimentos antissistema, antielite e populistas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; PRZERWORSKI, 2019; MOUNK, 2018; CASTELLS, 2018; DALY, 2019; ALBUQUERQUE).

A análise dos dois grupos de sites identificou matérias que continham alguns elementos que poderiam significar ameaças à democracia, como

⁹⁶ BULLENTINI, A. Estela de Carlotto: “No bajamos el ánimo, seguimos luchando para no olvidar” Página 12, El País, 24 de maio de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/254881-estela-de-carlotto-no-bajamos-el-animo-seguimos-luchando-par>

⁹⁷ Página 12. Las asambleas llegaron a Chile para romper con el modelo. Como en Argentina del 2001, los vecinos se reúnen a lo largo y ancho del país. Mundo, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/245318-las-asambleas-llegaron-a-chile-para-romper-con-el-modelo>

⁹⁸ Página 12. Fernández anunció la creación del Programa de Innovadores de Gobierno. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/250457-fernandez-anuncio-la-creacion-del-programa-de-innovadores-de>

populismo, corrupção, crescimento da extrema-direita no mundo e desinformação.

Na análise dos três sites brasileiros identificou-se ainda matérias, sobretudo divulgando pesquisas de opinião, que tratam do apoio ou satisfação de brasileiros com a democracia, ao passo que nos sites argentinos não foi possível identificar tal representação, como mostram os Gráficos 25 e 26. Ao mesmo tempo, um dado interessante é que a partir dos elementos, aqui tratados como possíveis ameaças à democracia foram identificadas algumas matérias que fazem referência ao Brasil, enquanto que o contrário não foi observado.

Gráfico 25: Crise da democracia em O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo/G1

Crise da democracia

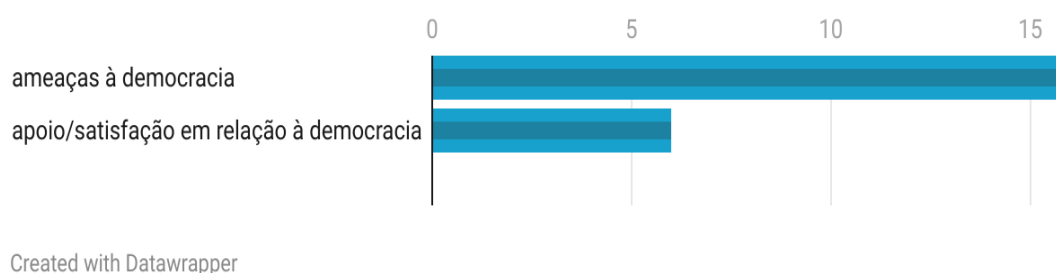
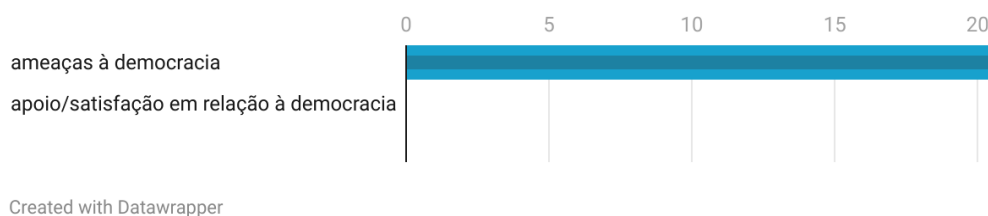


Gráfico 26: Crise da democracia em Clarín, La Nación e Página 12

Crise da democracia



Diversas matérias, principalmente sobre o presidente Bolsonaro tratam da democracia como vontade do povo. Como mostra uma matéria da *Folha de São Paulo*, o ex-presidente convocou a população para um ato popular em sua defesa, em 15 de março, para mostrar que quem dá o norte para o Brasil é a população: “É um movimento espontâneo, e o político que tem medo de movimento de rua não

serve para ser político”, afirmou.⁹⁹ É importante entender a representação de participação popular acima à luz da teoria do populismo (WERNER-MULLER, 2017). Ao discutir instrumentos de participação popular em contextos populistas, Mascarenhas (2022) argumenta que há uma intensa exploração de uma suposta participação popular, inflamada pelo descontentamento dos cidadãos com instituições representativas, utilizando-se de instrumentos de democracia direta para construir a legitimidade do líder. Nessa mesma linha de representação de democracia com ênfase “no povo”, ou vontade do povo destacam-se os dois trechos abaixo:

Existe o perigo, mas está havendo um superdimensionamento nesta questão. Nós não podemos parar a economia. E eu tenho que dar o exemplo em todos os momentos. E fui, realmente, apertei a mão de muita gente em frente ao Palácio, aqui na Presidência da República, para demonstrar que estou com o povo. O povo foi nas ruas, você tem que respeitar a vontade popular. Mesmo que o povo erre, você tem que respeitar a vontade popular. Isso é democracia.¹⁰⁰

Eu, como chefe do Executivo, o líder maior da nação brasileiro, tenho que estar lá na frente junto com o meu povo. Não se surpreende ser você me ver nos próximos dias em um metrô lotado em São Paulo, entrando em uma barça na travessia Rio-Niterói no horário de pico ou em um ônibus em Belo Horizonte. Isso longe de democracia ou populismo. É uma demonstração de que estou do lado do povo, na alegria e na tristeza, para comemorar alguma coisa ou para chorar outra.¹⁰¹

Em uma entrevista à *Folha de São Paulo*, o criminalista Alberto Toron diz ver riscos muito concretos à democracia no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro e cita, entre eles, o risco que significa armar a população: "O jornal Correio da

⁹⁹ CARAM, B; PIRES, JP LEMOS, A. Bolsonaro chama população às ruas no dia 15 e diz que ato não é contra o Congresso. *Folha de São Paulo*, Política, 07 de março de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/politico-que-tem-medo-de-rua-nao-serve-para-ser-politico-diz-bolsonaro-sobre-dia-15.shtml>

¹⁰⁰ MAZUI, G. Após cumprimentar apoiadores, Bolsonaro diz que é o responsável caso tenha se contaminado, G1, Brasília, Política. Disponível em

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/16/apos-cumprimentar-apoiadores-bolsonaro-diz-que-e-o-responsavel-caso-tenha-se-contaminado.ghtml>

¹⁰¹ PRAZERES, L et al. Após vídeo em que chama para manifestações, Bolsonaro volta a negar que incentivou protestos. *O Globo*, Política, 18 de março de 2020.

<https://oglobo.globo.com/politica/apos-video-em-que-chama-para-manifestacoes-bolsonaro-volta-negar-que-incentivou-protestos-24312764>

Manhã de 1937 traz na manchete uma frase do ditador italiano Benito Mussolini dizendo que o povo precisa estar armado para ser forte. É essa a estratégia do fascismo."¹⁰²

Dentro desse contexto de sentimento anti-elite e anti-sistema, o que leva também ao rechaço às instituições da democracia liberal, Przeworski (2019) aponta para questionamentos em relação aos processos eleitorais democráticos como um dos sinais da chamada crise da democracia, como se observa em outro trecho destacado do ex-presidente em matéria do Estadão: “Povo armado jamais será escravizado. Pode ter certeza, por ocasião das eleições, que os votos serão contados no Brasil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos”.¹⁰³

Um outro sinal que marca o momento, segundo Przeworski (2019), seria uma insatisfação com a democracia. Dados do Latinobarómetro (2021) indicam que em comparação com outros países da América Latina, o apoio à democracia no Brasil permanece historicamente menor, mas também apontam para uma leve melhora no apoio a essa forma de governo desde 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito. Foram encontradas diversas matérias que tratam do assunto.

Em uma entrevista do *Estadão* com Jason Stanley, filósofo norte-americano, autor de *Como Funciona o Fascismo – A Política do ‘Nós e Eles’*, o repórter escreveu que um estudo recente chamado *Democracias sob Tensão* mostrou que 77% das pessoas no Brasil entendem que a democracia aqui não funciona bem, e perguntou como é possível restaurar a confiança na democracia. O autor deu a seguinte resposta:

Para que a democracia seja protegida, os jornalistas devem ser capazes de fazer seu trabalho sem assédio de políticos e os sistemas públicos de educação devem ser fortes e estar disponíveis para todos, assim os cidadãos podem participar da formação das políticas pelas quais são governados. Deve haver

¹⁰² NUNES, W. Autoritarismo de Bolsonaro é legado da Lava Jato, diz criminalista Alberto Toron. Folha de São Paulo, Política, 30 de maio de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/autoritarismo-de-bolsonaro-e-legado-da-lava-jato-diz-criminalista-alberto-toron.shtml>

¹⁰³ GAYER, E. Bolsonaro promete 'contagem de votos' nas eleições e diz que militares darão vida pela liberdade. Estadão, 30 de março de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-promete-contagem-de-votos-nas-eleicoes-e-diz-que-militares-darao-vida-pela-liberdade/>

um caminho visível para reduzir a desigualdade entre os cidadãos para que o ideal de igualdade política democrática não seja visto como vazio e hipócrita.¹⁰⁴

Figura 5: Imagem que ilustra a entrevista do professor de Yale, Jason Stanley



BERALDO, P. Jason Stanley: 'Trump e Bolsonaro não são populistas'. Estadão, Internacional, 22 de junho de 2021.¹⁰⁴

Uma matéria da *Folha de São Paulo* sobre um levantamento do Datafolha a respeito da avaliação popular da democracia brasileira destacou um recuo na taxa de brasileiros que apoiam a democracia como a melhor forma de governo:

Pesquisa nacional realizada pelo Datafolha em dezembro mostra que, em comparação a outubro de 2018, a taxa de brasileiros que apoiam a democracia como a melhor forma de governo recuou sete pontos percentuais, de 69% para 62%, enquanto cresceu nove pontos percentuais a taxa de indiferentes, de 13% para 22%. A parcela de brasileiros que prefere a ditadura à democracia em certas circunstâncias ficou igual (12%).¹⁰⁵

¹⁰⁴ BERALDO, P. Jason Stanley: 'Trump e Bolsonaro não são populistas'. Estadão, Internacional, 22 de junho de 2021. Disponível em <https://www.estadao.com.br/internacional/entrevista-trump-e-bolsonaro-nao-sao-populistas/>

¹⁰⁵ BRAGON et al. No 1º ano de Bolsonaro, educação, saúde e social pioram, criminalidade recua e economia vê equilíbrio. Folha de S.Paulo, Política, 16 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/no-1o-ano-de-bolsonaro-educacao-saude-e-social-pioram-criminalidade-recua-e-economia-ve-equilibrio.shtml>

Já um outro levantamento também feito pelo Datafolha meses depois apontou para um recorde de apoio ao regime democrático desde que o item passou a ser avaliado pelo instituto, em 1989.¹⁰⁶

Quanto a outros elementos encontrados em notícias dos sites brasileiros analisados que relacionam a democracia aos elementos aqui discutidos, a coluna de Carlos Pereira no *Estadão* destaca que o enfraquecimento da democracia é possível inclusive com apoio popular e que "esse risco seria potencializado em contextos de extrema polarização, em que eleitores estariam dispostos a abrir mão de um sistema democrático para ter um país que se aproximasse de suas preferências extremas".¹⁰⁷

A corrupção e suas possíveis consequências para a democracia foram abordadas em uma entrevista do *Estadão* com Maria Cristina Pinotti, autora do livro *Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas*, em que a autora faz uma comparação entre a Operação Mãos Limpas, na Itália, e a Lava-Jato no Brasil:

Reconhecidos os efeitos nefastos da corrupção sobre a eficiência econômica e as bases da democracia, seu combate passou a fazer parte da agenda dos grandes organismos internacionais e centros de pesquisa e todo mundo. No início dos anos 1990, quando ocorreu a Mãos Limpas, não era assim, e até mesmo o grau de cooperação internacional na identificação dos crimes financeiros decorrentes da corrupção era muito baixo.¹⁰⁸

Também é observado no material diversas matérias sobre a relação entre notícias falsas, e disseminação de discursos de ódio, e democracia. A coluna de Fausto Macedo no *Estadão* destacou fala do ministro do STF Alexandre de Moraes sobre o inquérito das "fake news":

As provas colhidas e os laudos periciais apresentados nestes autos apontam para a real possibilidade de existência de uma

¹⁰⁶ G1. Datafolha: 75% apoiam democracia e 78% dizem que regime militar foi ditadura. Política, 27 de junho de 2020. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/27/datafolha-75percent-apoiam-democracia-e-78percent-dizem-que-regime-militar-foi-ditadura.ghtml>

¹⁰⁷ PEREIRA, C. Há vacina contra iliberalismos? O Brasil possui anticorpos contra antígenos iliberais tanto de esquerda como de direita. *Estadão*, Coluna, 27 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/carlos-pereira/ha-vacina-contrailiberalismos/>

¹⁰⁸ *Estadão*. Operação Mãos Limpas, a origem de um modelo contra a corrupção. Internacional, 23 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/internacional/operacao-maos-limpas-a-origem-de-um-modelo-contraa-corruptcao/>

associação criminosa, denominada nos depoimentos dos parlamentares como 'Gabinete do Ódio', dedicada a disseminação de notícias falsas, ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às Instituições, dentre elas o Supremo Tribunal Federal, com flagrante conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática", afirmou Moraes.¹⁰⁹

Uma matéria do *G1* destacou o pedido de cassação feito por deputadas de São Paulo ao deputado Douglas Garcia após vazamento de dossiê com dados pessoais de opositores. Ao *G1* a deputada Mônica Seixas afirmou que o pedido foi protocolado "porque é uma amostra muito explícita de como opera o Douglas e a sua quadrilha de desinformações a partir da máquina pública da Assembleia Legislativa usando recursos, computadores, internet, funcionários lotados no gabinete para tentar ir contra a democracia".¹¹⁰ Por fim, um outro exemplo do mesmo assunto, traz uma entrevista com a cientista Nara Pavão sobre os efeitos das notícias falsas sobre o voto:

Os partidários e antipartidários acreditam em notícia falsa porque querem acreditar e não vão ser persuadidos por notícia. As fake news são danosas porque têm outros efeitos na política, diminuem confiança na democracia, nas instituições, têm uma série de outros efeitos, mas o efeito sobre a escolha do voto não é tão dramático quanto a gente imaginou que fosse.¹¹¹

Nos sites argentinos, nota-se nas matérias categorizadas dentro do tema de crise da democracia uma ênfase em notícias sobre o Brasil. Essas matérias tratam de temas também abordados pela literatura sobre crise da democracia, como o avanço da extrema-direita, populismo e a interferência de militares e da religião na política. Durante uma entrevista ao *La Nación* sobre o perigo do autoritarismo de líderes populistas na América Latina, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso foi perguntado pelo jornalista se seria possível os militares ressurgirem

¹⁰⁹ MACEDO, Fausto. Após 'acabou, porra' de Bolsonaro, todos os presidentes dos Tribunais de Justiça avisam que 'não há espaço para retrocessos', Estadão, Coluna, 30 de maio de 2020.

<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/apos-acabou-porra-de-bolsonaro-todos-os-presidentes-dos-tribunais-de-justica-avisam-que-nao-ha-espaco-para-retrocessos/>

¹¹⁰ VIEIRA, et al. Deputadas do PSOL pedem cassação de parlamentar Douglas Garcia após vazamento de dossiê com dados pessoais de opositores |

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/04/deputadas-do-psol-pedem-cassacao-de-parlamentar-douglas-garcia-apos-vazamento-de-dossie-com-dados-pessoais-de-opositores.ghtml>

¹¹¹ FARIA, F. Efeito das fake news sobre o voto não é tão dramático quanto se pensa, diz cientista política. Folha de São Paulo, 17 de fevereiro de 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/efeito-das-fake-news-sobre-o-voto-nao-e-tao-dramatico-quanto-se-pensa-diz-cientista-politica.shtml>

como uma opção de poder na região. Detendo-se no caso brasileiro, o ex-presidente respondeu:

*Cuando los gobiernos son débiles buscan a las fuerzas armadas como último bastión para mantenerse. Ahora, es más eso lo que está aconteciendo aquí [por Brasil]. El problema es otro: con la cercanía al poder, los militares se acostumbran a tener poder y eso puede llevar a otro riesgo. Ahora las democracias no se mueren por golpes de Estado, se mueren desde adentro. Eso sí me preocupa.*¹¹²

Em uma entrevista ao jornal *Página 12* logo após ter saído da prisão na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, Luiz Inácio Lula da Silva disse que é preciso batalhar para reconquistar a democracia no Brasil, e que vislumbra combates contra a "direita fascista".

A interferência da religião na política foi tema de uma matéria publicada no *La Nación* sobre o protagonismo de setores evangélicos na política brasileira.¹¹³ Uma matéria do Clarín sobre um colóquio online de Sergio Moro organizado pelo jornal argentino *Perfil*, destacou que a agenda anticorrupção de Moro não avançou no Brasil por interferência do Executivo brasileiro e ressaltou a fala do ex-ministro de que a permanência dele no governo de Bolsonaro se tornou insustentável devido à intervenção do ex-presidente na Polícia Federal.¹¹⁴

Temas tradicionais na teoria sobre a democracia latino-americana, como a corrupção e o populismo foram observados em algumas das matérias coletadas dos sites argentinos, como na fala do ex-presidente argentino Mauricio Macri:

“Algo mucho más peligroso que el coronavirus es el populismo”, dijo desde allí, a horas de que la Argentina registrara su primer

¹¹² MON, H.A. Fernando Henrique Cardoso: “La deuda pública va a explotar, aquí, allá y en todos lados” El expresidente de Brasil advirtió sobre el peligro del giro hacia el autoritarismo de los líderes populistas de la región. *La Nación*, *El Mundo*, 27 de maio de 2020. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/sin-titulo-nid2369920/>

¹¹³ FIGUEIREDO, J. En plena crisis, los evangélicos refuerzan su protagonismo en la política brasileña. *La Nación*, 27 de junho de 2020. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/en-plena-tesis-evangelicos-refuerzan-su-protagonismo-nid2387081/>

¹¹⁴ CLARÍN. "Sempre atuei de maneira imparcial", diz Moro em palestra a jornal após "censura" em universidade argentina, Clarín em português, 10 de junho de 2020. Disponível em https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/destaque/sempre-atuei-maneira-imparcial-diz-moro-em-palestra-jornal-apos-censura-em-universidade-argentina_0_Q1vb7NsEP.html

caso de covid-19. “El populismo lleva a hipotecar el futuro. Compromete no solo el desarrollo sino el futuro básico de las comunidades. Además, ha desarrollado un sistema de decir que ellos son los que representan al pueblo”, añadió.”¹¹⁵

No entanto, vale ressaltar que nem todas as representações de populismo são negativas. Em entrevista à *Revista Ñ*, suplemento do Clarín, o psicanalista francês Eric Laurent refere-se ao populismo de Juan Domingo Perón e de Getúlio Vargas, no Brasil, da seguinte forma:

En América Latina se está jugando de otra manera la crisis de las democracias de los años treinta y cuarenta con la aparición de populismos, en el caso particular de Brasil y Argentina, con líderes que no tuvieron el efecto destructivo de los populismos en Europa. El populismo brasileño y el peronismo tuvieron un efecto de desarrollo y dejaron una marca inolvidable.¹¹⁶

Também sobre a crise da democracia e populismo, em um texto no *La Nación*, o jornalista José Claudio Escribano escreveu o seguinte trecho:

Um comentarista europeu disse que após a queda do Lehman Brothers em 2008, surgiu um fenômeno de menos confiança nos políticos, menos satisfação com a democracia, menos apoio a partidos constituídos organicamente e mais apoio a populistas recém-chegados por meio de uma opinião de voto más volátil que nunca.

4.5.5. Ruptura democrática: discurso antidemocrático e preservação da memória

No caso das notícias analisadas a partir de referências de elementos de ruptura, fica bem clara a diferença dos significados. Nos sites argentinos a predominância é de referências a ruptura democrática a partir da memória da

¹¹⁵ DÍAZ, A. Macri sigue preocupado por el "populismo" en medio de la pandemia. *Página12*, El País, 24 de abril de 2020. Disponível em

<https://www.pagina12.com.ar/261658-macri-sigue-preocupado-por-el-populismo-en-medio-de-la-pande>

¹¹⁶ VARELA, A. Eric Laurent: La política en el cuerpo y la psiquis. *Clarín*, *Revista Ñ*, 01 de janeiro de 2020. Disponível em

https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/eric-laurent-politica-cuerpo-psiquis_0_6jcUXW9l.html

ditadura, e de casos internacionais, como Venezuela e Hungria. Nos sites brasileiros, nota-se a ênfase dada pela imprensa às manifestações e discursos antidemocráticos, pedindo fechamento do Congresso, a volta do Ato Institucional n5 e intervenção militar, como mostram os gráficos 27 e 28.

Gráfico 27: Ruptura democrática em Folha de S.Paulo, Estadão e Página 12

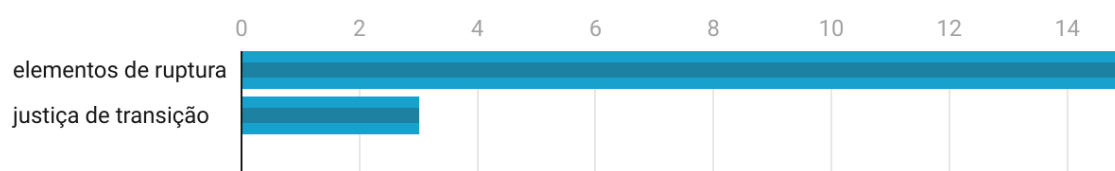
Ruptura democrática



Created with Datawrapper

Gráfico 28: Ruptura democrática em Clarín, La Nación e Página 12

Ruptura democrática



Created with Datawrapper

No Brasil, o golpe de 1964 marcou a deposição do presidente brasileiro João Goulart, iniciando a ditadura militar brasileira. A ditadura durou 21 anos, teve 5 mandatos militares e instituiu 16 atos institucionais, se sobrepondo à Constituição Federal, e institucionalizando a repressão. Para Napolitano, o regime militar montou uma máquina repressiva baseada na vigilância, censura e repressão. “No final dos anos 1960, este tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado em uma ampla legislação repressiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e Complementares, Constituição de 1967 para o combate à subversão (Napolitano, 2018).

Nas notícias analisadas dos sites brasileiros, chama a atenção a quantidade de matérias defendendo do golpe de 1964, principalmente por parte do ex-presidente, do ex-vice presidente e de outros do governo. O aniversário do golpe de 1964, todos os anos celebrados por alguns e lembrado por outros, rendeu algumas matérias, entre elas, uma da *Folha de São Paulo* que destaca a declaração do presidente Jair Bolsonaro referindo-se ao golpe como um “grande dia da liberdade”. No entanto, na sequência, o repórter escreveu que “a deposição do presidente João Goulart, naquele ano, foi o início de uma ditadura de 21 anos que cassou direitos políticos, exterminou adversários e censurou a imprensa e a cultura”.¹¹⁷

Uma matéria do *Estadão*, por exemplo destaca uma ordem do ministério da Defesa celebrando o dia 31 de março, aniversário do golpe de 1964, dizendo que sociedade brasileira “conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político” nos anos que se seguiram ao dia 31 de março de 1964.

O Ministério da Defesa publicou nesta quarta-feira, 30, uma ordem do dia celebrando o golpe de Estado de 31 de março de 1964, que culminou na ditadura militar, em que qualifica a ação como um “movimento” e um “marco histórico da evolução política brasileira”. O documento também diz que o golpe agiu para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”, ainda que não haja nenhuma evidência histórica para tal afirmação.¹¹⁸

Em uma matéria da *Folha de São Paulo* lembrando frases polêmicas de Paulo Guedes destaca-se a seguinte frase: “Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez?”¹¹⁹

Desse modo, a democracia aqui é representada como a defesa de

¹¹⁷SABINO, M. Bolsonaro diz que golpe militar de 1964 foi ‘grande dia da liberdade’. *Estadão*, 01 de abril de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-se-refere-ao-aniversario-do-golpe-militar-de-1964-como-grande-dia-da-liberdade/>

¹¹⁸ TELES, L; QUEIROZ, G. De saída do Ministério da Defesa, Braga Netto volta a celebrar ditadura militar. *Estadão*, 30 de março de 2022. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/de-saida-do-ministerio-da-defesa-braga-netto-faz-nova-defesa-da-ditadura-militar/>

¹¹⁹ LEMOS, A. 'Ela é feita mesmo': relembre discursos de Guedes que geraram reação. *Folha de São Paulo*, 13 de maio de 2020. Disponível em https://redir.folha.com.br/redir/online/emcimahora/rss091/*https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/da-domestica-na-disney-ao-ai-5-relembre-discursos-de-guedes-que-geraram-reacao.shtml

medidas contrárias à democracia, como a notícia abaixo, de que o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes defendeu a quebra de sigilo telefônico e bancários de pessoas que tenham participado da promoção de manifestações com a defesa de medidas contrárias à democracia, como a ocorrida no último domingo em Brasília, dia 20.¹²⁰

No entanto, também identificamos diversas matérias críticas à ditadura, com algumas destacando a possibilidade de o país vir a passar por nova ruptura democrática. Uma matéria da *Folha de São Paulo* mostra preocupação com as constantes notas do ministério da Defesa reforçando seu compromisso com a Constituição. Um historiador declarou que a divulgação das notas já aponta para uma deterioração do ambiente político do país, o que pode indicar a volta a uma época em que os militares eram "garantidores da democracia".¹²¹

Também há notícias atribuindo à ditadura brasileira consequências sociais, como ao aumento da pobreza e da violência: “A longo prazo, este, que é o principal marco do recrudescimento da repressão após o golpe de 1964, contribuiu para problemas do país que se estendem até os dias de hoje, como atraso científico, corrupção e o crescimento das favelas,”¹²² disse um historiador em *live* organizada pela *Folha de São Paulo*. Nas matérias também observamos a ideia de que defender a ditadura militar é um crime, como em declaração da Associação dos Advogados de São Paulo, para a qual, quem defende o retorno do período da ditadura militar está insurgindo contra o Estado de democrático de Direito.¹²³ Uma outra representação do tema foi a comparação, feita pelo *Financial Times* entre o Brasil e a Alemanha de Weimar. O jornal cita a carta do ministro do Supremo Tribunal

¹²⁰ Gilmar Mendes defende quebra de sigilo de manifestantes que promoveram ato contra democracia em Brasília. O Globo, 20 de abril de 2020. <https://oglobo.globo.com/politica/gilmar-defende-quebra-de-sigilo-de-manifestantes-que-promoveram-ato-contra-democracia-em-brasilia-24385090>

¹²¹ BACHTOLD, F. Necessidade de militares defenderem a Constituição sob Bolsonaro preocupa, dizem analistas. Folha de São Paulo, 11 de maio de 2020. Disponível em https://redir.folha.com.br/redir/online/poder/rss091/*https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/necessidade-de-militares-defenderem-a-constituicao-sob-bolsonaro-preocupa-dizem-analistas.shtml

¹²² FIORATTI, G. Live sobre AI5 dá continuidade à série da Folha sobre ditadura. Folha de São Paulo, 30 de junho de 2020 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/live-sobre-ai-5-da-continuidade-a-serie-da-folha-sobre-ditadura.shtml>

¹²³ FERREIRA, F. Atos pró-golpe podem configurar crime ou liberdade de expressão, dizem especialistas. Folha, Poder, 13 de maio de 2020. Disponível em https://redir.folha.com.br/redir/online/poder/rss091/*https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/atos-pro-golpe-podem-configurar-crime-ou-liberdade-de-expressao-dizem-especialistas.shtml

Federal Celso de Mello: "Ele argumentou aos colegas que o Brasil é cada vez mais como a Alemanha durante a República de Weimar, com apoiadores do Bolsonaro determinados a destruir a democracia e implementar uma 'ditadura abjeta'"¹²⁴.

Já nos sites argentinos, percebe-se dois elementos principais ligados ao tema, matérias relembando histórias do período da ditadura e notícias ligadas ao princípio da justiça de transição, que incluem preservação da memória, prisão dos culpados e reparação às vítimas. Para Machado (2011), o alvo da Justiça de Transição é direcionar a sociedade a um tempo de paz, em que a violência seja superada, pondo fim ao ciclo de violações aos direitos humanos perpetradas pelo Estado (MACHADO, 2011).

Quanto ao tema da responsabilização e punição dos culpados uma matéria do Página 12 revelou que um torturador que havia sido condenado por crimes de lesa-pátria estava prestes a voltar a exercer à medicina, mas diante da pressão de organismos de direitos humanos, a permissão foi suspensa.¹²⁵

Uma outra matéria mostra a indignação da presidente das Mães da Praça de Maio com a declaração de Fernández de que era hora de virar a página:

*La referente de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora Nora Cortiñas respondió con enojo a las declaraciones del presidente Alberto Fernández, que el sábado pasado dijo que había que "dar vuelta la página" respecto de la última dictadura militar, al relacionar a los delitos de lesa humanidad con "la conducta de algunos".*¹²⁶

A repercussão negativa da declaração de Fernández fez com que ele se retratasse, como destacou o *La Nación*:

¹²⁴ 'Financial Times' diz que Bolsonaro desperta medo pela democracia brasileira. G1, 07 de junho de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/financial-times-diz-que-bolsonaro-desperta-medo-pela-democracia-brasileira.ghtml>

¹²⁵ BULLETTINI, A. El represor que estuvo a punto de volver a ejercer la medicina. <https://www.pagina12.com.ar/266671-el-represor-que-estuvo-a-punto-de-volver-a-ejercer-la-medici>. Página 12, 19 de maio de 2020.

¹²⁶ Nora Cortiñas criticó a Alberto Fernández por su dichos sobre los militares: "Es un negacionista". Clarín, 24 de fevereiro de 2020. Disponível em http://www.clarin.com/politica/nora-cortinas-critico-alberto-fernandez-dichos-militares-negacionista-0_7BPlxkP2.html

*He visto que mis palabras han herido la sensibilidad de las víctimas. Nunca quise causar en ellas el más mínimo dolor. Saben que en mí solo cuentan con alguien que siempre las va a acompañar en la búsqueda de la verdad y en la imposición de justicia sobre los culpables", señaló el primer mandatario.*¹²⁷

Em seu trabalho sobre a importância da memória, Sarlo (2007) argumenta que para além de contribuir para a base probatória dos julgamentos e condenações às vítimas do Estado na Argentina, o testemunho se transformou em um relato de grande penetração, que não se restringiu ao âmbito do judiciário, e se disseminou para outras instâncias da sociedade.

Essa tentativa de preservar a memória, é enxergada nas notícias por meio de matérias que tentam resgatar a história dos perseguidos, como a história de Dardo Molina, vice-governador da província de Tucumán, que fazia parte da resistência peronista e foi assassinado pelo regime. O filho de Molina disse ao

Página 12:

Siempre la acompañé, golpeamos muchas puertas, de iglesias, comisarias, presentamos un habeas corpus, pero no hubo ningún resultado" indicó y lamentó "mi madre murió de pena en julio del 83, cuando ya no había esperanzas de que mi padre apareciera, no pudo ver la vuelta de la democracia.

¹²⁷ Dictadura: Alberto Fernández pediu desculpas por haber hablado de "dar vuelta la página". La Nación, Política, 24 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/politica/dictadura-alberto-fernandez-se-disculpo-haber-hablado-nid2336819/>

Figura 6: Matéria do Página 12 sobre a memória da ditadura na Argentina



Fonte: Página 12: Mi madre murió de pena en 1983". Página 12, 13 de março de 2020

Sobre a defesa da ditadura militar na Argentina, a única referência encontrada foi a demissão do diretor do Instituto Técnico de Tucumán por ter exaltado o regime militar em um grupo de Whatsapp com outros diretores da universidade.¹²⁸

Também se observa diferentes notícias da editoria internacional referindo-se à falta de democracia nesses lugares, como em nota emitida por deputados da oposição à Fernández, exigindo que o governo argentino se posicione contra Maduro, como se observa na fala da ex-ministra da oposição Patricia Bullrich, líder do partido do partido Proposta Republicana (PRO), declarando que o regime de Maduro aprofunda a ditadura: *El gobierno argentino debe dejar de apoyar*

¹²⁸ REARTE, R. Echan al director del Instituto Técnico de Tucumán por defender la ditadura. Página12, El País, 31 de março de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/256419-echan-al-director-del-instituto-tecnico-de-tucuman-por-defen>

regímenes que no respetan las reglas de la democracia y asaltan el parlamento”.

A democracia no Brasil foi mencionada em matéria do Página 12. O repórter criticou a frase de Bolsonaro na TV dizendo que o país pode sair da normalidade democrática se a crise causada pelo coronavírus desembocar em um "caos,"¹²⁹ e adicionou que o então presidente costuma evocar as ditaduras brasileira e chilena, e ao longo de seus primeiros quinze meses de governo se dedicou a erodir o que restava da democracia.

¹²⁹ PIGNOTTI, D. Coronavirus: Bolsonaro dice que Brasil puede "salir de la normalidad democrática", El País, 26 de março de 2020. Disponível em <https://www.pagina12.com.ar/255223-coronavirus-bolsonaro-dice-que-brasil-puede-salir-de-la-norm>

5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as representações, significados e referências a democracia em um espectro relevante de jornais de Brasil e Argentina levando em conta uma perspectiva cultural da comunicação. Na primeira parte deste trabalho foi realizada a revisão de uma literatura para dar sustentação à análise de notícias. Refletiu-se sobre as possibilidades oferecidas pela perspectiva comparada da comunicação política, entendida neste trabalho como as mensagens do jornalismo. Discutiu-se ainda uma literatura sobre a abordagem da comunicação e do jornalismo a partir de sua relação com a cultura, além de uma literatura sobre os estudos culturais latino-americanos. Também foram revisados trabalhos que buscam uma epistemologia própria para a abordagem da comunicação política latino-americana. Foram levantados ainda dados sobre democracia na região, e foi realizada uma revisão de literatura da teoria da democracia, incluindo seus principais temas e modelos, bem como as teorias que olham, especificamente, para a democracia na América Latina. Esse levantamento teórico contribuiu não apenas na construção dos temas de análise, mas também para a base teórica de análise das notícias e discussão dos resultados. Por meio de uma metodologia qualitativa, interpretativa e coletiva, analisou-se um total de 415 matérias de diversas editorias, 224 matérias dos sites de *Folha de São Paulo*, *Estadão* e *O Globo/G1*, e 191 matérias de *Clarín*, *La Nación* e *Página 12*.

A primeira questão desta pesquisa (Q1) teve como objetivo entender quais são as principais representações e significados de democracia compartilhados no jornalismo brasileiro e argentino, bem como os temas que ganham mais visibilidade em cada um dos dois países. Analisando cada país separadamente, nos sites brasileiros os temas que mais se sobressaíram, nessa ordem, foram instituições, participação, direitos e liberdades, e crise da democracia. Já nos sites argentinos, os temas que mais se destacaram foram, igualmente, as instituições, mas seguido do tema de direitos e liberdades, crise da democracia, eleições e ruptura democrática.

Somando-se os temas dos dois países, na análise do material coletado percebeu-se que cinco temas se sobressaíram nas representações: a democracia

entendida a partir das instituições democráticas, a democracia como a busca por direitos e liberdades, como participação popular, a democracia percebida por sinais da chamada "crise da democracia" - a partir de elementos que tensionam muitas democracias contemporâneas -, e as representações de democracia com referência a rupturas democráticas. Os dois últimos temas foram pensados, especificamente, para o contexto latino-americano. Por se tratar de dois países presidencialistas, uma das suposições iniciais, mesmo com a escolha do recorte temporal do estudo de modo a não contemplar períodos de campanha eleitoral para presidente, era a de que predominaria a ideia minimalista de democracia, com foco em eleições. No entanto, não foi o que se verificou, apesar do tema também ter sido representado a partir, principalmente, da discussão sobre se um procedimento tão fundamental da democracia deveria ser adiado por conta da epidemia de COVID-19 ou se deveria ser realizado independentemente de qualquer circunstância adversa.

Esta pesquisa mostra que em termos de representações no jornalismo, há muitas semelhanças entre os dois países e algumas diferenças. No geral, o tema é discutido de forma ampla, abordando o vasto espectro de possíveis significados para a democracia. Chama atenção, por exemplo, nos dois casos, a ampla gama de significados de democracia relativos à cidadania, como a democracia como uma questão de direitos, de participação, e de inclusão. A democracia entendida como a garantia de direitos e liberdades, ganhou evidência nas matérias analisadas. Nas notícias dos sites brasileiros, percebe-se uma ênfase maior na liberdade do que em direitos, sobretudo representações que tratam a liberdade como o valor essencial e absoluto, fim maior a ser atingido, no entanto, sem um significado bem definido. Nota-se ainda nas notícias dos sites brasileiros a ênfase dada à liberdade de expressão e à ideia de que essa garantia da democracia não pode ser negociada, independentemente, do motivo. São presentes também referências a democracia relacionadas à discussão sobre os limites entre liberdade de expressão e discurso de ódio. As representações incluem ainda, em todo o material estudado, pautas variadas por mais direitos, que vão de direitos-humanos a direitos das mulheres, passando por defesa do direito à opinião e à privacidade.

A busca pelos direitos da mulher, bem como um movimento da sociedade civil ativo para reivindicá-los ficou claro nas notícias dos jornais argentinos.

Importante notar que o recorte temporal deste estudo capta o momento em que se discutia a lei do aborto no país, uma lei acompanhada de forte mobilização de mulheres, que ficou conhecida como a "maré verde". Nota-se, portanto diversas matérias sobre direitos da mulher como uma questão da democracia, uma "dívida da democracia", termo, inclusive, bastante citado nas matérias do *Clarín*, *La Nación* e *Página 12* com referência a diferentes significados de democracia.

O entendimento da democracia associado a participação popular foi observado, nas notícias dos dois países, principalmente, como a realização de manifestações e protestos. Nas notícias dos sites brasileiros percebeu-se, por exemplo, dezenas de matérias sobre manifestações contra e a favor do governo, e com reivindicação de direitos. Observou-se ainda uma série de notícias internacionais sobre manifestações, incluindo protestos contra a quarentena, a favor da democracia, além de protestos por direitos em diversos países da América Latina.

A análise das matérias dos dois grupos de sites identificou também possíveis riscos que elementos como populismo, corrupção, crescimento da extrema-direita no mundo, desinformação e comunicação digital podem significar para a democracia. Alguns temas se sobressaíram devido ao momento específico de cada sociedade durante o recorte de tempo, como a tensão entre direitos individuais e coletivos no contexto da pandemia. Isso mostra a influência e a importância do contexto para os estudos de representação.

Em relação à questão 2 (Q2), sobre se é possível, e de que forma, perceber por meio da comparação de notícias dos dois países que o Brasil enfrenta um maior tensionamento da democracia, tal tensão é claramente percebida nas notícias dos sites brasileiros, bem como em notícias sobre o Brasil publicadas em sites argentinos. Hostilidade em relação a instituições é o que mais se destaca, sobretudo, no que diz respeito à separação de poderes e à imprensa. Essa maior tensão em relação a democracia também é percebida devido ao fato de que grande parte dos significados de democracia presentes nas notícias brasileiras não são gerados a partir do que é democracia, e sim do que ela não é. Sobretudo nas notícias dos jornais brasileiros, predominam representações voltadas para tensões no campo institucional e agressões físicas a jornalistas. Também nota-se ampla cobertura de

atos e discursos antidemocráticos. É preciso destacar a quantidade de matérias enfatizando, especificamente, as referências de democracia nos discursos do então presidente brasileiro Jair Bolsonaro, amplamente cobertos pela imprensa. Observa-se ainda uma visão de democracia que se articula claramente com a literatura de populismo, com representações ligadas ao conceito de soberania popular, no sentido de que a direção do Brasil está nas mãos de povo, e que uma democracia se sustenta apenas pela vontade da maioria e pelo apoio popular. Também identificou-se nos três sites brasileiros a presença de muitas matérias destacando pesquisas de opinião que tratam do apoio ou satisfação de brasileiros para com a democracia, geralmente indicando falta de apoio e insatisfação, ao passo que nos sites argentinos não foi possível, sequer, identificar matérias que tratam desse tipo de pesquisa.

Uma diferença clara nas representações de democracia diz respeito a discursos anti-democráticos. Nas notícias sobre o Brasil há inúmeras referências a pedidos de ruptura institucional, como intervenção militar e fechamento do Congresso. Não se observou nenhuma cobertura da imprensa argentina sobre atos semelhantes no país. A única matéria relacionada foi a de um diretor universitário que publicou em um grupo de mensagem com colegas da universidade falas enaltecendo a ditadura, e foi demitido. Nas representações de democracia nos jornais argentinos também se nota preocupação com a manutenção da memória da ditadura, organização da sociedade civil ao redor do tema, com grande ênfase para o movimento das mães e avós da Praça de Maio como exemplo de atuação pelos direitos humanos. Ao mesmo tempo, as matérias dos sites argentinos que tratam do tema da crise da democracia fazem referência ao Brasil, enquanto que o contrário não se verificou.

Quanto à questão 3 (Q3), que tenta analisar de que modo as diferenças na forma como os dois países lidaram com seus passados autoritários – sendo que ambos enfrentaram ditaduras civil-militares e aberturas democráticas em períodos próximos, ao passo que a Argentina passou por um processo de justiça de transição e o Brasil não – pode se manifestar na comunicação política, seria necessário fazer uma pesquisa profunda sobre cultura política, tema que não foi diretamente abordado nesta tese. Acredita-se que a realização ou não de um processo de justiça de transição está intimamente ligado à cultura política de cada país. Dessa forma, é

possível inferir, embora, certamente, um estudo mais direcionado seja necessário, que a cultura política que levou a sociedade argentina a um processo amplo de justiça de transição também se reflete na comunicação política desse país, aqui, entendida como o jornalismo. Em se tratando de referências a elementos de ruptura democrática, fica bem clara a diferença dos significados. Nos sites brasileiros, nota-se a recorrência de discursos antidemocráticos, pedindo o fechamento do Congresso, intervenção militar e a volta do AI5. Nos sites argentinos predominam as referências à ruptura democrática a partir da memória da ditadura. No jornalismo argentino percebe-se pouca tolerância a discursos antidemocráticos. E nota-se também que discursos antidemocráticos não são bem-aceitos ou naturalizados. Processos de justiça de transição em geral têm como pilares memória, verdade e reparação a vítimas. O tema da memória é bem perceptível nas notícias analisadas dos sites argentinos, como matérias sobre as reflexões e eventos que ocorreram em 24 de março, dia em que houve o golpe de estado na Argentina, no ano de 1976. Observou-se nos jornais uma série de atos pela preservação da memória e de matérias contando a história de perseguidos pelo regime. Ao mesmo tempo, nas notícias brasileiras, o dia 31 de março, que marca o aniversário do golpe de 1964 no Brasil, foram muitas as matérias com declarações de agentes públicos, sobretudo das Forças Armadas, celebrando o golpe, atitude que não transparece nas notícias argentinas, independentemente do espectro político do agente em questão e nem mesmo em falas de representantes das Forças Armadas. Embora em menor quantidade, notícias que tratam de reparações a vítimas do regime militar argentino também foram observadas.

A questão das representações sobre o papel das Forças Armadas em ambos os países passa tanto pela questão 3, como pela questão 4, a seguir. Apesar de mudanças nas Forças Armadas não serem exatamente um dos pilares do conceito específico de justiça de transição, processos amplos de transição democrática contemplam essas mudanças. A Argentina passou por uma reforma profunda nas Forças Armadas a partir de medidas como a retirada de oficiais da ativa do gabinete governamental, a separação da Polícia Militar do controle das Forças Armadas, e o julgamento de militares por tribunais civis. Todos esses fatores podem ter

influenciado nas representações de democracia em relação às Forças Armadas, um tema que teve bastante destaque neste estudo.

Especificamente sobre a questão 4 (Q4), que trata das relações que se pode fazer entre o material analisado e a teoria democrática voltada para a América Latina, nota-se que fica evidente a problemática da consolidação e maturidade institucionais, apontada por autores tal qual O'Donnell (1991), como um requisito fundamental para o desenvolvimento democrático de um país. É possível notar, a partir das notícias, que em ambos os países continua havendo áreas sensíveis que podem ser entendidas a partir da discussão da consolidação institucional. É dentro do espectro das instituições que ganha relevância matérias que se referem a democracia a partir da discussão sobre o papel das forças de segurança em uma democracia, bem como a tensões quanto a sua atuação na política, um tema relevante no contexto latino-americano e de democracias em transição, em geral. Nesse contexto, nas notícias dos sites brasileiros é percebida uma preocupação com a politização da Polícia, entendida em todas as matérias sobre o tema, como uma ameaça à democracia. Em relação ao conteúdo argentino, percebe-se apreensão em relação a espionagem praticada dentro das forças de segurança de maneira não institucional, e também com a violência e abusos de poder por parte da polícia, muitas vezes representados nas matérias, como terrorismo de estado ou violência institucionalizada. Por outro lado, a análise também indica que as representações de democracia em relação às Forças Armadas na Argentina ganham um significado diferente, com diversas referências de que as Forças Armadas hoje em dia atuam dentro da legalidade, da Constituição e possuem uma cultura democrática já bem estabelecida. Dentro do tema das instituições também é presente nas notícias de ambos países, sobretudo nas do Brasil, uma tensão entre os Três Poderes. Desse modo nota-se nas representações conflitos quanto ao papel de cada um dos Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Por outro lado, a ampla gama de representações voltadas para a cidadania, direitos e participação podem ser entendidas como um sinal do entendimento de que esses elementos fazem parte do aprofundamento democrático da região, embora também haja uma corrente de pensamento que acredita que mais participação não significa, necessariamente, mais democracia. No entanto, pensando no contexto latino-americano o tema da

participação política precisa ser considerado, uma vez que houve uma aposta em iniciativas de participação na região como uma forma de diminuir o déficit democrático entre representantes e representados.

É preciso fazer algumas relativizações. Para um estudo mais completo sobre a construção de significados na sociedade seria necessário também considerar análises de recepção, que identifiquem os significados por parte do público. Entendemos que a construção social da realidade não se dá exclusivamente no âmbito da produção jornalística, mas também pela interpretação dos leitores, associadas a suas próprias visões de mundo. É preciso pontuar ainda algumas dificuldades enfrentadas no processo, como o uso indiscriminado da palavra democracia, muitas vezes sem significado. Uma limitação percebida diz respeito à própria análise comparada. Estamos cientes de que esse tipo de análise acaba tornando a pesquisa menos profunda, no entanto, a vantagem é de desnaturalizar questões.

Apontando para outros resultados, nota-se que alguns temas relativos a democracia se sobressaíram devido ao momento específico de cada sociedade durante o recorte de tempo, como os limites dos direitos e liberdades individuais frente aos coletivos, e a utilização de decretos especiais para conter o vírus.

Isso mostra a importância do contexto para os estudos de representação. Este estudo também aponta para a relevância do jornalismo na defesa da democracia, sobretudo, quando a democracia está sob ataque, uma vez que o jornalismo parece ser solicitado em momentos de crise e suas representações mostram claramente o contexto democrático. A comparação em pesquisas como essa é interessante na medida em que desnaturaliza algumas perspectivas. Além disso, com exceção do jornal *Página 12*, que traz textos mais opinativos, bem como algumas colunas de todos os jornais, que também expressam a opinião de seus jornalistas, na grande maioria das notícias o tema é tratado, sobretudo nas editoriais de política, a partir da fala de políticos e autoridades, com grande destaque para as falas dos presidentes dos dois países, e, em menor grau, a partir de depoimentos de professores, especialistas, historiadores e outros representantes da sociedade.

Quanto a outras pesquisas que podem se originar desse estudo, a metodologia aqui desenvolvida e testada pode ser adaptada e aplicada a diversos

tipos de conteúdo, não só de jornalismo, mas de mídias em geral, uma vez que o público cada vez mais ocupa um lugar antes destinado apenas ao jornalismo profissional. A partir dessa metodologia, pode-se, por exemplo, identificar discursos democráticos ou antidemocráticos em uma infinidade de espaços, seguindo uma linha semelhante à de autores que voltam seus esforços para o tema da crise da democracia, ou da deterioração democrática. A revisão da literatura realizada aqui sobre a teoria da democracia também pode ajudar a embasar outros estudos sobre o tema. Com essa mesma metodologia também é possível realizar uma infinidade de outros estudos de representação no sistema híbrido de mídias. Uma outra pesquisa interessante que pode ser realizada a partir de dados coletados e não utilizados diz respeito aos editoriais, para uma posição mais institucional do jornal, ou textos de opinião, para se avaliar uma visão do público. Uma outra possibilidade seria a aplicação dessa metodologia qualitativa e interpretativa para se estudar a comunicação política para além do jornalismo, como filmes e séries, em uma tentativa de se estudar outros tipos de produção cultural.

6. Referências Bibliográficas:

ABRÃO, P; GENRO. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia**. Fórum, Belo Horizonte, v. 1, 2012.

ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: AAVV. **Juicio, castigos y memorias: derechos humanos y justicia en la política Argentina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, p. 19-99.

AGOSTONI, C. Médicos, enfermeras y pacientes: entre las contradicciones, la incertidumbre y las carencias en tiempo de covid-19 en México. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2021, v. 28, n. 3 <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000006>

ALBAEK et al. **Political journalism in comparative perspective**. Cambridge University Press. 2014.

ALBUQUERQUE, A. The two sources of the illiberal turn in Brazil. **Brown Journal of World Affairs**, volume xxvii, issue ii, Spring/Summer 2021.

ALBUQUERQUE, A; Holzbach, AD. Comunicação e Cidadania Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo, **Comunicação e Cidadania**, v. 5 n. 14. 2008.

ALCANTARA, P. Democracia e soberania popular: a teoria da participação e a crítica à abordagem elitista Ano XIV, **NAMID/UFPB**, n. 1. Janeiro/2018.

ALEMAN, S. **El tratamiento periodístico que recibió el referéndum revocatorio en Bolivia**: una comparación entre Clarín, La Nación y Página /12. Tesis Facultad de periodismo y comunicación social. Universidad de de la Plata, 2010.

ALENCASTRO, M. Mais do que nunca, o espelho do PT é o peronismo. Folha de São Paulo, Colunas e Blogs, 11 de novembro de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2019/11/mais-do-que-nunca-o-espelho-do-pt-e-o-peronismo.shtml>

AMADO, Adriana et al. ¿Qué periodismo se hace en Argentina?: perspectivas locales y globales. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **Konrad Adenauer Stiftung**, 2018.

ANTUNES DE MORAES, K. H. Cobertura jornalística e mobilização das emoções: as mortes de Luis Alberto Spinetta e Gustavo Cerati nas páginas de Clarín e Página/12. **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, 5(5), 2019. <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1573>

ARATO, A. Representação, soberania popular, e accountability. **Lua Nova**, v. n. 55/56, 2002.

ARGENTINA. **Lei Nº 26.522**, de 10 de outubro de 2009. Dispõe sobre a regulação de mídias na Argentina. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>, acessado em 20 de dezembro de 2022.

ARROYAVE, J.; BARRIOS, M. Journalists in Colombia. In: Weaver D and Willnat L (eds) **The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World**. New York: Routledge, pp. 400–413, 2012

AVRITZER, L. A Cara da democracia no Brasil e na Argentina. **Instituto da democracia**, 2019. Disponível em <https://www.institutodademocracia.org/single-post/2019/04/23/a-cara-da-democracia-no-brasil-e-na-argentina>

_____. Democracia na América Latina: da inovação institucional ao velho problema do equilíbrio entre os poderes. **Revista USP**, São Paulo, n. 109, 2016.

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, n. 3, pp. 443-64, 2007

_____. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore, Johns Hopkins. University Press, 2009.

_____. **Democracy and the Public Sphere in Latin America**, Princeton University Press, 2002.

AZEVEDO, F. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 270–290, 2018.

_____. A grande imprensa brasileira: Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014). **Universidade Federal de São Carlos**, 2016.

BALDEZ, C. Para onde vai a democracia brasileira depois do impeachment? **Conexão UFRJ**, 31 de outubro de 2016. Disponível em [Para onde vai a democracia brasileira depois do impeachment? – Conexão UFRJ](#)

BARBER, B. R. **Strong democracy: participatory politics for a new age.** Berkeley: University of California Press, 1984

BARBERO, J.M. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BARREDO-IBÁÑEZ, D. et al. La interactividad en el periodismo digital latinoamericano. Un análisis de los principales cibermedios de Colombia, México y Ecuador. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 72, 2017, pp. 273-294, 2016.

BARNHURST, K.G. **The New "Media Affect" and the Crisis of Representation for Political Communication.** *International Journal of Press/Politics*, 16(4), pp. 573-593, 2011.

BARRÍA, C. Inflação: compare em gráficos a alta de preços no Brasil e em 5 países da América Latina. **BBC News Mundo**, 18 de setembro de 2022. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2022/09/18/inflacao-compare-em-graficos-a-alta-de-precos-no-brasil-e-em-5-paises-da-america-latina.htm?cmpid=copiaecola>

BARRUCHO, L. 'Os próprios policiais buscavam orientar os manifestantes', diz bolsonarista que participou de invasão em Brasília. **UOL**, Política, 17 de janeiro de 2023. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2023/01/17/os-proprios-policiais-buscavam-orientar-os-manifestantes-diz-bolsonarista-que-participou-de-invasao-em-brasilia.htm?cmpid=copiaecola>

BAVARESCO, M. **Que jornalismo para que democracia? Uma análise introdutória de concepções expressas por organizações empresariais e por pesquisadores.** Trabalho apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, Novembro de 2018

BBC Mundo. Protestas en Ecuador: 3 claves para entender las manifestaciones de grupos indígenas y el estado de excepción decretado por el Gobierno, 26 de maio de 2020. Disponível em [Coronavirus en Ecuador: las multitudinarias protestas por las drásticas medidas económicas y recortes de Lenín Moreno - BBC News Mundo](#)

BELÉM, E. Livro revela que relação de amor e ódio do Clarín com peronismo antecede briga com os Kirchners. **Jornal Opção**, 27/04 de 2019. Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/livro-revela-que-relacao-de-amor-e-odio-do-clarin-com-peronismo-antecede-briga-com-os-kirchners-180888/>

BENNET, L; PFETSCH, B. Rethinking political communication in a time of disrupted public spheres. **Journal of Communication** 68(2): 243–253, 2018.

BENNETT, L. Social Movements beyond Borders: Organization, Communication, and Political Capacity. In: Della Porta, D.; TARROW, S. **Two eras of transnational activism**, Rowman & Littlefield Publishers, Kindle Edition, 2005.

BENTHAM, J. Of Publicity. Chap 2 of Essay on Political Tactics. In **The Works of Jeremy Bentham**. Edinburgh: William Tait, 1839.

BERGER, P., LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2013.

BIROLI, F. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia historia**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.269-291, jan/jun 2009.

BLUMLER, J.; COLEMAN, S. Democracy and the media – Revisited. *Javnost, The Public*, 22(2), pp.111–128, 2015.

_____.; GUREVITCH, M. *The Crisis of Public Communication*. Abington, Routledge, 1995.

BLUMLER, J et al. Comparatively Speaking: Communication and Culture Across Space and Time. *Sage Annual Reviews of Communication Research*, v.19, 1992.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Paz e Terra, 9a edição.

BRANTS, K; VOLTMER, K. **Political Communication in Postmodern Democracy: Challenging the Primacy of Politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

BRAUN, V., CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 2006

BROWN, W. “We are all democrats now...”, in Agamben. G. et al., **Democracy in what State**, Nova York, Columbia University Press, 2012.

_____. **In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Anti-Democratic Politics in the West**. Columbia University Press, 2018.

BROWNE, R; SILVA, V; BAESSOLO, V. Periodismo intercultural: Representación peruana y boliviana en la prensa chilena *Comunicar*, nº 35, v. XVIII, 2010, **Revista Científica de Educomunicación**, p. 85-93, 2010.

BRYSK, A. 1994. **The politics of human rights in Argentina**. Stanford. Stanford University Press.

CALHOUN, Graig (editor). **Habermas and the Public Sphere**. Massachusetts Institute of Technology, 1992.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Segunda edição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

CAPONE, L; Ituassu, A; PECORARO, C; MANNHEIMER, V; LIFSCHITZ, S. O Marco Civil da Internet: contribuições das consultas públicas para o debate sobre o tema. **Revista e-Compós**, 2023, no prelo.

CAREY, J. **Communication as Culture**. Nova York: Routledge, 1989.

CARMO, M. Argentina: caso Nisman reacende desconfiança sobre agentes de inteligência. **BBC News Brasil**, 31 de janeiro de 2015.

Disponível em

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150131_argentina_espioes_mc_lab

CARTA CAPITAL. Lava Jato desviou curso da democracia brasileira, diz Luigi Ferrajoli,

14 de maio de 2021. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-desviou-curso-da-democracia-brasileira-diz-luigi-ferrajoli/>

<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/lula-tem-a-vitoria-mais-apertada-em-2o-turno-desde-a-redemocratizacao>

CASTELLS. **Ruptura: a crise da democracia liberal**, Manuel Castells, Zahar, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

_____. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**, Editora Zahar, 2013.

CARLOS, E. 2011. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova**, n. 84, pp. 315-48.

CASTRO, AF. Lula tem a vitória mais apertada em 2º turno desde a redemocratização. **Metrópoles**, 2022. Disponível em:

CHADE, JAMIL, 2021. **UOL**, 06 de setembro de 2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/06/7-de-setembro-lideres-mundiais-alertam-para-risco-a-democracia-no-brasil.htm>

CHADWICK, A. **The hybrid media system: politics and power**. Oxford University Press, 2017.

CHERESKI, ISIDORO *Revista USP* • São Paulo • n. 109 • p. 53-66 • abril/maio/junho 2016

COELHO, V; NOBRE, M. **Participação e deliberação**. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. Editora 34, São Paulo, 2004.

COLOMBO, S. Argentina tem Forças Armadas alinhadas à institucionalidade, ataque seria difícil, diz Fernández. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Editoria Mundo, 22 de janeiro de 2023. Disponível em [Argentina tem Forças Armadas alinhadas à institucionalidade, ataque seria difícil, diz Fernández](#)

_____. 'Corralito' ainda é trauma na Argentina 20 anos depois, 03 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/20-anos-depois-corralito-ainda-e-trauma-na-argentina.shtml>

COULDRY, N. **Why voice matters?** Culture and Politics After Neoliberalism. Sage, 2010.

DALY, G. Democratic Decay: Conceptualising an Emerging Research Field. **Tom Gerald Daly**, T.M.C. Asser Press 2019.

DANTAS, D. Passo a passo da invasão: vídeos evidenciam convivência policial com invasão terrorista ao Palácio do Planalto, Congresso e STF. O Globo, Política, 11 de janeiro de 2023.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/passo-a-passo-da-invasao-videos-evidenciam-convencia-policial-para-conter-golpistas-em-brasilia.ghtml>

DEWEY, J. **The public and its problems**. New York: Henry Holt, 2012.

DEWEY, J. **Democracy and Education**. New York: The Free Press, 1916.

DEL MANZO, M.B. "Voces, cuerpos y derechos en disputa: La construcción discursiva del "aborto" en los diarios Clarín, La Nación y Página/12 (2010-2011)." (2019).

DELLA PORTA, D. **Mobilizing for democracy**: comparing 1989 and 2011. Oxford, OUP, 2014.

DIAS, A. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública** [online], v. 25, n. 3, 2019.

DIEGO, J. **La prensa escrita durante el gobierno de Néstor Kirchner Periodismo de opinión y disputas por el sentido político frente al proceso de construcción del kirchnerismo**: los casos de Clarín, La Nación y Página/12. Tese para a obtenção do título de doutora em Ciências Sociais, na Universidade de la Plata, BuenosAires Argentina, defendida em 2015. Disponível em <http://repositorio.una.edu.ar/handle/56777/1247>

DOURADO, T. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil. Tese** (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2020.

DUTTON, W.; The dynamics of Cable Television in the US, Britain and France. In Blumler et al. **BLUMLER, J et al. Comparatively Speaking: Communication and Culture Across Space and Time.** Sage Annual Reviews of Communication Research, v.19, 1992

EL PAÍS. Periodismo y pandemia: más confianza en medios tradicionales. El País Uruguay, Montevideo, 24 de setembro de 2021.
Disponível em <https://www.elpais.com.uy/negocios/empresas/periodismo-y-pandemia-mas-confianza-en-medios-tradicionales>

ESSER, F; PFETSCH, B. **Comparing Political Communication: Theories, Cases and Challenges.** Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

EVELIN, G. Líderes autoritários que se preocupam com gestão podem usar pandemia para ter mais poderes, diz Jan-Werner Müller, especialista em populismo. Estadão, Política, 17 de agosto de 2020.
Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/esta-surgindo-uma-arte-populista-de-governanca-diz-cientista-politico-alemao/>

FARRELL, Henry. The Consequences of the Internet for Politics. **Annual Review of Political Science.** 15:35–52, 2012.

FINLEY, M. **O legado da Grécia** (Org), uma nova avaliação. Editora UNB, 1998.

FOX, Elizabeth; WAISBORD, Silvio (Eds). **Latin politics, global media.** University Texas Press, 2002.

FRANÇA, V.; SIMÕES, P. **Curso básico de teorias da comunicação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FRANÇA, V. Representações, mediações e práticas comunicativas. In PEREIRA, M.;

FRASER, N. Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian WORLD. **Theory, Culture and Society**, vol. 24, 2007.

FRIDERICH, LE. **Transição democrática na Argentina e no Brasil:** continuidades e rupturas. Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439-455, Ago. 2017

GADINI, S.L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 33, agosto de 2007.

GAGLIARDI, J. Liderança na opinião pública? O grupo de diários América e a agenda política na América Latina. In **Compólitica** 5, 2013, Curitiba, Anais.

GAMA NETO, RB. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2011, v. 19, n. 38 [Acessado 10 Dezembro 2022], pp. 27-42, Mar 2011.

GOMES, W; AMORIM, P; ALMADA, MP. Novos desafios para a ideia de transparência pública. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | **E-compós**, Brasília, v.21, n.2, maio/ago. 2018.

_____.; MAIA, R. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. Editora Paulus, 2008.

_____.; A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos** VII(3): 214-222, setembro/dezembro 2005.

GOMES, R. **Comunicação, representação e Práticas**. Ed. PUC-Rio, 2004.

GONZÁLEZ, E. A crise perpétua da Argentina. **El País**, 01 de março de 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-01/a-crise-perpetua-da-argentina.html>

GUAZINA, L; OLIVEIRA, Fernando. The Brazilian Media system in a turbulent environment in thussu, D; Nordenstreng, K. **Brics Media: Reshaping the Global communication Order?**, 2021.

GUERRERO, M.A. The 'Captured Liberal' Model of Media Systems. In: Guerrero, M; Márquez-Ramírez, M. (eds.) **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. Hampshire: Palgrave, 2014.

GUTIERREZ, F. Conheça Alberto Fernández, presidente eleito da Argentina. **G1, Mundo**, 27 de outubro de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/27/conheca-alberto-fernandez-presidente-eleito-da-argentina.ghtml>

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere**. Massachusetts: The MIT Press, 1991.

HAL, R. et al. **Media Cloud: Massive Open Source Collection of Global News on the Open Web**. In: ICWSM. 2021. p. 1034-1045.

HALL, S. **Cultura e representação**. Editora Apicuri, 2016.

HALLIN, D. **La nota Roja: Periodismo popular y la transición a la democracia en México**. América Latina Hoy, agosto, vol. 25, Universidad de Salamanca, 2000.

_____.; MANCINI, P. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____.; PAPATHANASSOUPoulos, S. **Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective**. Media Culture and Society, vol 24, Issue 2, 2002

_____.; BRIGGS, C. **Making Health Public: How News Coverage Is Remaking Media, Medicine, and Contemporary Life**. Routledge, 2016.

_____.; Figenschou, T; Thorbjørnsrud, K. Biomedicalization and Media in Comparative Perspective: Audiences, Frames, and Actors in Norwegian, Spanish, U.K. and U.S. Health News. **The International Journal of Press Politics**. Sage, 2020.

HANITZSCH, T; VOS, T. Journalistic Roles and the Struggle Over Institutional Identity: The Discursive Constitution of Journalism, **Communication Theory**, Volume 27, Issue 2, May 2017.

HARDY, **Comparing media systems**. In ESSER, F; HANITZSCH, Comparative communication research, Routledge, 2012.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 2007 [1987].

HERSCOVITZ. Brazilian Journalists in the 21st century. In: Weaver D and Willnat L (eds) **The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World**. New York: Routledge, 2012.

HOWARD, P et al. **Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring?** Project of Information Technology and Political Islam. University of Washington, 2011.

HOLTZ-BACHA, C; LANGER, AI; MERKLE, S. The personalization of politics in comparative perspective: Campaign coverage in Germany and the United Kingdom, **European Journal of Communication**. Volume 29, Issue 2

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Bolsonaro ameaça pilares da democracia**. Brasil, 15 de setembro de 2021.
Disponível em <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>

HUNTINGTON, S. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. University of Oklahoma Press, 1991.

IDOETA, P. Mesmo com crises, Argentina ainda mantém índices de educação, saúde e igualdade melhores que os brasileiros. **BBC News Brasil**, 23 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48536726>

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (**IDEA**). State of democracy in the Americas, Stockholm, 2021.

Disponível em

<https://www.idea.int/gsod-2021/sites/default/files/2022-01/state-of-democracy-in-the-americas-2021.pdf>

INCT INSTITUTO DA DEMOCRACIA. **Pesquisa a cara da democracia**, In: Banco de Dados INCT IDDC, 2018. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia> Acessado em 25/10/2022.

ITUASSU, A; MANNHEIMER, V, PECORARO, C. Mídia eleições e democracia no Brasil: uma abordagem qualitativa para o estudo de percepções de profissionais de campanha. Trabalho apresentado ao GT Eleições e Práticas de Comunicação da 9ª **COMPOLÍTICA**, realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

_____. As eleições brasileiras de 2022 e a América Latina: descontinuidade e descontentamento. **Folha de São Paulo**, 22 de outubro de 2022.

Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2022/10/as-eleicoes-brasileiras-e-a-america-latina-descontinuidade-e-descontentamento.shtml>

_____.; LIFSCHITZ, S.; CAPONE, L.; MANNHEIMER, V. Campanhas online e democracia: mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e 2018 no Brasil. In: Pedro Chapaval Pimentel e Ricardo Tesseroli. **O Brasil vai às urnas**, Syntagma, 2019.

_____. Apresentação. In HALL, S. **Cultura e representação**. Editora Apicuri, 2016.

_____. O enquadramento (ou o preconceito) da descrença: uma análise das seções de Opinião de O Globo e da Folha de S. Paulo durante a campanha eleitoral de 2010, 2011. Paper apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (**COMPÓS**), Porto Alegre, de 14/06/2011 a 17/06/2011

ITURRALDE, M. El diario Clarín y la construcción discursiva del golpe de Estado de marzo de 1976 en Argentina. Revista Quórum Académico Vol. 10 N° 2. Universidad del Zulia, Caracas, julio-diciembre 2013.

KITZBERGER, P. “Caimanes del mismo pozo”. Populismo y representaciones de

los medios y la prensa en la estabilización hegemónica del chavismo. **Revista mexicana de opinión pública** no.25 México jul./dic. 2018.

LANDER, E. **La democracia en las ciencias sociales latinoamericanas contemporáneas**. Front Cover. Edgardo Lander. FACES/UCV, Caracas, 1996.

LEO, L. Mídia e democracia na América Latina: Um modelo de análise de comunicação política comparada para a região. **Tese de Doutorado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor, 2020.

_____.; ITUASSU, A.; MANNHEIMER, V.; CAPONE, LETÍCIA. Rediscutiendo la Comunicación Política Comparada: epistemología, etnocentrismo y el objeto distante. **Revista de Comunicación Política**, v. 1, p. 95-109, 2019.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2021**. Adiós a Macondo, Santiago, Chile: Corporación Latinobarómetro, 2021. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=0&Idioma=0>

_____. **Informe 2018**, Santiago, Chile. Disponível em <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

LATINNO PROJECT: **Innovations for democracy in Latin America**. WZB – Berlin Social Science Center, Berlim, 2015-2020. Acessado em 20 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.latinno.net/en/>

LATTMAN-WELTMAN, F. Entrevista com Adam Przeworski. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 27 (53), Jun 2014.

LEVITZKY, S; ZIBLAT, D. **Como as democracias morrem**. Editora Zahar, 2018.

LIJPHART, A. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

LIOTTI, J. The Complex Relationship Between the Media and the Political System in Argentina: From Co-option to Polarization. In: Manuel Alejandro Guerrero; Mireya Márquez-Ramírez (eds) **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

LUGO-OCANDO, J. An Introduction to the maquilas of power: media and political transition in Latin America. In: Jairo Lugo-Ocando (ed.) **The Media in Latin America**. Berkshire: Open University Press, 2008.

LYNCH, C. Estas são as eleições mais importantes desde a redemocratização? SIM. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de outubro de 2022. Opinião. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/10/estas-sao-as-eleicoes-mais-importantes-desde-a-redemocratizacao-sim.shtml>

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Intervozes**, 2017. Disponível em <http://brazil.mom-gmr.org/br/midia/detail/outlet/globocom/>

MACHADO, B. A Justiça de Transição e a reparação de danos no Brasil: A necessidade de consideração dos danos morais na fixação do quantum indenizatório. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, nº 5, 2011.

MALDONADO, C. Latinobarómetro reflete o descontentamento social pela pandemia. **El País**, Internacional, 14 de outubro de 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-15/latinobarometro-reflete-o-descontentamento-social-pela-pandemia.html>

MANNHEIMER, V; ITUASSU, A; CAPONE, L. Da guerra ao Iraque à primavera árabe: Mídias digitais e ativismo transnacional. **Contracampo** 38 (3), 2019.

MARQUES, J; MONTÁLVERNE, C; MITOZO, I. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio (OBS*) Journal**, (2018), 224-245

MARQUES, R. A mídia e a lei: Análise comparada das políticas de regulação dos meios de comunicação no Brasil e na Argentina no início do século XXI. **Tese de doutorado Tese de Doutorado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2018.

MARQUES, G. **Cem Anos de Solidão**. São Paulo: Record, 2000 [1982]

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M; GUERRERO, M.A. Media Systems in the Age of (Anti) Neoliberal Politics. In: Manuel Alejandro Guerrero; Mireya Márquez-Ramírez (eds) **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

MARTINS, R; NEVES, R; DEMORI, L. ‘UM TRANSATLÂNTICO’: O namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo. The InBrasil, 9 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://theintercept.com/2021/02/09/namoro-lava-jato-rede-globo/>

MARTÍN-BARBERO, Jesús. De los medios a las mediaciones. **Comunicación, cultura y hegemonía**. México: Gustavo Gilli, 1996.

MASCARENHAS, R. A Participação popular em regimes populistas. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, Vol. 7, N. 2, 2022.

MATOS, Carolina. **Media and politics in Latin America: globalization, democracy and identity**. IB Tauris, 2012.

MATOS, C. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.

MELLADO, C.; MOREIRA, S; HERNANDÉZ, M. **Comparing journalism cultures in Latin America**: The case of Chile, Brazil and Mexico. 2012. Sage.

_____. The Chilean Journalist. In WEAVER, D; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century**. Routledge, 2012.

_____.; LAGOS, C. Redefining comparative analyses of media systems from the perspective of new democracies. **Communication & Society**, 26(4), 1-24, 2015.

_____.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M.; MICK, J.; ALONSO, MO.; OLIVERA, D. **Journalistic performance in Latin America**: A comparative study of professional roles in news content, Sage, 2016.

MENDONÇA, D; JUNIOR, RV. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 107-136.

MENDONÇA, R.F. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista brasileira de ciências sociais** [online]. 2018, vol.33, n.98.

MIGUEL, LF. Resgatar a participação: Democracia participativa e representação no debate contemporâneo. *Lua Nova* (100) • Jan-Apr 2017 • <https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>

MIHELJ, S; HUXTABLE, S. **From Media Systems to Media Cultures**: Understanding Socialist Television. Cambridge: Cambridge University Press. 2018

MILZ, T. Thomas. O golpismo oportunista do Centrão. Coluna de Política, Deutsche Welle, 23 de novembro de 2022. <https://www.dw.com/pt-br/o-golpismo-oportunista-do-centr%C3%A3o/a-63855747>

MOLINA, ML; PÉREZ, M.; VEGA, ML. Un análisis sobre la inseguridad en la prensa: representaciones discursivas sobre el delito en un caso periodístico. **Discurso & Sociedad**, Vol. 8(2), 234- 298, 2014.

MOLINA, FR. Na Argentina, falar da ditadura e dos militares que a conduziram é motivo de desonra. *El País. Opinião*, 31 de março de 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/opinion/1553971198_297214.html

MONT'ALVERNE, C. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. Tese de Doutorado

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora, 2020.

_____.; MARQUES, F. P. J. A pauta do dia: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo. *Brazilian Journalism Research*, v. 12, n. 2, p. 120–147, 2016.

_____.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. *Contracampo*, v. 28, n. 3, p. 93–115, 2013.

MON_____.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 12, n. 1, p. 121–137, 2015.

MORI, L. Policiais bolsonaristas na ativa: por que politização das PMs ameaça democracia. *BBC News Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58311286>

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, n3, outubro de 2003.

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia. Companhia das Letras, 2020.

NAPOLITANO, M. 1964: **História do regime militar brasileiro**, 2018. Contexto.

NIELSEN, RK; FLETCHER, R. Democratic Creative Destruction? The Effect of a Changing Media Landscape on Democracy. In Persily; Tucker. **Social Media and Democracy: The State of the Field, Prospects for Reform**, 2020. Cambridge University Press.

NORD, L. Mancini P, Gerli M (2017) **The exceptional election: Press coverage of Clinton and Trump in Italy, Sweden and the UK**. Working paper, Mid Sweden University, Sundsvall.

NORRIS, P. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Nova York, Cambridge University Press, 2001.

NOWELL, L et al. (2017), “Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria”. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 16, n. 1, pp. 1-13.

O'DONNELL. G. **Democracia, agência e estado**. Teoria com intenção comparativa. Paz & Terra, 2010.

_____. The Quality of Democracy: Why the Rule of Law Matters. **Journal of Democracy**, Volume 15, Number 4, Johns Hopkins University Press, October

2004.

_____. **Poliarquias e a (in) efetividade da lei na América Latina:** uma conclusão parcial. En Méndez, J. E., O'Donnell, G. y Pinheiro, P. S. (Eds.). Democracia, violência e injustiça. O não-Estado de Direito na América Latina. Paz e Terra, pp. 337-373, 2000.

_____. **Democratic theory and comparative politics.** Papers / Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Berlin, 1999.

_____. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, 1998.

_____. Democracia Delegativa?" **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 31, 1991.

_____.; SCHMITTER, P. **Transições do regime autoritário:** primeiras conclusões acerca de democracias incertas São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, v. 4, 1988.

_____. As contradições do Estado Autoritário-Burocrático. In: COLLIER, David et al. **O novo autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Modernización y autoritarismo.** Paidós. Buenos Aires, 1972.

O GLOBO. Pandemia fortaleceu confiança na mídia, indica estudo; No Brasil, índice é de 54%. Mundo/Coronavírus, 23 de junho de 2021.
Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/pandemia-fortaleceu-confianca-na-midia-indica-estudo-no-brasil-indice-de-54-25073380>

OROZCO, G. **Comunicação, educação e novas tecnologias:** tríade do século XXI. Comunicação e Educação, São Paulo, n. 23, p. 57-70, jan./abr. 2002.

PAPACHARISSI, Z. **The Virtual Sphere:** The Internet as a Public Sphere. In: CHADIWICK, A; HOWARD, P. Handbook of Internet Politics, Routledge, 2009.

PATEMAN, C. The problem of political obligation: a critique of liberal theory. [Reedição com novo posfácio]. Berkeley: University of California Press, 1985 [1979].

PEREIRA, AKB. Teoria democrática contemporânea: As contribuições de Robert Dahl. Revista Sociologias Plurais, v.2, 2014.

PEREIRA JUNIOR, AEV. Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e Metodológicas. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 12, p. 1-12, janeiro/junho, 2005.

PERES, PS; BEZERRA, GML. Oposição parlamentar: conceitos e funções. Lua Nova, São Paulo, 110: 247-298, 2020.

PFETSCH, B. The idea of political communication cultures and its empirical correlates. In PFETSCH, B. (Ed.), **Political communication cultures in Europe: Attitudes of political actors and journalists in nine countries**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 13–30, 2014.

PINTO, S. Direito à Memória e à Verdade: Comissões da Verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

PINTO, C 'Uma democracia robusta precisa de alguma igualdade social'. **EPSJV/Fiocruz**, 2022.

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/uma-democracia-robusta-precisa-de-alguma-igualdade-social>

POGREBINSCHI, T. **Inovating Democracy in Latin America**. Open Democracy, 15 de agosto de 2017.

POGREBINSCHI, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p.43-53, 2004.

POHL-VALERO, Stefan. Las narrativas oficiales de la crisis colombiana. In: Revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (Blog). Publicado em 27 de mayo de 2021.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – **ANPOCS** (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002.

PRZEWORSKI, A. **Crisis of democracy**. Cambridge University Press, 2019.

QUIROGA, Hugo ¿Democracia procedimental o democracia sustantiva? La opción por un modelo de integración. **Revista de Ciencias Sociales (Ve)**, vol. VI, núm.3. Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela, septiembre-diciembre, 2000.

RAGAS, J. Protestas en Chile: historia, universidad y salud. In: Revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (Blog). **Revista Historia Ciências Saúde-Manguinhos Blog**, 2019. Disponível em <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/english/protestas-en-chile-la-historia-la-universidad-y-la-salud/>

RAGAS, José. Crisis política en Perú: historia y movilización. In: **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos (Blog)**. Publicado em 25 de noviembre de 2020.

RAMACCIOTTI, Karina. Un hito importante en la trayectoria profesional. In:

Revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* (Blog). Publicado em 28 abr. 2020.

RANCIÈRE, J. O desentendimento. São Paulo: Editora 34, (1996).

REINEMANN, C., STANYER, J., AALBERG, T., ESSER, F., & de Vreese, C.H. (Eds.). (2019). **Communicating Populism: Comparing Actor Perceptions**, Media Coverage, and Effects on Citizens in Europe (1st ed.). Routledge.

RESTREPO, E. Sobre os Estudos Culturais na América Latina. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 1, p. 21-31, jan.-abr. 2015.

REUTERS INSTITUTE DIGITAL NEWS REPORT, 2018. Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2018.

REUTERS INSTITUTE DIGITAL NEWS REPORT, 2020. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf

REUTERS INSTITUTE DIGITAL NEWS REPORT, 2021. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf

ROCCA RIVAROLA, D. Representaciones de las juventudes durante la consolidación democrática: La campaña televisiva en las elecciones presidenciales de 1989. Trabajo presentado en el Grupo de Trabajo N°6 (9ª **COMPOLÍTICA**), 24 a 28 de maio de 2021.

RUIZ, B. Adam Przeworski: "Quizás ustedes estén como en 1988". Clarín, Revista Ñ, Buenos Aires, 22 de julho de 2022.
Disponível em [Adam Przeworski: "Quizás ustedes estén como en 1988"](#)

_____. Adam Przeworski: "La democracia decepciona y eso es normal". Clarín, Revista Ñ, Buenos Aires, 20 de janeiro de 2023.
Disponível em [Adam Przeworski: "La democracia decepciona y eso es normal"](#).

RUIZ, L.F; WAISBORD, S. **De la era de las dictaduras a la erade las democracias**, em: Barrera, Carlos (ed.), Historia del periodismo universal, Editorial Ariel, Barcelona, pp. 355-373, 2004.

SÁ, N. Público valoriza trabalho da imprensa durante pandemia, mostra **estudo. Folha de São Paulo**, Economia, 21 de junho de 2021.
Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/publico-valoriza-trabalho-da-imprensa-durante-pandemia-mostra-estudo.shtml?origin=uol>

SANTOS, N. Mecanismos de accountability horizontal e confiança pública no desempenho organizacional. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 18 – n. 54, p. 31-55 – jul./dez. 2019.

SALGADO; STANYER. A Qualitative, comparative approach to studying the Views of Journalists and Politicians. In REINEMANN, C., STANYER, J., AALBERG, T., ESSER, F., & de Vreese, C.H. (Eds.). **Communicating Populism: Comparing Actor Perceptions, Media Coverage, and Effects on Citizens in Europe** (1st ed.). Routledge, 2019.

SAMPAIO, R. C., LYCARIÃO, D. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**, São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, G. **A Teoria da democracia revisitada**. Editora Ática, São Paulo, 1994 [1987].

SCHUDSON, M. How to think normatively about news and democracy. In KENSKI, K; JAMIESON, K. **The Oxford Handbook of Political Communication**, 2014.

SCHUDSON, M. Schudson M. The sociology of news production. **Media, Culture & Society**, 11 (3), 1989.

SCHUTTENBERG, M; FONTANA, J. Complicidad, acompañamiento y confrontación. Un análisis de los editoriales del diario La Nación publicados los 24 de marzo durante el período 1976-2014. **Hallazgos**, Año 13, N.º 25, Bogotá, D. C. Universidad Santo Tomás, 2015.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, Socialism and Democracy** New York: Harper & Row, 1975.

SCWARTZ, P.; YANOW, D. 2012. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**. Routledge, 2013.

SMITH, G. **Democratic innovations: designing institutions for citizen participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SEVERINO, F. Immigration news in the Global South: A comparative analysis of media content and journalistic decisions and practices in Latin America. Dissertation submitted to the faculty of the University of Minnesota in partial fulfillment of the requirements of the degree of doctor of philosophy, 2020.

SOARES, MC. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

STROMBACK J. In Search of a Standard: four models of democracy and their normative implications for journalism, Journalism Studies, 2006.

SUBTIL, Filipa. A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey Intercom – RBCC São Paulo, v.37, n.1, p. 19-44, jan./jun, 2014

SVAMPA, MN. Posprogresismos, polarización y democracia en Argentina y Brasil. Nueva Sociedad No 282, julio-agosto de 2019.

TARROW, S. Preface. In WALGRAVE; RUCHT. **The World Says No to War:** Demonstrations against the War on Iraq. University of Minessota Press 2010.

TASCHNER, G. Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, I; RODRIGUES, M. Lula diz que houve convivência explícita da polícia em atos terroristas. Grande Angular. Metrôpoles, 09 de janeiro de 2023.

TONELLI, V. Representaciones discursivas de la democracia en la prensa católica (1989-2011). Austral Comunicación Volumen XI, número 2 -Diciembre de 2022, 31pp, 2022.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.

UOL. Consórcio de imprensa que permitiu transparência sobre covid chega ao fim. Saúde, São Paulo, 28 de janeiro de 2023. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/01/28/consorcio-de-imprensa-que-permitiu-transparencia-sobre-covid-chega-ao-fim.htm>

VAN DIJK T. A. **El análisis crítico del discurso**, en Anthropos (Barcelona), 186, septiembre-octubre: 23-36, 1999.

VAN DIJK, T.A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. Discourse & Communication, Sage, Vol. 11(2) 199–229, 2017.

VARIETIES OF DEMOCRACY (**V-DEM PROJECT**). Autocratization Changing Nature? Democracy Report, 2022. Disponível em https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf

VEIGA, E. O legado da Comissão da Verdade, 10 anos depois. Deutsche Welle Brasil, 16 de maio de 2022. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/o-legado-da-comiss%C3%A3o-da-verdade-10-anos-depois/a-61810166>

VITULO, G. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas

realmente existentes. *Opinião Pública* [online]. v. 12, n. 2, 2006.

VOWE, G; HENN, P. *Political Communication in the Online World: Theoretical Approaches and Research Designs*. Routledge, 2016.

WAISBORD, S. *Communication A Post Discipline*. 1.ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2019.

WAISBORD, S; MELLADO, C. De-westernizing Communication Studies: A Reassessment. **Communication Theory** 24, p. 361–372, 2014.

WAISBORD, S. United and fragmented: Communication and media studies in Latin America. *Journal of Latin American Communication Research*, 4(1), 55–77, 2014.

WAISBORD, S. Political Communication in Latin America. In SEMETKO, H; SCAMMELL, M. **The SAGE Handbook of Political Communication**. Sage, 2012.

WAISBORD, S. **Wathdog Journalism in Latin America: news, accountability and democracy**. Columbia University Press, 2000.

WEISS, A. The digital and social media journalist: A comparative analysis of journalists in Argentina, Brazil, Colombia, Mexico, and Peru. **International Communication Gazette**, Volume 77, Issue 1, 2014.

WEAVER, D.; WILLNAT, L. (eds.) **The Global Journalist in the 21st Century**. New York: Routledge.

WERNER-MULLER, J. **What is Populism?** University of Pennsylvania Press, 2017.

ZAVERUCHA, J. 1992. As prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 56-65, jun.

ZUNINO, Esteban. "La cobertura mediática del “conflicto campo–gobierno” de 2008 en la prensa gráfica argentina: un estudio comparativo de las agendas informativas sobre la Resolución N° 125/08 de los diarios Clarín, La Nación y Página/12." **Tese de doutorado**, 2016.

WHIPPLE, M. The Lippmann-Dewey Debate Today: Communication, Distortions, Reflective Agency, and Participatory Democracy. **Sociological Theory**, vol. 23, n. 2, June 2005.

